LUIS AUGUSTO BUSTAMANTE LOURENÇO

DAS FRONTEIRAS DO IMPÉRIO AO CORAÇÃO DA REPÚBLICA:
O TERRITÓRIO DO TRIÂNGULO MINEIRO NA TRANSIÇÃO PARA A FORMAÇÃO
SÓCIO-ESPACIAL CAPITALISTA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Amália Inês Geraiges de Lemos.

São Paulo
2007

Banca examinadora:

Aos meus pais, Geraldo e Edir, por
terem me ensinado a gostar de
livros.

Agradecimentos:

À minha orientadora, professora Amália Inês Geraiges de Lemos, pela atenção e carinho com os quais me acompanhou ao longo desses quatro anos.

A professora Beatriz Ribeiro Soares, pela co-orientação. Não há palavras que traduzam minha gratidão por esses sete anos de amizade e atenção. Os méritos que este trabalho porventura tiver, compartilho-os com ela.

A minha mãe, Edir, por ter me acompanhado no trabalho longo, árduo, mas prazeroso, de coleta de dados no Arquivo Público de Uberaba. Foram dois anos muito divertidos de idas e vindas, cruzando o chapadão entre Uberlândia e Uberaba.

Ao meu pai, Geraldo, por ter me ajudado com informações essenciais a esse trabalho. Foram incontáveis os telefonemas nas horas de emergência, para que eu pudesse saber, por exemplo, quantos litros de cultura fazem um alqueire, ou qual é a melhor idade do garrote para invernada.

Às várias pessoas que, nas pequenas cidades do Triângulo Mineiro, ajudaram-me revelando fotos e documentos, acompanhando-me e mostrando-me o que ver. Em Monte Alegre, Prata, Campo Florido, Sacramento e Tupaciguara, fui recebido com atenção e hospitalidade extraordinárias.

À equipe do Arquivo Público de Uberaba que, por intermédio de D. Neuza e Amáble, nos recebeu ao longo desses dois anos. O trabalho terminou, mas a amizade será duradoura.

À Dona Guiomar, por ter me revelado todos os segredos e requintes da produção de açúcar, rapadura e pinga em um engenho. À Dona Ione, pela atenciosa e competente correção dos originais. À Solange, pelos cafezinhos, fundamentais à condução dos trabalhos.

À direção do Colégio Nacional, onde leciono, por ter me dispensado das aulas no período de finalização. Esse gesto demonstra que, diferente do comum, essa é uma escola que se importa com o aprimoramento de seus professores.

À cidade de Uberaba, com suas colinas sempre verdes, mesmo em agosto, suas ruas estreitas e seculares, seus palacetes na Praça Rui Barbosa, construídos pelas fortunas zebuínas, seu pão de queijo inigualável e sua gente ainda tão mineira nos hábitos, sotaque e hospitalidade. Nunca vivi em Uberaba, mas, como Saint Hilaire e o Visconde de Taunay, por ela apaixonei-me irremediavelmente.

Á Simone, pela leitura e correção dos originais, pelas sugestões e pela compreensão por mais essa tese produzida em casa. Nos últimos e angustiantes momentos de finalização, foi ela quem me deu forças, com os lanches preparados no meio da madrugada e, sobretudo, com o seu carinho e conforto. Eu não teria conseguido se não fosse por ela.

*Não é o presente em grande parte a presa de um
passado que se obstina em sobreviver, e o
passado, por suas regras, diferenças e
semelhanças, a chave indispensável para
qualquer compreensão séria do tempo presente?*

Fernand Braudel

Cidadezinha perdida

*No inverno denso de bruma,
que é dos teus morros de sombra,
do teu mar de branda espuma,*

*das tuas árvores frias
subindo das ruas mortas?
Que é das palmas que bateram
Na noite das tuas portas?*

Cecília Meireles

Resumo

Este trabalho tem por objetivo compreender a transição, ocorrida no território do Triângulo Mineiro, Minas Gerais, nas últimas quatro décadas do século XIX, de uma economia e sociedade organizadas com base em estruturas herdadas do Antigo Regime para o capitalismo. A hipótese desse trabalho é a de que a transição de um modo de produção para outro corresponde a mudanças estruturais nas configurações territoriais, paisagens, redes e técnicas, caracterizando nova formação sócio-espacial. Foram analisadas as transformações ocorridas na configuração territorial, com ênfase na regionalização e rede urbana; na estrutura fundiária, em especial a distribuição e mercantilização de terras; a transição da escravidão para o trabalho livre; as mudanças nos sistemas técnicos e a dinâmica do espaço urbano. Inventários *post mortem*, recenseamentos, mapas e material colhido em trabalhos de campo, além de vasta literatura foram utilizados como fonte deste estudo, que se fez na perspectiva da geografia regional e da geografia histórica.

Palavras-chave: transição, formação sócio-espacial, Antigo Regime, capitalismo, Triângulo Mineiro, escravidão, trabalho livre, rede urbana, geografia histórica.

Abstract

This paper aims to understand the transition occurred in *Triângulo Mineiro's* territory, *Minas Gerais*, in the last four decades of 19th century, from an economy and society based on inherited structures of the Ancient Regime to the capitalism. This research proposes that the transition from a production method to another corresponds to structural changes in the territorial shape, landscape, networks, and techniques, which led to a new socio-spatial formation. All the changes were analyzed considering the regional arrangements and the urban network. Also the land structure, specially concerning the land distribution and mercantile process, the slavery status to free work, the transformations undergone in the technical systems and in the urban space dynamic were all considered. *Post mortem* estates, censuses, maps and collected material in fieldworks, as well as a vast literature were used as study sources. This paper was written from the regional geography and the historical geography perspectives.

Key words: transition; socio-spatial formation; Ancient Regime; capitalism; Triângulo Mineiro; slavery; free work; urban network; historical geography.

Résumé

Cet ouvrage a le but de faire comprendre la période de transition qui s'est passé au *Triângulo Mineiro* à *Minas Gerais*, dans le quatre dernières décennies du XIX siècle, d'une économie et d'une société installés sur des structures héritées au Ancien-Régime et orientées vers le capitalisme. L'hypothèse de cette recherche propose que la transition d'un mode de production à l'autre concerne les changements structuraux sur la configuration territoriale, les paysages, les réseaux et les techniques, en caractérisant une nouvelle formation socio-spaciale. Elle analyse encore les transformations y vécues en soulignant surtout le côté régional et le réseau urbain; la structure de *latifundium*, en plus elle met un relief la distribution et le mercantilisme de terres; la transition d'esclavage pour le travail libre; les changements dans le système technique et la dynamique de l'espace urbain. Des inventaires *post-mortem*, des recensements, des cartes aussi que des matériaux recueillis sur place ont été utilisés comme source. Ces études ont été poursuivies sur l'optique de la géographie régionale et de la géographie historique.

Mots-clés: transition; formation socio-spaciale; Ancien-Régime; capitalisme; Triângulo Mineiro; esclavage; réseau urbain; géographie historique.

Sumário

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO	7
ABSTRACT	8
RÉSUMÉ	9
SUMÁRIO	10
ÍNDICE DE FIGURAS:	12
ÍNDICE DE GRÁFICOS	13
ÍNDICE DE MAPAS:	14
ÍNDICE DE QUADROS	15
ÍNDICE DE TABELAS	16
INTRODUÇÃO	17
1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	24
1.1 POR UMA GEOGRAFIA DO PASSADO	24
1.2 SOBRE ALGUMAS CATEGORIAS USADAS NA GEOGRAFIA	28
1.2.1 Espaço e técnica	28
1.2.2 Tempos lentos e rápidos	29
1.2.3 Evento e complexidade	31
1.2.4 Paisagem	33
1.3 A LONGA DURAÇÃO NA GEOGRAFIA	34
1.4 A QUESTÃO DO ESPAÇO NAS FORMAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS	36
1.5 FONTES E MÉTODOS	39
1.5.1 Consulta de arquivos	40
1.5.2 Levantamento cartográfico	43
1.5.3 Trabalhos de campo	44
1.5.4 Consultas sobre fontes secundárias	47
2 CAPITALISMO E TRANSIÇÃO NO BRASIL DO SÉCULO XIX	48
2.1 O ANTIGO REGIME ECONÔMICO	48
2.2 MODOS DE PRODUÇÃO NO BRASIL ATÉ O SÉCULO XIX	50
2.3 A ORDEM MUNDIAL DO FINAL DO SÉCULO XIX: A PRIMEIRA GLOBALIZAÇÃO	58
2.4 A TRANSIÇÃO PARA A FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL CAPITALISTA NO BRASIL	61
2.4.1 Origens da indústria no Brasil	62
2.5 A TRANSIÇÃO PARA O CAPITALISMO NA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA	70
3 FORMAÇÃO TERRITORIAL	75
3.1 PROPOSTAS DE REGIONALIZAÇÃO	79
3.2 AS CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS ATÉ A DÉCADA DE 1860	98
3.2.1 A apropriação primitiva do território	98
3.2.2 A antiga rede viária	113
3.2.3 O sertão mais além: o Sudoeste Goiano e os Campos da Vacaria	121
4 REDES URBANAS	126
4.1 CIDADE PRIMAZ E REDE DENDRÍTICA	129
4.2 REDES DE MÚLTIPLOS CIRCUITOS: SUL DE MINAS E ZONA DA MATA	136
4.3 REDES DE MÚLTIPLOS CIRCUITOS: TRIÂNGULO MINEIRO	139
4.4 O PROGRESSO QUE VEIO DO SUL: A CHEGADA DA FERROVIA	144
5 POSSE DA TERRA	157
5.1 A QUESTÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL DURANTE O SÉCULO XIX	157
5.2 A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO TRIÂNGULO MINEIRO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	165
6 ESCRAVIDÃO E TRABALHO LIVRE	186

6.1	O ESCRAVISMO MINEIRO	186
6.2	OS ÚLTIMOS ANOS DA ESCRAVIDÃO NO TRIÂNGULO MINEIRO	190
6.3	A TRANSIÇÃO PARA O TRABALHO LIVRE.	203
7	FAZENDA MINEIRA	219
7.1	ENGENHOS E PRODUÇÃO CANAVIEIRA NO TRIÂNGULO MINEIRO NO SÉCULO XIX	225
7.2	FIAÇÃO E TECELAGEM.....	230
7.3	COMÉRCIO DE GADO	234
7.4	AGRICULTURA DE ENXADA	239
7.5	A MODERNIZAÇÃO E A FAZENDA MINEIRA.....	244
8	ESPAÇO URBANO	257
8.1	URBANIZAÇÃO EM ECONOMIAS AGRÁRIO-MERCANTIS NO SÉCULO XIX: O CASO DE UBERABA.....	257
8.2	A EVOLUÇÃO URBANA NO TRIÂNGULO MINEIRO DO FINAL DO SÉCULO XIX.	263
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.	279
10	ANEXOS.....	283
10.1	ANEXO 1: TABELA DE CONVERSÃO DE MIL RÉIS EM PENCE DE LIBRA ESTERLINA.	283
10.2	ANEXO 2: PREÇO DO GARROTE DE DOIS ANOS EM UBERABA ENTRE 1860 E 1900.....	284
10.3	CASAS COMERCIAIS EM UBERABA (1870-1900), COM DISCRIMINAÇÃO DE GÊNEROS VENDIDOS E ENDEREÇOS.	285
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	288
	FONTES PRIMÁRIAS:	306

Índice de Figuras:

FIGURA 1: INAUGURAÇÃO DA LUZ ELÉTRICA EM UBERABA (1905).	17
FIGURA 2: JULGADO DAS CABECEIRAS DO RIO DAS VELHAS E PARTE DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS, 1780.	99
FIGURA 3: EXTREMO OESTE DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS, 1828.	100
FIGURA 4: SERTÃO DA FARINHA PODRE, INÍCIO DO SÉCULO XIX: TRAJETO DA ESTRADA DOS GOIASES.	116
FIGURA 5: TRIÂNGULO MINEIRO, FINAL DO SÉCULO XIX: TRAJETO DA ESTRADA REAL DE GOIÁS (TRAÇADO PRETO).	117
FIGURA 6: SERTÃO DA FARINHA PODRE, GOIÁS E MATO GROSSO, MEADOS DO SÉCULO XIX: ESTRADA DO PIQUIRI	118
FIGURA 7: TRIÂNGULO MINEIRO E SUDOESTE DE GOIÁS: ESTRADA DO PORTO SÃO JERÔNIMO.	123
FIGURA 8: SUL DE MINAS E ZONA DA MATA, 1866.	138
FIGURA 9: MAPA DA PROVÍNCIA DE S. PAULO, 1868 (DETALHE): PORTOS FLUVIAIS NOS RIOS PARDO E MOGI GUAÇU (EM VERMELHO).	143
FIGURA 10: JAGUARA, INÍCIO DO SÉCULO XX: PONTE SOBRE O RIO GRANDE.	148
FIGURA 11: ESTAÇÃO DA MOGIANA EM UBERABA (1910).	149
FIGURA 12: ESTAÇÃO DA MOGIANA EM UBERABINHA (INÍCIO DO SÉCULO XX).	150
FIGURA 13: VAGÃO PARA TRANSPORTE DE GADO DA COMPANHIA MOGIANA.	154
FIGURA 14: UBERABA, 1900: TIMBRE DA FÁBRICA DE TECIDOS CASSU.	216
FIGURA 15: UBERABINHA, INÍCIO DO SÉCULO XX: FAZENDA SÃO FRANCISCO.	221
FIGURA 16: TUPACIGUARA (MG): RODAS DE FIAR.	232
FIGURA 17: TUPACIGUARA (MG): TEAR HORIZONTAL.	232
FIGURA 18: TRECHO DA CMEF NO TRIÂNGULO MINEIRO EM 1922.	248
FIGURA 19: IMPORTADORES UBERABENSES DE ZEBU EM AHMEDABAD, ÍNDIA, EM 1914.	250
FIGURA 20: ZEBUS DA RAÇA GUZERÁ AGUARDAM EMBARQUE EM BOMBAIM COM DESTINO A UBERABA.	251
FIGURA 21: UBERABINHA, DÉCADA DE 1920: AVENIDA AFONSO PENA E PRAÇA DA REPÚBLICA.	266
FIGURA 22: UBERABA, 1885: RUA DO COMÉRCIO.	270
FIGURA 23: UBERABA, 1904: RUA VIGÁRIO SILVA, ESQUINA COM LARGO DA MATRIZ.	272
FIGURA 24: UBERABA, 1904: RUA DO COMÉRCIO.	273
FIGURA 25: UBERABA, 1926: PRAÇA RUI BARBOSA (ANTIGO LARGO DA MATRIZ).	277

Índice de gráficos

GRÁFICO 1: MUNICÍPIO DE UBERABA, 1860 - 1879: PREÇO DO ALQUEIRE DE TERRAS DE CULTURA, EM MIL RÉIS.	172
GRÁFICO 2: UBERABA, 1860-1869: GRÁFICO PARA CÁLCULO DO ÍNDICE DE GINI PARA POSSE FUNDIÁRIA, EM FUNÇÃO DO VALOR DAS POSSES.	173
GRÁFICO 3: MUNICÍPIO DE UBERABA (MG), 1860-1890: EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI PARA POSSE FUNDIÁRIA.	176
GRÁFICO 4: MUNICÍPIO DE UBERABA, 1860-1900: EVOLUÇÃO DO PREÇO DA TERRA DE CULTURA E CAMPOS DE CRIAR, POR ALQUEIRE, EM MIL-RÉIS.	177
GRÁFICO 5: MUNICÍPIO DE UBERABA, 1860-1900: EVOLUÇÃO DO PREÇO DA TERRA DE CULTURA E CAMPOS DE CRIAR, POR ALQUEIRE, EM <i>PENCE</i> DE LIBRA ESTERLINA.	177
GRÁFICO 6: UBERABA, 1860-1900: EVOLUÇÃO DAS FORMAS DE RIQUEZA PARA AS MAIORES FORTUNAS, EM PERCENTUAL DO VALOR TOTAL, CALCULADO PARA CADA INVENTÁRIO.	179
GRÁFICO 7: UBERABA, 1860-1900: PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS IMÓVEIS RURAIS, IMÓVEIS URBANOS E ESCRAVOS NA FORMAÇÃO DA RIQUEZA DA ELITE UBERABENSE.	180
GRÁFICO 8: UBERABA, 1860-1888: COMPARAÇÃO ENTRE O PREÇO DO ESCRAVO DE 15 A 35 ANOS, DO SEXO MASCULINO E 100 ALQUEIRES DE TERRA DE CULTURA, EM MIL RÉIS.	181
GRÁFICO 9: UBERABA, 1870 - 1900: PERCENTUAL DE TERRAS HERDADAS E COMPRADAS NOS INVENTÁRIOS <i>POST MORTEM</i> .	182
GRÁFICO 10: MUNICÍPIO DE UBERABA, 1870-1900: PERCENTUAL DO VALOR TOTAL DE TERRAS COMPRADAS, POR CATEGORIA DE PROPRIETÁRIOS RURAIS, CLASSIFICADOS SEGUNDO O TAMANHO DE SUAS PROPRIEDADES.	183
GRÁFICO 11: MINAS GERAIS, 1860-1888: COEFICIENTE DE MASCULINIDADE DA POPULAÇÃO ESCRAVA DE UBERABA, COMPARADA AOS DE OUTRAS REGIÕES DA PROVÍNCIA.	197
GRÁFICO 12: MINAS GERAIS, 1860-1888: COMPARAÇÃO ENTRE A PROPORÇÃO DE ESCRAVOS DO SEXO MASCULINO EM IDADE PRODUTIVA (15 A 40 ANOS) NO TOTAL DA POPULAÇÃO MANCEIRA, DE UBERABA E OUTRAS DUAS LOCALIDADES MINEIRAS.	198
GRÁFICO 13: PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO ESCRAVA UBERABA NA DÉCADA DE 1860.	199
GRÁFICO 14: PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO ESCRAVA DE SÃO JOSÉ E SÃO JOÃO DEL REI NA DÉCADA DE 1860.	200
GRÁFICO 15: MINAS GERAIS, 1860-1888: EVOLUÇÃO DO PREÇO DO ESCRAVO ENTRE 15 A 40 ANOS EM UBERABA, COMPARADO À REGIÃO MINERADORA CENTRAL E ZONA DA MATA.	202
GRÁFICO 16: UBERABA, 1860-1900 EVOLUÇÃO DA PROPORÇÃO DE NÃO PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS E TERRAS NOS INVENTÁRIOS <i>POST MORTEM</i> .	210
GRÁFICO 17: UBERABA, 1860-1869: PORCENTAGEM DE PROPRIEDADES RURAIS COM ATIVIDADES DE FIAÇÃO E TECELAGEM, POR TAMANHO DE PROPRIEDADE.	233
GRÁFICO 18: UBERABA, 1860-1900: PREÇO DO GARROTE DE DOIS ANOS, EM MIL-RÉIS.	237
GRÁFICO 19: UBERABA, 1860-1900: PREÇO DO GARROTE DE DOIS ANOS, EM <i>PENCE</i> .	237
GRÁFICO 20: VOLUME DE SAL EMBARCADO PELA COMPANHIA MOGIANA PARA O TRIÂNGULO MINEIRO, EM TONELADAS, ENTRE 1889 E 1900.	245
GRÁFICO 21: VOLUME DE ANIMAIS EMBARCADOS PELA COMPANHIA MOGIANA NO TRIÂNGULO MINEIRO, EM TONELADAS, ENTRE 1889 E 1900.	246
GRÁFICO 22: VOLUME DE CAFÉ EMBARCADO PELA COMPANHIA MOGIANA NO TRIÂNGULO MINEIRO, EM TONELADAS, ENTRE 1889 E 1900.	246
GRÁFICO 23: UBERABA, 1870-1900: PERCENTUAL DE PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS URBANOS COM PROPRIEDADE RURAL.	260
GRÁFICO 24: UBERABA, 1860-1900: PREÇO MÉDIO, EM MIL-RÉIS, DOS IMÓVEIS EM TRÊS BAIRROS.	275

Índice de mapas:

MAPA 1: TRIÂNGULO MINEIRO.	40
MAPA 2: FARINHA PODRE, 1750 A 1816: ALDEAMENTOS INDÍGENAS E FAIXA DE TERRAS ALDEANAS.	76
MAPA 3: CAPITANIA DE MINAS GERAIS, 1714: DIVISÃO DAS COMARCAS E RESPECTIVAS CAPITAIS.	85
MAPA 4: MINAS GERAIS, 1816: DIVISÃO DAS COMARCAS.	90
MAPA 5: PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS, 1868: DIVISÃO EM COMARCAS.	93
MAPA 6: PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS: REGIONALIZAÇÃO PARA O SÉCULO XIX.	96
MAPA 7: SERTÃO DA FARINHA PODRE: SESMARIAS CONCEDIDAS PELO GOVERNO DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS NO TERMO DO DESEMBOQUE ENTRE 1818 E 1822 (LOCALIZAÇÃO APROXIMADA).	103
MAPA 8: SERTÃO DA FARINHA PODRE: SESMARIAS CONCEDIDAS PELO GOVERNO DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS ENTRE 1818 E 1822, NO TERMO DO DESEMBOQUE, PLOTADAS SOBRE CARTA DE SOLOS.	104
MAPA 9: SERTÃO DA FARINHA PODRE: ARRAIAIS FUNDADOS ATÉ 1820 E ALDEAMENTOS INDÍGENAS.	105
MAPA 10: OESTE DE MINAS GERAIS, 1830: JULGADOS DO DESEMBOQUE E ARAXÁ.	107
MAPA 11: SERTÃO DA FARINHA PODRE, 1848: DIVISÃO DE MUNICÍPIOS.	109
MAPA 12: SERTÃO DA FARINHA PODRE, 1870: DIVISÃO DE MUNICÍPIOS.	110
MAPA 13: TRIÂNGULO MINEIRO, 1885: DIVISÃO DE MUNICÍPIOS.	111
MAPA 14: TRIÂNGULO MINEIRO, 1888: DIVISÃO DE MUNICÍPIOS.	112
MAPA 15: SERTÃO DA FARINHA PODRE: REDE DE ESTRADAS EM 1840.	114
MAPA 16: TRIÂNGULO MINEIRO: VIAGEM DE FRANCISCO ELIAS DE OLIVEIRA EM 1897.	119
MAPA 17: SERTÃO DA FARINHA PODRE E SUDOESTE DE GOIÁS: ESTRADAS E DATAS DA FUNDAÇÃO DE ARRAIAIS GOIANOS NO SÉCULO XIX.	124
MAPA 18: SERTÃO DA FARINHA PODRE, 1872. POPULAÇÃO NAS FREGUESIAS COM BASE NOS DADOS DO RECENSEAMENTO DO IMPÉRIO.	132
MAPA 19: FARINHA PODRE, 1872: DENSIDADES DEMOGRÁFICAS POR FREGUESIA, A PARTIR DOS DADOS DO RECENSEAMENTO DO IMPÉRIO.	133
MAPA 20: FARINHA PODRE, 1872: COEFICIENTE DE CENTRALIDADE DAS VILAS E ARRAIAIS.	135
MAPA 21: FARINHA PODRE, 1857: LINHAS DOS CORREIOS E CIDADES ABRANGIDAS PELA AGÊNCIA POSTAL DE UBERABA.	140
MAPA 22: TRIÂNGULO MINEIRO, 1881: LINHAS E AGÊNCIAS DOS CORREIOS.	141
MAPA 23: TRIÂNGULO MINEIRO, 1897: TRAJETO DO RAMAL CATALÃO DA COMPANHIA MOGIANA. ESTAÇÕES PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS.	151
MAPA 24: MUNICÍPIO DE UBERABA (MG), 1860-1879: LOCALIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS INVENTARIADAS.	167
MAPA 25: MUNICÍPIO DE UBERABA (MG), 1860-1879: LOCALIZAÇÃO DOS SÍTIOS INVENTARIADOS, SOBRE CARTA DE SOLOS.	168
MAPA 26: UBERABA (MG), 1861: PROPRIEDADES DE ANTÔNIO RODRIGUES MENDES.	171
MAPA 27: MINAS GERAIS, 1872: PROPORÇÃO DE ESCRAVOS NA POPULAÇÃO TOTAL.	193
MAPA 28: TRIÂNGULO MINEIRO, 1872: PROPORÇÃO DE ESCRAVOS NA POPULAÇÃO, POR FREGUESIA.	195
MAPA 29: TRIÂNGULO MINEIRO, 1872: DISTRIBUIÇÃO, POR FREGUESIA, DOS ASSALARIADOS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO LIVRE.	207
MAPA 30: TRIÂNGULO MINEIRO: 1872-1890: CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO RELATIVO, POR DISTRITO.	ERRO!
INDICADOR NÃO DEFINIDO.	
MAPA 31: MINAS GERAIS, 1831-1832: REGIÕES EXPORTADORAS E IMPORTADORAS DE DERIVADOS DA CANA. ...	226
MAPA 32: UBERABA, 1860-1879: LOCALIZAÇÃO DOS ENGENHOS DE CANA NO MUNICÍPIO.	229
MAPA 33: MINAS GERAIS, 1872: ROTAS DO COMÉRCIO DE GADO ENTRE O TRIÂNGULO MINEIRO E O RIO DE JANEIRO, E NÚCLEOS MERCANTIS INTERMEDIÁRIOS. OS CÍRCULOS QUE REPRESENTAM OS CENTROS URBANOS SÃO PROPORCIONAIS AO NÚMERO DE COMERCIANTES.	238
MAPA 34: UBERABINHA, C. 1900: PLANTA URBANA COM EVOLUÇÃO DO TRAÇADO ANTERIOR E POSTERIOR À IMPLANTAÇÃO DA FERROVIA MOGIANA.	265
MAPA 35: UBERABA, 1855: PLANTA DA VILA.	268
MAPA 36: UBERABA, 1880: PLANTA DA CIDADE.	269
MAPA 37: UBERABA, 1900: PLANTA DA CIDADE.	271

Índice de Quadros

QUADRO 1: POPULAÇÃO DO SERTÃO DA FARINHA PODRE, POR FREGUESIA, EM 1872.	131
QUADRO 2: UBERABINHA, 1870: INVENTÁRIO DOS BENS DA FAZENDA SÃO FRANCISCO.	222
QUADRO 3: UBERABA, 1860-1900: Ocorrências de cultivos e estoques de mantimentos em inventários <i>POST MORTEM</i>	243

Índice de Tabelas

TABELA 1: TRIÂNGULO MINEIRO, 1872: PROFISSÕES CENTRAIS E COEFICIENTE DE CENTRALIDADE.	135
TABELA 2: UBERABA, 1860-1869: CÁLCULO DO ÍNDICE DE GINI PARA POSSE FUNDIÁRIA, EM FUNÇÃO DO VALOR DAS POSSES.	173
TABELA 3: MINAS GERAIS, DÉCADA DE 1850: ÍNDICE DE GINI PARA DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS EM ALGUMAS REGIÕES DA PROVÍNCIA.	174
TABELA 4: MUNICÍPIO DE UBERABA, 1860-1890: EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI PARA POSSE FUNDIÁRIA.	175
TABELA 5: MUNICÍPIO DE UBERABA, 1860-1900: EVOLUÇÃO DO PREÇO DA TERRA DE CULTURA E CAMPOS DE CRIAR, POR ALQUEIRE, EM MIL RÉIS E EM <i>PENCE</i> DE LIBRA ESTERLINA.	178
TABELA 6: UBERABA, 1860-1900: EVOLUÇÃO DAS FORMAS DE RIQUEZA PARA AS MAIORES FORTUNAS, EM PERCENTUAL DO VALOR TOTAL, CALCULADO PARA CADA INVENTÁRIO.	179
TABELA 7: UBERABA, 1860-1888: COMPARAÇÃO DO PREÇO DO ESCRAVO DE 15 A 35 ANOS, DO SEXO MASCULINO, E 100 ALQUEIRES DE TERRA DE CULTURA, EM MIL RÉIS.	181
TABELA 8: UBERABA, 1870-1888: NÚMERO MÉDIO DE ESCRAVOS, POR CATEGORIA DE PROPRIETÁRIO.	182
TABELA 9: MUNICÍPIO DE UBERABA, 1870-1900: TOTAL DO VALOR DE TERRAS COMPRADAS, POR CATEGORIA DE PROPRIETÁRIOS RURAIS, EM MIL RÉIS.	184
TABELA 10: UBERABA, 1860-1869: DISTRIBUIÇÃO MÉDIA DA POSSE DE ESCRAVO POR TIPO DE PROPRIETÁRIO SEGUNDO O NÍVEL DE FORTUNA, E PORCENTAGEM DO PATRIMÔNIO FORMADO POR ESCRAVOS.	191
TABELA 11: MINAS GERAIS, 1872: POPULAÇÃO TOTAL E ESCRAVA SEGUNDO A REGIÃO.	192
TABELA 12: TRIÂNGULO MINEIRO, 1872: POPULAÇÃO TOTAL, POPULAÇÃO ESCRAVA E PROPORÇÃO DE ESCRAVOS NA POPULAÇÃO, POR FREGUESIA.	194
TABELA 13: MINAS GERAIS, 1860-1888: COEFICIENTE DE MASCULINIDADE DA POPULAÇÃO ESCRAVA DE UBERABA, COMPARADO AOS DE OUTRAS REGIÕES DA PROVÍNCIA.	197
TABELA 14: MINAS GERAIS, 1860-1888: COMPARAÇÃO ENTRE A PROPORÇÃO DE ESCRAVOS DO SEXO MASCULINO EM IDADE PRODUTIVA (15 A 40 ANOS) NO TOTAL DA POPULAÇÃO MASCULINA, DE UBERABA E OUTRAS DUAS LOCALIDADES MINEIRAS.	198
TABELA 15: POPULAÇÃO ESCRAVA, DISTRIBUÍDA POR FAIXA ETÁRIA, EM UBERABA, ENTRE 1860 E 1869.	199
TABELA 16: POPULAÇÃO ESCRAVA, DISTRIBUÍDA POR FAIXA ETÁRIA, EM SÃO JOSÉ E SÃO JOÃO DEL REI, ENTRE 1860 E 1869.	200
TABELA 17: MINAS GERAIS, 1860-1869: TAXA DE FECUNDIDADE DAS MULHERES ESCRAVAS DE UBERABA, COMPARADA À DE OUTRAS LOCALIDADES DA PROVÍNCIA.	201
TABELA 18: TRIÂNGULO MINEIRO, 1872: PROPORÇÃO DE JORNALEIROS ASSALARIADOS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO LIVRE.	206
TABELA 19: UBERABA, 1860-1900 EVOLUÇÃO DA PROPORÇÃO DE NÃO PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS NOS INVENTÁRIOS POST MORTEM.	210
TABELA 20: TRIÂNGULO MINEIRO: POPULAÇÃO DOS DISTRITOS EM 1872 E 1890, E CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO RELATIVO.	213
TABELA 21: NÚMERO DE ENGENHOS DE CANA DOS PRINCIPAIS ESPAÇOS CANAVIEIROS DO BRASIL, 1836-1852.	225
TABELA 22: TRIÂNGULO MINEIRO E UBERABA, 1832/33-1860/79: DISTRIBUIÇÃO DOS ENGENHOS POR POSSE DE ESCRAVOS, POR UNIDADE.	227
TABELA 23: UBERABA, 1860-1879: PRESENÇA DE CARPINTARIA, FIAÇÃO, TECELAGEM E PECUÁRIA NAS FAZENDAS COM ENGENHOS DE CANA. COMPARAÇÃO ENTRE TODAS AS UNIDADES E UNIDADES COM MAIS DE 10 ESCRAVOS.	228
TABELA 24: UBERABA, 1860-1869: PORCENTAGEM DE PROPRIEDADES RURAIS COM ATIVIDADES DE FIAÇÃO E TECELAGEM, E NÚMERO MÉDIO DE ESCRAVOS, RODAS DE FIAR E TEARES, POR TAMANHO DE PROPRIEDADE.	231
TABELA 25: UBERABA, 1860-1890: TAMANHO MÉDIO DO REBANHO BOVINO, POR DIMENSÃO DE PROPRIEDADE DA TERRA.	249
TABELA 26: UBERABA, 1860-1900: EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE PEQUENAS, MÉDIAS E GRANDES PROPRIEDADES RURAIS COM OFÍCIOS.	254
TABELA 27: UBERABA, 1860-1900: EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE PEQUENAS, MÉDIAS E GRANDES PROPRIEDADES RURAIS COM OFÍCIOS.	255
TABELA 28: UBERABA, 1870-1900: EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE RIQUEZA NA FORMA DE IMÓVEIS URBANOS E PERCENTUAL DOS INVENTARIADOS QUE POSSUEM IMÓVEIS URBANOS E RURAIS, DIVIDIDOS POR FAIXA DE RIQUEZA.	262
TABELA 29: UBERABA, 1870-1900: ENDEREÇOS DAS CASAS COMERCIAIS.	268
TABELA 30: UBERABA, 1860-1900: PREÇO MÉDIO DOS IMÓVEIS E OCORRÊNCIA EM INVENTÁRIOS POST MORTEM, AGRUPADOS SEGUNDO O BAIRRO.	274

Introdução

Em 1905, inaugurava-se a luz elétrica em Uberaba. Para marcar aquele evento tão importante, a Câmara Municipal organizou uma quermesse, realizada em frente à Igreja Matriz. Chovia naquela tarde de 31 de dezembro, o que não impediu que a praça se enchesse de gente: bandos de crianças comiam doces e amendoins, enquanto os homens se reuniam em rodas de conversa, esperando que, do coreto, as autoridades dessem início à solenidade (figura 1). Ali estavam o bispo, o vigário, o juiz da Comarca, o delegado de polícia, o agente executivo e os vereadores, representantes das câmaras do Prata, Uberabinha, Monte Alegre, para presenciar o momento em que o octogenário Coronel Borges Sampaio iria acender as luzes da cidade. Enquanto isso, o engenheiro Gomes de Castro, representante da *Guinle & Comp.* do Rio de Janeiro, percorria os postes pela última vez, revisando detalhes técnicos (SAMPAIO, 2001).

Figura 1: inauguração da luz elétrica em Uberaba (1905).
Fonte: Arquivo Público de Uberaba.

Por fim, após os discursos, o velho coronel fechou a chave da corrente e, instantaneamente, acenderam-se quarenta e duas lâmpadas de mil velas cada uma, iluminando toda a Rua Municipal, logo abaixo da praça, e o Jardim Público. Ao estrondo de bombões e pipocar de foguetes, a banda *União Uberabense* começou a tocar, abafada pelas palmas e exaltações da multidão. Já era início da noite, mas

aquele prodígio da técnica permitiu que a multidão visse, de cima do coreto, o Coronel Sampaio fazer a sua preleção. Nela, o ancião, nascido em 1827, dava o testemunho de sua perplexidade ante as mudanças ocorridas no mundo nas últimas décadas de sua existência:

Graças à perseverança do labor, na aplicação desta parte das ciências físicas, o homem, pela eletricidade, conseguiu facilitar ao mundo a palavra escrita, pelo telégrafo; a palavra falada, pelo telefone; o veículo para o transporte às distâncias, o motor, que nas oficinas industriais prepara os artefatos, para as várias necessidades da vida e gozo sociais; a terapêutica, reanimando o organismo e aliviando padecimentos; a luz, sucedânea da solar, que alumia (SAMPAIO, 2001, p. 219).

A despeito do seu assombro, mostrou total confiança num futuro dominado pela técnica e pela ciência:

Não verei esse progresso na minha vida acima de octogenária e próxima a extinguir-se; também não assombrará o espírito dos vindouros, pela cópia abundante dos prodígios, como a observação tocou-me na obscuridade do meu entendimento; por terem adquirido o uso da razão já rodeados das maravilhas que surpreenderam-me nos últimos três quartos do século findo em que vivi; por isso consigno parabéns à posteridade (SAMPAIO, 2001, p. 220).

O fascínio de Antônio Borges Sampaio — comerciante, farmacêutico, correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, memorialista, que deixou uma importante obra retratando a Uberaba da segunda metade do século XIX — perante a rápida transformação do mundo que o rodeava era compartilhado por todos os seus contemporâneos na *Belle Époque*. Nós, observadores privilegiados pela distância histórica, damos-lhe razão. As três últimas décadas do século XIX assistiram a uma vertiginosa escalada tecnológica, de novas descobertas e do uso extensivo, planetário, de tecnologias mais antigas, que até então, restringiam-se a poucas partes do mundo (SCHWARCZ, 2002).

A *revolução tecnológica* era perceptível no cotidiano de quem vivia aquele período. Pontes e construções de madeira e pedra eram substituídas por estruturas metálicas, graças às novas técnicas de fundição do aço em altos fornos. Ferrovias e navios a vapor alcançavam os lugares mais remotos: a volta ao mundo poderia ser feita em oitenta dias, como no romance de Julio Verne. A comunicação tornara-se instantânea, com o telégrafo e o telefone, até entre a Europa e a América, devido aos cabos submarinos transatlânticos. Novas invenções, como o aeróstato, o cinematógrafo, o gramofone e o automóvel, prenunciavam um futuro de avanços

surpreendentes. A perplexidade, o fascínio, a confiança cega na ciência eram sentimentos que andavam juntos.

Desde a Grande Depressão do século XIX (1870-1890), a *economia-mundo* (WALLERSTEIN, 1976), com centro na Europa e nos Estados Unidos, sofria uma alteração em sua dinâmica, fundamentada na crescente transnacionalização de capitais, no aumento do comércio internacional e na partilha imperialista da Ásia e África. Na América Latina, em particular, ocorria o aprofundamento da dependência econômica em relação ao capitalismo britânico. No Brasil, só então as estruturas econômicas passavam a ser regidas pela lógica do modo de produção capitalista, à medida em que a cafeicultura do Sudeste e, em segundo plano, a borracha amazônica dominavam as exportações do país.

Todas essas mudanças caracterizaram uma *transição*, intensamente percebida por quem a testemunhou, ainda que numa longínqua cidade do Triângulo Mineiro, extremo oeste de Minas Gerais. A Uberaba iluminada pela luz elétrica, que o velho Borges Sampaio simbolicamente acendeu em 1905, era mesmo muito diferente daquela que ele, jovem imigrante português, encontrara em 1847. Além do mundo que se transformava e do país que se modernizava, a cidade havia se tornado um dos principais centros urbanos do interior do Brasil, nas últimas quatro décadas do século XIX.

Por situar-se no entroncamento das estradas que ligavam São Paulo a Goiás e à capital do Império ao Mato Grosso, muitos mercadores de víveres e negociantes de gado estabeleceram-se em Uberaba na segunda metade do século XIX, gerando um ambiente propício ao investimento em atividades de perfil tipicamente urbano. Em 1882, foi fundada a fábrica de tecidos Cassu, movida a maquinaria hidráulica, com mão de obra assalariada, e que se abastecia do algodão fornecido pelos arredores e pelo município vizinho de Monte Alegre (LIBBY, 1988). A extensão dos trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro até a cidade, em 1889, ligara a região do Triângulo Mineiro de forma definitiva à economia paulista. As atividades comerciais e a produção de excedentes na região multiplicaram-se, e centenas de imigrantes estrangeiros lá se instalaram em atividades comerciais e de ofícios (PONTES, 1978). Em 1894, por iniciativa da elite local de fazendeiros, criara-se o Instituto Zootécnico de Uberaba, para a formação de técnicos de nível superior no ramo agropecuário. Fazendeiros locais, quatro anos depois, trouxeram da Índia os primeiros espécimes de gado zebu, que se tornaria a atividade distintiva de Uberaba em todo o Brasil (COUTINHO, 2004).

Os trilhos da Mogiana também foram estendidos a outras duas cidades ao norte: Uberabinha¹, em 1895, e Araguari, em 1896. Nessas cidades, transformações semelhantes às de Uberaba ocorreram na economia: fortalecimento de uma elite mercantil; investimentos urbanos em indústrias de beneficiamento da produção agrícola; aumento da produtividade nas atividades agropecuárias, com a introdução de técnicas científicas e imigração estrangeira, ligada, sobretudo, ao estabelecimento de oficinas e casas comerciais.

Simultaneamente às mudanças na economia, ocorriam transformações no espaço urbano. Até a década de 1870, todos os núcleos urbanos e proto-urbanos² exibiam a paisagem característica das aglomerações sertanejas do Brasil colonial: um adro retangular no centro da localidade, dominado por uma igreja ou capela, ladeado por edificações de taipa ou adobe, com arruamento perpendicular nos lados. À frente do templo, o cemitério e, dos lados, espaço livre para as procissões (LOURENÇO, 2003). Estes arraiais sertanejos, nos anos seguintes àquela década, foram substituídos por cidades republicanas típicas da *Belle Epoque*, processo simultâneo à modernização que acontecia nas grandes cidades do Brasil. Uberaba, Uberabinha e Araguari tiveram suas plantas urbanas ampliadas e modificadas com a chegada da ferrovia, entre 1888 e o final do século. Estas cidades, nascidas nas vertentes de córregos e rios, estenderam seus traçados até as estações ferroviárias e trilhos, que normalmente atravessavam o alto das chapadas. Esses prolongamentos se fizeram por avenidas largas e ajardinadas, em linha reta, interrompidas por praças ladeadas por edifícios públicos.

Havia, enfim, uma transição em curso, quer a vejamos no *território nacional*, na *região* ou no *lugar*. Este trabalho propõe entender a natureza dessa transição em duas perspectivas: diacronicamente, durante as quatro últimas décadas do século XIX e, sincronicamente, naquelas três escalas.

Partiremos do entendimento de que as mudanças na economia-mundo, ocorridas nas últimas décadas dos Oitocentos, foram simultâneas à transição, no Brasil, de uma formação social não capitalista para uma outra, dominada pelo modo de produção capitalista. Tal transição, que se deu no âmbito mais geral da economia e da sociedade nacionais, pôde ser vivida pela experiência cotidiana das pessoas: na paisagem, nas técnicas, nas relações de trabalho; noutras palavras, no *lugar*.

¹ Hoje Uberlândia.

² Chamamos de núcleos proto-urbanos as localidades que, não obstante possuírem edificações aglomeradas, atividades religiosas e comércio, ainda tinham populações flutuantes maiores que as fixas e, em sua maioria, tornaram-se posteriormente cidades (LOURENÇO, 2003).

Além disso, as mudanças também alteraram as *configurações territoriais*: cidades, fluxos, vias, exploração dos recursos naturais. Tais dimensões da vida real só podem ser completamente compreendidas por meio do conceito de *formação sócio-espacial*, desenvolvido por Milton Santos (2002), mais amplo que o de formação social (FRAGOSO, 1998), por incluir também o espaço.

Assim, a hipótese de trabalho, aqui formulada na perspectiva da geografia, é a de que, concomitantemente à transição para uma formação econômico-social dominada pelo modo de produção capitalista, iniciou-se uma transição para uma formação sócio-espacial capitalista, perceptível nas escalas do território e do lugar, na região do Triângulo Mineiro, durante as últimas quatro décadas do século XIX. Essa transição foi vivida nos planos da configuração territorial, das técnicas e das paisagens urbana e rural, e foi percebida pela população coeva, que a chamou de *civilização*.

Analisaremos, por meio de documentação primária — em grande parte inédita — e fontes secundárias, o evoluir da conjuntura social, econômica e geográfica entre 1860 e 1900, na região do Triângulo Mineiro, nos aspectos da configuração territorial, estrutura fundiária, atividades econômicas, sistemas técnicos e espaço urbano. Questionaremos se as mudanças nas conjunturas analisadas foram suficientemente profundas para caracterizar uma transição, isto é, uma *mudança estrutural* na formação sócio-espacial, o que só será feito ao final do trabalho. Será necessário responder, em seguida, se tal transição, caso tenha ocorrido, confirma a hipótese inicial, isto é, de que ela tenha se dado no sentido do desenvolvimento de uma formação dominada pelo capitalismo.

O propósito deste trabalho é contribuir em quatro níveis distintos para o conhecimento geográfico. Em primeiro lugar, pretendemos demonstrar que cada formação econômico-social corresponde a formas espaciais específicas, ou seja, é possível construir um modelo de análise geográfica fundamentado na noção de formação sócio-espacial. Em segundo lugar, ao realizar um trabalho de geografia histórica, tencionamos comprovar, por meio de um estudo de caso, que o método geográfico é adequado à abordagem de configurações espaciais do passado. Em terceiro lugar, almejamos sistematizar uma metodologia das geografias do passado, fazendo uso de categorias e métodos desenvolvidos por Carl Sauer, Milton Santos, Paul Claval e Maurício de Abreu. Finalmente, tem por finalidade contribuir para o conhecimento histórico e geográfico da região do Triângulo Mineiro do final do século XIX, tema ainda pouco abordado pela historiografia e geografia acadêmicas.

A geografia dispõe de um amplo corpo conceitual, que, como seria de esperar numa ciência já antiga, passou por várias interpretações e significações nas mãos de teóricos de diferentes escolas e épocas. Além disso, existem conceitos que têm significados distintos em outras ciências. À medida que tais conceitos se fizerem necessários, vale buscar um consenso mínimo, num trabalho que lida com contribuições vindas de diversas disciplinas.

O primeiro capítulo esclarecerá os conceitos centrais e as metodologias usadas neste trabalho, desenvolvidas com base na leitura das obras de Milton Santos, Paul Claval, Carl Sauer e Fernand Braudel. No diálogo com essas produções, serão elucidadas possíveis contradições, confluências e complementaridades entre esses pensamentos.

O segundo capítulo expõe de maneira mais metódica a hipótese central, o que requer, antes, uma clara formulação de categorias como capitalismo, pré-capitalismo e formação sócio-espacial.

O terceiro capítulo abordará as mudanças na configuração territorial da região no período em estudo. Para isso, há um breve resumo da história de sua ocupação pioneira, ocorrida durante o período colonial e primeira metade do século XIX, com o objetivo de se entender a configuração existente até a década de 1860. Em seguida, serão discutidos critérios de regionalização e a dinâmica das divisões políticas sofridas pelo território ao longo do século XIX, simultaneamente ao seu processo de povoamento.

O quarto capítulo estudará a formação da rede urbana na região e as transformações sofridas por ela ao longo daquele século. A ênfase será dada na rede viária, para entender sua estrutura antes e depois da ferroviarização, ocorrida na última década do século XIX.

No quinto capítulo, será analisada a estrutura fundiária da região, a partir das informações contidas nos inventários *post mortem* de Uberaba. O objetivo é entender as modificações nas formas de posse, distribuição e mercantilização da terra entre 1860 e 1900.

O sexto capítulo versará a transição do trabalho escravo para o trabalho livre na região. Serão analisadas, em primeiro lugar, as especificidades que a escravidão assumiu no Triângulo Mineiro, com base em inventários *post mortem* e dados do Recenseamento do Império (1876). Em seguida, serão vistas as formas de trabalho livre que ali se desenvolveram e o impacto do fim da escravidão para a economia regional.

A *fazenda mineira*, isto é, a unidade de produção agropastoril específica da economia de Minas Gerais dos Oitocentos, e a forma particular que assumiu no Triângulo Mineiro, será objeto do sétimo capítulo. Serão estudadas as técnicas de produção, com ênfase na produção de açúcar e aguardente nos engenhos, fiação e tecelagem, pecuária e técnicas de cultivo. A finalidade será entender as transformações sofridas por esses sistemas técnicos nas últimas décadas do século XIX.

No capítulo 9, a evolução do espaço urbano da região será considerada numa perspectiva diacrônica, que objetiva entender a dinâmica da ocupação do solo urbano na região frente às transformações sofridas pela sociedade brasileira naquele período.

A toponímia primitiva foi mantida, porém a versão atual será sempre referida por notas de rodapé, quando um nome for usado pela primeira vez no texto. As grafias originais foram atualizadas.

1 Considerações teórico-metodológicas

1.1 *Por uma geografia do passado*

Os estudos em geografia histórica preenchem uma grande lacuna na ciência geográfica: a compreensão das espacialidades do passado, isto é, de como se afiguravam para as sociedades humanas, noutras épocas, as distâncias e as proximidades, os territórios e as paisagens, e como concretamente reproduziam suas vidas nos lugares, por meio dos objetos dos quais dispunham e das ações que eram capazes de realizar. Tais estudos vêm aumentando em número e qualidade nos últimos anos, no Brasil (ABREU, 1994, 1996, 1997; VASCONCELOS, 1997; MORAES, 2000, 2002), rompendo com o dogma que afirmava ser a geografia o estudo apenas do tempo presente.

Esse dogma, provavelmente, surgiu na geografia francesa do final do século XIX, quando sua institucionalização como ciência se deu após longo embate com os historiadores acadêmicos, que viam a geografia apenas como uma ciência auxiliar da história (ABREU, 2000). Diante da necessidade de constituir instrumental metodológico e epistemologia próprios, os geógrafos apressaram-se em delimitar campos distintos para a geografia e a história, numa fórmula que, então, parecia simples: se a história lida com o passado, a geografia lida com o presente.

Quem é geógrafo sabe abrir os olhos e ver! (...) Conseqüentemente, o método geográfico (...) é um método que privilegia o estudo exato, preciso, do que existe hoje (...) Adquiramos conhecimento daquilo que existe, do estado geográfico do presente, sem sermos obrigados a estudar primeiro a origem e as transformações históricas dos fenômenos (...) Os geógrafos não devem se transformar em historiadores. (BRUNHES, *apud* ABREU, 2000, p. 14).

A proposta de Brunhes, de 1912, era de que a geografia estudasse o presente desistoricizado, isto é, tomasse o espaço por acabado e abstraísse sua gênese. Preocupava-se com as longas introduções históricas das teses geográficas, que, perigosamente, confundiam geografia e história (ABREU, 2000).

Essa postura teórica configurou-se também na escola norte-americana, principalmente entre os geógrafos de Chicago dos anos 1930 e 1940. Em um artigo de 1941, Carl Sauer (1967) queixava-se da falta de interesse, da parte dos geógrafos de seu país, nos processos históricos, abandonando a tradição, que vinha de Hettner e seus seguidores, da geografia como uma ciência genética, interessada

nas origens e processos. Sauer criticava a postura teórica de geógrafos como Richard Hartshorne, que dirigiu sua dialética contra a geografia histórica, e H. Barrows, com sua *Geography as Human Ecology*, autores em cujas obras identificou o que chamou de o *Grande Recuo* da geografia. O resultado, segundo Sauer, foi:

(...) uma tentativa de criar uma ciência natural do ambiente humano, cujas relações foram gradualmente suavizadas do termo “controle” para “influência”, “adaptação” ou “ajuste”, e finalmente para a algo litúrgica “resposta”. Dificuldades metodológicas em encontrar tais relações levaram posteriormente a mais restrições, a uma descrição não genética do conteúdo humano das áreas, às vezes chamado corografia, aparentemente na esperança de que, dessa forma e por esses estudos, se poderia acrescentar ao conhecimento sistemático (SAUER, 1967, p. 352-353, tradução nossa)

Segundo o autor, essa geografia que dispensava processos históricos e culturais era produto de condições específicas do Meio Oeste norte-americano da época: uma civilização baseada inteiramente em recursos naturais, e uma economia fundada na lógica formal do custo e do retorno:

O crescimento da geografia americana ocorreu quando parecia razoável concluir que, sob qualquer situação de ambiente natural, há uma melhor e maior expressão econômica de uso, ajuste ou resposta. O *corn belt* não é a expressão lógica do solo e clima das pradarias? Sua capital, Chicago, não mostra no caráter e energia do seu crescimento o destino manifesto inerente à sua posição na extremidade sul do Lago Michigan, à margem leste das pradarias? (SAUER, 1967, p 354, tradução nossa)

A geografia que renunciara à história transformara-se, assim, num saber estéril, descritivo e distorcido da realidade. Ao negar a gênese dos elementos do espaço, restava descrevê-los, quantificá-los e encaixá-los em modelos abstratos. A “ditadura do presente” (ABREU, 2000) acabou levando a uma armadilha: ao renunciar o estudo da gênese do seu objeto, essa geografia abriu mão de seu *status* de ciência e tornou-se mero saber corográfico. No Brasil, essa escola, conhecida como geografia teórica ou pragmática, foi muito criticada por autores identificados com a chamada geografia crítica dos anos 1980, como Antônio Carlos Robert Moraes:

Um questionamento levado ao conjunto de propostas que constituem a geografia pragmática incide no empobrecimento que ela introduz na reflexão geográfica. A geografia tradicional, em função da prática da observação direta (...) concebia o espaço em sua riqueza (em sua complexidade). A geografia pragmática, ao romper com estes procedimentos, simplifica arbitrariamente o universo da análise geográfica, torna-o mais abstrato, mais distante do realmente existente. Seus autores empobrecem a geografia, ao conceber as múltiplas relações entre os elementos da paisagem

como relações matemáticas, meramente quantitativas. Empobrecem a geografia ao conceber a superfície da Terra (...) como um espaço abstrato de fluxos, ou uma superfície isotrópica, sob a qual se inclina o planejador, e assim a desistoricizam e a desumanizam (MORAES, 1990, p. 109-110)

Segundo o mesmo autor, num texto mais recente, “a geografia vista como história do presente (...) é posta como uma realidade pós-histórica, o domínio de uma atualidade que só pode ser apreendida funcionalmente, isto é, cujo sentido escapa aos contemporâneos, logo à reflexão da história” (2002, p. 24).

Nos últimos anos, os trabalhos de geografia têm se preocupado em contextualizar historicamente seus objetos. No entanto ainda existe certa negligência em relação à gênese das configurações espaciais. Frequentemente, as teses e dissertações relegam a uma curta introdução a história da região, cidade ou lugar, sempre para trazê-la até o tempo presente, no qual se encontra o objeto de estudo que realmente interessa. Isto se deve, em parte, à insuficiência de estudos geográficos sobre o passado, que dariam, se realizados, fartos subsídios e novas perspectivas à geografia do presente. Os estudos feitos por historiadores, antropólogos, sociólogos e economistas sobre o passado histórico, geralmente, não utilizam a perspectiva geográfica, deixando uma lacuna que os estudiosos da geografia histórica deveriam preencher. Nas palavras de Maurício de Abreu:

O que precisamos hoje é de uma geografia que se liberte das amarras temporais que enquadraram no passado o que ela deveria estudar. A questão é novamente uma questão ontológica. A geografia não pode se definir como o estudo da duração do presente, ainda que seja este o palco preferencial da atuação do geógrafo. Sendo ela uma forma de abordagem do real, o que a distingue das outras ciências sociais são exatamente as questões que coloca para o entendimento desse real, da sociedade. E estas questões não podem ser apenas as do presente. (2000, p. 15)

Os historiadores, por seu turno, parecem não temer serem “contaminados” pela geografia, já que várias escolas historiográficas, há muito, trabalham na perspectiva do binômio tempo-espaço. Nesse sentido, a contribuição mais notável foi dada pela Escola dos *Annales*. A extensa obra de Fernand Braudel é o melhor exemplo de como o diálogo entre as duas ciências pode ser prolífico. Profundamente influenciado por Paul Vidal de La Blache, em sua obra de estréia — *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo* (1995) —, esse autor dedica toda a primeira parte, ao longo de quase 400 páginas, a uma análise exclusivamente geográfica de seu objeto de estudo, a região do Mediterrâneo no século XVI. Em sua obra da maturidade — *Civilização Material, Economia e Capitalismo* (1996, a, b e

c)—, a perspectiva geográfica está presente todo o tempo: na escala do *lugar*, na primeira parte da obra; da *região*, na segunda; e das *economias-mundo*, na terceira.

Historiadores contemporâneos também vêm utilizando abordagens que levem em conta técnicas e natureza como partes das sociedades humanas. Crosby (1993) demonstrou como espécies animais e vegetais, vírus e bactérias, armas e técnicas foram essenciais à conquista europeia do mundo e à formação do que chamou de neo-europas. Diamond (2001), num ensaio interdisciplinar, expôs a hipótese de que é possível entender a supremacia europeia com base nos aspectos geográficos da formação das civilizações do Velho Mundo. Ponting (2000) propôs reescrever a história do mundo, considerando aspectos ambientais e sistemas tecnológicos.

Embora a sincronia seja, por excelência, o plano da abordagem geográfica, os fatos geográficos não serão inteligíveis se sua gênese for negligenciada. As análises exclusivamente sincrônicas, que prescindam de estudos genéticos, tendem a ser iludidas pelas conjunturas, pois estas só são compreensíveis a partir das estruturas que a elas dão suporte. Estas só se fazem conhecer na perspectiva do tempo longo (BRAUDEL, 1992), isto é, ao se discernir, num recorte cronológico considerável, o que permanece, o que muda, que tendências novas afloram. Noutras palavras, a análise diacrônica é o que fundamenta os estudos de conjunturas. Não há como prescindir da história.

Este trabalho será conduzido simultaneamente nas perspectivas sincrônica e diacrônica. A primeira justifica-se pela natureza do objeto de estudo: o espaço nas escalas do território e do lugar. No entanto a idéia de *transição* impõe-se a todo o momento, o que exige também a perspectiva diacrônica. Noutras palavras, não existe, aqui, expectativa em relação à classificação que este texto possa vir a receber — trata-se de geografia histórica ou história geográfica? —, uma vez que o diálogo com as outras áreas do conhecimento é por demais prolífico para ser deixado de lado em nome de dogmas acadêmicos.

1.2 Sobre algumas categorias usadas na geografia

1.2.1 Espaço e técnica

Um estudo geográfico requer balizamento dos conceitos a serem utilizados, porquanto, a depender da tradição, época ou especialidade do autor, podem ter significados um pouco ou completamente diferentes. Como se sabe, muitas vezes, sequer se trata de autores distintos: um conceito pode mudar, nas mãos de um mesmo autor, ao longo do amadurecimento de sua obra. A abordagem aqui proposta considera o conceito de espaço desenvolvido por Milton Santos numa obra da maturidade (SANTOS, 2002): sistema de objetos e sistema de ações *em processo*. A idéia de espaço como processo, isto é, como um fazer-se permanente, rompe com as visões mecanicistas, desistoricizadas ou descritivas do real, presente em certas tradições geográficas. O espaço é o real em sua materialidade, formado por objetos e pelas ações que o animam, regidas por técnicas e normas que constituem a sociedade.

A concepção de espaço como evoluir histórico está presente no conceito miltoniano de totalização, contraposta à totalidade. Essa é a realidade tal como se encontra, acessível aos sentidos e à percepção humana. A compreensão da totalidade, no entanto, faz-se na essência que a movimenta, nas inúmeras e complexas interações que ocorrem em todo o mundo e que a atualizam a cada momento, e que dependem das sociedades humanas e do meio natural. A esse moto contínuo, gerador das totalidades, que é o real em processo, Santos chama de *totalização*. Assim, a totalidade acabada, perceptível na experiência empírica, corresponde aos conceitos geográficos de paisagem e configuração espacial. A totalização — as sociedades humanas reproduzindo-se no mundo material — corresponde ao espaço:

A totalidade está sempre em movimento, num incessante processo de totalização, nos diz Sartre. Assim, toda totalidade é incompleta, porque está sempre buscando totalizar-se. Não é isso mesmo o que vemos na cidade, no campo ou em qualquer outro recorte geográfico? Tal evolução retrata o movimento permanente que interessa à análise geográfica: a totalização já perfeita, representada pela paisagem e pela configuração territorial e a totalização que está se fazendo, significada pelo que chamamos de espaço (SANTOS, 2002, p. 119)

O espaço, na visão de Santos, é formado por objetos, mas objetos que só fazem sentido se reconhecidos e usados pelos homens, isto é, objetos preñes de

conteúdo simbólico e em ação, movidos pela sociedade. O espaço, assim, assegura a continuidade da história, pois os objetos (frutos de ações pretéritas) têm uma lógica, que é a estrutura do presente. Existe uma inércia nos objetos, uma herança presente na materialidade das coisas, que é permanentemente atualizada. Tal herança, resultado de ações, técnicas e concepções humanas passadas, é a própria história. É nesse sentido que o autor afirma ser a história *um meio*. Essa idéia — a materialidade pretérita como suporte da materialidade presente — é próxima da imagem marxiana de trabalho vivo, que revivifica o trabalho morto, acumulado como meios de produção:

O trabalho vivo deve apoderar-se [das] coisas, despertá-las dentre os mortos, transformá-las de valores de uso apenas possíveis em valores de uso reais e efetivos. Lambidas pelo fogo do trabalho, apropriadas por ele como seus corpos, animadas a exercer as funções de sua concepção e vocação, é verdade que serão também consumidas, porém de um modo orientado a um fim, como elementos constitutivos de novos valores de uso, de novos produtos, aptos a incorporar-se ao consumo individual como meios de subsistência ou a um novo processo de trabalho como meios de produção (MARX, 1983, p. 153).

O espaço, visto como processo, está relacionado a uma outra categoria chave: a *técnica*, entendida como sistema de normas, ações e objetos, tanto os objetos da natureza quanto os elaborados pelo trabalho humano. A técnica inclui as formas-conteúdo (objetos materiais com significado útil e simbólico), presentes na paisagem, e as ações que os animam (o desenrolar, no tempo, dos eventos). Nesse sentido, a técnica é a síntese do binômio espaço-tempo, pois se compõe de formas e ações.

1.2.2 Tempos lentos e rápidos

O *tempo*, no sentido utilizado, não é o tempo cronológico, embora Santos admita que “a cada sistema temporal o espaço muda” (2002, p. 51). Para além de uma periodização à escala do mundo (o tempo histórico mais geral ou *tempo externo*), propõe um tempo espacial, ou *tempo interno*, na escala de cada subespaço. Esse é o tempo das ações, do movimento, das mudanças, que depende da técnica que compõe o espaço. As técnicas condicionam o tipo de trabalho e o seu tempo: o ritmo das ações e das mudanças na paisagem, as distâncias e as velocidades de deslocamento:

O espaço é formado de objetos técnicos. O espaço do trabalho contém técnicas que nele permanecem como autorizações para fazer isto ou aquilo, desta ou daquela forma, neste ou naquele ritmo,

segundo esta ou outra sucessão. Tudo isso é tempo (SANTOS, 2002, p. 55).

Dependendo da idade da técnica, pode-se falar em tempos lentos e tempos rápidos: técnicas mais antigas estão associadas a tempos lentos, e as mais recentes, a tempos rápidos.

As técnicas são históricas, isto é, surgem num determinado tempo e lugar e difundem-se, posteriormente, por outros lugares e territórios. Cada técnica tem, com isso, sua história mundial, territorial e local. É no lugar, no entanto, que a técnica incorpora-se à vida concreta das pessoas. As várias técnicas, operando simultaneamente, fazem a tessitura do lugar:

O que há num determinado lugar é a operação simultânea de várias técnicas, por exemplo, técnicas agrícolas, industriais, de transporte, comércio ou marketing, técnicas que são diferentes segundo os produtos e qualitativamente diferentes para um mesmo produto, segundo as respectivas formas de produção. Essas técnicas particulares, essas técnicas industriais, são manejadas por grupos sociais portadores de técnicas socioculturais diversas e se dão sobre um território que, ele próprio, em sua constituição material, é diverso, do ponto de vista técnico. São todas essas técnicas, incluindo as técnicas de vida, que nos dão a estrutura de um lugar (SANTOS, 2002, p. 58).

Assim, a *estrutura do lugar* resulta das técnicas que ali se instalaram e que, ao fazê-lo, encontraram uma camada inercial formada pelas técnicas pré-existentes, com seus próprios tempos, que resistem aos tempos novos. Portanto, cada lugar possui seu próprio tempo, combinação dos tempos das técnicas velhas e novas que ali operam. Dessa dialética entre o velho pré-existente, inercial, e o novo adventício, faz-se a história do lugar:

Os lugares (...) redefinem as técnicas. Cada objeto ou ação que se instala se insere num tecido preexistente e seu valor real é encontrado no funcionamento concreto do conjunto. Sua presença também modifica os valores pré-existentes. Os respectivos tempos das técnicas industriais e sociais presentes se cruzam, se intrometem e acomodam (SANTOS, 2002, p. 59).

Dessa forma, qualquer análise da dimensão técnica do espaço deve ser necessariamente histórica. A rapidez com que desaparecem ou a insistência com que permanecem, a capacidade de se combinarem ou de se manterem infensas às técnicas adventícias, seus tempos relativos aos tempos de outras técnicas, são aspectos que só se tornam compreensíveis numa perspectiva genética.

1.2.3 Evento e complexidade

Mesmo sendo intencionais, as ações humanas produzem resultados imprevisíveis quando vistos em conjunto, pois se dão sobre um meio que é complexo, isto é, dotado de variáveis que fogem ao controle dos sujeitos. O somatório dos resultados das ações intencionais, que é parte das técnicas, com o acontecer que não depende da intencionalidade humana, resulta no que Santos denominou de *evento*. O evento é o desdobramento do tempo no lugar, que depende de uma trama de fatores. Essa categoria aproxima o pensamento miltoniano do Paradigma da Complexidade:

Uma razão pela qual não se pode prever completamente o resultado da ação vem, exatamente, do fato de que a ação sempre se dá sobre o meio, combinação complexa e dinâmica, que tem o poder de deformar o impacto da ação. É como se a flecha do tempo se entortasse ao encontrar o espaço (SANTOS, 2002, p. 95).

As ciências naturais e a matemática do caos produziram, nos últimos anos, uma revolução nos paradigmas científicos por meio de três novas premissas: todo evento depende de múltiplas variáveis; um pequeno evento pode ser amplificado e perturbar todo o sistema; o acaso e a contingência existem e são partes de sistemas não-lineares. Tal revolução começa agora, em nossos dias, a chegar às ciências humanas. Nas palavras de Souza:

O paradigma da complexidade romperia com os raciocínios lineares e reducionistas, incorporando um enfoque que busca interações complexas (...), além de admitir que não apenas a necessidade (determinidade), mas igualmente o acaso (a contingência, o inesperado) são definidores da dinâmica do mundo real (1997 p. 47).

Esse novo paradigma coloca o espaço no centro das reflexões das ciências humanas (SOUZA, 1997), pois somente esta categoria abarca os incontáveis vetores que interagem na estruturação do real complexo. Milton Santos já tinha em mente o paradigma da complexidade ao sistematizar a idéia de evento. As técnicas, objetos e normas existem idealmente, na intenção dos atores, mas realizam-se com perturbações (o “relativo realizado”), que dependem das condições concretas anteriores de existência. Da dialética entre a intenção e o real nasce a particularidade, resultado das ações concretas, as quais, por sua vez, condizionarão ações futuras:

A particularidade resultante combina algumas das possibilidades atualmente oferecidas pelo Todo e mais o que resta da particularidade ultrapassada. Daí essa resistência do espaço

quando do impacto dos novos eventos, esse papel de inércia dinâmica das formas-conteúdo (SANTOS, 2002, p. 124).

Dessa forma, o espaço é a tessitura da complexidade, que resiste (isto é, perturba) às ações idealizadas, relativizando seus resultados. Existem inúmeras possibilidades para cada variável do todo, sendo que só algumas se realizam. Em cada lugar, combinações específicas dessas variáveis produzem a particularização. O evento, dessa maneira, é a realização de múltiplos fatores — dentre eles, mas não só, a intencionalidade humana —, incidindo sobre diversas variáveis, no lugar:

Um evento é o resultado de um feixe de vetores, conduzido por um processo, levando uma nova função ao meio preexistente. Mas o evento só é identificável quando ele é percebido, isto é, quando se perfaz e se completa. E o evento somente se completa quando integrado ao meio (SANTOS, 2002, p. 95).

O lugar é o depósito obrigatório do evento, pois o evento é “um instante do tempo dando-se num ponto do espaço” (SANTOS, 2002, p. 144). O binômio evento-lugar parece ser, para Santos, a unidade básica do tempo-espaço: o evento dá-se, o que determina o tempo, e o faz num ponto, o que determina o espaço. Os eventos podem ser naturais ou históricos, mas somente os segundos são ações, porque dependem do concurso humano:

Uma primeira distinção a estabelecer separaria os eventos naturais (a queda de um raio, o começo de uma chuva, um terremoto) dos eventos sociais ou históricos (a chegada de um trem, um comício, um acidente de automóvel). Os primeiros resultam do próprio movimento da natureza, isto é, da manifestação diversificada da energia natural. É assim que a natureza muda pela sua própria dinâmica. Já os eventos sociais resultam da ação humana, da interação entre os homens, dos seus efeitos sobre os dados naturais (SANTOS, 2002, p. 147).

Todo evento ocorre solidariamente com outros. A solidariedade pode existir na origem dos eventos, isto é, depende do agente que os desencadeou: vários eventos podem resultar de uma mesma ação e manifestar-se em lugares distintos. De outra forma, pode haver solidariedade quanto ao lugar onde o evento se objetiva: num mesmo lugar, eventos de origem distinta se superpõem e se solidarizam. A solidariedade de origem depende da escala das forças operantes; a solidariedade local, da escala da área de ocorrência, isto é, do fenômeno (SANTOS, 2002).

1.2.4 Paisagem

Assim como o evento é a unidade básica do binômio espaço-tempo, a *paisagem* é a unidade básica da configuração territorial. Formada pelos objetos de um lugar, produzidos ou não pelo trabalho humano, é “uma área feita de distintas associações de formas, tanto físicas quanto culturais” (SAUER, 1967, p. 321). Composta por formas materiais, é o entorno imediato do homem, a porção do território “possível abarcar com a visão” (SANTOS, 2002, p. 103). A *configuração territorial* são todas as paisagens de uma área, ou seja, é “o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área” (p. 103). O espaço inclui a paisagem, porém animada pelos eventos e continuamente modificada. A paisagem é um sistema material; o espaço é a sociedade reproduzindo-se na paisagem:

Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima (SANTOS, 2002, p. 103).

A análise das paisagens é um interessante ponto de partida para o geógrafo e, como se verá adiante, a primeira etapa de um estudo em geografia histórica. Neste caso, o pesquisador deve encontrar na paisagem do presente elementos da paisagem do passado, uma vez que, para Santos, “a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal” (2002, p. 103). Para Claval, a paisagem, por estar sempre carregada de objetos anteriores, produzidos em outro contexto histórico, nunca é *tabula rasa* para as exigências funcionais do presente: tem sempre a inércia das formas:

As paisagens são, pois, feitas de elementos de idades diferentes. A maior parte permanece funcional, mas a destruição de certos edifícios torna-se, às vezes, mais cara do que o espaço que ocupam. Transformam-se pouco a pouco em ruínas. Estas terminam por ser investidas de valores sentimentais: o passado coexiste com o presente. A paisagem demanda uma leitura arqueológica no sentido de completar a interpretação funcional que se impõe primeiramente (CLAVAL, 2001, p. 309).

Essa interpretação, ou *fenomenologia da paisagem*, é, para Carl Sauer, a principal tarefa do geógrafo: “a tarefa da geografia pode ser concebida como o estabelecimento de um sistema crítico que abarque a fenomenologia da paisagem, de forma a compreender em toda a sua significância e cores a variedade da cena terrestre” (1967, p. 320). Por meio de indícios — formas fósseis ou residuais (*cultural*

relicts), arquivos, mapas históricos, relatos —, o pesquisador reconstituiria, criando modelos gerais, as paisagens do passado. Encontrada a forma, daí seriam deduzidas sua estrutura e função.

Embora o método morfológico de Sauer seja muito útil, a geografia saueriana tem um campo relativamente limitado, pois não concebe os fenômenos sociais como passíveis de geografização, a menos que tenham expressão material. Depois da reconstituição das paisagens do passado, uma segunda etapa torna-se necessária: entender como aquela sociedade, em particular, produzia o espaço. Nessa etapa, o geógrafo deve recorrer à historiografia sobre o passado e a região em questão, ou às mesmas fontes primárias usadas pelos historiadores, lidas noutra perspectiva.

1.3 A longa duração na geografia

Uma determinada conjuntura, constituída de eventos simultâneos, pode ser enganosa, produzir miragens. O alerta é de Fernand Braudel, ao falar sobre a história ocorrencial (*événementielle*), isto é, a historiografia que se atém aos eventos individualizados, à curta duração, aos fatos que, supostamente, teriam mudado o curso dos acontecimentos (BRAUDEL, 1992). Essa busca do factual, dos “grandes eventos”, freqüente na historiografia política, pode ser mistificadora, ao dar a eles uma dimensão que, de fato, não têm. O problema pode ser ainda mais grave na geografia, por esta ciência tender à perspectiva sincrônica e, desse modo, ao estudo do tempo curto. Por isso, o conceito braudeliano de *longa duração* será útil na análise aqui proposta.

O evento, apesar de curto, único, carrega consigo a espessura da história, “um evento, a rigor, (...) dá testemunho por vezes de movimentos muito profundos (...). Extensível ao infinito, liga-se, livremente ou não, a toda uma corrente de acontecimentos, de realidades subjacentes, e impossíveis, parece, de destacar desde então uns dos outros” (BRAUDEL, 1992, p. 45). O evento em si, entretanto, só tem importância se ajuntado à massa de eventos semelhantes e estudado em recortes cronológicos longos. Nesse sentido, Braudel diferenciou dois tipos de evento: o acontecimento e a ocorrência: “o acontecimento quer-se, crê-se único; a ocorrência repete-se e, ao repetir-se, torna-se generalidade, ou melhor, estrutura” (1995, p. 17). O acontecimento tem importância para quem com ele está envolvido,

no calor da sua realização. Mas, se o acontecimento repete-se por toda uma vida, gerações, séculos, torna-se ocorrência, que revela o que subjaz a ela: a *estrutura*.

A estrutura, “uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais” (BRAUDEL, 1992, p. 49), é passível de ser revelada apenas na escala da longa duração. Uma tropa de mulas chegando a Uberaba vinda de São João Del Rei, carregada de chitas, fustões, linhos e ferragens, é uma ocorrência que poderia se dar em 1815, 1850 ou 1870. Indo além, ver-se-ia a mesma cena se repetindo há séculos noutras partes de Minas e do Brasil. Pode-se recuar até a Europa e ver mulas em tropas percorrendo a Espanha e Portugal desde o século XIII. Esta imagem, repetindo-se de forma insistente, monótona, ano após ano, por séculos a fio, sempre nas mesmas direções, carregando as mesmas mercadorias, parando nos mesmos pousos, revela uma estrutura de longa duração.

Tais permanências resistem à ação do tempo, funcionam como obstáculos que limitam a ação humana e estão presentes em todos os domínios da realidade. Podem, no entanto, ser destruídas. As tropas de mulas desapareceram com a chegada das ferrovias e rodovias, e hoje só podem ser encontradas, como relíquia, em algumas poucas zonas de silêncio. Também as idéias, as concepções de mundo, podem se constituir em verdadeiras estruturas de longa duração:

A idéia de cruzada é considerada, no ocidente, para além do século XIV, isto é, muito além da verdadeira cruzada, na continuidade de uma atitude de longa duração que, repetida incessantemente, atravessa as sociedades, os mundos, os psiquismos mais diversos e toca com um último reflexo os homens do século XIX (BRAUDEL, 1992).

É na geografia, todavia, que Braudel encontra o melhor modelo da longa duração. As estruturas geográficas, a inércia que advém de sua materialidade, atuam como um poderoso fator de coerção na história:

O exemplo mais acessível parece ser ainda o da coerção geográfica. Durante séculos, o homem é prisioneiro de climas, de vegetações, de populações animais, de culturas, de um equilíbrio lentamente construído, do qual não pode desviar-se sem o risco de por tudo novamente em jogo (1992, p. 50).

Essa idéia, a da geografia como o campo por excelência da longa duração, das estruturas que mais dificilmente mudam, que mais resistem à história e, por conseguinte, mais agem sobre ela, já estava presente nas primeiras páginas do *Mediterrâneo*:

Neste jogo, a geografia deixa de ser um valor em si mesma para se tornar um meio, ajudando a reencontrar as mais lentas das realidades estruturais, e a organizar uma perspectivação segundo

uma linha do mais longo prazo. A geografia (à qual, como a história, podemos pedir tudo) passa, assim, a privilegiar uma história quase imóvel, desde que, evidentemente, aceite seguir suas lições e aceite as suas divisões e categorias (1995 a, p. 33).

Existe, assim, a necessidade de se fugir do factual e buscar a repetição, a comparação e a quantificação, em longos lapsos de tempo e em grandes áreas, pois só por meio desses expedientes as estruturas se revelam. Não se trata de um retorno à miragem do número, à ilusão criada pela geografia quantitativa, para a qual é possível reduzir o real a modelos matemáticos e estatísticos. O que se deve buscar, pela medida da reiteração de determinados eventos e pela quantificação, são quadros conjunturais que possam ser comparados aos de outras épocas e regiões. Dessa forma, pela *comparação*, as estruturas de longa duração ou, conforme o caso, as mudanças estruturais podem ser reveladas.

1.4 A questão do espaço nas formações econômico-sociais

Ao longo do tempo histórico, as sociedades humanas criaram diferentes modos de divisão do trabalho. Os mais simples, fundamentados no gênero e na idade, existiram entre sociedades caçadoras e coletoras e camponesas, e podem ser estudados pela categoria “gênero de vida”, criada por Paul Vidal de La Blache. Nesse tipo de sociedade, existe pouca diversidade social e grande influência do meio natural no seu modo de vida:

Os condicionantes impostos pelo ambiente e estruturas fundiárias são, geralmente, tão fortes que não se dispõe, na comunidade, de mais de uma maneira de produzir aquilo que é necessário à existência. É suficiente, para compreender os problemas encontrados, descrever os trabalhos e os dias de uma das unidades elementares, fazenda ou criação de animais familiar (CLAVAL, 2001, p. 48).

Carl Sauer usou o conceito de paisagem cultural (*cultural landscape*) para se referir aos gêneros de vida, associados a áreas ou regiões culturais. Seu método de morfologia da paisagem consistia do estudo do gênero de vida mediante suas formas:

Esta é a versão geográfica da economia de grupo, como ele provê a si mesmo de comida, abrigo, móveis ferramentas e transporte. As expressões geográficas específicas são os campos, pastagens, madeiras e minas, a terra produtiva de um lado e casas oficinas, armazéns, para usar os termos mais genéricos, introduzidos principalmente por Brunhes e Cornél (SAUER, 1967, p. 358, tradução nossa).

A categoria gênero de vida, ou paisagem cultural, é inadequada, contudo, para entender sociedades mais complexas, estratificadas, nas quais a divisão social do trabalho seja mais sofisticada. Em tais sociedades, o gênero de vida não está associado somente ao lugar, mas também à posição social, profissional e cultural dos indivíduos. Por isso, os trabalhos de Sauer e da Escola de Berkeley trataram somente das sociedades tradicionais, e a geografia lablacheana, de populações camponesas ou de países onde “as células do mundo rural não foram atingidas pelo progresso” (CLAVAL, 2001, p. 49).

Paul Claval propõe substituir a categoria gênero de vida pela *análise dos papéis* (2001, p. 51), isto é, pelo estudo das atividades cotidianas de cada grupo social e os diferentes papéis por eles desempenhados nas atividades do dia a dia, tais como trabalho, lazer, família e rituais religiosos. Esse tipo de análise seria adequado tanto para as comunidades tradicionais quanto para as modernas sociedades, diferenciadas por complexas divisões sociais e territoriais do trabalho:

Em todos os níveis, mesmo nos mais simples, a sobrevivência do grupo demanda uma divisão de tarefas e de responsabilidades entre os indivíduos segundo sua idade, o sexo e sua capacidade. Quer se trate de comunidades estreitas onde todos devem participar das tarefas essenciais da sobrevivência ou de sociedades modernas onde o trabalho é atomizado ao extremo, o sistema só pode funcionar se cada um desempenhar honestamente o papel, ou múltiplos papéis, que lhe são implantados: marido, pai de família, agricultor, prefeito de vila, pilar numa equipe de *rugby* etc. A personalidade do indivíduo acha-se em parte modelada pela posição que ocupa (CLAVAL, 2001, p. 123).

Ao propor uma abordagem pela categoria espaço-tempo, Milton Santos (2002) entende que um modo de divisão do trabalho, criado num determinado período histórico, tem o seu próprio *tempo*. Num mesmo subespaço, podem coexistir diferentes modos de divisão do trabalho, cada um com uma temporalidade diversa — ritmos diferentes de produção, de mudanças, de deslocamentos. Santos, em seguida, associa a divisão do trabalho ao conceito marxiano de modo de produção: cada modo de produção corresponde a uma determinada divisão do trabalho. Num determinado território ou lugar, podem coexistir vários modos de divisão do trabalho, com suas respectivas temporalidades, formando um compósito denominado *formação sócio-espacial*:

O tempo de divisão do trabalho visto genericamente seria o tempo do que vulgarmente chamamos modo de produção. Aqueles elementos definidores do modo de produção seriam a medida geral do tempo, à qual se referem, para serem contabilizados, os tempos

relativos aos elementos mais atrasados, heranças de modos de produção anteriores. Visto em sua particularidade — isto é, objetivado — e, portanto, com sua cara geográfica, o tempo, ou melhor, as temporalidades, conduzem à noção de formação sócio-espacial (SANTOS, 2002, p. 136).

A formação sócio-espacial seria o equivalente geográfico do conceito de M. Godelier de formação econômico-social (FRAGOSO, 1998). Nesse caso, numa mesma sociedade, podem coexistir vários modos de produção, com um deles exercendo papel dominante. Santos admite a existência de um tempo do mundo (o tempo do modo de produção dominante), que alcança diversamente as regiões e os lugares, nos quais permanecem diversos outros tempos, correspondendo a outros modos de produção:

Todos os lugares existem em relação com um tempo do mundo, tempo do modo de produção dominante, embora nem todos os lugares sejam, obrigatoriamente, atingidos por ele. Ao contrário, os lugares se diferenciam, seja qual for o período histórico, pelo fato de que são diversamente alcançados, seja qualitativamente, seja quantitativamente, por esses tempos do mundo (SANTOS, 2002, p. 1388).

No Brasil do último quartel do século XIX ocorreu uma transição entre duas formações sócio-espaciais. Até a década de 1880, o escravismo e os demais modos de produção não capitalistas — camponato, peonagem etc. — tinham sua própria temporalidade, produzindo paisagens e configurações territoriais características. Com o advento do modo de produção capitalista, suas técnicas, redes e fluxos foram se implantando em vários pontos do território. As principais cidades, as áreas drenadas por ferrovias e os pontos mais movimentados tiveram suas paisagens profundamente modificadas pelas tecnologias racionais e científicas, pelo crescimento urbano e pelo mercado, transformado em elemento mediador das relações sociais.

No entanto, em largas porções do território, sobreviveram modos de produção herdados do período anterior — *rugosidades*, no dizer de Milton Santos (2002) —, áreas nas quais as técnicas e os tempos em nada diferiam do período colonial. Essa formação sócio-espacial resultante, na qual o capitalismo é o modo de produção dominante, mas que não conseguiu impor sua ordem — sua temporalidade — a todo o território, será chamada *formação capitalista periférica*.

1.5 Fontes e métodos

A maior dificuldade de um geógrafo historiador é a de lidar com uma realidade que já não é mais plenamente observável. Somente por meio dos traços materiais que ela deixou, das estruturas antigas que se mantêm no presente, dos discursos geográficos produzidos e conservados na forma escrita, e dos documentos criados para outras finalidades, mas que revelam aspectos seus, é possível aventurar-se numa geografia do passado. Torna-se necessário, do ponto de vista metodológico, definir a forma de utilização de fontes que são mais familiares aos historiadores — como inventários *post mortem*, por exemplo —, e como cruzá-las com dados obtidos por aquelas usadas comumente na geografia, como trabalhos de campo e mapas.

A região estudada corresponde ao Triângulo Mineiro, assim conhecida pela população local desde o último quartel do século XIX (SAMPAIO, 2001). No capítulo seguinte, será discutida a noção de região, aplicada a uma realidade histórica que não a atual. Contudo, aceitemos, de início, os limites físicos do território regional já tidos como tais no século XIX: situado no extremo oeste da província — depois estado — de Minas Gerais, limitado ao norte pelo Rio Paranaíba, ao sul pelo Rio Grande — rios que confluem a oeste para formar o Paraná —; e a leste pelo reverso das *cuestas* que marcam o início da Depressão Sanfranciscana (mapa 1). Como já foi dito, essa região será estudada nas últimas quatro décadas do século XIX, período para o qual se propôs a hipótese de ter havido uma transição entre formações sócio-espaciais distintas.

Mapa 1: Triângulo Mineiro.
Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço.

A investigação que resultou neste trabalho estruturou-se em quatro níveis de abordagem: configuração territorial, morfologia da paisagem, relações sociais e economia regional. As técnicas usadas na coleta de dados consistiram de consulta de arquivos, levantamento cartográfico, trabalhos de campo e leitura de fontes secundárias.

1.5.1 Consulta de arquivos

Grande parte deste estudo fundamenta-se em dois tipos de documentos: os recenseamentos feitos no Brasil no século XIX, em 1872³ e 1890⁴, e as séries de processos existentes no Arquivo Público de Uberaba (APU), em especial, inventários *post mortem* e testamentos produzidos na Comarca de Uberaba entre 1860 e 1900, totalizando 502 documentos pesquisados. Esse número corresponde a todos os inventários e seus respectivos testamentos produzidos no período e preservados pelo APU. Tal tipo de fonte, normalmente utilizada em estudos de história econômica

³ Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. (1876).

⁴ Recenseamento do Brasil de 31 de dezembro de 1890 (1898)

e demografia histórica, revelou-se um rico registro de informações sobre técnicas, estrutura fundiária, espaço urbano e outros aspectos que interessam à geografia.

Os inventários *post mortem* são processos jurídicos de levantamento e partilhas de bens após a morte, cujo modelo, criado em Portugal, manteve-se durante o período colonial, e permaneceu praticamente sem alterações em seu formato até o final do século XIX:

Vale dizer que os inventários *post mortem* são de grande valia porque seu formato sofreu poucas alterações no correr do século XVI ao XIX e todos eles proporcionam aproximadamente o mesmo tipo de informação, permitindo assim comparações entre parentes, famílias e períodos (STANCZYK, 2003, p. 1).

Os documentos guardados no APU trazem, na primeira parte, a data, o nome do inventariado, do inventariante e o local de moradia do inventariado. Em seguida, nos *Títulos de Herdeiros*, vem a constituição família do morto, com o nome da esposa ou marido, filhos legítimos e ilegítimos e netos. Logo depois, na *Assentada*, são descritos, pormenorizadamente, todos os bens do falecido, incluindo dinheiro e jóias, bens de uso doméstico e ferramentas sob a rubrica *Móveis*; rebanhos e escravos sob a rubrica *Semoventes*; imóveis rurais e urbanos sob a rubrica *Bens de Raiz*; e, sob a rubrica *Dívidas*, as dívidas ativas e passivas, com os nomes e, algumas vezes, local de moradia dos devedores e credores. Todos os bens arrolados trazem os seus valores em mil-réis, estimados por avaliadores designados pelo juiz.

Os inventários são coleções de objetos do passado que os historiadores, há muito, vêm usando como fontes em suas pesquisas. Segundo Graham,

Historiadores sociais freqüentemente têm os inventários *post mortem* como uma fonte inestimável. Eles nos dão uma idéia significativa sobre relações de família, cultura material, herança de práticas, negócios, e permitem algum entendimento sobre religião, morte, ou outros comportamentos próprios (GRAHAM, 2005, p. 1, tradução nossa).

A geografia histórica também pode usá-los sob diversas perspectivas. Em primeiro lugar, fazendo uso de um método semelhante ao da arqueologia: os artefatos materiais descritos, qualificados e localizados revelam as técnicas das quais faziam parte e, por extensão, sobre a sociedade que as produziu. Há uma vantagem, contudo, em relação à arqueologia: enquanto essa ciência lida apenas com artefatos materiais, os objetos dos inventários *post mortem* trazem os juízos de valor do inventariante, isto é, aparecem como eram vistos pela sociedade que os produziu. Assim, há menções a “um tamborete ordinário”, “uma foice já velha”, “um

carro em bom estado” etc., acompanhadas dos respectivos preços. A qualificação e a quantificação dos objetos, ou sua simples presença ou ausência em cada inventário revela sobre seu valor, contribuindo para o entendimento das técnicas das quais eram parte integrante.

O método, pelo qual se parte das formas para se chegar à estrutura e função, comum à arqueologia e geografia, foi avaliado por Carl Sauer: “Há, realmente, uma dimensão especificamente geográfica na arqueologia, que é a distribuição completa de traços de uma cultura, essencial à reconstrução de seus padrões de população e sua geografia econômica” (1967, p. 365). Milton Santos compara o significado das coleções de objetos para a geografia e a arqueologia:

Onde, talvez, a noção e a realidade do objeto melhor se aproxima da geografia é na arqueologia. Para ambas, o objeto é, primeiro, um dado, cujo exame permite, depois, a construção intelectual de sua realidade. O arqueólogo busca identificar uma cultura e uma época, a partir das amostras encontradas. O geógrafo se interessa pelo conjunto de condições características de várias épocas mas a partir do presente, indo, freqüentemente, deste para o passado” (2002, p. 73).

Para que esses arrolamentos possam ter valor investigativo, devem ser organizados em sistemas técnicos cognoscíveis. Assim, os objetos contidos nos inventários podem ser agrupados em cinco grandes famílias de técnicas, propostas por Paul Claval :

a produção de gêneros agrícolas e animais; a exploração de minas e pedreiras; a transformação das matérias primas; o transporte de bens obtidos (...); os métodos utilizados para construir habitações (2001, p. 227).

Os inventários são, também, fontes de dados quantificáveis relativos à economia e à demografia. Como todos os bens descritos têm os seus preços especificados, é possível entender como o preço de cada item variou ao longo do tempo, mediante sua conversão em moedas mais estáveis, como a libra esterlina, ou por artifícios mais sofisticados, como o método de determinação do poder de compra proposto por Graham (2005). Sincronicamente, é possível comparar os valores com outras regiões, estudadas em outros trabalhos, e fazer uma geografia dos preços. É possível, inclusive, ter uma idéia da valorização da terra urbana e rural, mediante os mesmos procedimentos. As dívidas ativas e passivas são outro tipo de dado precioso, pois com elas é possível reconstituir a cadeia de endividamentos e os gêneros de crédito disponíveis para as mais diversas atividades.

Estudos demográficos podem ser feitos por meio de duas fontes de dados contidas nos inventários: os títulos de herdeiros e os arrolamentos de escravos. Os primeiros nos dão uma idéia incompleta sobre a composição das famílias, ciclos de vida de proprietários, idade de nupcialidade, fecundidade, e permitem inferências sobre a mortalidade; já os segundos possibilitam estudos mais completos sobre a demografia escrava, uma vez que todo escravo era testado quando da morte de seu proprietário, devido ao seu alto valor. Nos arrolamentos, constam a naturalidade, sexo, idade, valor, se casado ou solteiro e, às vezes, as condições físicas do escravo.

1.5.2 Levantamento cartográfico

A elaboração de mapas é passo essencial e, ao mesmo tempo, finalidade de qualquer estudo em geografia. No presente trabalho, foram construídos alguns *mapas conjecturais* (ABREU, 2005), isto é, mapas das configurações territoriais do passado, traçados sobre bases cartográficas atuais, fundamentados nas informações disponíveis e com a maior aproximação possível. Esses cartogramas mostram o traçado dos principais caminhos e localidades do século XIX, em diferentes épocas e, na escala do espaço urbano, plantas das localidades estudadas, como Uberaba, Uberabinha e Araguari.

A primeira etapa na elaboração dos mapas das estradas primitivas é a releitura dos relatos dos viajantes do século XIX na região, acompanhada da reconstituição de seus trajetos em cartas topográficas do IBGE (escala 1:100.000). Essa tarefa é facilitada pela conservação, até os dias de hoje, da toponímia original de rios, córregos, paragens e fazendas. De acordo com Claval, a toponímia é um dos traços mais conservadores da herança cultural: “a toponímia é um traço da cultura e uma herança cultural. É, freqüentemente, marcada por um grande conservadorismo: guarda-se através da história os nomes antigos” (2001, p. 202).

Nessa fase do trabalho, é importante o recurso à cartografia histórica, por meio de vários mapas do Triângulo Mineiro dos séculos XVIII e XIX, obtidos em pesquisa na Internet. Além de fornecer dados adicionais, corroborando ou complementando as corografias e diários de viagem, os mapas antigos mostram como aquele espaço era valorizado pelas sociedades de então. Noutras palavras, dão pistas sobre o conhecimento geográfico do passado. Mesmo as informações inexatas são de grande valia, pois, quando se busca a razão do erro —

desconhecimento do território, ausência de recursos técnicos etc —, ainda mais informações podem ser geradas sobre essa geografia antiga.

A segunda etapa é a plotagem do traçado obtido nas cartas sobre as imagens de satélite produzidas pela Embrapa, obtidas por montagens de imagens multi-temporais do satélite Landsat⁵ em escala 1:50.000, o que permite detectar acidentes de relevo que não podem ser vistos nas cartas, como pequenos cursos d'água e escarpas, provavelmente, evitados pelos caminhos antigos, e fazer as correções devidas no traçado.

Em seguida, as informações devem ser complementadas pelo trabalho de campo, que pode detectar traços de ocupação antiga, como voçorocas, construções antigas, topografias mais prováveis para estradas e sítios, passagens terrestres, pontos vadeáveis de rios etc. A última etapa consiste em elaborar o mapa final, tendo por base a montagem feita sobre as imagens de satélite.

Em alguns trechos, o traçado pode ser reconstituído com algum grau de precisão, como quando da presença de voçorocas antigas, estabilizadas e recolonizadas, restos de pontes primitivas etc. Noutros trechos, os traçados são conjecturais, com base em algumas suposições: a preferência dos caminhos antigos por terrenos planos — na região, as cristas dos chapadões eram cobertas primitivamente pela vegetação de campo sujo e cerrado *strictu sensu*, de maior penetrabilidade —; a tendência de evitar acidentes de difícil transposição, como rios caudalosos, despenhadeiros e matas galeria ou ciliares muito densas; e a busca pelo caminho mais curto entre as paragens de pouso.

1.5.3 Trabalhos de campo

Um importante passo na reconstituição das paisagens e, por extensão, das configurações territoriais do passado é o trabalho de campo, no qual a atenção deve ser direcionada na detecção das *reliíquias culturais* — formas usadas no passado e ainda usadas no presente — e das *formas fósseis* — formas usadas no passado e abandonadas, que permanecem como resíduos na paisagem (SAUER, 1967). A presença de formas do passado caracteriza a inércia das paisagens humanizadas, de acordo com Claval. O autor demonstra, sobrepondo mapas, por exemplo, que, na cidade de Terracina, na Itália, o atual parcelamento da terra urbana ainda é orientado pelas linhas do cadastro romano de 329 a.C. (2001, p. 311). As formas,

⁵ Obtidas no sítio www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br.

uma vez imobilizadas na paisagem, condicionam os ritmos da vida social, e sua remoção ou mudança radical exige esforços muito grandes, que só eventualmente são compensadores. Daí sua longevidade:

As paisagens humanizadas nunca refletem exatamente as exigências funcionais daqueles que as habitam. Construções e equipamentos representam imobilizações consideráveis. Sua duração de vida é longa: são necessárias sólidas razões para substituí-los antes que estejam tecnicamente ultrapassados; empreende-se, somente, para responder a novas necessidades, para romper com os símbolos de um passado repudiado, ou na perspectiva de uma rentabilidade superior (CLAVAL, 2001, p. 309).

A paisagem, quase sempre, contém elementos do passado, mesmo quando sofre intervenções radicais. O centro velho de São Paulo tem poucos edifícios anteriores a 1880, mas o desenho de suas ruas ainda revela a planta da velha vila de tropeiros do século XIX; em Uberlândia, a tortuosa Avenida João Naves de Ávila rememora o traçado da ferrovia Mogiana; e, ainda hoje, é possível percorrer, entre Uberaba e Santa Maria, trechos da antiga Estrada Real. Essa superposição de tempos passados dá à paisagem o caráter de memória presente, e a transforma em instrumento de trabalho do geógrafo:

O seu caráter de palimpsesto, memória viva de um passado já morto, transforma a paisagem em um precioso instrumento de trabalho, pois “essa imagem imobilizada de uma vez por todas” permite rever as etapas do passado numa perspectiva de conjunto. O autor dessas palavras, o historiador March Bloch, é, por assim dizer, um criador dessa geografia retrospectiva da qual F. Braudel nos dá um modelo definitivo em seu livro *La Méditerranée* (SANTOS, 2002, p. 106-107).

No entanto o trabalho de campo é uma tarefa para a qual o pesquisador só está preparado depois de ampla e exaustiva pesquisa documental, pois só ela indicará *o que ver e como ver*. Milton Santos alerta para os riscos do amadorismo nas pesquisas de campo em geografia histórica:

M. Bloch nos põe em guarda contra o risco de querer impor essa imagem — oferecida pela paisagem — “a cada etapa do passado”. O que temos diante de nós são apenas fragmentos materiais de um passado — de sucessivos passados — cuja simples recolagem não nos ajuda em muito. De fato, a paisagem permite apenas supor um passado. Se queremos interpretar cada etapa da evolução social, cumpre-nos retomar a história que cada um desses fragmentos de diferentes idades representam juntamente com a história tal como a sociedade a escreveu de momento em momento. Assim, reconstituímos a história pretérita da paisagem (...) (2002, p. 107).

Sauer propõe o trabalho de campo como o segundo estágio da pesquisa geográfica sobre o passado, posterior à análise de arquivos. Os documentos

indicarão o que e onde procurar por sobrevivências de formas passadas, as relíquias culturais e as formas fósseis:

Os primeiros objetivos do trabalho de campo histórico são valorizar o habitat em termos dos usos passados, e relocalizar os padrões passados de atividade como indicado nos registros documentais. A estes somam-se outras tarefas mais específicas à observação de campo. A mais importante delas seria a localização de relíquias culturais e fósseis (SAUER, 1967, p. 368, tradução nossa).

Algumas formas, chamadas por Sauer de relíquias culturais, isto é, sobrevivências na paisagem de técnicas passadas, devem ser preferencialmente observadas num trabalho de campo:

(...) estruturas de edificações, planos de povoações, sistemas de uso de campos, variedades de espécies cultivadas, técnicas de cultivo, beneficiamento e armazenamento de colheitas, técnicas de mineração, técnicas de trabalhar a madeira, técnicas de moagem e técnicas de transporte (p. 368, tradução nossa).

Claval (2001) observou, contudo, que esses elementos culturais, surgidos no passado pelas difusões de próximo a próximo, vêm se apagando com a urbanização do campo, e as paisagens rurais tradicionais tendem a sucumbir com a racionalização das atividades agrícolas. Assim, tais observações limitam-se, hoje, aos lugares que permanecem como *rugosidades* (SANTOS, 2002), isto é, áreas que escaparam à racionalização capitalista. Braudel denomina-as “zonas de silêncio”:

Em toda a parte, há zonas em que a história mundial não se repercute, zonas de silêncio, de tranqüila ignorância. (...) eis-nos diante de um mapa do mundo de certo modo mais leve, porque semeado de inúmeras manchas brancas onde não há escuta — regiões, na realidade, à margem da história triunfante (...) (1996 c, p. 8).

Sauer propõe também o registro das formas fósseis — formas usadas no passado e abandonadas hoje, permanecendo como ruínas ou cicatrizes sobre a paisagem — no trabalho de campo:

(...) ruínas de antigas habitações; alterações no solo provocadas por antigos sítios de moradia, freqüentemente mostradas por mudanças na vegetação secundária; plantas domésticas que se propagaram como selvagens; presença de voçorocas em antigos caminhos ou sítios de mineração; toponímia; costumes populares e memória de pessoas idosas (p. 369, tradução nossa).

Em nossa investigação, trabalhos de campo foram realizados em busca de formas fósseis, em especial traços de estradas antigas, traçados urbanos e disposição de antigas edificações.

1.5.4 Consultas sobre fontes secundárias

As fontes secundárias foram divididas em dois tipos: os escritos de memorialistas e a produção acadêmica. Há dois gêneros de memória escrita: aquela na qual o autor presenciou os fatos relatados, e aquela em que ele compilou relatos e impressões passadas em segunda mão pelos mais velhos, ou as coletou de fontes primárias às quais teve acesso, como jornais, panfletos etc. Dentre as primeiras, citam-se os livros escritos pelo Visconde de Taunay (1923, 1924, 2005), rememorando sua passagem pelo Triângulo Mineiro na época da Guerra do Paraguai, e a obra de seu contemporâneo, o uberabense Antônio Borges Sampaio (2001). Do segundo tipo, destacam-se as obras dos uberlandenses Tito Teixeira (1970) e Jerônimo Arantes (2003).

Toda pesquisa, em história ou geografia histórica, inicia-se com a leitura da obra dos memorialistas, pois eles são os primeiros a situar o pesquisador em relação ao seu objeto de pesquisa, até mesmo afetivamente. Que seria da historiografia brasileira, não fossem as viagens e os relatos de Saint Hilaire, Eschwege, Spix e Martius, Pohl, Burton? Nesse sentido, a descrição das ruas, becos e praças de Uberaba de 1880, deixada pelo Coronel Sampaio (2001), e de Uberabinha por Tito Teixeira (1970), por exemplo, foram inestimáveis a este trabalho.

Com base nas premissas e conceitos explicitados até aqui, será formulada, a seguir, de forma mais detalhada, a hipótese central deste trabalho: a de que a região do Triângulo Mineiro, durante as últimas três décadas do século XIX, no quadro das transformações mais gerais da sociedade e do espaço brasileiros, passou por um processo de transição entre uma formação sócio-espacial não capitalista para uma outra, capitalista.

2 Capitalismo e Transição no Brasil do Século XIX

2.1 O Antigo Regime econômico

A hipótese de trabalho aqui proposta exige que se identifique a transição — isto é, a mudança estrutural — ocorrida em, pelo menos, três planos de análise: configuração territorial, técnicas e espaço urbano. Para tanto, é necessário entender a ordem social e espacial existente antes da transição.

O ordenamento jurídico, as relações pessoais de poder, a escravidão e outras instituições que formavam a sociedade colonial brasileira têm sido identificados, pela historiografia mais recente (FRAGOSO, BICALHO, GOUVEIA, 2001; FRAGOSO, FLORENTINO, 2001), como parte de um contexto mais geral, do Império Português e das sociedades européias do Antigo Regime. A Colônia tinha muito da velha Europa, uma vez que era extensão do seu universo mental, econômico, político e social:

(...) o Brasil e outras partes do império [português] encontravam-se perpassados pelas mentalidades e práticas do Antigo Regime. Na raiz desse processo, emergia o sistema que caracterizava o Antigo Regime e que assumia a forma de mercês reais, de doações e mercês régias, concessão de direitos monopolistas, concessão de privilégios a indivíduos e grupos corporativos e isenções a outros setores. (RUSSEL-WOOD, 2001, p. 16-17).

Assim, para entender o ordenamento do Brasil na Colônia e no Império, é necessário antes entender como se estruturavam materialmente as sociedades do Antigo Regime. Braudel dedicou-se a essa empreitada em *Civilização Material, Economia e Capitalismo* (1995, 1996a e b). Nessa obra, concebeu um modelo teórico que denominou *esquema tripartido*: haveria, na Europa do século XV ao XVIII, três esferas econômicas distintas.

Na primeira delas, encontrava-se a vida material, ou as estruturas do cotidiano, isto é, tudo o que compunha o dia-a-dia dos europeus comuns na Idade Moderna. Nascimento, doenças, morte, agricultura, alimentos disponíveis, vestuário, mobília, fontes de energia, técnicas, tudo o que estava no horizonte do homem comum formava essa infra-economia, a economia de subsistência na qual viviam, sobretudo, as massas camponesas, a maior parte da população do mundo:

O possível (...) é limitado embaixo pelo conjunto dessa outra metade da produção que se recusa a entrar integralmente no movimento das trocas. Onipresente, invasora, repetitiva, essa vida material corre sob o signo da rotina: semeia-se o trigo como sempre se

semeou; planta-se o milho como sempre foi plantado, prepara-se o solo do arrozal como sempre se preparou, navega-se no Mar Vermelho como sempre se navegou. Um passado obstinadamente presente, voraz, devora monotonamente o tempo frágil dos homens. E este setor de história estagnada é enorme: a vida rural, isto é, 80 a 90% da população do globo (BRAUDEL, 1995 a, p. 6).

O plano da vida cotidiana era constituído de inúmeras ações mezinhas, triviais, repetidas numa contumácia secular e que, por resistirem às mudanças, caracterizavam estruturas de longa duração. O evento transformado em ocorrência e o lugar com sua respectiva paisagem são, deste modo, as escalas em que tais estruturas devem ser investigadas.

O segundo andar do esquema tripartido, imbricado ao primeiro, era formado pela vida econômica, ou seja, pelo plano das trocas simples. Braudel diferencia o circuito do mercado — produção, circulação e consumo — do capitalismo propriamente dito, formado pela rede dos mercadores e negociantes exclusivos, capazes de obter lucro. Nesse sentido, as trocas simples dos mercados de aldeia e dos burgos, das pequenas casas de comércio, das feiras, estavam presentes em quase todas as sociedades da Europa, Ásia e África, desde a Antiguidade (BRAUDEL, 1996 a), estruturadas numa divisão social e territorial elementar do trabalho.

No último plano, encontrava-se o *capitalismo*, entendido pelo autor como uma atividade econômica e não um sistema, como se verá adiante. O capitalismo, formado por uma rede de mercadores e capitais tentacularizada por toda a economia-mundo européia, engrenava-se com a economia de mercado e, por meio de sua manipulação, extraia e acumulava os excedentes gerados em todo o sistema econômico. Tal atividade localizava-se nos centros urbanos, sobretudo, nos portos e centros ligados ao comércio de longa distância. Nesse circuito, as regras clássicas da economia de mercado funcionavam pouco. Predominavam aí as relações de poder, que permitiam aos capitalistas maximizar seus lucros pelo exclusivismo e monopólio:

(...) o que encontrei constantemente foi uma insistente oposição entre uma economia de troca normal e, muitas vezes, rotineira (...) e uma economia superior, sofisticada. Estou certo de que esta divisão é tangível, que os agentes e os homens, os atos, as mentalidades, não são os mesmos nos diferentes andares da construção. Que as regras da economia de mercado que se encontra em certos níveis, tais como a descreve a economia clássica, atuam muito mais raramente sob o seu aspecto de livre concorrência na zona superior, que é a dos cálculos e especulação. Aí começa uma zona de sombra, de contraluz, de atividades de iniciados que creio estar na

raiz do que nos é dado compreender sob a palavra capitalismo, sendo este uma acumulação de poder (que baseia a troca numa relação de força, tanto e mais do que na reciprocidade das necessidades) (...) (BRAUDEL, 1996 a).

Embora o esquema teórico de Braudel seja útil para entender o que existia antes da modernização capitalista, ele não aborda o problema da transição, que é o âmago da análise aqui proposta. Verificar-se-á como as estruturas da sociedade tradicional foram destruídas, adaptadas ou mantidas sob o impacto das novas práticas, técnicas e relações de produção. Para tanto, é necessário saber o que se deve buscar, numa perspectiva geográfica, a fim de que tal processo possa ser identificado e entendido.

Para esclarecer ainda mais a posição teórica aqui adotada, será necessária uma apresentação breve, incompleta e muito geral, dos debates travados nos últimos vinte anos, relativos à natureza da formação social brasileira existente até o século XIX.

2.2 Modos de produção no Brasil até o Século XIX

A controvérsia sobre o modo de produção vigente no Brasil Colônia e Império, e sobre a época e a forma em que se deu a transição para a ordem capitalista — se é que tenha alguma vez se dado — é antiga e ainda não se encerrou⁶. Não se pretende aqui retomar a polêmica, resumi-la ou nela situar posição; antes, deseja-se estabelecer um referencial teórico mínimo, por meio da leitura de alguns autores envolvidos, uma vez que serão usados conceitos diretamente relacionados com esse debate.

Numa tradição iniciada pelas obras clássicas de Caio Prado Júnior (1986) e Celso Furtado (1987), Fernando Novais (1986) afirmou que o capitalismo comercial europeu deu *sentido* à colonização. Por ter surgido sob esse modo de produção, na Colônia, vigoravam, desde o início, *relações capitalistas de produção*. Na escravidão, contudo, o trabalho não era realizado diretamente como mercadoria, e esta é a condição para que uma determinada relação de trabalho seja considerada capitalista. Novais reconhece esse paradoxo, ao afirmar que a escravidão era a forma possível das relações de trabalho capitalistas, num contexto segundo o qual o

⁶ Ver, por exemplo, o resumo desse debate feito por José Ricardo Figueiredo (2004).

trabalhador, diante do jugo do capital, caso fosse livre, teria sempre a alternativa da ocupação do fundo de terras devolutas.

A explicação de Novais para o desenvolvimento da escravidão no Brasil remete ao chamado *efeito Wakefield*, analisado por Marx (1983) em sua crítica a esse teórico do colonialismo inglês. Braudel interpretou da mesma maneira o renascimento da escravidão no Novo Mundo:

Na medida em que é superabundante, a terra se avilta e o homem se valoriza. A América vazia só poderia existir se o homem se mantiver firme, encerrado em sua tarefa: a servidão, a escravidão, as velhas cadeias renascem por si, como uma maldição ou uma necessidade imposta pelo excesso de espaço. (1996 b, p. 361).

O problema da interpretação de Novaes não está em identificar aí as origens do escravismo colonial, mas em usar esse argumento para confirmar o caráter capitalista das relações de produção fundadas no trabalho escravo. Num trecho d'O *Capital*, Karl Marx definiu a natureza das relações de produção capitalistas:

A força de trabalho como mercadoria só pode aparecer no mercado à medida e porque ela é oferecida à venda ou é vendida pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. Para que seu possuidor venda-a como mercadoria, ele deve poder dispor dela, ser, portanto, livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. Ele e o possuidor de dinheiro se encontram no mercado e entram em relação um com o outro como possuidores de mercadorias iguais por origem, só se diferenciando por um ser comprador e o outro, vendedor, sendo, portanto, ambos juridicamente iguais (MARX, 1983, Vol. I, p. 139-141).

A relação de produção fundamentada no trabalho escravo não se baseia na coerção puramente econômica, na qual o trabalhador, por não ter outra opção, vende sua força de trabalho a um capitalista juridicamente igual a ele. A escravidão é fruto de uma relação de poder que antecede a exploração econômica pelo trabalho: a submissão pessoal e a existência de um estatuto jurídico desigual são as condições para que ela exista. Nas palavras de Hirano:

As relações de produção, no modo capitalista, são relações sociais de classe e não relações pessoais de dependência; o processo de produção manifesta-se como resultado de relações de apropriação, pelo capital, da mais-valia produzida pelos trabalhadores diretamente produtivos, apropriação esta que adquire diretamente a forma de contrato e não de relação de poder pessoal (1988, p. 86).

O escravo é capital apenas quando objeto do tráfico, isto é, quando interessa ao seu proprietário pelo preço que possa atingir no mercado, remunerando a inversão inicial do traficante, e não pelo trabalho que possa oferecer diretamente.

Diferente do que ocorre na relação de produção capitalista, a condição de mercadoria aparece identificada ao trabalhador, e não ao trabalho:

O que se definia automaticamente como mercadoria, através do mercado, era o escravo (e não o trabalho escravo); e a respeito do escravo não se punham as questões da compra ou venda do trabalho (pois se comprava ou se alugava o escravo, de quem se dispunha *ad libitum*, inclusive e suas faculdades, habilidades e força de trabalho) (FERNANDES, 1987, p. 191).

Cardoso de Mello (1988) entende que o desenvolvimento da cafeicultura, no contexto da crise do escravismo e da formação da força de trabalho livre, “deve ser entendido como o *nascimento do capitalismo na América Latina*. Não, é certo, do modo especificamente capitalista de produção, desde que não se constituem, simultaneamente, forças produtivas capitalistas [grifo nosso]” (p. 31). Em seguida, porém, identifica a existência do capitalismo já na Colônia:

Não é o fato de a produção ser mercantil e de lucro se constituir no motor da atividade econômica que imprime caráter formalmente capitalista ao regime colonial de produção. Nem, muito menos, o simples fato de participar a economia colonial do mercado mundial. Ao contrário há, formalmente, capitalismo porque a escravidão é escravidão introduzida pelo capital e a gênese da economia colonial recebe todo o peso que lhe é devido. Há capitalismo, formalmente, porque o capital comercial invadiu a órbita da produção, o capital subordina o trabalho, e esta subordinação é formal, porque seu domínio exige formas de trabalho compulsório (p.43-44).

Mello identifica um *capitalismo formal* no período colonial e nos primeiros tempos do Império, quando o sistema colonial foi substituído, após a Independência, por uma economia mercantil-escravista nacional. Formal porque, apesar de não contar com relações de produção capitalistas, estava subordinado à circulação do capital mercantil — metropolitano ou nacional —, que se apropriava de quase todo o excedente produzido nas atividades agrícolas. Com a implantação da economia cafeeira em São Paulo, houve transição para uma ordem dominada pelas relações de produção capitalistas, porém com baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas:

Com o nascimento das economias capitalistas exportadoras, (...) o modo de produção capitalista se torna dominante na América Latina, (...) [mas] não se constituem, simultaneamente, forças produtivas capitalistas, o que somente foi possível porque a produção capitalista era exportada (p. 96).

Somente com a industrialização, segundo o autor, constituem-se as forças produtivas capitalistas:

A industrialização capitalista, portanto, deve ser entendida como o processo de constituição de forças produtivas capitalistas, mais precisamente como o processo de passagem ao modo especificamente capitalista de produção, ao que é impropriamente chamado de capitalismo industrial (p. 97).

Em síntese, o autor parece ver um capitalismo desde sempre presente no Brasil, passando por diferentes etapas: de início, um *capitalismo formal*, quando havia a primazia do lucro mercantil, fundamentado na exploração do trabalho escravo; em seguida, a constituição das *relações de produção* capitalistas (assalariadas), com a crise do escravismo e a constituição do mercado de trabalho livre; e, por fim, o desenvolvimento das *forças produtivas* capitalistas, com a industrialização.

Para outros autores, a definição de capitalismo não pode ser feita a partir da *esfera da circulação*, pois a lógica de todo modo de produção encontra-se na *esfera da produção*. Hirano resume essa questão da seguinte maneira:

(...) dentro da concepção marxista, a acumulação capitalista é o resultado da produção e reprodução ampliada do capital, centrada na esfera da produção. É nela que se produz, por meio da exploração do trabalhador livre e assalariado, o valor que, ao se realizar na esfera da circulação, resulta na acumulação capitalista. (...) A discordância teórica inicia-se neste ponto: o montante de capital-dinheiro acumulado na esfera da circulação, por ser originário/primitiva, é uma acumulação não-capitalista de capital, portanto, pré-capitalista (1988, p. 18-19).

As discordâncias se devem, em parte, ao emprego da palavra *capitalismo* como sinônimo da categoria marxiana *modo de produção capitalista*. Muito poderia ser esclarecido se tais termos se desmembrassem em significados diferentes. Em princípio, o termo *capitalismo* não é marxiano, pois o autor d'*O Capital* não o usou em seus escritos. Somente em 1902, com o livro de Werner Sombart, *Der Moderne Kapitalismus*, a palavra incorporou-se à tradição marxista (BRAUDEL, 1996 a). Quanto à categoria *modo de produção*, Marx não a definiu formalmente em sua obra (HIMMELWEIT, 1988), mas muitos autores utilizam-se de um trecho d'*O Capital*, no qual o termo não é citado textualmente, como definição:

A forma econômica específica em que se suga mais-trabalho não pago dos produtores diretos determina a relação de dominação e servidão, tal como esta surge diretamente da própria produção e, por sua vez, retroage de forma determinante sobre ela. (...) É sempre na *relação direta dos proprietários das condições de produção com os produtores diretos* — relação na qual cada forma sempre corresponde naturalmente a determinada *fase do desenvolvimento dos métodos de trabalho*, e, portanto, a sua *força produtiva social* — que encontramos o segredo mais íntimo, o

fundamento oculto de toda construção social e, por conseguinte, da forma política das relações de soberania e dependência, em suma, em cada forma específica de Estado [grifos nossos] (MARX, 1983, vol. III/2, p. 251).

O modo de produção, em síntese, define-se pelas relações sociais de produção — *relação direta dos proprietários das condições de produção com os produtores diretos* — e pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas — *fase do desenvolvimento dos métodos de trabalho e força produtiva social*. Se nos propusermos a usar essa categoria marxiana, as relações de produção que vigoraram no período colonial e nos primeiros tempos do Império no Brasil — dentre as quais, sobressaía o escravismo —, certamente, não podem ser identificadas às capitalistas, com o quê tanto Cardoso de Mello quanto Hirano parecem concordar. No entanto o primeiro vê um capitalismo, no Brasil, anterior às relações de produção capitalistas, enquanto o segundo vê pré-capitalismo. Torna-se necessário, por isso, definir capitalismo.

A palavra *capitalismo*, que Marx não usou, surgiu pela primeira vez entre polemistas franceses de meados do século XIX, como Louis Blanc e Bastiat, mas foi Proudhon quem a definiu: “regime econômico e social no qual os capitais, fonte de renda, em geral, não pertencem àqueles que os faz render com o seu próprio trabalho” (*apud* BRAUDEL, 1996 a, p. 205-206). Partindo dessas considerações históricas e lexicológicas, o sentido que Braudel deu ao termo capitalismo não é o de um sistema universal, ou de um modo de produção⁷, mas uma *plataforma de vida econômica*: em sua opinião, capitalismo é o conjunto de práticas fundamentadas na acumulação de capital por uma classe específica de agentes econômicos.

Essa concepção estava presente já no *Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo*, quando se referiu à rede de mercadores e manufaturas comandadas pelas cidades italianas no século XVI: “não é, portanto, abusivo, nas nossas classificações, falar de um capitalismo mercantil, designando, assim, uma forma ágil, já moderna e seguramente eficaz da vida econômica do século” (BRAUDEL, 1995 a, p. 357). Numa obra mais tardia (1996 a), a idéia do capitalismo como uma forma de vida econômica foi sistematizada. Nesse sentido, seria uma estrutura de longa duração, presente desde a Antiguidade nas sociedades do Velho Mundo, sempre definida em relação a um *não-capitalismo*, a esferas da vida cotidiana e da economia de

⁷ Braudel não rejeitava a categoria modo de produção, empregando-a várias vezes (por exemplo, BRAUDEL, 1996 a, p. 206). Embora não se enquadrasse na tradição marxista, muitos outros conceitos marxianos foram usados em sua obra, como luta de classes, relações de produção e forças produtivas (BRAUDEL, 1995a, 1995b, 1996 a, 1996 b *passim*).

mercado que escapam à sua lógica e que sobrevivem ainda hoje. A diferença da sociedade moderna em relação ao Antigo Regime é que, do final do século XVIII aos dias atuais, o capitalismo ocupou um espaço maior na organização econômica e social geral.

A produção historiográfica mais recente, em especial os pesquisadores da UFRJ e UFF (o chamado Grupo do Rio), graças ao acesso a novas fontes, vem revelando a grande complexidade existente na sociedade colonial. Fragoso (1998) identificou (usando um conceito de Godelier) a sociedade colonial brasileira a uma *formação econômico-social não capitalista*. O caráter monopolista do capital mercantil, a existência de mercados imperfeitos com baixa liquidez e sustentados em formas de produção não-capitalistas, preços e oferta com oscilações freqüentes e imprevisíveis, forte concentração de riqueza, eram características tanto da economia colonial quanto das economias do Antigo Regime europeu:

(...) podemos continuar a trabalhar com a noção de uma formação econômica e social sob a hegemonia do escravismo colonial. Tais formas de produção, apesar de ligadas ao mercado, só se realizando plenamente quando parte de sua produção se convertia em mercadorias, se assentava em relações de produção não-capitalistas. Relações cuja reiteração, no caso, não passava integralmente pelo mercado (FRAGOSO, 1998, p. 146).

Nesse contexto, o escravismo, nas *plantations* do litoral, era a forma de produção dominante, mas, ao reiterar-se, levava à reprodução de várias outras formas de produção, como a pequena agricultura familiar camponesa — e camponesa com escravos —, a peonagem e a agricultura escravista de alimentos. A sociedade colonial e dos primeiros tempos do Império assemelhava-se a um mosaico de diferentes formas de organização das relações produtivas, porém, tendo o escravismo como relação dominante.

Se aceitarmos a concepção braudeliana de capitalismo como uma forma específica de produção dentre outras, podemos ver certa complementaridade — o que pode parecer surpreendente — entre algumas idéias de Novais e Fragoso. O historiador paulista viu na colonização uma construção do capitalismo mercantil, destinada à acumulação primitiva de capital. Assim o era, se considerarmos apenas os setores voltados à exportação — como as *plantations* do litoral — e suas ligações com a rede de mercadores da metrópole, que realizavam o lucro de monopólio no tráfico de longa distância (NOVAIS, 1986). Havia, sem dúvida, um capitalismo mercantil que tinha, nas colônias, o elemento essencial de sua sobrevivência e acumulação.

No entanto descobertas recentes, efetuadas a partir de diversos estudos sobre fontes inéditas elaboradas nas décadas de oitenta e noventa do século XX, possibilitaram a formulação de novas hipóteses, como a de um mercado interno na colônia capaz de reiterar suas formas de produção e, nesse processo, realizar acumulação endógena (FRAGOSO, 1996). Essa concepção, fundamentada na diversidade das formas sociais de produção — entre elas, mas não exclusivamente, a escravidão —, enfatiza o universo interno do Brasil colonial e reconhece a existência de uma classe de mercadores urbanos, responsáveis por acumular a principal fração do excedente.

Se a palavra *capitalismo* for usada para designar essa rede de mercadores e capitais, com suas práticas peculiares, espalhada pelos núcleos urbanos d'aquém e d'além mar, aproxima-se da idéia de Novaes de um *capitalismo mercantil* sem, contudo, negar que ele fosse também uma forma de produção superposta a uma miríade de outras formas. Noutras palavras, a formação econômico-social não capitalista brasileira, existente no período colonial, admitia, dentre seus elementos, o capitalismo comercial. Esse sistema apropriava-se do grosso do excedente gerado na Colônia; não era, todavia, a relação social de produção dominante, uma vez que esse papel era ocupado pela escravidão. Esse entendimento — o capitalismo no Brasil colonial como um elemento superposto a um ordenamento econômico e social complexo e não capitalista — era também o de Fernand Braudel:

Em outros pontos da América [que não as colônias inglesas], vejo apenas capitalisms pontuais, limitados a indivíduos e a capitais que são parte integrante do capitalismo europeu, mais do que uma rede local. Mesmo no Brasil, mais comprometido neste caminho do que a América espanhola, mas que se reduz a algumas cidades, Recife, Bahia, Rio de Janeiro, e tem como “colônias” as enormes regiões do interior (1996 b, p. 395).

Para o historiador francês não era, igualmente, estranha a imagem da economia do Novo Mundo como um mosaico de formas de produção:

Aliás, como admitir que possa haver, para toda a América, um e apenas um modelo de sociedade? Qualquer que seja o modelo definido, certas sociedades lhe escaparão imediatamente. Os sistemas sociais não só diferem de país para país como se justapõem, misturam elementos impossíveis de classificar sob qualquer um dos rótulos propostos. (1996 b, p. 394).

No campo da sociologia, Florestan Fernandes (1987) identificou, na sociedade colonial, uma ordem estamental e de castas, na qual as relações de poder pessoal e prestígio — as diferenças econômicas sendo decorrência e não o

motor dessas relações — estabeleciam a estratificação social. Tal ordem era organizada por relações pré-capitalistas de produção. O estamento patrimonialista, formado pelos senhores de terras e escravos, não exibia o *ethos* da burguesia capitalista, isto é, a busca da riqueza pela riqueza, mas, sim, a busca da riqueza para obter *distinção* ou nobilitação. Os elementos ideológicos típicos da sociedade capitalista, como a ética do trabalho, inexistiam para eles:

(...) o senhor de engenho acabou submergindo numa concepção de vida, do mundo e da economia que respondia exclusivamente aos determinantes tradicionalistas da dominação patrimonialista. Não só perdeu os componentes do patrimonialismo que poderiam dirigi-lo, em sua situação histórica, para novos modelos de ação econômica capitalista; condenou tais modelos de ação, em nome de um código de honra que degradava as demais atividades econômicas e que excluía para si próprio inovações audaciosas nessa esfera (FERNANDES, 1987, p. 26).

A transição para a ordem social competitiva, identificada às relações de produção capitalista e à sociedade de classes, iniciou-se após a Independência, em 1822. Nessa primeira fase, houve a “eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno em uma economia colonial” (FERNANDES, 1987, p. 268). Essa transição, de início, não dependeu de determinantes econômicos: as relações de produção permaneceram fundamentadas no escravismo e no poder pessoal, e as elites fizeram gestões, naquele momento, para preservar, e não acabar, com a grande lavoura escravista.

No plano político, no entanto, com a autonomização nacional, surgiu, entre as elites, um projeto de modernização e integração territorial, que potencializou a expansão das relações de produção capitalistas. A maior parte do excedente econômico passou a ser retido pelo estamento senhorial, produzindo uma acumulação estamental de capital. De posse de uma fração maior da riqueza, as elites passaram a despender mais e adquiriram novos hábitos, resultado de transplantes culturais dos países centrais, o que criou condições internas — em especial, no meio urbano — para o desenvolvimento do capitalismo (FERNANDES, 1987).

A ordem capitalista não surgiu, aqui, da evolução da formação pré-capitalista herdada da fase colonial, que continuou a reproduzir-se, pois seus dois pilares, a grande propriedade e a escravidão, persistiram no Império. O capitalismo, no Brasil, foi um processo novo, gerado no meio urbano, em parte, como consequência do transplante externo de padrões de comportamento, em parte, pela necessidade de inserir a grande lavoura brasileira num mercado internacional cada vez mais

competitivo. Esse capitalismo nascente extraía sua vitalidade da reprodução das antigas relações de produção:

Assim, a implantação do capitalismo em novas bases econômicas e psico-sociais constitui um episódio de transplantação cultural. Ele não nasceu nem cresceu a partir da diferenciação interna da ordem econômica preexistente (o sistema econômico colonial). (...) em consequência, o salto ocorrido na esfera econômica não corresponde, geneticamente, a um processo de diferenciação (contínua ou súbita) das mesmas estruturas econômicas. Representa um processo novo, que extrai parte de sua substância das estruturas preexistentes, mas que se organiza, desde o início, como uma estrutura divergente (...) (FERNANDES, 1987, p. 80).

Foi a partir da década de 1870 que as relações de produção capitalistas receberam forte impulso no Brasil, graças ao binômio cafeicultor/imigrante e às mudanças por ele desencadeadas na economia brasileira. Assim, segundo Fernandes, foram injunções *externas* — a nova inserção da economia nacional na divisão internacional do trabalho — que fomentaram o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Por essa via subordinada e heteronômica, deu-se “a irrupção do capitalismo competitivo numa sociedade escravista” (p. 268).

Se fatores externos foram os responsáveis pela pelo advento da formação social dominada pelo modo de produção capitalista, resta entender quais foram e por que meios influíram no ordenamento interno da sociedade e da economia brasileiras.

2.3 A ordem mundial do final do século XIX: a Primeira Globalização

Entre 1870 e a década de 1890, a economia mundial passou pela Grande Depressão, extenso período de crise correspondente à fase B de uma onda longa de Kondratieff (GARCIA, 1997). Contudo, a crise não foi geral, atingindo mais alguns setores, especialmente, a agricultura européia e norte-americana (HOBBSAWM, 1988), e certas regiões, sobretudo as colônias européias na Ásia e África, que sofreram com as grandes fomes do Sudão, Índia, e China (DAVIS, 2002). Surpreendentemente, a Grande Depressão foi um período notável do avanço industrial e do comércio mundial:

Entre 1870 e 1890, a produção de ferro dos cinco principais países mais do que duplicou (de 11 para 23 milhões de toneladas); a produção de aço, que agora passa a ser o indicador adequado do conjunto da industrialização, multiplicou-se por vinte (de 500 mil para 11 milhões de toneladas). O crescimento do comércio

internacional continuou a ser impressionante, embora a taxas reconhecidamente menos vertiginosas que antes (HOBSEAWM, 1988, p. 57).

Tal situação beneficiava essencialmente a Grã-Bretanha. Essa potência que, há muito, havia sacrificado sua agricultura em nome do liberalismo econômico, dominava um gigantesco império colonial, tinha uma indústria de alta competitividade e controlava grande parte do fluxo financeiro mundial:

Assim sendo, o livre comércio parecia indispensável, pois permitia que os fornecedores ultramarinos de produtos primários trocassem suas mercadorias por manufaturados britânicos, reforçando assim a simbiose entre o Reino Unido e o mundo subdesenvolvido, base essencial do poderio britânico (HOBSEAWM, 1988, p. 65).

Devido a essa expansão nos investimentos e no livre comércio, a economia transnacionalizou-se nas últimas décadas do século XIX. O comércio transoceânico chegou a todo o planeta, e nele, as economias periféricas especializaram-se na exportação de determinados artigos primários. Houve forte transnacionalização do capital, em especial britânico, enquanto a doutrina liberal apregoava as vantagens da divisão internacional do trabalho num nível ótimo, com fronteiras nacionais totalmente permeáveis ao livre fluxo de mercadorias, capitais e força de trabalho:

(...) a economia capitalista era, e só podia ser, mundial. Esta feição global acentuou-se continuamente no decorrer do século XIX, à medida que estendia suas operações a partes cada vez mais remotas do planeta e transformava todas as regiões cada vez mais profundamente. Ademais, essa economia não reconhecia fronteiras, pois funcionava melhor quando nada interferia no livre movimento dos fatores de produção. Assim, o capitalismo, além de internacional na prática, era internacionalista na teoria (HOBSEAWM, 1988, p. 66).

Essa fase de internacionalização da economia mundial, que entrou em refluxo com o início da Grande Guerra de 1914, vem sendo chamada pelos economistas de *Primeira Globalização*, em analogia à fase de globalização iniciada na década de 1970, estruturalmente muito semelhante àquela, até mesmo no plano ideológico:

Vemos “globalização” em todos os lugares. O século XIX viu queda nos custos de transporte transoceânico, o que permitiu o comércio em larga escala de artigos de primeira necessidade, mais do que de curiosidades e luxos, possivelmente pela primeira vez em toda a história da humanidade (...) Também viu fluxos maciços de capital e imigração de massas em escala extraordinária (DOWRICK, DELONG, 2001, p. 3, tradução nossa).

Dois importantes traços caracterizam a economia mundial ao final do século XIX. Primeiro, foram anos de rápida globalização: capital e trabalho fluíram através de fronteiras nacionais em quantidades sem precedentes, e o comércio de *commodities* explodiu, enquanto os

custos de transporte caíam fortemente. Segundo, aqueles foram também anos de convergência, em vívidos padrões, pelo menos na economia atlântica e suas derivações ultramarinas (WILLIAMSON, 1998, p. 1, tradução nossa)

A *revolução tecnológica* foi outra marca importante da globalização dos últimos trinta anos do século XIX. O telefone, o fonógrafo, o cinema e o automóvel eram as grandes novidades da época. Entretanto, foram as tecnologias criadas no período anterior, durante a primeira metade do século XIX, que tiveram papel realmente revolucionário na produção, nos transportes, nas comunicações e na vida cotidiana (HOBSBAWM, 1988). Consolidaram-se, por intermédio do grande capital monopolista na Grã Bretanha, na França, nos EUA e na Alemanha, as grandes aciarias e indústrias químicas. A eletricidade chegou às indústrias, residências e ruas, e os postes telegráficos alcançaram as regiões mais longínquas, tornando possível, pela primeira vez, a comunicação em tempo real. Essa foi, principalmente, a época de ouro das ferrovias e das linhas de navegação a vapor, talvez o primordial fator a viabilizar, com a previsibilidade, a rapidez e a redução de riscos, a integração mundial do comércio, negócios e fluxos migratórios:

Então, o fato maior do século XIX é a criação de uma economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo, uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido (...). Essa globalização da economia não era nova, embora tivesse se acelerado consideravelmente nas décadas centrais do século. (...) as exportações européias, de fato, tinham mais que quadruplicado entre 1848 e 1875, ao passo que entre essa última data e 1915 apenas duplicaram. Mas a navegação mercante mundial, entre 1840 e 1870, passou só de 10 a 16 milhões de toneladas, para dobrar nos quarenta anos seguintes, enquanto a rede ferroviária mundial passava de pouco mais de 200 mil quilômetros (1870), a mais de um milhão às vésperas da Primeira Guerra Mundial (HOBSBAWM, 1988, p. 95).

A produção e o consumo, então desdobrados em escala mundial, necessitavam de uma divisão internacional do trabalho que especializasse cada região da periferia, na exportação de um determinado gênero, consumido pela produção de mercadorias nos galpões industriais, fornos e aciarias da Europa e — cada vez mais — nos EUA: “o desenvolvimento tecnológico agora dependia de matérias-primas que, devido ao clima ou ao acaso geológico, seriam encontradas exclusiva e profusamente em lugares remotos (HOBSBAWM, 1988, p. 96)”. Ao mesmo tempo, o consumo de artigos industriais, sobretudo após o início da

Depressão, tinha que ocorrer também em escala global, pois os mercados dos países centrais não eram mais suficientes:

Mas o ponto crucial da situação econômica global foi que um certo número de economias desenvolvidas sentiu simultaneamente a necessidade de novos mercados. Quando sua força era suficiente, seu ideal era as “portas abertas” nos mercados do mundo desenvolvido; caso contrário, elas tinham a esperança de conseguir para si territórios que, em virtude da sua dominação, garantissem à economia nacional uma posição monopolista ou ao menos uma vantagem substancial. A consequência lógica foi a repartição das partes não ocupadas do Terceiro Mundo (HOBSEBAWM, 1988, p. 101).

O comércio exterior do Brasil, nessa época, teve que se adaptar às condições do mercado globalizado e sob hegemonia das nações imperialistas, sobretudo da Grã Bretanha. Independentemente politicamente, o Brasil era parte do império “informal” britânico, pois seus termos de troca com a Grã Bretanha em pouco se diferenciavam daqueles da Índia ou da África do Sul. Havia, sem dúvida, uma elite política e econômica nacional, com interesses próprios, que traçava estratégias de auto-preservação, mas estas se davam nos estreitos limites da divisão internacional do trabalho a ela imposta. Vieram de fora, do mercado global e do capitalismo liderado pelas nações mais ricas, as forças desagregadoras da ordem até então vigente, fundamentada em bases não capitalistas.

2.4 A transição para a formação econômico-social capitalista no Brasil

Simultaneamente às mudanças da economia mundial ocorridas na Grande Depressão, o Brasil passava por duas revoluções institucionais, intimamente ligadas: a Abolição e a Proclamação da República. Naqueles últimos 25 anos do século XIX, as pressões do mercado mundial sobre os custos sociais da produção agrária atingiram a escravidão. Os exportadores de produtos agrícolas, em especial, os fazendeiros de café das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, viram-se obrigados a aumentar a produtividade, para enfrentar as oscilações internacionais de preço, geradas pela situação de livre mercado globalizado. O cerne da questão é: de que forma tais pressões acabaram por desagregar a ordem escravista?

2.4.1 Origens da indústria no Brasil

A cafeicultura do Oeste Paulista, que se expandiu na segunda metade do século XIX, não era uma forma de agricultura capitalista, embora não se possa negar que, a despeito disso, seu impulso modernizador acabou por trazer a indústria e a urbanização. Se as relações de produção são essenciais para definir um modo de produção - o colonato -, que predominou nas fazendas de café paulistas, não se constituiu numa relação na qual a força de trabalho fosse negociada diretamente como mercadoria e, tampouco, nessa esfera, poder-se-ia identificar o fazendeiro cafeicultor com uma burguesia nascente, exceto por alguns deles que, *efetivamente*, tornaram-se banqueiros e capitães de indústria. É necessário extrair dessa conclusão suas conseqüências, em especial, para a análise do fenômeno que, sem dúvida, esteve associado à cafeicultura: a industrialização.

Sérgio Silva, em sua obra *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil* (1995), tem como proposta entender as origens da indústria no Brasil. Para tanto, escolhe como ponto de partida a economia cafeeira paulista, por ter aquela região “o principal centro de acumulação capitalista no período” (p. 11). Nesse estudo, analisou “as relações entre a economia cafeeira e a indústria nascente” (p. 11), ou seja, como o advento da cafeicultura paulista tornou possível a emergência da indústria, nas últimas décadas do século XIX. De início, identificou, na cafeicultura desenvolvida sobre o colonato, uma revolução nas relações de produção, que conduziu à indústria como um desdobramento dela:

O aprofundamento do estudo das relações economia cafeeira - indústria nascente está apoiada em uma problemática onde a industrialização parece como a última fase do período de transição capitalista. *A indústria nascente é então considerada como resultado de um desenvolvimento capitalista prévio* [grifos nossos] (p. 11).

Ao constituir um mercado de trabalho livre e, ao produzir relações de trabalho fundadas no assalariamento, a evolução da cafeicultura significou a origem do modo de produção capitalista na região mais dinâmica do Brasil:

Foi fundamentalmente graças a essa imigração massiva de trabalhadores de origem européia que o mercado de trabalho formou-se e desenvolveu-se no Brasil até a década de 1920. E nesse mercado de trabalho, formado por trabalhadores imigrados, se abasteceram não somente os fazendeiros e café, mas também os primeiros industriais brasileiros (p. 38).

O autor viu identidade total entre cafeicultura e indústria, a ponto de chamar de *indústria cafeeira* ao complexo formado pelos cafezais, beneficiamento,

transporte e exportação do produto (p. 50). Por isso, propôs que se abandonasse a distinção estrutural entre cafeicultura e indústria urbana:

Ao colocarmos a análise do crescimento da indústria e, em particular, das relações entre a expansão cafeeira e o crescimento da indústria no quadro geral definido pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil, temos como primeira consequência o abandono da divisão puramente técnica entre agricultura e indústria. A predominância da agricultura não representa mais um critério absoluto para a determinação da unidade de um período histórico. A partir do último quartel do século XIX, apesar da agricultura manter-se como a atividade dominante, as transformações das relações de produção determinam um novo período que, por suas características básicas, está muito mais ligado aos períodos posteriores, em particular a industrialização, do que aos períodos anteriores onde a acumulação se apoiava no trabalho escravo (SILVA, 1995, p. 75).

A indústria *stricto sensu* resultaria, nessa lógica, do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, tornado possível com a revolução nas relações de produção. Ao submeter o trabalho ao controle do capital, num mercado de trabalho livre, e ao transformar a força de trabalho em mercadoria, negociada livremente entre o colono e o fazendeiro, estavam criadas as condições para que, com a acumulação de capital e, entrando em jogo outros fatores, se desenvolvessem as forças produtivas, culminando na indústria:

(...) é necessário considerar a industrialização em si mesma (isto é, a industrialização enquanto progresso das forças produtivas) como um processo social, e mais precisamente como o aspecto técnico do desenvolvimento das relações de produção determinadas, como uma forma do desenvolvimento das forças produtivas adequada a relações de produção determinadas, no caso as relações de produção capitalistas. O que equivale dizer que é necessário considerar que o desenvolvimento das forças produtivas toma as formas adaptadas à reprodução das relações de produção dominantes (SILVA, 1995, p. 14).

Toda a construção teórica do autor ergue-se, portanto, sobre um pressuposto: com o trabalho livre, surgido na forma do colonato no Oeste Paulista no último quartel do século XIX, constituem-se relações capitalistas de produção. O problema é que Silva dá pouca atenção às relações de produção que se configuravam *no interior* das fazendas de café, em particular, à relação de trabalho entre os cafeicultores e os colonos. No único trecho em que discute o assunto, afirma:

Com a imigração massiva, o trabalho escravo cedeu lugar ao trabalho assalariado nas plantações de café. (...) Um contrato de trabalho padrão é preparado pelo escritório de imigração. (...) Esse contrato previa o pagamento de um salário base proporcional ao número de pés de café atribuídos ao trabalhador (...). A esse salário base juntava-se uma soma variável (uma espécie de prêmio), em função da colheita obtida (SILVA, 1995, p. 45).

Silva preocupa-se mais com os movimentos de valorização e remuneração do capital, e com as relações entre o capital cafeeiro, o capital industrial e o capital financeiro nacional e estrangeiro. Assim como o trabalho de Mello (1988), que também parte de igual pressuposto, ambas as obras repercutem, na verdade, o paradigma teórico norteador da produção acadêmica nos anos 1960 e 1970: a idéia de que, com o café, nascia a modernidade capitalista no Brasil. Sem dúvida, isso ocorreu, mas não da maneira como pensavam aqueles autores: as relações capitalistas de produção não nasceram *no interior* das fazendas de café, mas na modernização urbana, industrial, comercial e financeira que elas geraram.

Se partirmos de outra perspectiva teórica - a de que a grande lavoura de café paulista não se fundamentava em relações capitalistas de produção - torna-se necessário explicar como, apesar disso, ela tornou possível a emergência da indústria e do capitalismo nos últimos anos do século XIX. Nesse sentido, poder-se-ia argüir que, apesar de não serem empresários capitalistas no sentido estrito, os cafeicultores do Oeste, diferentemente daqueles do Vale do Paraíba, possuíam “mentalidade progressista”, empreendedora e industriosa, e, assim, schumpeterianamente, teriam desencadeado a industrialização paulista.

É improvável que assim tenha sido. Os fazendeiros do Oeste, até a década de 1870, pouco diferiam, na mentalidade e nas práticas, da velha elite colonial. A racionalidade que movia os homens de fortuna, na Colônia, não era o lucro e a acumulação como fins em si mesmos, mas a busca do prestígio. É na avidez pela notabilização, ou na *vontade de distinção*, na expressão de Marco Antônio Silveira (1997), que se encontrava o *ethos* dos homens da elite colonial. Segundo Florestan Fernandes, esse fazendeiro do café tinha um horizonte cultural não muito diferente:

(...) a fazenda de café ideal é aquela que reproduz em sua estrutura social a auto-suficiência econômica dos antigos engenhos. (...) o excedente econômico destinava-se ao crescimento horizontal da grande lavoura exportadora, às obrigações contraídas através da solidariedade patrimonial e estamental, ao estipêndio do *status* senhorial ou dos papéis sociais deles decorrentes e ao entesouramento (1987, p. 111).

Permanece, portanto a questão: como a cafeicultura, atividade fundada em relações não-capitalistas de trabalho, gerenciada por uma elite ainda fortemente influenciada pela ideologia aristocrática, herdada do Antigo Regime, pôde gerar a indústria e, com ela, a ordem capitalista? Não há uma única resposta, pois a

industrialização de São Paulo — e a conseqüente formação de uma burguesia industrial — resultou da interação de vários fatores.

O primeiro deles foi, incontestavelmente, o dinamismo gerado pelo café. O consumo da bebida generalizou-se, sobretudo na Europa, nas três primeiras décadas do século XIX. “Para que isso pudesse ocorrer, os preços internacionais baixaram, em grande parte devido ao crescimento da oferta brasileira” (MELLO, 1988, p. 56). Desde então, os produtores brasileiros passaram a contar com facilidades cada vez maiores para colocarem seu produto nos mercados estrangeiros, graças aos avanços técnicos na navegação e ao desenvolvimento de operações de financiamento para o comércio exterior, pelo capital financeiro europeu (DEAN, 1991).

Contudo, as atividades agrícolas propriamente ditas contaram com pouquíssimas melhorias técnicas, ao longo do século XIX. Os processos de desmatamento, plantio, trato e colheita, assim como as espécies cultivadas, mantiveram-se praticamente iguais aos do período colonial. Geograficamente, tal agricultura extensiva tinha que avançar, permanentemente, sobre zonas de fronteira, onde o desmatamento e a conquista dos solos de floresta possibilitavam sua reprodução.

A quase ausência de progresso técnico nas etapas especificamente agrícolas contrastava com os evidentes avanços nas etapas de beneficiamento e de transporte. A necessidade de avançar cada vez mais para o interior, com o esgotamento das fazendas mais antigas, levou os cafeicultores a investir no desenvolvimento de uma densa rede ferroviária que, com a exceção apenas da *São Paulo Railway*, constituída por capitais britânicos, foi criada por companhias ferroviárias fundadas pelos próprios fazendeiros (MATOS, 1990). Ao mesmo tempo, a necessidade de oferecer o produto do Oeste a preços competitivos, levou a elite rural paulista a investir na mecanização do beneficiamento do produto: os fazendeiros Taunay e Silva Telles, por exemplo, desenvolveram secadeiras mecânicas, com a finalidade de aumentar a durabilidade dos grãos a serem transportados para o embarque no litoral. Máquinas Lindgerwood foram amplamente utilizadas pelas fazendas paulistas, da década de 1870 em diante (SILVA, 1995).

O avanço técnico em tais etapas, longe de “dissolver” as velhas relações de produção não-capitalistas, as reforçava:

Não é difícil entender que a estrada de ferro, muito especialmente, e a grande indústria do beneficiamento reforçam a economia

mercantil-escravista ao poupar trabalho escravo, reduzir os custos do transporte e melhora a qualidade do café. Reforçam, em suma, ao remover os obstáculos que entravam seu desenvolvimento, incrementando tanto a rentabilidade corrente quanto as perspectivas de lucro do investimento. Permitia-se, dessa forma, que a acumulação pudesse ter curso, apoiada ainda no trabalho escravo (...) (MELLO, 1988, p. 81-82).

Dessa forma, o fim do escravismo não teve relação direta com a modernização técnica criada pela cafeicultura. Da mesma maneira, o colonato que o sucedeu, fundamentado em relações de trabalho não-capitalistas e em baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, tampouco era incompatível com a rápida modernização técnica do beneficiamento e dos transportes. Em verdade, o desenvolvimento técnico nessas etapas tinha um único objetivo: viabilizar a reprodução *daquelas* relações de produção.

Qual era o interesse dos cafeicultores em reproduzir relações de produção fundamentadas na exploração de um campesinato dependente, sob baixo nível técnico do trabalho agrícola? Martins nos dá a chave da resposta:

(...) na economia cafeeira a reprodução do capital assumiu a forma de reprodução extensiva do capital, pela incorporação contínua e progressiva de novas terras à produção de café. (...) o segredo estava na conversão imediata de renda-em-trabalho em capital, na contínua recriação de mais mão-de-obra, pois, a necessidade de trabalhadores para a formação do cafezal tinha um efeito multiplicador: cada formador de café implicava num número muito maior de tratadores e colhedores logo depois que o café estivesse formado. (...) o grande empenho na formação de novas fazendas trazia para o fazendeiro uma renda diferencial. O deslocamento amplo de fazendeiros de velhas regiões para a fronteira econômica esteve fortemente marcado pela busca de terras mais férteis (...). A fertilidade natural do solo, por meio do trabalho do formador do cafezal, incrementava os ganhos do fazendeiro, quase sem investimentos de capitais próprios. (...) O único segredo desta acumulação estava nas relações de produção estabelecidas na formação e no trato dos cafezais: com um regime de trabalho assalariado essa acumulação não teria sido possível na forma e na escala em que se deu (2004, p. 754-75).

Em resumo, o monopólio sobre a propriedade da terra garantia a exploração do colono imigrante, sobretudo no processo de formação de novos cafezais, praticamente sem a necessidade de inversões por parte do fazendeiro. Porém, dispensavam-se os ganhos em produtividade pelo melhoramento de sementes e recuperação dos solos, por exemplo, pois era justamente na formação de novas fazendas na fronteira, com um mínimo de investimentos e com um máximo de exploração da força de trabalho e da fertilidade natural dos solos, que o sistema mantinha-se viável.

Contudo, a reiteração desse sistema criou, como já dito, novas necessidades, diferentes daquelas das velhas *plantations* coloniais litorâneas. A necessidade de interiorização geográfica e, sobretudo, a exigência de manutenção da competitividade no mercado internacional, levaram a elite cafeeira a investir na rede ferroviária, na mecanização do beneficiamento e em serviços de infra-estrutura, como energia elétrica, bondes, serviços de água e telefones. Foram exatamente esses os setores empreendidos pelos elementos da elite fundiária que se tornaram parte do empresariado paulista, no final do século XIX:

(...) no intuito de valorizar suas propriedades, os lavradores eram levados a meter-se em atividades comerciais e outras, em larga escala. As estradas de ferro e os bancos eram todos sociedades anônimas. As firmas de corretagem e de importação eram sociedades de que participavam diversas famílias de fazendeiros. Existia, portanto, o espírito de associação, muito embora essas combinações fossem frequentemente reforçadas pelo casamento dinástico ou perfilhações políticas (DEAN, 1991, p. 44).

O efeito modernizador da cafeicultura não se manifestou somente na infra-estrutura destinada a dar rentabilidade às fazendas. Na esfera do financiamento, a grande escala da produção levou ao desenvolvimento de um setor bancário em São Paulo. A partir da década de 1850, as casas comissárias, na medida em que os negócios com o café cresciam em volume e complexidade, foram sendo substituídas pelos bancos (MELLO, 1988), aspecto que marca a especialização da atividade financeira perante o comércio. À frente desses primeiros bancos, encontravam-se alguns dos mais poderosos fazendeiros de São Paulo (SILVA, 1995).

Fatores externos, contudo, fizeram a cafeicultura paulista tomar parte na reprodução do grande capital financeiro internacional. A Grande Depressão desencadeou uma concentração de capitais sem precedentes nos países europeus: “no setor bancário, um pequeno número de gigantescos bancos por ações, com redes nacionais de agências, substituíram muito rapidamente os bancos menores: o Lloyds Bank absorveu 164 pequenos bancos” (HOBSEAWM, 1988, p. 71). Mesmo no quadro de recessão internacional, ocorreu intensa exportação de capitais, que, assim, chegaram às economias latino-americanas:

Muitos dos países ultramarinos recentemente integrados à economia mundial conheceram um surto de desenvolvimento mais intenso que nunca (...). O investimento estrangeiro na América Latina atingiu níveis assombrosos nos anos 1880, quando a extensão da rede ferroviária argentina foi quintuplicada, e tanto a Argentina quanto o Brasil atraíram até 200 mil imigrantes por ano (HOBSEAWM, 1988, p. 58-59)

Bancos ingleses, nesse novo contexto, assumiram o lugar das casas bancárias nacionais no financiamento dos negócios ligados ao café, nos últimos anos do século XIX. Não há dúvidas de que a maior disponibilidade de capital financeiro, nacional e estrangeiro, facilitou a diversificação dos investimentos da elite paulista e contribuiu para o surgimento das primeiras indústrias.

Um último dado, não de menor importância, explica também como a cafeicultura estimulou a diversificação econômica que culminou na indústria. A agricultura com base no colonato, apesar de não se fundamentar no assalariamento, permitia ao colono, por meio da venda de sua safra, ter acesso ao dinheiro e, portanto, ao consumo intermediado pelas relações mercantis. O nível de mercantilização da cafeicultura paulista era, inquestionavelmente, muito maior que o das *plantations* escravistas que a antecederam, nas quais o senhor de escravos, e não o cativo, era o consumidor, num mercado muito mais restrito. A isso, somava-se o tamanho do mercado representado pelo Oeste em expansão, com as multidões de colonos nas lavouras, de maneira que se formou, com o café, uma escala justificadora da instalação de alguns setores industriais voltados para o consumo popular.

Warren Dean (1991) demonstrou que a maioria das empresas paulistas começou como casas importadoras, as quais abasteciam o mercado com alguns gêneros de subsistência trazidos do estrangeiro. Com o tempo, alguns desses importadores fundaram indústrias, pois algumas atividades de importação requeriam que se completasse, no local do consumo, a manufatura do produto: “a instalação de equipamento elétrico, por exemplo, de fiações ou pontes de balança requeria uma perícia técnica cujo exercício o comprador, via de regra, deixava a cargo do importador” (p. 26). Noutros casos, a matéria-prima era mais barata em São Paulo, como tijolos, telhas e vidros. Além disso, a transição da importação para a manufatura explica-se pelo maior acesso ao crédito de que dispunha o importador, geralmente associado a firmas estrangeiras.

O grande conhecimento do mercado e das redes de distribuição também era uma vantagem da qual certamente o importador lançava mão, quando tomava a decisão de estabelecer-se como industrial. A maioria desses capitalistas pioneiros era formada por imigrantes, geralmente, de classe média, que chegavam de seus países de origem já com alguma fortuna e ofício. Em muitos casos, associaram-se a matrizes de seus países de origem, e montaram filiais em São Paulo.

Em suma, o Brasil, ao integrar-se a uma economia globalizada e regida pelos princípios do livre mercado, teve que ampliar uma economia de mercado também internamente, o que estimulou um rápido desenvolvimento dos agentes capitalistas comerciais e financeiros. A inclusão no mercado mundial fez pressão estrutural sobre a economia interna, no sentido de ajustá-la aos padrões capitalistas:

Os dois pólos concomitantes, em que aquela pressão estrutural e funcional se manifestava, diziam respeito: 1º.) à expansão do trabalho livre, em volume e em diferenciação; 2º.) à expansão da produção destinada ao consumo interno, também em volume e em diferenciação (FERNANDES, 1987, p. 126-127).

O quadro que se esboça não é aquele no qual “a expansão cafeeira e a industrialização aparecem como dois estágios da transição capitalista no Brasil” (SILVA, 1995, p. 13). Tampouco se pode dizer que “a economia cafeeira assentada em relações capitalistas de produção engendrou os pré-requisitos fundamentais ao surgimento do capital industrial e da grande indústria” (MELLO, 1988, p. 98). A cafeicultura não continha, em si, o germe de um futuro capitalismo, pois trazia consigo a herança das relações, da lógica e das elites constituídas na antiga sociedade colonial. Mas, ao reproduzir-se em grande escala, no contexto de uma economia mundial, crescentemente dominada pelo capital financeiro, dependente de uma massa de trabalhadores livres e de consumo monetizado e, por requerer investimentos de tipo capitalista na infra-estrutura de transportes e beneficiamento, induziu o surgimento de uma ordem capitalista. Fernandes resume essa questão da seguinte forma:

No caso, parece evidente que o mundo capitalista não era o universo histórico dos estamentos sociais dominantes e que suas elites, por isso mesmo, não enfrentaram o presente nem previram o futuro nessa direção, na escala do capitalismo como aspiração e estilo de vida. Estavam todos totalmente imersos numa laboriosa defesa da própria antítese do “espírito burguês” e da “racionalidade capitalista”, empenhando-se na continuidade da escravidão e da dominação senhorial (e não na sua superação e destruição, tão rapidamente quanto possível). As forças que iriam construir a economia capitalista e sua ordem social competitiva teriam de irromper, portanto, desse solo, mas por sua conta e contra a maré, de modo acanhado, destrutivo e desorientado (...) (1987, p. 180).

A transição para a ordem social competitiva no Brasil, que corresponde à formação econômico-social capitalista, iniciou-se, como visto, nos últimos anos do século XIX, período no qual a inserção da economia brasileira no mercado globalizado instou o desenvolvimento da cafeicultura exportadora em São Paulo.

Esta, ao reproduzir-se ainda em bases não capitalistas, fomentou o desenvolvimento de relações de produção capitalistas, fundamentadas no trabalho livre, nas finanças, na ampliação do comércio e na indústria.

O objetivo de nosso estudo é entender como, naquela época, essa transição ocorreu no Triângulo Mineiro, região que, embora fora da área de cultivo do café, ligou-se dinamicamente a ela, como área de abastecimento. A experiência, vista aqui, do desenvolvimento das relações de produção capitalistas na província/estado de São Paulo servirá como parâmetro. Pretende-se entender, sobretudo, as transformações ocorridas no espaço regional e no espaço urbano local no período. Para tanto, é mister vê-las como parte de uma ampla mudança social e econômica nacional: nesse período, iniciou-se a transição estrutural de uma formação social não capitalista, dominada pela escravidão e com elementos característicos das sociedades do Antigo Regime europeu, para uma formação social capitalista. Tal formação admitia diferentes modos de produção, mesmo não capitalistas. Porém, as relações de produção capitalistas subordinavam as demais.

O termo *capitalismo* será usado no sentido braudeliano, ou seja, referindo-se a uma forma específica de produção, entre outras, existente desde o início da colonização do território brasileiro. Essa transição será estudada na perspectiva geográfica, nas escalas da região e do lugar.

2.5 A transição para o capitalismo na perspectiva geográfica

Do ponto de vista geográfico, o que significou a transição para a formação sócio-espacial capitalista, desencadeada no Brasil no final do século XIX? Um ponto de partida adequado para a abordagem geográfica de um processo histórico dessa natureza é a geo-história de Fernand Braudel. No último capítulo de *O Tempo do Mundo* (1996), o historiador discorreu sobre a Revolução Industrial da Europa — em especial na Inglaterra — ocorrida entre o final do século XVIII e início do XIX. Braudel parece identificar a noção de Revolução Industrial a um domínio maquínico sobre todas as esferas da economia e da sociedade, isto é, a uma crescente racionalização, orientada pela lógica do lucro e acumulação capitalistas: “a industrialização, tal como a Revolução Industrial, implica tudo, sociedade, economia, estruturas políticas, opinião pública e tudo o mais” (p. 517).

Braudel discorda de Marx por este considerar a técnica o *primum móbile* da Revolução Industrial. Os avanços técnicos caminham à frente da economia, mas só foram incorporados quando solicitados, ou seja, quando se fizeram necessários: “as inovações, com toda a evidência, dependem da ação do mercado: respondem apenas a uma demanda insistente do consumidor” (BRAUDEL, 1996b, p. 526-527). Os avanços técnicos na indústria, no período, ocorreram de forma acelerada, à medida que aumentava a demanda interna e externa por manufaturas. Houve, também, a racionalização do sistema de transportes: na Inglaterra, no final do século XVIII, construíam-se canais fluviais para o escoamento de carvão, melhoramento de estradas, trilhos metálicos e vagões.

A terminologia usada por Braudel identifica *industrialismo* ao “movimento basculante de toda uma sociedade para o modo de vida industrial, mais amplo que a própria Revolução” (p. 547); equivaleria ao desenvolvimento das forças produtivas, na terminologia marxiana. A *industrialização* foi “a passagem da preponderância agrícola para a preponderância das artes e ofícios” (p. 547): representou o triunfo da atividade de transformação sobre a agricultura. A *modernização*, por sua vez, “é um conjunto mais amplo que a própria industrialização” (p. 547), é a racionalidade maquínica, movida pelo cálculo do capitalismo, dominando quase todas as esferas da vida econômica e social.

Portanto, a *modernização*, no sentido dado por Braudel, significa maior domínio do capitalismo sobre as duas outras esferas: a vida material e a economia. Esse domínio racional do espaço representa uma transição entre sistemas técnicos, “formas de produzir energia, bens e serviços, formas de relacionar os homens entre eles, formas de informação, formas de discurso e interlocução” (SANTOS, 2002, p. 177). Os sistemas técnicos autônomos (locais) são gradualmente substituídos por outros integrados, fundamentados em profunda divisão social e territorial do trabalho: ampliou-se o alcance das *técnicas sistêmicas* (p. 195). É nesse sentido que Milton Santos (2002) fala de uma formação sócio-espacial de *tempos rápidos*, característica do modo de produção capitalista.

O final do século XIX deu início ao processo de unicidade técnica global, vale dizer, à primazia de técnicas dependentes de ações coordenadas e simultâneas em todo o planeta. Os objetos maquínicos, de forma crescente, impuseram-se sobre os ritmos naturais: ocorreu o que Santos chamou de transição do *meio natural* (tempos impostos pela natureza) para o *meio técnico* (tempos impostos pela técnica):

Os objetos técnicos, maquinicos, juntam à razão natural sua própria razão, uma lógica instrumental que desafia as lógicas naturais, criando, nos lugares atingidos, mistos ou híbridos conflitivos. Os objetos técnicos e o espaço maquinizado são lócus de ações “superiores”, graças à sua superposição triunfante às forças naturais. Tais ações são, também, consideradas superiores pela crença de que ao homem atribuem novos poderes — o maior dos quais é a prerrogativa de enfrentar a natureza, natural ou já socializada, vinda do período anterior, com instrumentos que já não são prolongamentos do seu corpo, mas que representam prolongamentos do território, verdadeiras próteses (SANTOS, 2002, p. 237).

A chegada da ferrovia nas décadas de 1880 e 1890, a expansão da rede telegráfica, as transformações da estrutura produtiva — com o surgimento de indústrias, a adoção de técnicas científicas na pecuária e agricultura e maior especialização produtiva —, e a inserção do Triângulo Mineiro num âmbito maior de interdependência na divisão territorial do trabalho, foram os fatos mais representativos do advento do meio técnico no território em estudo. A racionalização e laicização do espaço urbano, ocorridas nas cidades de Uberaba, Uberabinha e Araguari, também devem ser entendidas sob essa perspectiva.

A expansão do meio técnico significou crescente *racionalização* do território, isto é, a sua organização instrumental por meio de objetos técnicos. O desenvolvimento gradual das forças produtivas significou crescente mecanização e fluidez do espaço, processo que, no Brasil somente se intensificou nas últimas décadas do século XIX. O suporte físico dessa racionalização foi a substituição das redes pré-mecânicas, formadas no período anterior, de forma espontânea, ao sabor das contingências locais, regionais e naturais, pelas *redes mecânicas*, isto é, intencionais, criadas com o objetivo de corrigir o território:

Podemos, grosso modo, admitir, pelo menos, três momentos na produção e vida das redes. Um largo período pré-mecânico, um período mecânico intermediário e a fase atual. No primeiro período há, de algum modo, o “império” dos dados naturais; o engenho humano era limitado, às vezes subordinado, às contingências da natureza. Dentro dessas circunstâncias, as redes se formam com um largo componente de espontaneidade. No segundo momento, cuja afirmação coincide com os albores da modernidade, as redes assumem o seu nome, mediante o caráter deliberado de sua criação (SANTOS, 2002, p. 264).

Duas redes mecânicas instalaram-se no território do Triângulo Mineiro, nas últimas décadas do século XIX: a rede ferroviária e a telegráfica, estendidas na década de 1890. Todavia, por cruzarem apenas três localidades urbanas —

Uberaba, Uberabinha e Araguari —, amplas porções do território permaneceram fora de suas influências, ainda subordinadas a redes pré-mecânicas.

Finalmente, com a transição para a formação capitalista ocorreu uma mudança no padrão de difusão das inovações culturais. Nas sociedades tradicionais não capitalistas, as técnicas eram transmitidas de uma geração a outra, pelo aprendizado no meio familiar ou nas oficinas, na relação entre mestre e aprendiz. Tendo em vista que a maioria dessas técnicas não era codificada em documentos escritos nem se baseava no conhecimento científico, sua difusão geográfica — sua adoção por outras populações, em lugares diferentes de onde surgiram — dependia de duas ordens de fatores: primeiro, era necessário que a técnica adventícia fosse vantajosa para quem a adotasse; segundo, era preciso que houvesse receptividade a ela: preconceitos culturais, barreiras lingüísticas e isolamento social poderiam dificultar sua aceitação. A difusão da técnica ocorria com os movimentos migratórios ou com o aprendizado por imitação, sendo necessária a contigüidade geográfica. Esse tipo de difusão foi chamado por Claval de *difusão de próximo em próximo*:

Num meio uniforme, a propagação é feita de maneira concêntrica a partir do local onde a inovação aconteceu (...). a propagação é de fato mais rápida onde as vias de passagem são mais fáceis e mais freqüentadas: terras longínquas são assim alcançadas antes de zonas próximas, mas que vivem no isolamento. Isto evidencia o papel da vida de relação na unificação de espaços culturais (CLAVAL, 2001, p. 162).

A racionalização do espaço, determinada pelo desenvolvimento da formação capitalista, mudou profundamente o padrão de difusão das técnicas, que passaram a ser codificadas em manuais, e a depender do conhecimento científico. As experiências empíricas, embora não tenham desaparecido por completo, tornaram-se marginais. A subordinação à ciência aplicada impôs a padronização sobre as técnicas, o que, de um lado, facilitou sua difusão, e de outro, tornou-as rígidas, isto é, sua eficácia passou a depender da observância de protocolos de instruções. Os objetos técnicos tornaram-se perfeitos (adaptados precisamente à sua função) e dotados de hipertelia (de uma função exclusiva, ultra-especializada) (SANTOS, 2002), o que contribuiu para reduzir as diferenças culturais expressas nas paisagens (CLAVAL, 2001).

Nesse contexto, a difusão passou a depender de uma elite ilustrada, capaz de freqüentar centros de ensino especializados ou de ler livros. Essa elite podia deslocar-se, rapidamente, até os pontos de difusão das novas técnicas — núcleos de ensino, de negócios e industriais, geralmente, nos grandes centros urbanos —

aprendê-las, trazê-las às suas regiões de origem e, ali, difundi-las. Esse tipo de difusão, geograficamente descontínua e facilitada pelos modernos meios de transporte e comunicação, corresponde ao que Claval denominou de *difusão hierárquica*:

A propagação da mudança é muito mais rápida e o desenho das áreas onde se propaga mais irregular nas sociedades mais avançadas. Enquanto continua dependente de contatos diretos, os níveis superiores da hierarquia urbana são atingidos primeiro; os lugares de residência das classes superiores, que não coincidem com as grandes metrópoles, servem igualmente de centros (...). na medida em que a informação é direcionada pelos livros, pela imprensa ou pela mídia moderna, o processo torna-se mais aleatório. A distância ao centro de inovação não constitui mais o fator determinante, os níveis de instrução e as tradições locais da empresa são mais significativos. Estamos falando de uma difusão hierárquica. Esta é canalizada pelos sistemas de transportes e de comunicações, geralmente polarizados (CLAVAL, 2001, p. 163-165).

Em todo o Brasil, no período colonial e imperial, a difusão de próximo em próximo predominava, embora pudesse haver alguns casos de difusão hierárquica como, por exemplo, a adoção do forno catalão nas forjas paulistas, no século XVII, ou a tentativa de introdução do arado, na agricultura paulista, pelo Morgado de Mateus, em 1766 (HOLANDA, 1995). No entanto, foi no final do século XIX que esse padrão - o da difusão hierárquica - tornou-se dominante, pelo menos nas regiões integradas aos centros urbanos mais dinâmicos.

No estudo a que nos propomos, a modernidade capitalista será detectada pelo advento de técnicas que implicavam conhecimento especializado, vale dizer, que não podiam ser obtidas no âmbito familiar ou nas relações artesão-aprendiz. À guisa de exemplo, máquinas industriais, ferrovias, iluminação pública, urbanismo, telégrafo são artefatos que pressupõem a existência da difusão hierárquica.

Noutros termos, será necessário entender de que forma ocorreu a modernização do território e da sociedade, ou seja, a crescente racionalização das técnicas, da produção e difusão de informações e da paisagem, como o resultado da penetração do capitalismo na vida cotidiana e economia.

3 Formação territorial

A ocupação, pela sociedade luso-brasileira colonial, do território que hoje corresponde à região conhecida como Triângulo Mineiro iniciou-se com a expedição sertanista de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, em 1722, que o atravessou durante a descoberta das minas de Goiás. Em 1730, com o surgimento dos primeiros arraiais do ouro goianos, os sertanistas paulistas abriram um caminho régio ligando a vila de São Paulo aos novos povoados, conhecido como *Estrada dos Goíases* ou *do Anhanguera*. Em 1736, foi criada a Capitania de Goiás, que incluía o território situado entre os rios Paranaíba e Grande, hoje, Triângulo Mineiro.

Entre 1748 e 1780, o sertanista Antônio Pires de Campos e seu sucessor, João Godoy Pinto da Silveira, a serviço do governo de Goiás, travaram uma longa guerra contra os índios caiapós, travada em todo o sul e centro da capitania (GIRALDIN, 1997). Nesse período, fundaram dois aldeamentos indígenas — Santana do Rio das Velhas⁸ e Rio das Pedras⁹ — no trecho da estrada entre o Paranaíba e o Grande, postos sob direção de jesuítas e sertanistas. Neles, foram reduzidas populações de índios trazidos de outras regiões, como bororos, do Cuiabá, e xacriabás do nordeste goiano, usados na guerra caiapó (LOURENÇO, 2003).

Ao longo do caminho régio, foram reservadas três léguas de largo para usufruto da população aldeada. Nessa faixa de terras, outros aldeamentos surgiram como destacamentos dos originais, por causa dos deslocamentos impostos pelo governo goiano, crescimento demográfico ou esgotamento de solos (mapa 2). Esses núcleos, alguns apenas um punhado de casas com uma capela, viviam da agricultura de subsistência e escoavam parte de seu excedente no comércio com as tropas que trafegavam pela estrada (LOURENÇO, 2003). Os índios ali reduzidos, particularmente, os de Rio das Pedras, continuaram a ser usados pelos sertanistas como combatentes nas expedições contra os caiapós, realizadas no Alto Araguaia, até o início do século XIX (GIRALDIN, 1997).

⁸ Hoje Indianópolis

⁹ Hoje Cascalho Rico

Mapa 2: Farinha Podre, 1750 a 1816: aldeamentos indígenas e faixa de terras aldeanas.
 Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço

Essa população indígena tornou-se camponesa, de forma semelhante ao que ocorreu nos demais aldeamentos do período colonial, como em São Paulo (PETRONE, 1995) e Goiás (CHAIM, 1983). A agricultura de base familiar, em parte, destinada ao autoconsumo, em parte, com excedentes vendidos ou trocados pelas tropas ou noutros núcleos, pouco diferia, em termos técnicos, daquela praticada pelas populações luso-brasileiras, exceto pela ausência da pecuária bovina (LOURENÇO, 2003).

No final do século XVIII e início do XIX, famílias de migrantes vindos das regiões central e sul da Capitania de Minas Gerais, conhecidos como geralistas, começaram a se estabelecer como fazendeiros, sitiantes e agregados na área situada entre os rios Paranaíba e Grande. Expulsos pelo crescimento demográfico e esgotamento dos solos das comarcas de Ouro Preto e Rio das Mortes, famílias de roceiros e criadores de gado eram atraídas inicialmente pelas fontes de águas salitrosas, adequadas para o gado, próximas à Picada de Goiás¹⁰. Aquelas terras, liberadas para a ocupação, com o fim das guerras contra os quilombos no Oeste mineiro, em 1769, foram objeto de um projeto de colonização conduzido pelo governo da capitania, no período pombalino. No sertão dos Araxás, entre os rios Paranaíba e das Velhas¹¹, então, pertencente à Capitania de Goiás, surgiram vários

¹⁰ Estrada que ligava os principais núcleos mineiros a Goiás, passando pelo oeste da Capitania.

¹¹ Hoje Rio Araguaçu

arraiais¹² entre 1790 e 1816, como Araxá, Patrocínio, São Pedro de Alcântara¹³ e Carabadela¹⁴ (LOURENÇO, 2003). No início do século XIX, Araxá tornou-se um importante núcleo regional, graças às águas salitrosas do bebedouro do Barreiro, que transformaram aquela localidade em lugar de invernada para as boiadas trazidas de todas as partes de Goiás, com destino ao Rio de Janeiro (ESCHWEGE, 1996).

Nessa mesma época, partindo de um núcleo minerador mais antigo, o Desemboque, situado ao pé da Serra da Canastra, geralistas deram início à colonização da área situada entre os rios das Velhas e Grande, que, a partir de então, passou a ser conhecida como *Sertão da Farinha Podre*. Inicialmente, os colonos assentaram-se ao sul desse território, sobre latossolos roxos cobertos por matas e cerradão, em terrenos dissecados, com fontes de água abundantes, nas proximidades da Estrada dos Goiaes. Esse povoamento originou o arraial de Uberaba, fundado em 1816 (LOURENÇO, 2003).

Durante a primeira metade do século XIX, a colonização avançou a norte, noroeste e oeste daquele território. A população indígena, assentada nos aldeamentos, foi expulsa por sitiantes e fazendeiros, com o apoio das câmaras municipais, e as terras da faixa aldeana expropriadas. Até 1823, os índios haviam perdido a porção situada ao sul do Rio das Velhas, e, fazendeiros araxaenses os retiraram da área que lhes havia restado entre o Rio das Velhas e o Paranaíba, na segunda metade do século XIX (LOURENÇO, 2003).

No dia 4 de abril de 1816, em resposta a reivindicações de criadores de gado araxaenses, que reclamavam do pagamento de entradas para trazer seus rebanhos a Minas Gerais, a Coroa determinou a transferência dos termos dos julgados¹⁵ do Araxá — entre os Rios Paranaíba e das Velhas — e Desemboque — entre o Rio das Velhas e Grande —, de Goiás para Minas Gerais (ESCHWEGE, 1996). Dessa forma, os sertões da Farinha Podre e dos Araxás — que correspondem ao atual Triângulo Mineiro — passaram a fazer parte da capitania. A razão alegada, no alvará de desanexação para a transferência, era a grande distância entre aquele território e a capital de Goiás:

¹² Denominava-se *arraial* o núcleo constituído por, pelo menos, uma capela curada (com um religioso fixo), um adro e algumas habitações ao redor dele. A capela assentava-se no patrimônio, isto é, no terreno a ela doado (MARX, 1991).

¹³ Hoje Ibiá

¹⁴ Hoje Coromandel.

¹⁵ Denominava-se *julgado* ao núcleo de povoamento que dispusesse de um juiz, de fora — isto é, nomeado pelo capitão-general da Capitania — ou ordinário — isto é, escolhido pelos eleitores locais.

(...) os grandes incômodos, que suportam os que vivem sujeitos à Capitania e Comarca de Goiás, cuja capital lhes fica em distância de mais de cento e cinqüenta léguas, sendo-lhes muito penosos os recursos, de que frequentemente necessitam; ao mesmo passo, que estando eles sujeitos à Capitania de Minas Gerais, e à Ouvidoria de Paracatu, que lhes fica próxima, podem ser mais facilmente ouvidos, e socorridos nas suas dependências, sem serem obrigados a desamparar suas Casas, e cultura de suas terras (...) ¹⁶.

O alívio da cobrança nas alfândegas internas e a condição de pouso obrigatório entre São Paulo, Goiás e Cuiabá, certamente, contribuíram para o crescimento de Uberaba nos anos seguintes. Fundaram-se novos arraiais, enquanto Uberaba era elevada à categoria de vila em 1836, e de cidade em 1856. Os novos núcleos surgiam em leque a norte e a oeste, ao longo de uma rede de caminhos que irradiavam da vila, deslocando a condição de “sertão inculto” progressivamente para oeste, rumo à confluência dos Rios Paranaíba e Grande e, mais além, para o Mato Grosso e Goiás. Assim, surgiram os arraiais de Dolores do Campo Formoso¹⁷, Nossa Senhora do Carmo dos Morrinhos¹⁸, São Francisco das Chagas do Monte Alegre¹⁹, Santa Maria²⁰, Conceição das Alagoas, Campo Belo²¹, São José do Tejuco²² e São Pedro do Uberabinha²³, todos fundados na primeira metade do século XIX (BARBOSA, 1995).

Entre meados do século XVIII e os primeiros anos do século XIX, ocorreram, portanto, as duas primeiras experiências de ocupação do território. A primeira consistiu da criação dos aldeamentos ao longo da estrada que ligava Goiás a São Paulo, num período — 1758, data da assinatura do *Diretório dos Índios*, até 1798, quando a lei foi revogada —, no qual a redução de indígenas em núcleos sedentários era parte do esforço do governo pombalino de *civilizar* e povoar o interior da colônia (ALMEIDA, 1997). A segunda experiência, com uma dinâmica distinta, foi a grande vaga de migrantes geralistas, vindos da região mineradora central de Minas Gerais, que assentou milhares de roceiros e criadores de gado na região, desde os primeiros anos do século XIX. Nessa época, o território dos

¹⁶ *Alvará que desannexa da Capitania, e Comarca de Goyaz os dois Julgados e Freguezias do Araxá, e Desemboque*. The Código Brasiense, John Carter Brown Library, site www.brown.edu, acesso em 03/04/2005.

¹⁷ Hoje Campo Florido

¹⁸ Hoje Prata

¹⁹ Hoje Monte Alegre de Minas

²⁰ Hoje Miraporanga

²¹ Hoje Campina Verde

²² Hoje Ituiutaba

²³ Hoje Uberlândia

julgados do Araxá e Desemboque, que formarão o Triângulo Mineiro, foram transferidos para a Capitania de Minas Gerais.

O objetivo deste capítulo é entender como, com a grande migração que povoou aquele território e com o surgimento dos primeiros núcleos urbanos e proto-urbanos, formou-se uma *região*, conhecida como Triângulo Mineiro, pelo menos, desde 1884. Em seguida, serão vistas as mudanças ocorridas na *configuração territorial*²⁴ ao longo do século XIX, em especial, nas vias de transporte e na rede urbana.

3.1 Propostas de regionalização

Nesta altura, impõe-se uma questão: a partir de quando, e por quais critérios, pode-se falar de uma *região* do Triângulo Mineiro? Noutras palavras, em que momento o sertão, essa noção vaga, torna-se região? É necessário reconhecer, em primeiro lugar, que não há um conceito universal de região. Cada ramo do conhecimento usa critérios distintos para regionalizar: uma determinada ciência pode usar esse conceito de formas diversas, dependendo da escola, época ou tendência. Um mesmo pesquisador pode criar diferentes recortes regionais, dependendo do que esteja buscando em seu objeto de estudo.

Na ciência geográfica, o termo é dos mais controversos, tendo recebido inúmeras formulações desde que Ratzel, em sua *Antropogeografia*, definiu as “regiões naturais” como entidades capazes de determinar a história das sociedades. Resenhar o debate em torno do tema fugiria ao escopo deste trabalho, o que, de resto, já foi feito por outros autores, como Lencioni (2003) e Bezzi (2004).

Contudo a questão formulada exige que se busque um referencial para essa noção. As percepções coevas podem ser um ponto de partida, isto é, buscar-se entender como e quando a população da Farinha Podre deixou de se ver num sertão para se ver numa região. É necessário também verificar se essa percepção do espaço vivido — cultural e ideológica — tinha um equivalente geográfico e econômico, isto é, se a paisagem, configurações territoriais e economia particularizavam-se de forma suficiente para serem recortadas numa região.

Para Frémont, a noção de região depende da percepção daqueles que nela vivem. Diferente da nação, que é uma criação política, a região existe como

²⁴ Neste trabalho, utilizaremos a noção de configuração territorial sistematizada por Milton Santos: “o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área” (2002, p. 103).

referência de vida. É maior do que o lugar, espaço das relações cotidianas, mas constituída de paisagens e relações familiares:

(...) a região apresenta-se como um espaço médio, menos extensa do que a nação ou o grande espaço de civilização, mais vasto do que o espaço social de um grupo, e *a fortiori* de um lugar. Integra lugares vividos e espaços sociais com um mínimo de coerência e especificidade, que fazem dela um conjunto com uma estrutura própria (a combinação regional), e que a distinguem por certas representações na percepção dos habitantes ou dos estranhos (as imagens regionais) (1980, p. 167).

Para esse autor, existiriam regiões fluidas e regiões enraizadas. Entre as primeiras, estariam as do Terceiro Mundo, nas quais a mobilidade espacial é grande e as ligações entre as comunidades e a terra são tênues:

Na maior parte dos países do Terceiro Mundo, o fenômeno capital do enraizamento campesino não existe ou manifesta-se apenas debilmente. (...) Nestas condições, poder-se-ia concluir um pouco apressadamente pela ausência de fixação dos homens aos lugares e, por via de consequência, pela inanidade da noção de região (p. 169).

As regiões enraizadas, por outro lado, seriam típicas de civilizações camponesas do Velho Mundo, como Europa, África e Ásia de monções, nas quais é grande o apego à terra, aos lugares e ao seu simbolismo:

O termo enraizamento (...) implica, essencialmente, no quadro de civilizações campesinas, um certo tipo de relação entre os homens e os lugares. Os lugares pertencem aos homens e os homens pertencem aos lugares. Daí um modelo de região (p. 177).

Nessa acepção, as regiões enraizadas constituem-se de conjuntos de unidades mínimas de identidade coletiva: as *aldeias*, elementos básicos do povoamento rural. A aldeia é um habitat rural concentrado, típico de sociedades camponesas milenares, como a Europa e a China. Muitas delas surgiram no neolítico e mantêm-se vivas nos tempos atuais, reproduzindo práticas e costumes cujas origens se perdem nos séculos. Segundo Mumford:

Talvez as melhores fontes da primitiva cultura de aldeia permaneçam nos costumes e superstições que sobreviveram, ainda conservados vivos em áreas rurais quase até os nossos dias. A cultura arcaica, como lhe chamou André Varagnac, parece ser a camada não deteriorada que se acha por baixo de todas as culturas do Velho Mundo, por mais civilizadas e urbanizadas que sejam (1998, p. 25)

Esse enraizamento aldeão caracteriza uma *longa duração*: técnicas de cultivo, laços familiares, relações ritualizadas com o lugar, um universo de rotinas,

paisagens, crenças que pouco mudaram até o final da Idade Moderna. Nas palavras de Braudel:

No círculo estreito desses milhares de pequenas unidades onde a história caminha em marcha lenta, as vidas sucedem-se, iguais a si mesmas, de geração em geração; a paisagem obstina-se em permanecer quase sempre a mesma: aqui campos lavrados, prados, hortas, pomares, canhaveiras; ali os bosques familiares, terras não cultivadas úteis para pastagens; e sempre as mesmas ferramentas: a enxada, o alvião, a charrua, o moinho, a forja, a oficina do carroceiro (1996 b, p. 258).

Hierarquicamente, nas sociedades do Velho Mundo, o burgo estava logo acima da aldeia. Esse núcleo mantinha um mercado fixo e, às vezes, feiras, que serviam a um conjunto de aldeias próximas, de onde os camponeses traziam excedentes para trocas. Henri Pirenne afirma que, em média, havia um burgo “a cada cinco léguas quadradas de terreno” (1995, p. 88) durante a Baixa Idade Média e Idade Moderna.

No Brasil colonial, não havia algo equivalente às aldeias européias, a não ser os aldeamentos indígenas, nos quais os índios camponeses eram compulsoriamente mantidos, submetidos a uma espécie de servidão. No entanto, neles, não havia enraizamento, pois tendiam a se despovoar pelas fugas e emigrações, motivadas pela violência, pobreza e esgotamento dos solos (PETRONE, 1995; MONTEIRO, 1994). O povoamento do território brasileiro, desde o início, caracterizou-se pela mobilidade e dispersão, o que impediu que se formassem aglomerados rurais. Para Boserup, esse quadro é típico das situações em que há abundância de território e densidades demográficas pequenas. Segundo a autora, a facilidade de acesso aos recursos naturais também explicaria o baixo nível técnico peculiar a essas populações rurais:

Na verdade, é muito pouco provável que uma pequena população agrícola se concentre voluntariamente em um espaço reduzido. Nos casos típicos, uma população pequena pode obter seus alimentos com a ajuda de uma quantidade bem menor de trabalho se, ao invés de se concentrar sobre um ponto do território, ela se espalhar de modo que a densidade média seja de uma ou duas famílias por quilômetro quadrado (1987, p. 84).

As crônicas dos viajantes do século XIX mostram uma paisagem rural marcada pelas moradias isoladas umas das outras, pelas grandes distâncias entre as unidades de assentamentos humanos ou *fogos*. Por exemplo, Saint Hilaire, em 1822, observou que “em Inhaúma, como em muitos outros lugares do Rio de Janeiro, não há aldeia propriamente dita. Compõe-se a paróquia unicamente de casas

esparsas pelo campo” (1974, p. 15). Entre Sorocaba e Itapetininga, na capitania de São Paulo, “em parte alguma se vêem grandes fazendas, mas se encontram muitas habitações espalhadas pelos campos, muito pequenas e mal conservadas, denunciando uma extrema miséria” (1976 b, p. 197). Maria Luíza Marcílio chama de *habitat disperso* a esse padrão de ocupação da terra:

No conjunto, o estabelecimento do homem na região paulista assumiu, desde o início, a forma de um habitat disperso, onde cada família ou cada fogo isolava-se em meio à parcela de terra cultivada. Esse tipo de povoamento descontínuo e disperso correspondeu à fase de desbravamento e exploração inicial do solo por uma população diminuta (2000, p. 132).

Dessa forma, a unidade mínima de povoamento no Brasil não era a aldeia, e, sim, o que Antônio Cândido chamou de *bairro rural*:

Esta é a estrutura fundamental da sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas (2001, p. 81).

Esse autor afirma que a noção de bairro depende de dois fatores: a *base territorial* e o *sentimento de localidade* dos moradores. Nos tempos da Colônia e Império, a sensação de pertencimento ao lugar surgia, à medida que as relações de cooperação, de parentesco, religiosas e de poder se estabeleciam entre os povoadores. A demarcação de um patrimônio religioso, a construção de uma capela, o desenvolvimento de um arraial em torno dela, e a subsequente criação da freguesia, com a elevação da capela a matriz, eram etapas essenciais na territorialização dessa identidade:

A institucionalização da vida dessas tantas e tão dispersas comunidades se dava pela oficialização de sua ermida, de sua capelinha visitada por um cura, pela sua elevação um dia a matriz, elevação que significava a ascensão de toda uma região inóspita, ou de ocupação mais antiga e em expansão, ao novo status de paróquia ou freguesia (MARX, 1991, p. 18).

O arraial, constituído no centro de um grupo de vizinhança, exercia algumas funções que, na Europa, eram da aldeia, como os serviços religiosos, rituais de batizado e casamento, sepultamento, e uma mercancia incipiente. Porém a presença de ofícios mecânicos e, sobretudo, de moradores destituídos de terra, que serviam aos agricultores como reserva de força de trabalho eventual, eram características que escapavam à dimensão da aldeia e faziam daquele espaço algo *diferente* do entorno rural.

Outro aspecto importante era a necessária intervenção das autoridades religiosas para a demarcação do patrimônio, do adro, da construção da capela e, depois, da demarcação do termo da paróquia, que, *grosso modo*, podia ser identificada ao território do grupo de vizinhança ou bairro rural. Como se sabe, no Brasil e nas colônias espanholas da América, numa época de em que não havia separação entre Igreja e Estado, os ordenamentos eclesiais eram aceitos, legitimados e usados pelas autoridades seculares. Portanto, esse recorte territorial mais elementar, na escala do lugar, não era algo que ocorria espontaneamente, como expressão exclusiva de um desejo autônomo da coletividade local, mas resultava da interação entre essa coletividade e o concurso do poder eclesiástico.

Na hierarquia regional da Europa do Antigo Regime, acima da escala do lugar, Fernand Braudel identificou o *cantão*. Equivaleria à *região* de Vidal de la Blache e Lucien Galois, ao agrupamento econômico mais elementar, geralmente subordinado a uma cidade de porte significativo. No entanto, para além da dimensão econômica, tal região seria essencialmente um fato cultural:

Mas a “região” é também — e talvez em primeiro lugar — uma realidade cultural, um dos quadrados de cor específica entre os quais se divide e pelos quais se harmoniza o mosaico do mundo ocidental, especialmente da França (...). Talvez convenha interrogar o folclore, os trajes, os falares, os provérbios locais, os costumes (aquilo que não se encontrará dez ou vinte quilômetros adiante), a forma e os materiais das casas, dos telhados, a disposição dos interiores, as mobílias, os hábitos culinários — tudo o que constitui, bem localizado no território, uma arte de viver, de se adaptar, de equilibrar necessidades e recursos, de conceber as alegrias, que não são necessariamente as mesmas em outro lugar (BRAUDEL, 1996 b, p. 261).

A região, nesse sentido, equivale ao território onde determinada população compartilha um *gênero de vida*, no sentido lablacheano. Essa idéia é próxima à de Carl Sauer, a de região como *área cultural*: “há uma forma estritamente geográfica de pensar a cultura; nomeadamente, como expressão do trabalho do homem sobre uma área” (1967, p. 326).

Esse sentido aproxima-se também do conceito de região como foco de identificação, definido pela Geografia Cultural e Humanística na perspectiva do espaço vivido (BEZZI, 2004). Um espaço familiar pela paisagem, costumes, língua; que produz no indivíduo uma sensação de pertencimento, porém numa escala superior à do lugar. Para Frémont, a região seria “o espaço que podemos visitar sem nos sentirmos incomodados, um conjunto-regulação de nível superior na

organização do espaço de vida e na percepção e valorização do espaço vivido” (1980, p.168).

A dificuldade de aplicar essa noção de região ao espaço brasileiro do século XIX é evidente. Aqui, o menor enraizamento e a maior mobilidade da população faziam com que as nuances culturais entre uma e outra porção do território, embora existissem, fossem mais difíceis de ser detectadas. Além disso, a presença do Estado e da Igreja como agentes ativos na delimitação, ocupação e configuração do território, impedia que as regiões coloniais fossem entendidas como “naturais”, isto é, configuradas antes — e a despeito — das instituições oficiais, como sugeriu La Blache para o caso da França. Noutras palavras, as divisões oficiais do território, estabelecidas pelas autoridades eclesiásticas e seculares, devem ser consideradas em qualquer estudo sobre a regionalização do território nacional e provincial no século XIX.

Nesse sentido, é necessário examinar de perto a regionalização oficial do território da capitania/província de Minas Gerais, e a forma como ela evoluiu ao longo daquele século. Na Colônia, as *comarcas* eram os territórios jurisdicionais das ouvidorias, sedes das magistraturas regionais, onde se instalavam os ouvidores, juízes nomeados pela Coroa, que acumulavam funções administrativas (FAUSTO, 2002). As quatro primeiras comarcas da capitania de Minas Gerais foram criadas em 1714. Cada uma delas dispunha de uma capital — a sede da ouvidoria — e de um termo, delimitado por acidentes geográficos naturais — cursos d’água e linhas de divisores de águas. O mapa 3, elaborado com base na *Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais* (COSTA et al, 2002), de 1804, e nas informações da *Corografia Histórica* de Cunha Matos (1981), traz a divisão original das comarcas, que permaneceu até 1815.

Dentre as atribuições dos ouvidores, a principal era, sem dúvida, a cobrança dos impostos sobre a mineração do ouro — os quintos reais e as derramas —, tarefa que exigia o uso de força policial e fiscalizadora (MARTINS, SILVA, LIMA, 2002). Assim, as comarcas mineiras eram, simultaneamente, regiões jurídicas, administrativas e fiscais; tratava-se de uma instituição centralizadora, típica do Estado absolutista (WEHLING, 1999).

Mapa 3: Capitania de Minas Gerais, 1714: divisão das comarcas e respectivas capitais.
 Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço

No mapa, percebe-se que os territórios das comarcas dispunham-se radialmente a partir de suas vilas capitais, como quatro fatias de pizza. A área acinzentada mostra a zona mineradora central, onde se situavam os arraiais do ouro e, portanto, onde havia ocupação colonial efetiva. As zonas em branco correspondem aos sertões, isto é, aos territórios com pouca ou nenhuma presença luso-brasileira.

Moraes afirma que o termo *sertão* é uma ideologia geográfica; não é uma noção aplicável a um lugar com determinados traços naturais ou culturais, mas a um vazio, um espaço definido pelo que ele *não* é, contraposto àqueles territórios conhecidos e familiares:

Na verdade, o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Trata-se de um símbolo imposto — em certos contextos históricos — a determinadas condições locais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua valoração (2003, p. 12).

Ao se usar o qualificativo *sertão*, pressupõe-se um juízo de valor, aplicado a uma determinada localidade: expressa-se uma intenção de uso futuro do território, um desejo de colonizar:

O sertão é comumente concebido como um espaço para a expansão, como o objeto de um movimento expansionista que busca incorporar aquele novo espaço, assim denominado, a fluxos econômicos ou a uma órbita de poder que lhe escapa naquele momento (p. 14).

No entanto, em muitas dessas áreas, houve, durante algum tempo, interdições oficiais à ocupação, como na porção leste das comarcas de Vila Rica e Serro do Frio, que separava a zona mineradora do litoral das capitanias do Rio de Janeiro e Espírito Santo. O objetivo da Coroa, ao manter “vazio” esse sertão, era impedir o contrabando do ouro das minas. Essa área era conhecida, nos documentos oficiais, como os *Sertões Proibidos da Mantiqueira*, onde a presença colonial se restringia aos pousos ao longo da Estrada Real e ao registro de Matias Barbosa (RODRIGUES, 2003).

Não se pode dizer que, no século XVIII, as comarcas equivaliam a regiões econômicas, uma vez que consistiam, todas elas, de uma “cabeça” povoada, localizada na zona mineradora, com um “corpo” sertanejo. Tampouco a população coeva percebia esses espaços como regiões vividas. A escolha de acidentes naturais como limites entre os termos — os cursos dos rios Doce, São Francisco e das Velhas, o divisor de águas entre as bacias do Grande e Preto — demonstra que o recorte dos territórios era administrativo, e não cultural ou econômico.

Contudo, se a percepção do espaço vivido for o critério escolhido, a zona mineradora central formava, ela mesma, uma região, então, denominada as *Minas Gerais*. Essa área correspondia à Serra do Espinhaço e seus arredores, onde se localizavam os principais afloramentos auríferos e diamantíferos e, por conseguinte, as principais vilas e arraiais do ouro (PRADO JR, 1986). O binômio *minas* e *sertões*, segundo Cunha e Godoy (2003), correspondia a uma das primeiras formas de percepção do espaço nos primórdios da colonização mineira. Os autores referem-se às cartas de sesmária, que traziam a indicação “nas Minas Gerais” ou “nas Minas dos Cataguases” apenas para as concessões feitas entre São João Del Rei, ao sul, e Vila do Príncipe²⁵ e o Arraial do Tejuco²⁶, a norte. Havia diferenças também na extensão das terras concedidas num e noutro espaço:

²⁵ Hoje Serro.

²⁶ Hoje Diamantina.

A distinção entre minas e sertões era a categoria primacial na geografia colonial mineira também por conta de governar distinções no tamanho das concessões de terra em sesmaria — meia légua em quadra nas terras onde houvessem minas e nos caminhos para elas, e três nos sertões — assim como na forma da tributação de dízimos e da capitação (CUNHA, GODOY, 2003, p. 9).

Os testemunhos da época também distinguiram a *mata* do *campo*, isto é, a área coberta pela Mata Atlântica a leste, da área de cerrados a oeste e campos de altitude a sul (CUNHA, GODOY, 2003). As duas fito-fisionomias separavam-se pelo espigão da Serra do Espinhaço, de leste para oeste, e a sul, pelos campos de altitude da Mantiqueira. Saint Hilaire (2000), quando visitou a capitania, em 1817, observara essa percepção geográfica local na toponímia de alguns arraiais, que, quando situados a barlavento da Serra, recebiam a denominação *mato dentro*, como, por exemplo, São Miguel do Mato Dentro, Itabira do Mato Dentro e Conceição do Mato Dentro. Essa percepção era importante para a escolha das técnicas mais adequadas para cada ambiente, não só de cultivo e criação, mas também de mineração, uma vez que a lavagem de ouro a talho aberto, por exigir grande quantidade de água, só podia ser desenvolvida o ano inteiro na vertente ocidental do Espinhaço (DEAN, 1996).

Cunha e Godoy propuseram uma regionalização para o território de Minas Gerais da segunda metade do século XVIII, com base tanto nas atividades econômicas, então, desenvolvidas, quanto nas percepções coevas da paisagem natural. Os autores dividiram a área central da capitania em uma *região mineradora central* e uma *região diamantina*, e o restante foi recortado em *sertões* com diferentes denominações — Sertão de Goiás, Sertão do Urucuia, Sertão do São Francisco, Sertão do Rio Doce —, a depender dos diferentes usos econômicos que teriam no século seguinte, e de suas características naturais. Essas repartições de território não correspondem ao conceito de *região vivida* aqui usado, uma vez que, nelas, a presença colonial luso-brasileira era escassa, episódica ou inexistente. Tampouco se trata de regiões econômicas, pois, como reconhecem os próprios autores, a divisão baseou-se em seu uso futuro.

No final do século XVIII e início do século XIX, a decadência da mineração e a conseqüente mudança de orientação econômica da capitania, transformando-se em área de produção de alimentos para o mercado interno, em especial, para o Rio de Janeiro, desencadearam um movimento migratório e econômico centrífugo, na direção de todos os sertões circunvizinhos. As pressões demográficas na zona

mineradora central, aliadas a uma mudança de orientação geopolítica da Coroa desde o período mariano, no sentido de estimular o povoamento do território, foram os fatores responsáveis pela onda migratória dos *geralistas* (LOURENÇO, 2003).

Esse processo criou uma nova economia de abastecimento, em mosaico, fundamentada na *fazenda mineira*, isto é, em unidades de produção diversificada, destinada, em parte, para o autoconsumo e mercantilização dos excedentes (PAIVA, GODOY, 2002). Tais fazendas exportavam gado em pé, porcadadas, toucinho, açúcar, aguardente e algodão para regiões vizinhas e para fora da província, em particular, para o Rio de Janeiro. Também comercializavam manufaturas têxteis, sobretudo, panos de algodão, produzidos artesanalmente com mão de obra feminina (LIBBY, 1988). Minas tornou-se a província de maior população no Império, superando todas as demais em número de escravos (BERGARD, 2004), rebanho bovino e produção de açúcar (GODOY, 2002).

A pulverização territorial das atividades produtivas era a característica mais marcante dessa economia de abastecimento. Havia grande similaridade do perfil econômico de diferentes áreas e um baixo nível de especialização regional. A pulverização da produção também ocorria entre as unidades rurais, pois grandes e pequenas propriedades produziam e comercializavam os mesmos gêneros. Esse quadro levou ao surgimento de centenas de arraiais e várias novas vilas por toda a província, criados para que os fazendeiros tivessem acesso ao mercado, à justiça e aos serviços religiosos.

A descoberta das minas do Paracatu, em 1744, foi seguida pela concessão de várias sesmarias ao longo das Picadas Velha e Nova de Goiás, que as ligavam à região central da capitania. Em 1798, foi criada a vila e, em 17 de maio de 1815, a comarca de Paracatu foi desmembrada da de Sabará (BARBOSA, 1995). As razões alegadas, no alvará, para a decisão régia foram:

(...) pela grande distância que ficam aquelas povoações da dita vila; pela dificuldade que oferece a passagem do Rio São Francisco; e por suceder não se poder fazer por muito tempo as correições, que os ouvidores gerais devem fazer anualmente em todas as terras da sua comarca (...)²⁷.

Como se pode ler nesse trecho, a facilidade *geográfica* de acesso à nova ouvidoria — portanto, à justiça — foi um motivo que levou à divisão da comarca. Portanto, as percepções da população quanto à distância e proximidade, os

²⁷ *Alvará Com força de Lei Creando huma nova Comarca no Distrito da Villa de Paracatu*. The Código Brasiliense, John Carter Brown Library, site www.brown.edu, acesso em 03/04/2005

obstáculos naturais e os meios de transporte da época, eram fatores considerados pelas autoridades régias na divisão territorial das jurisdições.

No ano seguinte, como já foi visto, os termos dos julgados do Desemboque e Araxá, então, parte do sul do território de Goiás, foram transferidos para Minas e anexados à comarca de Paracatu. A ligação entre o Desemboque, Araxá e Paracatu fazia-se pela Picada Nova de Goiás, que passava próxima às duas primeiras localidades (LOURENÇO, 2003). A partir daí, passaram a ser cinco as comarcas da capitania, como se vê no mapa 4.

Naquele início de século XIX, enquanto ocorria a ocupação econômica centrífuga do território mineiro, os contemporâneos já percebiam as comarcas como demarcações regionais, mesmo que grosseiras. Em 1818, Saint Hilaire observou que a divisão das comarcas mineiras era bastante “natural” — isto é, às características naturais de cada comarca correspondiam atividades econômicas distintivas. Com algumas pequenas “correções” na divisão oficial, propôs uma regionalização:

Desse modo teríamos, geralmente, na comarca do Rio das Mortes, pastagens descobertas, e uma população agrícola e pastoril; na comarca de Vila Rica, uma região florestal e aurífera; na do Serro do Frio, florestas ainda e uma população menos composta de mineradores do que de homens dedicados à cultura de terras. A comarca de Sabará oferecia, geralmente, pastagens semeadas de árvores pouco desenvolvidas, uma população ocupada com o pastoreio, mas que não sabe ter com o gado cuidados tão racionalizados como os lavradores do Rio das Mortes. [N]a comarca de Paracatu (...) os homens que a habitam são, porém, menos numerosos e mais isolados que os restantes habitantes da província, estão mais afastados ainda dos progressos da civilização (2000, p. 47).

Mapa 4: Minas Gerais, 1816: divisão das comarcas.
Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço.

A colonização dos sertões resultava na conformação de uma rede de tipo dendrítico, que se ramificava a partir das vilas-cabeça de cada comarca. Isso ocorria porque as vilas funcionavam como *bocas de sertão* (AZEVEDO, 1957), isto é, ponto de partida para as migrações rumo às zonas de fronteira e, posteriormente, núcleo de abastecimento e acesso ao mercado para os colonos assentados além. Dessa maneira, São João Del Rei tornou-se núcleo primaz, que intermediava o comércio da comarca do Rio das Mortes com o mercado do Rio de Janeiro (GRAÇA FILHO, 2002). O testemunho deixado por Saint Hilaire (2000), em sua visita a Barbacena, situada no Caminho Novo, demonstra que essa vila, em 1817, havia assumido a posição de principal centro da Comarca de Vila Rica/Ouro Preto, no lugar da capital da província. Sabará, por sua vez, perdeu para Pitangui a condição de vila mais importante na colonização e comércio do território da comarca de Sabará/Rio das Velhas (VENÂNCIO, 2001). O mesmo ocorreu na Farinha Podre, tendo Uberaba por localidade central.

Desses centros, eram organizados os fluxos migratórios, o abastecimento e a drenagem dos excedentes produzidos nas novas áreas de povoamento. Dali, partiam as redes de estradas, que se ramificavam num padrão fractal, cobrindo aos poucos o território. Como as divisões entre as comarcas eram os grandes acidentes naturais, de difícil transposição — os rios São Francisco e das Velhas, o Rio Doce, o divisor de águas da Serra da Mantiqueira, as serras da Canastra e Mata da Corda —, era natural que as relações entre as vilas-cabeça e os novos núcleos e áreas colonizadas se fizessem por caminhos de mais fácil execução.

Em 1832, como parte das reformas liberais conduzidas pela Regência Trina, o sistema judiciário herdado do período joanino passou por profundas reformas, que culminaram no Código de Processo Criminal de 1832. O Código enfraqueceu os magistrados profissionais, herdeiros do sistema jurídico absolutista português, ao dar maior poder aos juízes de paz e aos juízes municipais (BASILE, 2000). As ouvidorias e o cargo de ouvidor foram extintos, e as comarcas passaram a ser geridas por um Juiz de Direito, nomeado pelo Imperador (SCHNEIDER, 2005). No entanto, apesar de esvaziadas em suas funções administrativas, as comarcas continuaram a ser a única divisão regional oficial das províncias (MARTINS, SILVA, LIMA, 2002).

O Ato Adicional à Constituição de 12 de agosto de 1834, instituindo as reformas liberais da Regência Una, conferiu mais autonomia às províncias, com a criação das Assembléias Legislativas, que passaram a poder legislar sobre impostos provinciais, fiscalização das despesas públicas, nomeação de funcionários públicos, segurança, instrução e obras públicas (BASILE, 2000). Desde então, as comarcas passaram a ser criadas por leis provinciais.

Quando a Comarca do Paraná, incluindo os municípios de Uberaba e Araxá, foi desmembrada da Comarca de Paracatu por Lei Provincial em 1840²⁸, toda a divisão regional oficial da província já havia mudado. A presidência da província criara vários novos municípios em 1832; Minas Gerais tinha, naquela data, 11 cidades e 36 vilas, somando 47 municípios (BARBOSA, 1995). Na mesma época, as cinco comarcas herdadas do período colonial foram divididas em treze outras, como mostra a *Carta Topográfica e Administrativa da Província de Minas Geraes*, do Visconde de Villiers, de 1849 (COSTA et al, 2002).

²⁸ APU, evolução do Poder Judiciário em Uberaba. Site www.arquivopublicouberaba.com.br, acesso em 23/07/2006.

A criação das novas comarcas e municípios em Minas, no período regencial, foi, em parte, uma resposta política à crescente tensão entre o poder local — das câmaras municipais e comarcas — e o poder da presidência e do conselho provinciais. Por meio de um estudo da correspondência oficial e dos periódicos da província, Ana Rosa Cloclet da Silva (2005) mostrou que as câmaras de vilas e cidades das regiões central e sul mineiras, ligadas, econômica e politicamente, ao Rio de Janeiro, procuravam estabelecer relações mais próximas à Corte, enquanto que, nas regiões mais distantes, havia uma certa tendência política autonomista, quer em relação ao governo central, quer provincial.

Às vezes, esse autonomismo resvalava para o estado de rebelião. A autora examinou especificamente o caso da comarca de Paracatu — que incluía a Farinha Podre até 1840 —, cujo ouvidor, Joaquim de Mello Franco, logo depois da Independência, em 1822, rebelou-se contra a província e tentou instalar um Governo Provisório na vila sede da comarca. Assim, segundo Silva, “o movimento ocorrido em Paracatu sugere o peso das disputas patrocinadas por potentados locais no jogo político da Independência” (2005, p. 47). A situação de indisciplina da comarca persistiu nos anos seguintes, e um incidente — que será analisado adiante — ocorrido nos julgados do Araxá e Desemboque, em 1830, contribuiu para que o presidente e o conselho decidissem pela criação de mais de 30 novos municípios na província (SILVA, 2005).

As comarcas continuaram sendo redivididas após 1840, sempre tendo rios e serras como limites. Em 1868, o *Atlas do Império do Brasil*, de Cândido Mendes (2000), mostrava 22 comarcas na província, com 64 municípios — 38 cidades e 26 vilas. Em Minas, os territórios das comarcas eram formados por municípios vizinhos, cujo número variava de dois a cinco.

Mapa 5: Província de Minas Gerais, 1868: divisão em comarcas.
Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço.

O mapa 5, produzido com base no *Atlas do Império*, mostra os termos das comarcas mineiras em 1868. As demarcações do período colonial aparecem com traçado azul, evidenciando que as comarcas criadas no Império foram divididas a partir das antigas. Conforme se vê, as áreas de fronteira, menos povoadas — leste, norte e oeste —, eram onde se localizavam os termos mais extensos. O sul de Minas, ao contrário, foi redividido em comarcas com áreas pequenas. Trata-se de uma evidência de que o desenvolvimento econômico, o crescimento demográfico e a proliferação de povoações também foram razões que instruíram o governo provincial na criação de novas jurisdições.

Noutros termos, embora as disputas políticas envolvendo potentados locais, câmaras municipais e autoridades provinciais, tenham sido determinantes nas redivisões políticas e jurídicas do território da província, fatores geográficos — distância, proximidade, facilidade de acesso, meios de transporte e densidade demográfica —, certamente, eram sopesados pelas autoridades provinciais para recortar os termos das comarcas. Silva chamou a atenção para a dificuldade na

aplicação da justiça por causa das distâncias entre as localidades e as sedes das magistraturas. Nas palavras da autora, “a preocupação com a comunicação interna e interprovincial se justifica pela necessidade de viabilizar o bom funcionamento das instituições e leis que passavam a reger a vida da província” (2005, p. 54).

Assim, no caso específico do espaço colonial brasileiro, sobretudo na capitania/província de Minas Gerais, parece válida a noção de região de Yves Lacoste. Para esse autor, as regiões são *criações políticas*: uma forma de o Estado recortar o território para dominá-lo. Nesse sentido, não é possível considerar as regiões sem relevar a questão da soberania política:

Enquanto seria politicamente mais sadio e mais eficaz considerar a região como uma forma espacial de organização política (etimologicamente, região vem de *regere*, isto é, dominar, reger), os geógrafos acreditam na idéia de que a região é um dado quase eterno, produto da geologia e da história. Os geógrafos, de algum modo, acabaram por naturalizar as idéias de região (...) Eles utilizam a noção de região, que é fundamentalmente política, para designar todas as espécies de conjuntos espaciais, quer sejam topográficos, geológicos, climáticos, botânicos, demográficos, econômicos ou culturais (1985, p. 65-66).

O caráter político dos recortes regionais, característico do espaço colonial e imperial brasileiro, parece ter decorrido da forma como se deu a apropriação do território, na qual o Estado precedeu e direcionou a ocupação econômica e demográfica. A conquista territorial, isto é, o ato de impor poder político ao espaço, era o que antecedia a tudo o mais. Segundo Moraes, isso decorria da própria natureza da instituição colonial:

(...) qualquer colônia é o resultado de uma conquista territorial. Ela é um espaço novo na perspectiva do colonizador. Um espaço ganho da natureza, de outros povos e de outros Estados. Trata-se de uma adição de terras ao fundo territorial sob sua soberania. Por isso, uma determinação básica da colônia é a conquista, entendida como uma relação específica entre uma sociedade que se expande e as pessoas, recursos e áreas dos lugares onde se exercita essa expansão (2000, p. 264-265)

Maurício de Abreu mostrou que as instituições jurídicas portuguesas, criadas durante a reconquista cristã da Península Ibérica, foram transplantadas e adaptadas à realidade brasileira no período colonial: os patrimônios cedidos aos conselhos municipais, as sesmarias e outras instituições, surgiram num Estado português precocemente centralizador, preocupado em ocupar terras recém incorporadas (ABREU, 1997). As ouvidorias e suas comarcas, criadas nos séculos XII e XIII,

foram outra expressão, no campo jurídico e administrativo, desse Estado forte e territorializado (WEEKMANN, 1993).

Dessa maneira, partir dos recortes administrativos e políticos como referência de regionalização é um artifício defensável, ao abordar o caso específico do espaço colonial e imperial no Brasil. O Estado foi essencial na configuração do território brasileiro, muito mais do que nos Estados Unidos, para falar de outro país onde a conquista teve papel formador. Naquele país, a relação entre as instituições estatais e a formação territorial ocorreu de forma inversa à do Brasil. Como mostrou o estudo clássico de Turner (1921), a ocupação da fronteira foi o que moldou as instituições políticas: a organização social e política individualista e libertária dos *frontiers* teria sido um dos fatores explicativos da Revolução Americana.

Na Europa rural ou na Ásia de monções, por sua vez, as áreas culturais fazem mais sentido como critério de regionalização. As regiões humanas de Vidal de La Blache, ou os cantões de Fernand Braudel, correspondem à expressão geográfica de culturas camponesas milenares, profundamente enraizadas no território e no lugar: sobre elas — mas sem corresponder necessariamente a elas —, as fronteiras políticas foram recortadas *a posteriori*, na Idade Moderna, com a formação dos Estados nacionais.

Clotilde Paiva e Marcelo Magalhães Godoy, em artigo recente (2002), criticaram a adoção das comarcas como critério para a regionalização da província de Minas Gerais, procedimento usado por muitos estudiosos. Estes autores propuseram uma nova divisão regional, fundamentada na percepção do espaço pelos viajantes estrangeiros do século XIX, a partir de um trabalho anterior de Godoy (1996). Embora não tenham teorizado sobre o conceito de região, os autores utilizaram elementos econômicos e naturais como fatores de diferenciação. Nesse sentido, seu método tem semelhança com aquele proposto por Hartshorne: “(...) uma região é uma área de localização específica, de certo modo distinta de outras áreas estendendo-se até onde alcance essa distinção. A natureza da distinção é determinada pelo pesquisador que empregar o termo” (*apud* BEZZI, 2004, p. 108).

Mapa 6: Província de Minas Gerais: regionalização para o século XIX.

Fonte: Godoy (1996).

Sob a coordenação de Paiva, montou-se um banco de dados com 3.710 registros de informações colhidas nos relatos de viagem. Em seguida, os dados foram qualificados segundo os critérios da Contabilidade Social, e agregados em elementos conjunturais e estruturais da economia (PAIVA, GODOY, 2002). Com bases neles, foi proposto o mapa 6.

A região do Triângulo do século XIX, de Paiva e Godoy, corresponde, quase exatamente, à comarca do Paraná, criada em 1840. A única diferença ocorre por conta da freguesia do Desemboque, que, no mapa dos autores, foi situada na região do Araxá. Ambas as delimitações — a oficial, do governo da província, e a acadêmica, feita por critérios econômicos — trazem os limites naturais traçados pelos cursos dos rios das Velhas, Paranaíba e Grande. Tal região correspondia ao município da vila de Uberaba, desmembrado do Desemboque em 1836. O termo do antigo julgado, reduzido apenas à extensão da Serra da Canastra, foi, então, incorporado a Araxá. Em outro artigo, Godoy e Cunha reconheceram a coincidência: “[A região do Triângulo] (...) praticamente coincide com o município de Uberaba (1838/40), e praticamente coincide com a zona fisiográfica Triângulo”

(2004, p. 16). Segundo os autores, as principais características econômicas da região estavam associadas ao seu caráter de fronteira, isto é, à incipiente ocupação econômica e demográfica:

O território compreendido entre os rios Paranaíba e Grande era uma continuação natural da região do Araxá. Mantinha suas características básicas, diferenciando-se, contudo, por sua ocupação mais rarefeita, por rede urbana bem menor, maior isolamento e ligações mais tênues com o centro-sul de Minas. Extremo oeste de Minas, o Triângulo constituía-se, certamente, em região de fronteira (2004, p. 16).

Para finalizar essa reflexão sobre o tema regional, cabe indagar: em que momento o Triângulo Mineiro tornou-se região *para si*, isto é, região vivida? Certamente, não ainda quando era chamado de sertão. O sertão, nas palavras de Janaína Amado, “constituiu o espaço do outro, o espaço por excelência da alteridade. (...) A partir da construção de alteridades, durante os processos de colonização, os europeus erigiram e refinaram suas identidades” (1995, p. 161) De fato, é desse outro selvagem, mas, ao mesmo tempo, belo, que fala o escritor Bernardo Guimarães, que viveu em Uberaba, em seu romance *Jupira*, escrito em 1867:

Em seu lado sudoeste, a província de Minas termina em um ângulo agudo, em uma vasta nesga de terra encravada entre as províncias de Goiás e de S. Paulo, das quais a separam os dois grandes rios Paranaíba e Rio Grande, que vão se reunir na ponta do ângulo. Nessas regiões, sobre as quais a natureza parece ter entornado a fluxo todo o cofre de seus favores, está situado o Seminário Nossa Senhora Mãe dos Homens (...). Por aqueles sertões vagavam por esse tempo alguns restos de tribos selvagens vindas de Goiás e Mato Grosso, já algum tanto familiarizados com a sociedade dos brancos, mas conservando ainda os hábitos selváticos e a independência da vida errante²⁹.

O termo Sertão da Farinha Podre, usado para designar a região, começou a cair em desuso alguns anos antes da chegada dos trilhos da ferrovia Mogiana e da Proclamação da República, em 1889. Segundo Borges Sampaio (2001), foram os jornais da região que primeiro usaram a denominação Triângulo Mineiro: o periódico *O Jaguará*, de Sacramento, usou-a pela primeira vez, seguido pelo *O Uberabense*, em 1884. Em 1887, fundava-se, em Uberaba, o jornal *O Triângulo Mineiro*. Ao abandono do termo pejorativo seguiu-se a adoção, pelos membros da elite ilustrada, de um nome que evocava modernidade: uma figura geométrica, ou seja, algo retilíneo, exato. O novo nome surgiu com os albores da República, quando havia

²⁹ www.br.geocities.com/paulopes.geo, acesso em 18/04/2003.

pressa em civilizar o país, livrando-o das toponímias religiosas ou rústicas, e substituindo-as por outras que evocassem ordem e progresso, como ocorreu também com os nomes das cidades e logradouros públicos.

Sampaio escreveu esse relato em 1906, quando então “da geração presente poucos fazem referência à antiga [denominação]; só dela se lembra ainda um ou outro habitante que, como eu, aprecie recordações antiquadas” (2001, p. 141). O velho coronel, apesar da observação nostálgica, saudava o novo nome como sinal da civilização, que, enfim, havia chegado: “o Triângulo Mineiro vê a Farinha Podre transformada por continuado progresso. Não é mais sertão” (p. 141).

3.2 As configurações territoriais até a década de 1860

3.2.1 A apropriação primitiva do território

As primeiras referências cartográficas à área situada entre os Rios Paranaíba e Grande, do final do século XVIII, mostram um vazio sem denominação. O mapa de José Joaquim da Rocha, de 1780 (figura 2), mostra o Barreiro do Araxá e Desemboque (Julgado do Rio das Velhas) como os últimos núcleos povoados depois da divisa oeste de Minas, já na Capitania de Goiás. Para além do cinturão das serras, no domínio dos chapadões, lê-se o dizer: “campo titulado sem moradores”.

Figura 2: Julgado das Cabeceiras do Rio das Velhas e Parte da Capitania de Minas Gerais, 1780.
 Fonte: José Joaquim da Rocha (detalhe) (COSTA et al, 2002).

Os mapas posteriores, dos primeiros anos do século XIX, indicam já alguns núcleos de povoamento, como Uberaba, Araxá, Desemboque, e a rede de aldeamentos indígenas espalhados ao longo da Estrada dos Goíases. Entretanto uma ampla área a oeste, que, hoje, corresponde ao pontal do Triângulo Mineiro, permanece sem qualquer menção à presença luso-brasileira. No mapa de Sidney Hall, de 1828 (figura 3), aparece a denominação *cayapos* designando esse território.

Figura 3: Extremo oeste da província de Minas Gerais, 1828.
Fonte: Sidney Hall (1828) (detalhe).

Até a primeira metade do século XIX, os índios caiapós meridionais resistiram ao povoamento luso-brasileiro, nas proximidades da confluência dos rios Paranaíba e Grande (GIRALDIN, 1997). Esse povo de cultura jê vivia numa área que compreendia partes dos atuais norte de São Paulo, leste do Mato Grosso do Sul, Triângulo Mineiro e Sul de Goiás. Em sua *Corografia* de 1817, Aires de Casal denominou esse território de *Caiapônia*:

É a menos conhecida, não havendo nela estabelecimento algum de cristãos. Os caiapós, que a dominam (repartidos ainda, segundo dizem, em várias tribos), têm sido fatais por vezes aos comboios cuiabanos, e invadido a parte norte da Província de São Paulo, onde causaram deserção de muitos estabelecimentos (CASAL, 1976, p. 151).

A Caiapônia era um dos enclaves de terras desconhecidas ainda existentes em várias partes do sudeste brasileiro, no início do século XIX. Habitadas por povos indígenas com pouco contato com a sociedade colonial, tais “áreas vazias” incluíam ainda, o leste de Minas, entre os rios Doce e Mucuri, povoada pelos índios botocudos, e o extremo oeste de São Paulo, pelos canigang. No atual Triângulo Mineiro, o limite das terras conhecidas a oeste parecia ser, até a década de 1810, o corredor aberto por Pires de Campos em sua guerra contra os caiapós, em meados

do século XVIII. Essa linha era formada pela Estrada dos Goiases e sua rede de aldeamentos, aproximadamente, em torno do meridiano 48° O.

A onda migratória dos geralistas, iniciada no final do século XVIII, ultrapassou essa linha por volta daquela data. Uma expedição, realizada em 1807 por sertanistas do Desemboque, avançou pouco além dos limites da estrada. Dois anos depois, o sargento-mor Antônio Eustáquio Silva e Oliveira, nomeado curador dos índios e regente dos Sertões da Farinha Podre pelo governador de Goiás, organizou outra entrada com trinta homens, chegando até o Rio da Prata (SAMPAIO, 2001). Uberaba foi fundada em 1812, no patrimônio cedido pelo fazendeiro Tristão de Castro, com a construção da capela dedicada a Santo Antônio e São Sebastião (BARBOSA, 1995). Eschwege (1996), em 1816, e Saint Hilaire (1975 b), dois anos depois, visitaram a região e testemunharam a presença de grande número de recém-chegados, roceiros e criadores assentados ao longo da Estrada dos Goiases. Começava, assim, a expropriação das terras dos índios bororos e xacriabás, aldeados no século XVIII, demarcadas ao longo da estrada, processo que se arrastou por todo o século XIX e que já analisamos noutra obra (LOURENÇO, 2003).

As mudanças na denominação do território — aparece com indicações vagas nos mapas do final do século XVIII, como parte da Caiapônia de Casal, e, finalmente, como Sertão da Farinha Podre de 1807 em diante — demonstram a evolução da forma como a sociedade colonial o valorizou. No primeiro momento, houve a apropriação simbólica, que ocorreu junto à instalação de uma soberania formal: o território foi recortado, delimitado, mas ainda não conhecido ou ocupado. Constituiu-se um *fundo territorial* e, ao mesmo tempo, configurou-se um plano de domínio, de transformação futura em *território usado* (MORAES, 2003).

A expropriação das terras aldeanas em torno da Estrada dos Goiases fez-se simultaneamente ao aldeamento dos índios caiapós que viviam no território situado entre os baixos cursos do Paranaíba e Grande. Entre 1810 e 1830, os caiapós foram quase todos reduzidos em três núcleos: Macaúba, São Francisco de Sales e Água Vermelha (GIRALDIN, 1997). Entre 1816 e 1827, os bororos e xacriabás, que, desde 1750, viviam em torno da estrada, foram expulsos por fazendeiros liderados pelo, à época, principal chefe político uberabense, o sargento-mor Antônio Eustáquio (LOURENÇO, 2003).

Na década de 1810, a colonização luso-brasileira avançava a oeste do meridiano 48º. Eschwege, que visitou a região em 1816, testemunhou o início da ocupação de terras além-estrada:

A despeito dos assaltos, ainda a recear, dos caiapós bravios que vagueiam entre o Paranaíba e Grande, seres humanos, em quantidade crescente, vão se fixando para lá da divisa meridional dos índios da defesa local, de maneira que já conseguiram avançar 20 léguas, Rio Grande abaixo até o São Francisco (1996, p. 125)

De fato, entre 1816 e 1822, aumentou a concessão de sesmarias no termo³⁰ do julgado do Desemboque, que compreendia o sertão da Farinha Podre. No Inventário de Cartas de Sesmarias do Arquivo Público Mineiro (RAPM, 1988), são citadas as localizações de 37 sesmarias doadas no termo do Desemboque, das quais foi possível situar 28 em cartas topográficas, graças à conservação da toponímia. No mapa 7, é possível perceber que algumas áreas foram mais intensamente ocupadas que outras, no período que vai de 1818 a 1822. Partindo de Uberaba, as sesmarias concentraram-se em três eixos principais: a Estrada dos Goiases; a faixa entre os rios Uberaba e São Francisco; e o vale do Rio da Prata, desde os seus afluentes principais, os rios Piracanjuba e Peixe, até a barra no Rio Tejuco. Essa última área era, então, conhecida como *Repartição do Novo Sul* (BARBOSA, 1995). Nas cartas, aparece designada como *Sertão do Rio da Prata*.

³⁰ Termo era a denominação dada ao território de qualquer jurisdição religiosa ou política. Assim, toda freguesia (paróquia), julgado, vila ou cidade dispunha de seu respectivo termo.

A concessão de sesmarias sobre aquelas partes do território sinalizava interesse por sua ocupação, tanto da parte do governo da Capitania quanto dos colonos, o que não denota que a colonização era feita apenas pelos sesmeiros. Como indicou Maurício de Abreu (1997), a concessão sesmarial não era a única forma de acesso a terra, na Colônia. Junto dos concessionários, havia um séquito de dependentes e roceiros mais pobres, assentados nas grandes propriedades como agregados, ou nos fragmentos de terra devoluta que restavam da divisão sesmarial. Por exemplo, na definição de divisas da carta de sesmaria concedida ao Tenente Matheus Cardoso Parreiras, no Sertão da Farinha Podre, há referência a posses não sesmariais:

(...) nas sobras que ficaram da sesmaria do Capitão Vicente José Parreiras e do Sargento-mor Manuel José Parreiras, no Ribeirão de São Francisco até o Rio Jaoberava [Uberaba,] as quais confrontam pelo norte com as fazendas medidas aos Parreiras e com as *posses* de Floriano José Marques, e pelos mais lados com sertão baldio [grifo nosso] (APU, 1987, p. 29).

Os eixos de concentração das sesmarias mostrados no mapa, tendo o arraial de Uberaba como pivô, podem ser mais bem compreendidos se plotados numa carta de solos, como mostra o mapa 8. Nota-se certa tendência de as concessões se concentrarem em áreas de latossolo roxo eutrófico, originalmente, florestadas,

estando pouco presentes sobre os latossolos vermelho-escuro álicos, domínio dos chapadões cobertos por cerrado *strictu sensu*, campos sujos e limpos. Não há dúvidas de que a procura por solos mais férteis influía nos critérios de valorização e apropriação do território. Nos inventários *post mortem* do Arquivo Público de Uberaba, as terras *de cultura* ou *de mata* eram muito mais valiosas que as *de campos* ou *de chapadão*, como será demonstrado adiante. A vegetação, portanto, era um dos critérios utilizados pelos colonos para valorizar determinada área, deduzindo dela suas qualidades edáficas. Graça Filho (2002) notou o fato em seu estudo sobre a economia da Comarca do Rio das Mortes do século XIX.

Mapa 8: Sertão da Farinha Podre: sesmarias concedidas pelo governo da Capitania de Minas Gerais entre 1818 e 1822, no termo do Desemboque, plotadas sobre carta de solos.
 Autor: Luis Augusto Bustamante Lourenço, com base em mapa de Siqueira e Rosa (1998)

A apropriação e a valorização da terra dependiam também de outros fatores, como a vizinhança de estradas e núcleos de povoamento — vê-se, no mapa 8, maior concentração das sesmarias nas proximidades da Estrada dos Goiases —, e a tendência de as parentelas se afazendarem em áreas próximas. No trecho citado acima, por exemplo, a sesmaria do Tenente Matheus Cardoso Parreiras tinha como divisas as sesmarias do Capitão Vicente José Parreiras e do Sargento-mor Manuel José Parreiras, provavelmente, parentes seus.

Império, isto é, fundamentada na escravidão, nos privilégios e no poder político e pessoal de uma elite terratenente e mercantil. Ocorreu numa época — o Primeiro Reinado e o período regencial — em que emergiam novas configurações políticas na sociedade brasileira. A elite senhorial armava-se do discurso liberal contra a herança colonial, fortalecendo-se como agente político naquela nova ordem. Nas palavras de Florestan Fernandes:

[o liberalismo] (...) propiciou [à elite senhorial] categorias de pensamento e de ação que conduziram ao desmascaramento do esbulho colonial e à oposição ao sistema colonial. (...) alterou suas perspectivas de percepção do uso, da importância e da organização do poder em termos de sociedade global. (...) preparou-as intelectualmente tanto para os conflitos que as uniam contra o estatuto colonial, quanto para a defesa da Independência, da Monarquia constitucional e da democratização do poder político no âmbito de sua camada social (198, p. 36-37).

Nessa fase de transição para um novo ordenamento político e institucional, os conflitos entre as diferentes instâncias de poder — imperial, provincial e local — colocaram em evidência os potentados locais, que se tornaram personagens importantes na conformação do Estado nacional. O governo e a assembléia provinciais, diante disso, usaram a competência de criar novas vilas como expediente para estabelecer acomodações com chefes políticos locais. Nesse sentido, as emancipações dos municípios do Araxá e Uberaba foram emblemáticas.

Mapa 10: Oeste de Minas Gerais, 1830: julgados do Desemboque e Araxá.
 Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço.

Em 1831, o juiz ordinário do Desemboque enviou um ofício a Paracatu, declarando ser aquele julgado independente daquela vila, o que foi refutado e denunciado ao conselho provincial pelo presidente da câmara (SILVA, 2005). Em seguida, no arraial do Araxá, o juiz e o corregedor da comarca, acompanhados por seis soldados trazidos do registro do Rio das Velhas, prenderam o procurador e o tesoureiro, representantes da Câmara de Paracatu. O conselho provincial, ao tomar conhecimento dos fatos, deu razão à câmara paracatuense.

No entanto, no dia 11 de setembro, o juiz e o procurador, em nova atitude de rebelião, fixaram edital convidando clero, nobreza e povo para sessão de abertura da câmara do Araxá, declarando, assim, que a povoação elevava-se a vila por sua própria conta. Dias depois, numa atitude conciliadora, o conselho resolveu ceder e reconhecer a autonomia do novo município (BARBOSA, 1995).

No ano seguinte, chegava ao conselho provincial um abaixo-assinado expedido pelos moradores de Uberaba, com queixas em relação às autoridades do

Desemboque, e pedindo a elevação da freguesia a vila. O pedido foi atendido pelo governo provincial quatro anos depois: em 1836, Uberaba emancipou-se do Desemboque e herdou praticamente todo o seu termo (mapa 10). Desemboque perdeu o *status* de julgado pela mesma lei, e foi anexado a Araxá (BARBOSA, 1995).

À medida que a colonização da porção oeste da Farinha Podre ocorria, novos arraiais surgiam e cresciam e, neles, novos grupos de proprietários de terra e comerciantes mobilizavam-se para obter seu quinhão do poder político. Alguns desses arraiais conseguiram emancipar-se, transformando-se em sedes de municípios, e a elucidação desse processo pode fornecer algumas pistas sobre a formação da região.

A criação de um novo município dependia de lei provincial, aprovada pela assembléia legislativa e sancionada pelo presidente da província. Resultava de pressões políticas dos eleitores — que, por causa do sistema censitário, eram, geralmente, fazendeiros ou comerciantes — e do apoio de deputados provinciais com base na região. Dessa forma, somente quando as elites locais dispunham de algum poder econômico e, portanto, importância eleitoral, é que podiam pleitear a emancipação.

Um desses povoados, Carmo dos Morrinhos, emancipou-se em 1848, com o nome de Prata (BARBOSA, 1995). O termo da nova vila herdou da vila-mãe todo o sertão oeste da Farinha Podre. A emancipação do Prata foi o desdobramento da colonização do Sertão do Rio da Prata, com a criação de fazendas e arraiais dispostos radialmente em relação à povoação, como se vê no mapa 11.

Mapa 11: Sertão da Farinha Podre, 1848: divisão de municípios.
 Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço.

O povoado de São Francisco das Chagas, situado ao longo da Estrada Real de Goiás, a norte do Rio Tejuco, destacou-se do município do Prata em 1870, com o nome de Vila de Monte Alegre (BARBOSA, 1995). O novo município correspondia ao espigão situado entre os rios Uberabinha e Tejuco, por onde se estendia a Estrada Real, que se tornara a principal ligação entre São Paulo e Goiás (mapa 12). Monte Alegre e Santa Maria — um arraial localizado mais ao sul — desenvolveram-se como pousos para as tropas que passavam pela estrada (FERREIRA, 1958). A emancipação da vila, dessa forma, foi consequência do crescimento do povoado, em decorrência do maior trânsito por aquela via, à proporção que a velha Estrada dos Goiazes ia sendo abandonada.

Mapa 12: Sertão da Farinha Podre, 1870: divisão de municípios.
 Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço.

Em 1885, foi criada a vila do Frutal, com sede num arraial próximo a um porto no Rio Grande, que, desde a década de 1860, beneficiava-se da navegação fluvial dos rios Mogi Guaçu e Pardo, na província de São Paulo (PONTES, 1978). Seu termo formou-se pela fusão de sua própria freguesia com a de Garimpo das Alagoas³² — que pertenciam ao termo de Uberaba — e a de São Francisco de Sales, destacada do Prata (BARBOSA, 1995). Assim, seu território correspondia aproximadamente, à vertente norte do baixo Rio Grande, o que mostra que o critério usado na divisão foi a influência do porto do Frutal sobre o trânsito na estrada que demandava ao Mato Grosso. A criação do município deveu-se à mobilização, na assembléia legislativa, do deputado provincial Joaquim Antônio Gomes da Silva, morador e fazendeiro na paróquia, aparentado do potentado José de Paula e Silva, filho do fundador do arraial (PAULA, 2004).

O delineamento dos termos dos novos municípios obedecia, dessa forma, tanto a critérios geográficos quanto políticos. Percebe-se, examinando o mapa 13, que os territórios dos municípios do Triângulo Mineiro, na década de 1880, dispunham-se em leque em relação ao termo de Uberaba. Isso parecia decorrer da

³² Hoje Conceição das Alagoas

disposição radial das estradas e pousos, que mantinha os lugares — fazendas e arraiais — dependentes das sedes municipais. Os termos dos municípios, com exceção de Monte Alegre, correspondem, também, às áreas dos grandes eixos de povoamento da região, que se configuraram, no início do século XIX, por meio das concessões sesmarias, como já foi visto.

Mapa 13: Triângulo Mineiro, 1885: divisão de municípios.
Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço.

O último município criado no século XIX foi Uberabinha³³, elevado à categoria de vila em 1888, com sede num arraial próximo ao vale do Rio das Velhas, e formado pela fusão da freguesia do próprio povoado com a de Santa Maria, destacada de Monte Alegre (mapa 14) (BARBOSA, 1995).

Em 1888, o padre João Dantas Barbosa, vigário da igreja matriz de Uberabinha, foi portador de uma representação assinada pelos eleitores do povoado para o governo provincial, reivindicando a autonomia do município. Os moradores que assinaram esse documento, num total de 69 pessoas, tiveram seus nomes compilados pelo cônego Pedro Pezzuti (1922). Com o auxílio da obra do memorialista Tito Teixeira (1970), de que constam biografias e genealogias dos

³³ Hoje Uberlândia

primeiros moradores de Uberabinha, foi possível obter dados sobre 20 desses signatários. Dez eram fazendeiros, dos quais, oito eram membros da parentela dos Pereiras, descendentes do dono da sesmaria que deu origem ao povoado. Suas fazendas situavam-se nas paragens do Letreiro, Registro, Capim Branco e Monjolinho, no termo da freguesia. Dos demais, seis eram comerciantes com casas de negócio no arraial de Uberabinha, e, pelo menos, quatro eram fazendeiros em Santa Maria, a outra paróquia anexada para formar o município.

Mapa 14: Triângulo Mineiro, 1888: divisão de municípios.
Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço.

A representação foi defendida na assembleia legislativa pelo deputado provincial Augusto César Ferreira e Souza que, com a emancipação da vila, tornou-se seu primeiro agente executivo (PEZZUTI, 1922). O processo de criação de Uberabinha ilustra como as elites locais se mobilizavam para reivindicar as emancipações, e a necessidade de conseguir apoio na assembleia legislativa para que ela fosse aprovada, normalmente, por meio de um deputado ligado à localidade.

3.2.2 A antiga rede viária

O desenvolvimento da rede de estradas e caminhos no Sertão da Farinha Podre se fez num arranjo dendrítico, na mesma medida em que ocorria a ocupação do território por meio das fazendas e arraiais. A onda migratória de geralistas vindos da região central de Minas criou uma economia agropastoril ligada aos mercados do leste, ou seja, às regiões mais antigas e povoadas da capitania/província e ao Rio de Janeiro. No entanto essa expansão encontrou um eixo que já existia desde 1732, com fluxos no sentido norte-sul, isto é, entre São Paulo e Goiás, pela Estrada dos Goiaes.

Como concluímos noutro trabalho (LOURENÇO, 2003), Uberaba beneficiou-se de sua localização-chave, na intersecção entre esses dois eixos, um disposto no sentido leste-oeste (Minas – sertão) e outro no sentido norte-sul (Goiás - São Paulo). Assim, na primeira metade do século XIX, formou-se uma rede de estradas inter-regionais e interprovinciais sobre o Sertão da Farinha Podre, tendo Uberaba como nó central. Essa rede está representada no mapa 15.

Tais estradas eram, na verdade, trilhas abertas no meio da vegetação natural, usando-se facões, machados e enxadas, praticamente, sem intervenções no leito. Apenas os trechos mais planos eram carroçáveis, nos quais era comum o uso do carro de bois. Nos percursos mais acidentados e nos transportes de longa distância, os meios utilizados eram as tropas de mulas e as comitivas de gado.

Mais do que os leitos das estradas, eram os pontos de passagem obrigatória que balizavam seu percurso. Os *pousos* distribuíam-se a intervalos regulares, distando, aproximadamente, uma jornada de caminhada um do outro — em torno de cinco léguas —, que podiam ser percorridas em sete horas de marcha diária em terreno plano³⁴. Comumente, o pouso era feito em *ranchos*, construções sem paredes, cobertas de capim, cedidas sem ônus pelos fazendeiros, que vendiam comida aos viajantes, mas também ocorria em aldeamentos indígenas, arraiais e vilas.

A existência de uma rede de pousos era vital para o uso da estrada, o que dependia da presença de sitiantes, fazendeiros e aldeias ao longo dela. Um determinado percurso, mais longo, porém servido de ranchos, podia ser escolhido em prejuízo de outro mais curto, todavia, carente deles. Foi o que ocorreu, na Farinha Podre, com a Estrada Real, ainda pouco utilizada na primeira metade do século XIX, pois, apesar de ser o caminho mais curto para Goiás, não contava com a rede de fazendas e aldeamentos que, desde o século XVIII, servia aos viajantes na Estrada dos Goíases, trajeto mais antigo e mais longo. Somente passou a ser mais transitada de 1850 em diante, com o desenvolvimento de pousos e arraiais ao longo de seu traçado (SAMPAIO, 2001).

Os *portos fluviais* eram outro tipo de passagem obrigatória, nos quais normalmente, ficavam os registros para a cobrança das entradas (alfândega provincial), e onde, também, se cobrava pela travessia dos rios em balsas. No Sertão da Farinha Podre, ao tempo de Cunha Matos, apenas três rios eram suficientemente caudalosos para necessitar de portos: o Paranaíba, o Grande e o das Velhas (CUNHA MATOS, 1981). Na década de 1820, o Rio Paranaíba contava com o porto Mão de Pau, que servia à Estrada dos Goíases; o de Santa Rita dos Impossíveis, na Estrada Real; e o Porto Alencastro, na Estrada do Piquiri. No Rio das Velhas, na mesma época, havia o porto do Registro, entre Rocinha³⁵ e a aldeia de Santana³⁶; no Rio Grande, o porto da Espinha e o da Ponte Alta, ambos ligados ao trânsito da Estrada dos Goíases. Os portos da Farinha Podre cobravam direitos que variavam de 40 réis por pessoa a 80 réis por mula ou 20 réis por carga (CUNHA

³⁴ Essa estimativa foi feita por meio dos relatos deixados pelos viajantes joaninos, nos quais foram anotadas as distâncias percorridas e o tempo de marcha diário (ESCHWEGE, 1996; SAINT HILAIRE, 1975; D'ALLINCOURT, 1975).

³⁵ Hoje Tapuira, distrito de Uberlândia

³⁶ Hoje Indianópolis

MATOS, 1981). Os trechos vadeáveis nos pequenos cursos d'água também eram pontos de passagem obrigatória, que balizavam o percurso das estradas.

Até o início do século XIX, o caminho setecentista que ligava Goiás a São Paulo, passando pela Farinha Podre, era a única estrada existente entre os rios Paranaíba e Grande. Esse caminho aparece no mapa de John Arrowsmith, de 1844, com o traçado em pontilhado (figura 4). Com o avanço do povoamento, outras vias foram sendo abertas. A expedição que partiu do Desemboque em 1807, liderada por padre Hermógenes Casimiro de Araújo e José Manuel Silva e Oliveira, abriu a primeira trilha entre aquela localidade e o futuro sítio de Uberaba. Pouco tempo depois, uma estrada geral, ligando Tamanduá, Desemboque e Uberaba, já era utilizada, passando sobre o Chapadão da Zagaia e a Serra da Canastra (SAMPAIO, 2001). Esse caminho tornou-se a principal ligação entre Uberaba e as cidades mercantis da Comarca do Rio das Mortes, em especial, São João Del Rei (mapa 15).

Figura 4: Sertão da Farinha Podre, início do século XIX: trajeto da Estrada dos Goianeses.
Fonte: John Arrowsmith, (1844) (detalhe).

As obras e a exploração dos serviços públicos, no tempo do Império, eram conduzidas por meio de práticas herdadas do período colonial e do Império Português. Uma delas era a arrematação, que consistia em repassar a particulares, mediante leilão, o direito de explorar um determinado serviço público. O contratante pagava ao Estado uma quantia pré-estipulada, e cobrava depois dos usuários pelo

A última estrada importante criada no Sertão da Farinha Podre, durante o período da colonização pioneira, foi a do Piquiri, ligando Uberaba aos Campos da Vacaria, no atual território do Mato Grosso do Sul (mapa 15). Esse caminho só pôde ser utilizado depois do aldeamento dos últimos índios caiapós, que ainda viviam nos vales dos baixos rios Paranaíba e Grande e, mais além, nas capitânicas de Goiás e Mato Grosso³⁹.

Figura 6: Sertão da Farinha Podre, Goiás e Mato Grosso, meados do século XIX: estrada do Piquiri
Fonte: William Scully (1866) (detalhe)

Antônio Eustáquio, o chefe político de Uberaba, reduziu alguns deles em 1810 (GIRALDIN, 1997) e, em 1827, o padre Leandro Rabelo Peixoto e Castro aldeou outro grupo em São Francisco de Sales (LOURENÇO, 2003). Em 1830, provavelmente, todos os caiapós da Farinha Podre estavam reduzidos em três aldeias: Macaúbas, ao norte do Porto Alencastro, na cachoeira de Água Vermelha, à beira do Rio Grande, e em São Francisco de Sales. No território mato-grossense, entre os rios Verde, Sucuriú e Taquari, os índios foram aldeados em três núcleos, entre 1848 e 1862: Taquari, Piquiri e Santana do Paranaíba (GIRALDIN, 1997).

³⁹ Em 1850, a área situada entre os rios Sucuriú e Aporé foi transferida para a província de Mato Grosso

Com o fim da hostilidade dos caiapós, a estrada pôde estender-se até o divisor de águas do Camapuã, próximo às nascentes dos rios da porção leste da bacia do Paraná, e emendar-se com os caminhos que levavam ao Cuiabá, como se pode ver no mapa de William Scully, de 1866 (figura 6).

Além da precariedade dos meios e das vias, a *lentidão* era uma outra característica marcante dos transportes dessa época e território. Para se ter idéia de sua fluidez, reconstituímos a viagem de Eschwege (1996), feita em 1816. Esse engenheiro alemão, a serviço do governo da capitania de Minas, percorreu a Estrada do Chapadão da Zagaia, partindo no dia 23 de outubro da Capelinha⁴⁰ e chegando a Pium-í no dia 1º de novembro, perfazendo 42,27 léguas, ou 279 km. Ou seja, caminhou 4,69 léguas — 30,9 km — por dia.

Mapa 16: Triângulo Mineiro: viagem de Francisco Elias de Oliveira em 1897.
Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço

Oitenta anos depois, em 1897, Francisco Elias de Oliveira viajou de Uberaba a Santana do Paranaíba, pela Estrada do Piquiri (mapa 16). Esse homem era procurador de Maria Joaquina Gonçalves de Oliveira, viúva do major João Teodoro Gonçalves de Oliveira, um rico comerciante de gado uberabense, que fora assassinado naquele mesmo ano. Francisco deslocou-se até Santana, para cuidar dos negócios deixados pendentes pelo major, e fez um cuidadoso relatório da viagem⁴¹, para que a viúva pudesse reembolsá-lo em suas despesas. O procurador

⁴⁰ Povoado hoje desaparecido, localizava-se às margens do Córrego Lajeado, afluente do Rio Uberaba.

⁴¹ APU, inventário post mortem de João Teodoro Gonçalves de Oliveira, caixa 123.

percorreu, aproximadamente, 370 km, ou 56 léguas, entre as duas localidades, saindo de Uberaba no dia 16 de fevereiro e chegando no dia 28 do mesmo mês, parando nos pousos apenas para dormir e se alimentar. Andou, portanto, 4,6 léguas — ou 30,7 km — por dia.

Passado quase um século, as mesmas velocidades, os mesmos meios, as mesmas vias reproduzem-se resistindo a qualquer aprimoramento técnico. Essa rusticidade dos transportes terrestres, e sua conseqüente lentidão, era característica também da Europa do Antigo Regime, e somente foi rompida com as ferrovias, de 1830 em diante. Segundo Braudel, os transportes terrestres da Europa, até o início do século XIX, eram muito semelhantes aos que já existiam no século XII. Na descrição do historiador, percebe-se a impressionante semelhança com os caminhos de Minas Gerais dos Oitocentos:

(...) uma estrada do século XII mesmo em terreno plano, não é uma fita onde o tráfico roda por si. Geralmente, quase não se percebe o seu traçado. Por certo não seria possível reconhecê-lo sem o movimento dos que a utilizam. (...) há charcos cheios d'água, cavaleiros a chafurdar, com a montada na água até os jarretes; as carripas avançam penosamente com as rodas enterradas na lama. Peões, pastores, porcos, passaram sensatamente para os taludes, mais seguros, que bordejam a estrada (1995, p. 379).

Da mesma maneira, os itinerários das estradas européias eram fixados não pelos leitos, mas pelos pousos, estabelecidos a distâncias regulares. As velocidades também eram semelhantes. Braudel afirmou que a máxima velocidade nos transportes terrestres era de 100 km em 24 horas, o que só ocorria, todavia, como façanha. A partir de pesquisas sobre datas de saída e chegada de correspondências na Europa, o autor geografizou as velocidades de deslocamento por meio de linhas isócronas traçadas de Veneza. Concluiu que a velocidade nos transportes terrestres não variou entre 1496 e 1765 (BRAUDEL, 1995).

O lento sistema de transportes terrestres do Antigo Regime era uma estrutura de *longa duração*, que somente começou a desaparecer com a revolução industrial, na passagem do século XVIII para o XIX. Era um limite para a economia, um obstáculo intransponível, que condicionava as trocas, o crédito, o abastecimento e a avaliação de risco das atividades econômicas:

(...) a troca, que é o instrumento de qualquer sociedade econômica em progresso, foi prejudicada pelos limites que lhe eram impostos pelos transportes: a sua lentidão, o seu magro fluxo, a sua irregularidade e, finalmente, o seu elevado custo. Tudo encalha nestas dificuldades. Para nos familiarizarmos com essa antiga e persistente realidade, podemos repetir a frase de Paul Valéry:

“Napoleão desloca-se à mesma velocidade de Júlio César”.
(BRAUDEL, 1995, p. 390).

Milton Santos (2002) lembrou que a lentidão, a demora em vencer distâncias no período pré-maquínico implicava a impossibilidade de perceber a simultaneidade dos eventos. O acesso à informação nunca ocorria simultaneamente ao momento em que ela era produzida. Nessas circunstâncias, era impossível a perfeita racionalização do espaço, a unicidade dos eventos necessária à inserção daquele território num sistema coordenado no plano global.

Nesse sentido, as redes existentes até o advento da modernização capitalista, que Santos (2002) chamou de pré-mecânicas, eram fortemente influenciadas pelos fatores da natureza. Eram também espontâneas e pouco intencionais, isto é, construídas em função das condições e necessidades presentes nos lugares.

3.2.3 O sertão mais além: o Sudoeste Goiano e os Campos da Vacaria

A ampla colonização efetivada pelos migrantes vindos da região central de Minas Gerais, chamados de geralistas nos documentos da época, transbordou os limites provinciais e avançou pelos sertões goianos e mato-grossenses, ainda na primeira metade do século XIX, deslocando a zona de fronteira cada vez mais para oeste. A Estrada Real de Goiás e a Estrada do Piquiri ligavam Uberaba a essas duas áreas de colonização, respectivamente.

Desde 1829, pelo menos, o pontal dos rios Paranaíba e Grande já contava com alguns fazendeiros estabelecidos, ligados às parentelas dos Lopes, Garcia e Souza (SODRÉ, 1941). Em 1830, o sertanista Januário José de Souza organizou uma entrada pela outra margem (direita) do Rio Paranaíba, onde, junto com José Garcia Leal, em território da província de Goiás (depois transferido para Mato Grosso), fundou o arraial de Santana do Paranaíba⁴², três léguas a oeste do rio (FERREIRA, 1958). Entre 1836 e 1838, a Estrada do Piquiri, ligando o novo povoado a Uberaba, pelo vale do Rio Grande, já estava sendo transitada. Desde então, o caminho passou a servir de vetor para roceiros e criadores mineiros, que, em busca de terras e pastagens, migravam para os Campos da Vacaria. Esse fluxo colonizador manteve-se até as primeiras décadas do século XX.

⁴² Hoje Paranaíba

Por ser considerado o fundador de Campo Grande, atual capital do estado do Mato Grosso do Sul, o fazendeiro José Antônio Pereira teve sua migração e assentamento relativamente bem documentados pelos memorialistas locais, o que serviu para ilustrar como ocorria a ocupação das áreas de fronteira no sul mato-grossense. Em 1872, José Antônio e mais quatro camaradas⁴³, vindos de Monte Alegre, na Farinha Podre, percorreram a Estrada do Piquiri rumo aos Campos da Vacaria. Na confluência de dois córregos, ergueram um “pequeno rancho coberto por palmas de *uacury*” (CONGRO, 1919, p.18). Fizeram a derrubada da vegetação, a queimada e, em seguida, plantaram uma roça, simbolizando a tomada de posse da terra. José Antônio retornou, então, a Monte Alegre, deixando a guarda do rancho a um de seus camaradas, João Nepomuceno. O fazendeiro reuniu sua extensa parentela, composta por sua mulher, oito filhos, três tutelados, além de muitos agregados, num total de 62 pessoas. Acompanhados por onze carros mineiros, retornaram, em 1875, para o lugar da posse, o Campo Grande da Vacaria (CONGRO, 1919).

No estudo feito por Nelson Werneck Sodré (1941), verifica-se que esse foi o modo como ocorreram todos os assentamentos pioneiros no sul do Mato Grosso no século XIX. Em trabalho anterior (LOURENÇO, 2003), também percebemos ter sido esse o padrão durante a ocupação do atual Triângulo Mineiro, nas primeiras décadas do século XIX: após uma expedição sertanista exploratória, ocorria a posse e o regresso do colono ao local de origem, para buscar família, dependentes e escravos. Com estes, retornava ao lugar apossado e se afazendava.

Não fizemos um estudo sistemático da colonização do sudoeste goiano, mas informações coligidas por memorialistas sobre o povoamento de alguns municípios da região parecem mostrar que ali ocorria o mesmo. Por exemplo, na região do arraial das Abóboras⁴⁴:

Por volta de 1835, chegou à região a família de Rodrigues de Mendonça, vinda de Minas Gerais. (...) Com a aquisição de grande área de fazendas, providenciaram a imigração de outras famílias, a fim de que pudessem trabalhar em lavoura e fundar uma povoação (...) (FERREIRA, 1958, v. 36, p. 386).

Como no Sertão da Farinha Podre e no sudeste do Mato Grosso, também no sudoeste goiano a colonização fez-se simultaneamente a uma longa guerra contra os caiapós. Conflitos entre índios e colonos brancos naquela região foram relatados

⁴³ Denominavam-se *camaradas* os trabalhadores que prestavam serviços a outrem em troca de um salário ou jornal.

⁴⁴ Hoje Rio Verde

até, pelo menos, 1888 (GIRALDIN, 1997). A principal referência geográfica para os entrantes parece ter sido a Estrada Real, entre o porto de Santa Rita e a vila de Rio Verde, mas é provável que outros caminhos tenham sido criados nesse período, dispostos radialmente em relação a Uberaba. Pelo menos mais um deles provavelmente já existia em 1830, saindo dessa cidade em direção ao sudoeste de Goiás, passando por Prata, São José do Tejuco⁴⁵ e um porto no Paranaíba chamado São Jerônimo, próximo às barras do Tejuco e do Rio dos Bois⁴⁶. Essa estrada estendia-se pela crista do espigão entre os rios Tejuco e Prata (figura 7).

Figura 7: Triângulo Mineiro e Sudoeste de Goiás: estrada do Porto São Jerônimo.
Fonte: João Coelho (1891) (detalhe).

O arraial das Abóbora, depois vila de Rio Verde, tornou-se o centro mais importante daquele território além-Paranaíba. Fragoso refere que o termo do município de Rio Verde, na segunda metade do século XIX, correspondia a todo o sudoeste goiano, onde, a partir de 1830, instalou-se uma pecuária extensiva e

⁴⁵ Hoje Ituiutaba.

⁴⁶ O memorialista Benedito Tiradentes Borges (1996) cita uma viagem de migrantes vindos do sul de Minas rumo a Jataí, no sudoeste goiano, que fizeram pouso no Prata em 1830. Outro memorialista, Edelweiss Teixeira (2001), descreve o trajeto de uma antiga estrada salineira entre Uberaba e São José, passando pelo Veríssimo, mas sem especificar data nem fontes. O mapa de João Coelho, de 1891, mostra uma estrada passando por esse mesmo trajeto, atravessando o Paranaíba um pouco ao norte da foz do Tejuco e chegando a Dorcas do Rio Verde, em Goiás. O nome do Porto de São Jerônimo aparece no mapa de Lauriano José Martins Penha, de 1892, nessa mesma localização.

que, por isso, tornou-se um importante centro mercantil. A rede urbana e viária dendrítica que daí resultou pode ser vista no mapa 17.

O abastecimento dessas áreas por gêneros importados de outras províncias, como sal e ferragens, e a drenagem do excedente nelas produzido, sobretudo na forma de boiadas, passava, necessariamente, por Uberaba, que ainda contava com outra vantagem geográfica: ficava na intersecção da Estrada do Chapadão da Zagaia, que ligava o Mato Grosso e a Farinha Podre à região central de Minas e ao Rio de Janeiro; e a Estrada dos Goias, que ligava Goiás a São Paulo. Uberaba era, portanto, o nó que unia duas grandes cidades — Rio de Janeiro e São Paulo — a uma grande área agropastoril e de fronteira.

4 Redes urbanas

Fernand Braudel (1996b) mostrou que, em diferentes períodos, as cidades sucederam-se no comando do sistema econômico europeu. Entre os séculos XV e XVIII, Veneza, Antuérpia, Gênova, Amsterdã e Londres revezaram-se como pólos da economia-mundo, todas, com exceção da última, cidades-estado que não contavam com territórios em sentido lato. Tais cidades estavam centradas sobre uma multiplicidade de circuitos mercantis e financeiros, dominados mediante o controle sobre frotas de comércio, mecanismos de crédito e informações estratégicas.

Esses núcleos hauriam poder da dissociação existente entre o espaço da produção e o espaço da acumulação, que resultava, segundo Braudel, da distinção entre economia de mercado e capitalismo. A economia de mercado correspondia ao lugar da produção, onde os agricultores, artesãos e manufatureiros realizavam valor nos mercados locais ou regionais. No entanto tal produção, para circular num âmbito maior do que o regional, dependia de negociantes e financistas, que controlavam estrategicamente rotas, meios de circulação e mecanismos de crédito; assim, acabavam por reter a maior parte do excedente produzido. Tais capitalistas concentravam seus negócios numa cidade-pólo, isto é, num lugar com acesso privilegiado aos meios necessários à sua atividade: frotas, capital e informações.

(...) o capitalismo e a economia de mercado coexistem, se interpenetram, sem nunca se confundirem. (...) séculos e séculos organizaram cadeias de mercado locais e regionais. Essa economia local que gira por si mesma segundo as suas rotinas, está destinada a ser periodicamente objeto de uma integração, de um reordenamento racional em benefício de uma zona e de uma cidade dominantes, e isso por um ou dois séculos até o surgimento de um novo organizador. É como se a centralização e a concentração dos recursos das riquezas se processassem necessariamente a favor de certos lugares de eleição da acumulação (BRAUDEL, 1996b, p. 26).

Tais cidades-pólo, no entanto, dependiam de um conjunto de outras cidades ao seu redor, encarregadas de redistribuir os fluxos. Existia uma hierarquia urbana subordinada ao centro, cujas partes formavam subsistemas que reproduziam o sistema geral:

Cidades-etapa rodeiam o pólo a maiores ou menores distâncias — mais respeitadas ou menos — associadas ou cúmplices, mais frequentemente ainda sujeitas ao seu papel secundário. Sua atividade ajusta-se à da metrópole: montam guarda ao seu redor, remetem para ela o fluxo de negócios, redistribuem ou encaminham os bens que ela lhe confia, agarram-se ao seu crédito ou submetem-se a ele (BRAUDEL, 1996b, p. 20).

A capacidade de uma cidade de exercer domínio não era igual em todas as épocas e situações. Dependendo da concentração de poder financeiro, industrial, mercantil de cada cidade-pólo, oscilava-se “entre centragens fortes e centragens fracas” (p. 25). Essas centragens sucediam-se a ritmos seculares, ao sabor das mudanças na economia-mundo. Tal como ocorria também nos níveis mais inferiores da hierarquia urbana: “as cidades dominantes não o são *in aeternum*: substituem-se umas às outras. Verdade na cúpula, verdade a todos os níveis da hierarquia urbana” (p. 22).

Se, no entanto, as cidades-pólo da economia-mundo européia tendiam a se manter no topo da hierarquia urbana por um século ou mais, tal não acontecia com os centros menores. Allan Pred, ao analisar a rede urbana dos EUA do período entre 1790 a 1840, percebeu que quanto menores as cidades, menos estáveis eram as suas centragens, isto é, mais elas tendiam a se alternar na condição de centros regionais:

Enquanto a estabilidade hierárquica a longo prazo caracteriza os grandes complexos metropolitanos dos sistemas de cidades de regiões e nações economicamente adiantadas, isso não ocorre, em geral, com as áreas metropolitanas pequenas e médias. Dados relativos a várias economias adiantadas indicam que, pelo contrário, a probabilidade de mudanças na hierarquia por tamanho das unidades urbanas é inversamente proporcional à população (1979, p. 35).

Isso contraria a clássica Teoria dos Lugares Centrais, de Walter Christaller, que prevê a perpetuação das hierarquias urbanas, estabilizadas pela organização da oferta e consumo de bens. Pred concebe os conjuntos urbanos como sistemas dinâmicos, nos quais as mudanças num de seus elementos repercutem no todo. As metrópoles, a despeito disso, mantêm sua centralidade ao longo do tempo por causa da tendenciosidade espacial na circulação das informações. Noutras palavras, as decisões sobre a localização das atividades econômicas dependem essencialmente do acesso a informações espacialmente concentradas nas metrópoles, que, por isso, tendem a atrair mais negócios e, portanto, tornam ainda mais concentrado — mais tendencioso — o fluxo de informações:

(...) o conhecimento especializado espacialmente tendencioso alimentava um intercâmbio de informações comerciais diretas e indiretas que por sua vez desenvolvia novo conhecimento especializado espacialmente tendencioso (PRED, 1979, p. 38).

No plano da economia-mundo, a formulação de Braudel é, em linhas gerais, a mesma: pólos tendem a permanecer como pólos porque a divisão internacional do

trabalho se fundamenta em desigualdades que se reforçam com o tempo. São desigualdades estruturais de longa duração, porque baseadas no controle, pelos centros, dos fatores que capturam os excedentes gerados em toda a economia, cuja acumulação reforça ainda mais esse controle: “a troca desigual, criadora da desigualdade do mundo e, reciprocamente, a desigualdade do mundo, criadora obstinada da troca, são velhas realidades. No jogo econômico, sempre houve cartas melhores do que outras e, muitas vezes, marcadas” (BRAUDEL, p. 39).

A partir da leitura desses dois autores, pode-se conceber um modelo para a história das redes urbanas que articule a longa duração, no plano das metrópoles e economias-mundo, e a curta duração, no plano das pequenas cidades e centros regionais. Quanto maior o núcleo urbano, mais durável é a sua centragem, pois maior é a tendência de ele concentrar os meios de acumulação dos excedentes gerados em todo o espaço econômico, em especial a informação. Mesmo o crescimento das pequenas cidades poderia “gerar multiplicadores de emprego na cidade mercantil dominante, quando a expansão da população [da pequena cidade] aumentasse a demanda de bens normalmente adquiridos nesse (ou através desse) grande centro” (PRED, 1979, p. 76). Quanto mais se desce na hierarquia, mais fugaz é a centragem dos núcleos urbanos, pois a concentração de informações e outros meios é menor, e pode ser sobrepujada por outros fatores — localização, meios de transporte, acesso a mercados — que pareçam mais vantajosos para os negociantes e prestadores de serviços.

Torna-se compreensível, nessa perspectiva, a permanência secular da centralidade das metrópoles brasileiras, que mimetizaram, em escala nacional, os sucessivos domínios das cidades-pólo da economia-mundo. Assim, o início do século XVIII assistiu à ascensão do Rio de Janeiro a condição de núcleo portuário e mercantil mais importante do Brasil, situação que persistiu até o final do século XIX, quando a cafeicultura lançou São Paulo à categoria de principal metrópole do país. Desde então, mantém-se nessa posição, embora os fatores primordiais — café e ferrovias — já não tenham mais importância.

Esse modelo explicativo também aborda um fenômeno curioso, percebido por geógrafos, economistas e historiadores: a ascensão e queda dos centros regionais em períodos que variam em algumas décadas. Graça Filho (2002) concluiu que São João Del Rei perdeu a centralidade, nas regiões centro-oeste e sul de Minas, para núcleos como Lavras e Campanha, a partir da década de 1860. Essa cidade havia sido a principal praça mercantil da porção sudoeste da província desde a segunda

década daquele século. Brandão (1989) foi o primeiro autor a perceber que Uberaba, no final do século XIX, começara a perder influência para Araguari. Como foi visto páginas atrás, essa cidade havia se tornado um dos principais centros da região central do país na década de 1820.

Mário Rodarte (1999) estudou o nível de centralidade das cidades mineiras no século XIX, tendo por base os dados contidos nas Listas Nominativas de 1831-1840 e no Censo de 1872. As cidades que concentravam maior número de profissionais ligados a atividades urbanas especializadas, como comércio, profissões liberais e artesanato, foram consideradas pelo autor como as que possuíam maior centralidade. Dividiu, em seguida, os núcleos em três níveis, segundo o grau de centralidade. Finalmente, dispôs os resultados em dois mapas da província, um para 1831/40 e outro para 1872. Concluiu que as cidades da zona mineradora do século XVIII continuaram sendo as de maior polarização econômica no século XIX, tanto em 1831/40 quanto em 1872. Porém, houve uma alternância entre os centros de nível 1 (maior centralidade): em 1831, essa posição era ocupada por Ouro Preto e Serro; em 1872, passou a ser de Juiz de Fora e Mar de Espanha, cidades da zona cafeeira da província.

4.1 Cidade primaz e rede dendrítica.

Propomo-nos, neste tópico, a entender por que ocorriam essas mudanças na centralidade dos núcleos regionais oitocentistas, a partir da experiência das cidades do Triângulo Mineiro. Em primeiro lugar, é necessário entender a configuração das redes urbanas nas quais se inseriam aqueles núcleos. Como vimos páginas atrás, a partir da década de 1830, Uberaba converteu-se em nó de uma rede de estradas, que se irradiavam para várias direções entre os rumos norte e oeste. Essas estradas penetravam os sertões, escassamente povoados, da Farinha Podre, Mato Grosso e Goiás. Por meio delas, fazia-se o abastecimento dos gêneros não produzidos nesses lugares, e eram drenados os produtos dessas áreas. Negociantes de Uberaba, dessa maneira, retinham e acumulavam parte dos excedentes ali gerados.

Uberaba vivia, no século XIX, a situação de *cidade primaz*, conforme o conceito desenvolvido por Mark Jefferson: “a cidade primaz é comumente pelo menos o dobro da cidade mais próxima em tamanho e mais do que o dobro como significado” (*apud* SILVA, SILVA, 2004). A primazia, nesse sentido, ocorre quando

determinadas cidades desenvolvem centralidade, mas não contam com outros núcleos próximos de maior proporção, e polarizam áreas que, apesar de grandes em extensão, dispõem de populações escassas e isoladas:

A influência de uma cidade primaz é muito grande sobre todo o conjunto do território nacional (ou regional). Desta forma, o conceito de cidade primaz se opõe, teoricamente, ao modelo mais abrangente de distribuição das localidades centrais, proposto por Christaller (SILVA, SILVA, 2004, p. 38).

As cidades primazes têm um crescimento muito maior do que os demais centros da região polarizada, mas tal crescimento é menor do que o de cidades inseridas em sistemas urbanos complexos (RODARTE, 1999). Isso ocorre porque, na ausência de centros próximos de grande porte ou intermediários, há menor intensidade de fluxos e informações. Comparando-se com os sistemas multicêntricos, o consumo gerado é menor. Noutras palavras, o fato de polarizar uma região escassamente povoada explica — mas ao mesmo tempo limita — o crescimento da cidade primaz.

Esses centros estão ligados a *redes dendríticas*, típicas dos territórios colonizados, nas quais um núcleo excêntrico, formado por uma vila ou cidade, se contrapõe a um interior em processo de exploração e povoamento. Nas palavras de Roberto Lobato Corrêa:

Uma rede dendrítica de localidades centrais caracteriza-se pela origem colonial, ou seja, é no âmbito da valorização dos territórios conquistados pelo capital europeu que nasce e se estrutura uma rede dendrítica. Seu ponto de partida é a fundação de uma cidade estratégica e excentricamente localizada em face de uma futura hinterlândia (1997, p. 43).

A ausência de interstícios com centros intermediários é outra característica da rede dendrítica apontada por Corrêa (1997). Existe uma hierarquia urbana disposta espacialmente numa única direção, do centro para a hinterlândia: quanto mais se adentra nela, menores e mais distantes os núcleos. Isso decorre da organização do comércio atacadista, concentrado na cidade primaz, que abastece os centros intermediários situados mais além. Estes, por sua vez, distribuem para os pequenos núcleos mais além. O caminho inverso é feito pela produção regional, drenada dos pequenos povoados para a cidade primaz, que retém e acumula grande parte do excedente gerado.

Quadro 1: população do Sertão da Farinha Podre, por freguesia, em 1872.

Freguesia	População	Densidade demográfica (hab/1000 km ²)
Uberaba	8.710	1,13
Uberabinha	3.480	1,64
Frutal	4.487	0,78
Sacramento	9.893	2,23
Forquilha	8.220	5,98
Desemboque	2.260	1,48
S. José do Tejuco	2.131	0,22
Prata	2.886	0,59
Campo Belo	1.319	0,36
S. Francisco Sales	2.132	0,30
Monte Alegre	3.296	1,13
Abadia do Bom Sucesso	3.380	1,59
Santa Maria	1.943	0,97
Bagagem	7.356	5,33
Brejo Alegre	4.480	1,26
Carmo da Bagagem	4.927	2,43
Água Suja	3.449	8,58
Araxá	10.584	9,08
Pratinha	2.346	1,75
Campo Grande	2.729	5,19
Carmo do Arraial Novo	3.540	2,71

Fonte: *Recenseamento do Império do Brasil* (1872).

Por meio dos dados do Recenseamento do Império⁴⁷, foi possível formular uma idéia da rede urbana no Sertão da Farinha Podre, em 1872. O mapa 18 foi construído tendo por base as populações totalizadas no censo (quadro 1). Os círculos são proporcionais à população de cada freguesia, e foram postos nos povoados sede de cada uma delas.

⁴⁷ *Recenseamento Geral do Império do Brasil* (1872). www.cebrap.org.br, acesso em 06/10/2006.

Mapa 18: Sertão da Farinha Podre, 1872. População nas freguesias com base nos dados do Recenseamento do Império.

Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço.

Nota-se, ao se usar o critério da população absoluta — o mesmo de Allan Pred —, a centralidade de Uberaba em relação aos demais núcleos da região. Nota-se, também, a diminuição gradual do tamanho dos povoados na direção oeste, o que é compatível com o modelo da rede dendrítica. Por esse mapa, pode-se ter uma idéia aproximada, mas não exata, da centralidade dos núcleos urbanos, uma vez que o Recenseamento do Império não trazia a distinção entre população urbana e rural. Naquela época, em torno de quatro quintos da população brasileira vivia no campo. Em Uberaba, o coronel Sampaio (2001) anotou, na data do censo, as contagens urbana e rural, separadamente. Por esses números, sabe-se que 23% da população da cidade, do total de 10.160 habitantes em 1872, vivia “no arredondamento da cidade” (p 355). Além disso, não havia, sobretudo, nos pequenos povoados, uma rígida distinção entre população rural e urbana, por causa do grande número de pessoas que se deslocava periodicamente entre um e outro espaço.

Assim, as densidades demográficas, calculadas para cada paróquia, mostram melhor a distribuição da população no interior da região. O mapa 19, elaborado com base nos dados do Recenseamento, traz as densidades demográficas nos

municípios do Araxá, Bagagem⁴⁸, Prata, Uberaba e Sacramento⁴⁹ (quadro 1). Percebe-se que, em 1872, a área hoje conhecida como Pontal do Triângulo — o baixo curso dos rios Paranaíba e Grande — ainda era um vazio demográfico, com densidades inferiores a 0,5 habitante a cada 1.000 km². As densidades aumentavam progressivamente em direção leste, até concentrações humanas relativamente altas nos termos das freguesias-sede do Araxá (9,08), Bagagem (5,33) e Água Suja (8,58).

Mapa 19: Farinha Podre, 1872: densidades demográficas por freguesia, a partir dos dados do Recenseamento do Império.

Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço.

Araxá ainda era, então, uma área de pecuária muito ativa — especializada na invernada e revenda de gado — e de agricultura de alimentos, além de produzir e exportar algodão e tecidos (REIS, 2006). Bagagem, centro minerador desde 1818, experimentou intenso surto de crescimento depois de 1852, com a notícia da descoberta do diamante *Estrela do Sul* e a conseqüente migração de garimpeiros.

⁴⁸ Hoje Estrela do Sul.

⁴⁹ Os termos das freguesias foram reconstituídos tomando por base as informações do *Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, de Waldemar de Almeida Barbosa. Suas áreas foram calculadas pela soma das áreas dos municípios atuais, desmembrados das freguesias originais, obtidas no banco de dados do IBGE (www.ibge.gov.br, acesso em 06/10/2006). Em seguida, foram calculadas as densidades demográficas por freguesia.

Em 1867, com a descoberta de diamantes também a montante do Rio Bagagem, houve grande ocupação do termo de Água Suja (BARBOSA, 1995).

As freguesias de Uberaba, Uberabinha e Brejo Alegre⁵⁰, mais a oeste, viviam uma situação demográfica intermediária, com densidades respectivamente de 1,13, 1,64 e 1,26 hab./1.000 km². As densidades relativamente mais baixas, se comparadas com o Alto Paranaíba, e a maior distância entre os núcleos urbanos mostram que a rede uberabense era rarefeita, se comprada com a araxaense. Essa região vizinha contava com pelo menos duas cidades com significativa centralidade: Bagagem e Araxá. Uberaba, situada mais a oeste, centralizava sozinha todo o território da Farinha Podre, o que era compatível com seu papel primaz.

Populações absolutas e relativas, todavia, não revelam diretamente a centralidade dos lugares. Apenas se pode inferir, por esses números, que lugares mais populosos tendem a ter economias mais ativas e, possivelmente, atividades mais centrais. Buscando outros parâmetros, Rodarte (1999) usou o critério da concentração de atividades centrais para desvendar a organização da rede urbana mineira no século XIX. Com base em noções desenvolvidas por Roberto Lobato Corrêa, considerou como localidades centrais as que concentrassem maior número de atividades com influência extra-municipal, como profissões liberais, industriais, comerciais e alguns tipos de artesanato. Em seguida, verificou, nos dados do censo de 1831-1840 e do Recenseamento de 1872, quais atividades eram ubíquas, altamente concentradas ou de centralidade intermediária, e foi calculada sua frequência nos núcleos mineiros nas duas ocasiões.

No estudo da rede do Triângulo Mineiro, utilizou-se a tabela de frequências de atividades centrais elaborada por Rodarte. A partir do Recenseamento do Império (1876), obteve-se o número de profissionais liberais, comerciantes e funcionários públicos de cada freguesia da região. Em seguida, foram dados pesos proporcionais às frequências das atividades liberais e de comércio sobre os dados do censo. Calculou-se, finalmente, a média ponderada de concentração das atividades centrais em cada paróquia. O número obtido — o coeficiente de centralidade — expressa a concentração de atividades centrais em cada núcleo, ponderada pela frequência das atividades mais centrais. O resultado pode ser visto na tabela 1. Para se ter uma idéia espacial da rede de influências urbanas, o mapa 20 mostra os núcleos das freguesias indicados por símbolos de dimensões proporcionais à sua centralidade.

⁵⁰ Hoje Araguari.

Tabela 1: Triângulo Mineiro, 1872: profissões centrais e coeficiente de centralidade.

Freguesia	Juristas	Médicos, farmacêuticos e cirurgiões	Professores e homens de letras	Comerciantes e Guarda - livros	Funcionários públicos	Coeficiente de centralidade
Uberaba	16	6	5	85	18	24,77
Frutal	1	3	3	1	0	1,58
Uberabinha	0	0	5	8	0	2,37
Prata	2	1	2	14	4	4,38
São José do Tejuco	0	1	4	19	0	4,39
S. Francisco de Sales	0	0	1	9	0	1,81
Rio Verde	0	0	2	12	0	2,54
Monte Alegre	4	0	1	14	0	3,58
Abadia	1	1	4	14	2	4,11
Santa Maria	0	0	0	12	0	2,17
Frequência no censo	15%	29%	90%	99%	35%	
Peso	1,94	1,89	1,66	1,63	1,87	

Fonte: elaborado com base nos dados do Recenseamento do Império (1876), e das frequências calculadas por Rodarte (1999).

Mapa 20: Farinha Podre, 1872: coeficiente de centralidade das vilas e arraiais.

Fonte: elaborado com base nos dados do Recenseamento do Império (1876), e das frequências calculadas por Rodarte (1999).

A primazia de Uberaba é muito mais evidente nessa imagem: a cidade dispunha de um coeficiente seis vezes maior que o do Prata ou São José do Tejuco, que vinham em seguida. Essa imagem é compatível com a geografia viária deslindada páginas atrás, na qual Uberaba era o nó de um sistema radial de estradas, o entreposto obrigatório de todos os fluxos mercantis de norte e oeste, dos territórios de Goiás e Mato Grosso. Nesta situação, os negociantes ali radicados estavam em posição favorável para extrair grande parte do excedente gerado pela economia situada a montante, por meio da manipulação das condições de mercado. Uberaba também centralizava atividades como atendimento médico, educação, acesso à justiça e administração pública.

As cidades primazes, que, como Uberaba, tinham sua hegemonia assegurada essencialmente pela localização em relação a uma hinterlândia, podiam ter suas posições fragilizadas pelo próprio desenvolvimento econômico da região que dominavam. À medida que se multiplicavam as interações espaciais por novas vias e fluxos, as localidades deixavam de se subordinar a um único núcleo central; outras hierarquias urbanas se estabeleciam, destruindo a primazia antiga. Caso não houvesse, na velha cidade primaz, uma forte tendenciosidade na concentração de conhecimentos e informações, capaz de mantê-la como localização privilegiada para os negócios, ela acabava por compartilhar ou submeter-se à centralidade dos novos núcleos. Surgia, no espaço da velha rede dendrítica, uma nova configuração, que Corrêa (1997) chamou de *rede de múltiplos circuitos*. Ver-se-á como isso ocorreu com São João Del Rei e, a seguir, com Uberaba.

4.2 Redes de múltiplos circuitos: Sul de Minas e Zona da Mata

No estudo já citado, Rodarte (1999) analisou o sistema de correios de Minas Gerais no século XIX. Segundo o autor, os Correios eram organizados de forma semelhante à dos demais serviços públicos: o governo provincial fazia concessões da exploração do serviço a particulares, por meio das arrematações. As concessões eram feitas por linhas, nas quais o arrematante organizava o transporte de correspondências entre as cidades, programando certo número de viagens mensais, proporcional ao volume transportado.

Ouro Preto, a capital da província, era o ponto de partida de todas as linhas. A condução das correspondências era feita por pedestres e estafetas, geralmente, a

cavalo, ou por mulas, denominadas *cargueiros*. No ponto final das linhas, os malotes eram deixados nas agências públicas, onde a população deveria ir buscar as cartas e impressos. O privilégio de contar com uma agência era disputado entre as localidades:

Ter uma agência era uma regalia que muitas localidades reclamavam para si. A criação de uma agência favorecendo um povoado, muitas vezes se dava em detrimento de outro - ao se alterar o percurso do Correio. Pelas cartas enviadas ao Presidente de Província é possível fazer uma idéia da disputa política que geralmente se dava em torno dessa questão (RODARTE, 1999, p. 69).

Os mapas e dados apresentados pelo autor permitem algumas considerações sobre o desenvolvimento das redes urbanas em Minas no século XIX. Comparando-se o mapa dos Correios de 1830 com o de 1870, percebe-se que, no Sul de Minas e Zona da Mata, houve multiplicação de linhas ligando as diversas vilas e cidades entre si e com as províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, em consequência do crescimento econômico e demográfico dessas regiões. Vale lembrar que essa proliferação das linhas postais ocorria numa época ainda pré-telegráfica, na qual os correios eram, praticamente, a única forma de acesso sistemático à informação não local.

Simultaneamente, no Sul de Minas e Zona da Mata — que então viviam a expansão da cafeicultura —, propagaram-se as estradas, o que ofereceu mais suporte a esses fluxos. O mapa de William Scully, de 1866 (figura 8), mostra o traçado reticular dessas vias, suas várias ligações com as províncias vizinhas, e o grande número de centros urbanos nessas duas áreas.

Figura 8: Sul de Minas e Zona da Mata, 1866.
Fonte: William Scully (1866) (detalhe)⁵¹.

A principal consequência do crescimento econômico e demográfico dessas regiões, as mais prósperas da província de Minas Gerais, foi a perda da primazia de São João Del Rei, entre as décadas de 1850 e 1860. Esta cidade, desde o início do século XIX, polarizava a economia de Goiás, do Sul e Oeste de Minas. Desenvolveu-se ali uma afortunada elite de negociantes, que tinha como principal atividade a compra do gado naquelas regiões criadoras, para internada em São João, e sua revenda na praça do Rio de Janeiro.

Graça Filho (2002), em seu estudo sobre a economia sanjoanense no século XIX, percebeu que, já em 1857, a cidade começara a perder centralidade para vários núcleos do Sul de Minas. Marchantes do Rio de Janeiro, utilizando-se de rotas entre aquela região e a capital do Império, passaram a comprar o gado diretamente em Uberaba, Caconde, Jacuí e Campanha, desbordando os intermediários de São João.

Além disso, o desenvolvimento da economia cafeeira na Zona da Mata veio acompanhado do crescimento econômico de várias cidades, em especial, Juiz de Fora. O café trouxe àquela cidade uma das primeiras estradas macadamizadas do Brasil, a *União e Indústria*, ligando-a a Petrópolis, na província do Rio de Janeiro:

A inauguração da Rodovia União e Indústria em 1861, interligando Juiz de Fora a Petrópolis, produziu grande impacto no processo de expansão da cafeicultura na região. Juiz de Fora, que já funcionava

⁵¹ www.davidrumsey.com, acesso em 10/02/2006

como centro catalisador da produção cafeeira regional, ampliou suas funções, tornando-se o pólo econômico, político e social da Mata (OLIVEIRA, 2000).

Em 1869, a ferrovia D. Pedro II alcançava Juiz de Fora. Em 1881, a Estrada de Ferro Oeste de Minas chegou a São João e a ultrapassou, estendendo seus trilhos às cidades situadas a oeste e sul (GRAÇA FILHO, 2002). As ferrovias, a proliferação das estradas, o desenvolvimento econômico e urbano dos demais centros do Sul e Mata foram fatores determinantes na perda da antiga primazia sanjoanense:

A agricultura e o comércio sanjoanenses, com a sua primazia no crédito de Regiões da Comarca do Rio das Mortes, se arrefeceram diante da concorrência de novos estabelecimentos financeiros que seriam fundados em Minas, da desagregação das fazendas e da perda da intermediação mercantil dos produtos de distritos e municípios próximos (GRAÇA FILHO, 2002, p. 231).

Não se deve falar de uma *decadência* de São João: o que de fato aconteceu, nas últimas quatro décadas do século XIX, foi a inserção da antiga cidade primaz num sistema urbano complexo, formado por cidades com diferentes níveis de centralidade. São João ainda viveu um período de crescimento na última década do século XIX, segundo Graça Filho (2002). Porém, diferente da fase anterior, ele foi compartilhado por outras localidades de sua região.

4.3 Redes de múltiplos circuitos: Triângulo Mineiro

Nas últimas quatro décadas do século XIX, o crescimento econômico e demográfico da Farinha Podre expandiu as interações espaciais da região com outras partes do Brasil. Multiplicaram-se as vias e houve melhoramentos nos meios de transporte e comunicação, o que diminuiu a primazia de Uberaba, ao passo que novas interações criavam fluxos colaterais que subvertiam a hierarquia da antiga rede dendrítica. Porém a posição nodal primaz de Uberaba só foi ofuscada de forma definitiva com a chegada dos trilhos da Companhia Mogiana, em 1888, e sua extensão até Araguari, em 1896. Veremos, nesta seção, como se deu esse processo, e a nova rede urbana que daí se configurou.

Mapa 21: Farinha Podre, 1857: linhas dos Correios e cidades abrangidas pela agência postal de Uberaba. Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço, a partir das informações de Rodarte (1999).

Em 1830, não havia nenhuma agência dos Correios nas localidades da Farinha Podre (RODARTE, 1999). A linha postal mais próxima passava por Araxá, em direção a Goiás e Paracatu, vinda de São João Del Rei. Em 1857, no entanto, Uberaba já dispunha de uma agência, para onde chegava a correspondência destinada aos arraiais da região⁵². A centralização da agência na cidade obrigava os moradores dessas pequenas povoações vizinhas a deslocarem-se até lá, quando da chegada dos malotes, o que representava mais um elo de dependência, como mostra o mapa 21.

Em 1867, a linha postal que chegava a Uberaba já havia se estendido ao Prata, de acordo com os dados de Henrique Gerber, coligidos por Rodarte (1999). Em 1872, o *Almanack da Província* (apud Rodarte) reportava que também Monte Alegre passou a ser servida pela mesma linha. O memorialista Borges Sampaio (2001) inventariou as agências e linhas dos Correios do Triângulo Mineiro em 1881, e nessa descrição, além das linhas anteriores, aparecia uma nova ligação entre Uberaba e Santana do Paranaíba, na província do Mato Grosso. O mapa 22 mostra as linhas e agências da região naquela data.

⁵² Antônio Xavier da Silva, *Carta da Administração Geral do Correio de Ouro Preto ao Presidente da Província* (07/03/1857) (apud RODARTE, 1999).

Mapa 22: Triângulo Mineiro, 1881: linhas e agências dos Correios.

Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço, a partir dos dados de Sampaio (2001).

A seqüência dessas configurações sugere que Uberaba possuía grande centralidade, em 1857, e a preservou, em 1881. No entanto, percebe-se, no último mapa, que a ramificação das linhas, partindo da cidade, distribuiu os serviços postais de forma axial na região. A presença de agências no Prata e em Monte Alegre significava que a população dessas vilas e dos povoados vizinhos não precisava mais se deslocar até Uberaba para expedir ou buscar sua correspondência.

Junto com os melhoramentos nos Correios, houve uma significativa evolução nas vias de transporte da região, resultado do crescimento econômico e do aumento na intensidade dos fluxos. Antes mesmo da chegada da ferrovia, dois acréscimos viários contribuíram para distribuir a centralidade, até então concentrada em Uberaba, para outras cidades: o porto do Frutal e a ponte do Jaguará.

Como já foi visto, a primazia de Uberaba se devia, em parte, à sua posição, a jusante da rede de estradas vindas dos sertões oeste e norte, e a montante do porto da Ponte Alta, no Rio Grande, e da estrada de São Paulo. À proporção que aumentava o movimento dessa rede viária, avolumavam-se as queixas sobre a precariedade do porto da Ponte Alta. Um relatório do engenheiro Pedro Bandeira de Gouveia ao ministro da Viação do Império, de 1854, expunha as condições do porto:

É bastante custoso ver-se um tropeiro se prestar em silêncio ao pagamento dos impostos, quando a balsa de passagem, como acontece no porto de Ponte Alta, compõe-se de duas canoas muito

arruinadas, sobre as quais se acha um tabuado em grande parte solto e estragado, não existindo do avarandado que servia de anteparas mais do que alguns moirões em que se apoiava (NABUT et al, 1986, p. 219).

No mesmo relatório, descrevia a difícil travessia de uma boiada pelo Rio Grande:

Triste é o espetáculo que se observa, na passagem de uma boiada; a porção de pessoas que se reúne para obrigar o gado a afrontar o perigo do rio, os gritos que dão, as bordoadas com que martirizam aos pobres animais, fazem com que muitos deles desanimem e pereçam (p. 220).

Por essa época, foi decidida pelo governo de São Paulo, a construção da ponte. A obra, nas palavras do deputado Cristiano Maurício Stockler de Lima, da cidade de Franca, “interessará grandemente a esta província” (NABUT et al, 1986, p. 218). Houve, então, uma disputa entre as oligarquias de Sacramento / Desemboque e Uberaba quanto à sua localização. O padre Hermógenes Casimiro de Araújo, chefe político sacramentense e deputado provincial em Minas, reivindicava a obra para o estreito do Jaguará, a quatro léguas de Sacramento, enquanto o vigário Silva, de Uberaba, tentava trazê-la para o porto da Ponte Alta, próximo a essa cidade. Numa carta a um colega da assembléia, em 1858, queixando-se dos uberabenses, o padre relatou a disputa:

Devo comunicar-lhe que a câmara municipal da cidade de Uberaba, antagonista por espírito de bairrismo à fatura da ponte do Jaguará, representou aos poderes supremos indicando um outro lugar, em que diz se poderá fazer a ponte com menor dispêndio, fantasiando que, abaixo da cachoeira Jaguará, existem umas ilhotas onde o rio se divide em três canais; e se fará a ponte com tal facilidade que nem a sua segurança dependerá de esteios (...). [o engenheiro responsável pela obra] embarcando-se um pouco abaixo da cachoeira Jaguará desceu pelo Rio Grande até o porto da Ponte Alta e não encontrou esse lugar (...) (NABUT et al, 1986, p. 214).

Deixa-se entrever aqui uma disputa política entre dois centros, travestida de discussão técnica: Uberaba desejava manter a primazia urbana, enquanto Sacramento buscava obter vantagens de localização. O governo paulista decidiu-se tecnicamente pelo Jaguará, lugar onde o rio estreitava-se “a trinta palmos” (NABUT et al, 1986, p. 213): ali a ponte de madeira foi construída entre 1860 e 1861 (SAMPAIO, 2001).

conjuntura descrita por Pontes tenha sido o desdobramento local da grande crise financeira vivida pelo Império em 1864, desencadeada pela insolvência da casa bancária Antonio José Alves Souto & Cia. (Casa Souto), que gerou pânico na praça carioca e falência de várias instituições financeiras no país. Em reação à crise, o Banco do Brasil provocou aumento na taxa de juros e emitiu moeda (VILELLA, 1999). De fato, o memorialista relatou que as casas comerciais falidas foram aquelas que tinham passivos no Banco Rural & Hipotecário, talvez, pelas dificuldades diante da explosão dos juros e em renovar crédito. Naquela ocasião, “muitas casas aqui se fecharam, ficando apenas quatro que, por contarem excelentes fundos puderam se manter independentes do favor dos bancos” (PONTES, 1978, p. 92).

Segundo as impressões de Pontes (1978), a conjuntura econômica local recuperou-se nos anos seguintes, graças ao aumento da produção de algodão, estimulada pela Guerra Civil norte-americana, e à Guerra do Paraguai, durante a qual Uberaba funcionou como entreposto logístico. Tais considerações indicam que a cidade não iniciara uma “decadência” em 1860, como já se disse algumas vezes. Sem dúvida, as agências dos Correios no Prata e Monte Alegre, o porto de Frutal, a ponte do Jaguará, o desvio do gado para Barretos devem ter dado prejuízo a alguns comerciantes e marchantes, mas isso não deve ser resumido num enredo simplista de ascensão, apogeu e crise.

Ocorria ali o mesmo que em São João Del Rei: a cidade começava a perder a primazia, diante de um espaço regional cada vez mais povoado e diversificado economicamente, e se inseria num novo tipo de sistema urbano, com redes de múltiplos circuitos. Contudo o fim definitivo da primazia uberabense só se deu entre 1889 e 1897, com a extensão, em terras mineiras, dos trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

4.4 O progresso que veio do sul: a chegada da ferrovia

A revolução tecnológica, ocorrida ao longo do século XIX, em todo o mundo, levou à constituição das *redes mecânicas*, destinadas a integrar diversas partes do mundo em eventos conexos, numa nova etapa na divisão territorial do trabalho. A revolução ferroviária foi uma das primeiras *técnicas sistêmicas* implantadas em âmbito planetário, isto é, etapa de um processo de crescente racionalização ou instrumentalização do espaço mundial: “pode-se (...) falar de racionalidade do

espaço a partir do momento em que este conhece a sua mecanização” (SANTOS, 2002, p.292).

A chegada dos trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro no Triângulo Mineiro, entre 1888 e 1897, acelerou o tempo dos deslocamentos e transportes. Foi um acontecimento quase simultâneo a outras partes do mundo: embora a *tecnologia* ferroviária existisse desde os anos 1830, a *revolução* ferroviária deu-se, em todo o mundo, entre 1850 e 1914:

Considerando-se apenas a Europa, entre 1880 e 1913 foi construída a mesma quilometragem de ferrovias que na “idade da ferrovia” inicial, entre 1850 e 1880. França, Alemanha, Suíça, Suécia e Holanda aproximadamente duplicaram suas redes ferroviárias nesses anos (HOBSEAWM, 1988, p. 81).

A revolução tecnológica da segunda metade do século XIX, da qual a expansão ferroviária fez parte, não pode ser desvinculada das transformações mais gerais que ocorriam na economia e sociedade. As técnicas, mesmo quando disponíveis, só são utilizadas quando se fazem necessárias. Mas ao mesmo tempo são limites que, quando rompidos, promovem um rearranjo estrutural. Nas palavras de Braudel:

(...) a técnica é tanto este *possível* que os homens, por razões sobretudo econômicas e sociais, psicológicas também, não são capazes de atingir e utilizar plenamente, como também é esse *teto* em que batem materialmente, tecnicamente, os seus esforços (1995, p. 305).

As tecnologias usadas nas locomotivas e trilhos — máquinas a vapor e aço — já estavam disponíveis há quase um século, mas só foram utilizadas em larga escala quando se tornaram indispensáveis ao processo produtivo: “para o século XIX, a principal inovação consistia na atualização da primeira revolução industrial, através do aperfeiçoamento da tecnologia do vapor e do ferro” (HOBSEAWM, 1988, p. 81).

As ferrovias destruíram uma estrutura de longa duração — os transportes terrestres lentos — e a substituíram por outra. As tropas de mulas, os carros de bois eram um teto tecnológico que impunha um limite à dinâmica dos fluxos, rompido com a revolução ferroviária. Contudo, somente quando o desenvolvimento das forças produtivas tornou imprescindíveis os fluxos rápidos é que a tecnologia do vapor, já disponível, foi utilizada de forma intensiva.

A expansão ferroviária pelo Triângulo Mineiro não resultou de determinações internas, mas das transformações econômicas e sociais que ocorriam em São Paulo. Naquela província, o advento da cafeicultura, a partir da década de 1860,

trouxe, sem dúvida, a modernidade. Assim que a velha capital foi alcançada pelos trilhos da *São Paulo Railway*, em 1866 (MATOS, 1990), uma nova economia começou a se instalar no seu território. As lavouras de café, que, desde 1830, se espalhavam pela Baixada Fluminense e Vale do Paraíba do Sul e, na década de 1860, chegavam ao Planalto Paulista, encontrariam, com a ferrovia, condições satisfatórias de escoamento para o porto de Santos.

Em pouco tempo, os cafezais avançaram pela Depressão Periférica, a oeste da capital paulista, transformando a antiga zona açucareira — que, a partir de então, ficaria conhecida como *Oeste Velho* — na principal região produtora do Império. O quadro demográfico da província modificou-se rapidamente, acompanhando essas transformações: “a população do estado elevou-se, de 837.000 em 1872, para 2.283.000 em 1900 (...). A capital crescia ainda mais depressa. Aldeia de 23.000 habitantes em 1872, sua população totalizava 580.000 habitantes em 1920” (DEAN, 1991, p. 10).

A paisagem urbana modificou-se, no mesmo ritmo das transformações econômicas e demográficas. O velho centro paulistano, núcleo de tropeiros, mercadores e estudantes, disperso nas colinas entre os vales dos rios Anhangabaú, Tamanduateí e Tietê, transbordou para as várzeas para abrigar sua população crescente e os novos negócios. Realizaram-se grandes reformas urbanas, já em 1872 (MONBEIG, 1953), com a abertura de grandes vias, canalização de córregos, obras de saneamento e novas edificações.

A economia também se estruturava, ali, de forma distinta das velhas áreas de *plantation* do litoral. O fornecimento de crédito, antes a cargo do capital usurário dos homens de negócio, traço típico das economias não capitalistas do Antigo Regime (FRAGOSO, 1998), foi, de maneira crescente, assumido pelo capital bancário estrangeiro e nacional. Contudo a grande novidade e o diferencial em relação às velhas economias de exportação do litoral foram as ferrovias.

O formidável *boom* ferroviário que se seguiu à chegada dos trilhos a Jundiaí, em 1867, talvez, só encontre paralelo, na América Latina, com o México do período porfirista. Se, em 1864, existiam 411 km de ferrovias no território paulista, ao chegar o ano de 1894, estendiam-se por 12.474 km (JANCSÓ, 1998). Em 1868, foi criada a *Companhia Paulista de Estradas de Ferro*, subscrita, como todas as demais desde então, por fazendeiros paulistas. Em 1872, a *Paulista* iniciava o tráfego entre Jundiaí e Campinas, prolongando um novo trecho até Rio Claro, em 1876. Em 1875, a *Companhia Sorocabana* punha em funcionamento a estrada que ligava São Paulo a

Sorocaba e Ipanema. Em 1877, eram concluídas as obras da *Companhia São Paulo e Rio*, que fariam a junção com os trilhos da *Pedro II* em Cachoeira, permitindo a ligação ferroviária do Rio de Janeiro à capital paulista. Em 1879, a *Companhia Ituana* inaugurava a linha de Itu a Piracicaba (MATOS, 1990).

A *Companhia Mogiana de Estradas de Ferro*, criada em 1872 por fazendeiros de Campinas, tinha como plano inicial estender-se até a promissora região cafeeicultora de Ribeirão Preto e às margens do Rio Grande. Em 1878, seus trilhos chegavam a Casa Branca. No entanto criou-se, nessa data, uma pendência com a *Paulista*, pois esta companhia, cujos trilhos haviam alcançado Porto Ferreira, entendia que Ribeirão se encontrava dentro de sua zona de privilégio (MATOS, 1990)⁵³. Essa litigância impediu que a região norte da província —, então, chamada *Oeste Novo* — se beneficiasse das estradas de ferro até 1880. Nessa data, a pendência se resolveu: a *Paulista* abandonou seus projetos para aquela área e a Mogiana retomou sua expansão rumo ao norte. “Atinge Ribeirão Preto em 1883, Franca em 1887 e as margens do Rio Grande no ano seguinte” (MATOS, 1990, p. 99).

Na década de 1880, as companhias prescindiram da garantia de juros, pois o empreendimento era suficientemente lucrativo para dispensar o aval do Estado (SAES, 2002). Já nesse novo contexto, em 1887, a direção da Mogiana assinou um contrato com o governo de Minas Gerais para estender um ramal cruzando o Rio Grande sobre a ponte do Jaguará, distante 60 km de Uberaba (SAMPAIO, 2001).

Esse plano de extensão da ferrovia foi defendido perante o governo provincial de Minas Gerais por dois deputados do Triângulo Mineiro, o Major Joaquim José de Oliveira Pena, de Uberaba, e o Comendador Joaquim Antônio Gomes da Silva, do Frutal. Fazendeiros de Uberaba, entretanto, liderados por Antônio Elói Casimiro de Araújo, Barão da Ponte Alta, mobilizaram-se contra o projeto, pedindo a anulação da lei que o criara e a apresentação de outra, pela qual investidores da própria cidade — dentre eles o próprio Barão da Ponte Alta, João Borges de Araújo e José Severino Soares — incorporariam capital para constituir uma nova companhia, que seria ali sediada. Esta companhia se encarregaria de estender os trilhos até o Porto

⁵³ As zonas de privilégio eram faixas de 30 km nos dois lados do leito da linha, nas quais outras companhias não podiam construir estradas. Foram definidas pela lei no. 641 do Império, de 1852, que definiu também a garantia de juros de 7% sobre o capital investido pela empresa — os governos imperial e provincial garantiam uma rentabilidade mínima sobre o total investido pela companhia —, e a isenção de impostos sobre componentes importados (SAES, 2002).

da Espinha, 33 km ao sul de Uberaba, onde seriam emendados com o ramal da Mogiana (SAMPAIO, 2001).

A direção da Mogiana recusou-se a mudar seus planos, uma vez que não via vantagens em modificar a direção do seu ramal: pela proposta dos uberabenses, ele teria que se estender por 21 km a mais do que no projeto original (SAMPAIO, 2001). Além disso, a companhia desejava aproveitar a infra-estrutura da ponte do Jaguará, construída em 1860. Finalmente, os trilhos da ferrovia atravessaram o Rio Grande, em 1888, e chegaram a Minas (figura 10), tendo como ponto final a estação do Jaguará, no município de Sacramento⁵⁴.

Figura 10: Jaguará, início do século XX: ponte sobre o Rio Grande..
Fonte: Museu da Companhia Paulista, Jundiaí, SP⁵⁵.

Mais uma vez, percebe-se a mobilização da elite agrário-mercantil de Uberaba contra uma obra viária que diluiria a primazia da cidade. Como em 1860, no episódio da ponte do Jaguará, esse centro viu-se ameaçado pela proliferação de novas vias e pela instalação de um novo tipo de rede. Todavia, os temores dos uberabenses foram, em parte, mitigados no ano seguinte, quando a direção da Mogiana criou novo projeto, denominado *Ramal Catalão*, de levar a estrada até Goiás, passando pela cidade (MATOS, 1990).

⁵⁴ www.cmef.com.br, acesso em 08/08/2006.

⁵⁵ www.cmef.com.br, acesso em 04/01/2005.

Em abril de 1889, inaugurava-se a estação de Uberaba (figura 11). O Coronel Borges Sampaio, velho cacique liberal e cunhado do Barão da Ponte Alta, já não via a ferrovia como ameaça. Em discurso proferido na solenidade de inauguração, agradeceu aos que "concorreram, direta ou indiretamente, para que, no dia de hoje, se inaugurasse a via férrea Mogiana em Uberaba" (SAMPAIO, 2001, p. 197).

Figura 11: Estação da Mogiana em Uberaba (1910).
Fonte: Museu da Companhia Paulista, Jundiaí, SP.

Nos anos seguintes, já na República, a euforia inicial, causada pela política de expansão monetária do ministro Ruy Barbosa, gerou um clima de otimismo nos investimentos ferroviários. A Paulista e a Mogiana expandiram ramais para diversas cidades paulistas. Esta última companhia chegou a planejar um novo tronco ligando Campinas ao porto de Santos (MATOS, 1990). No Triângulo, resolveu dar continuidade ao *Ramal Catalão*, levando a estrada até próximo às margens do Paranaíba.

Figura 12: Estação da Mogiana em Uberabinha (início do século XX).
Fonte: Arquivo Público de Uberlândia

O trajeto escolhido contornava as cabeceiras do Tejuco, passava sobre o espigão entre os rios das Velhas e Uberabinha, cruzava a cidade de Uberabinha, inflectia a nordeste, atravessando o Rio das Velhas e, finalmente, chegava a Araguari. As estações, nessas duas cidades, foram inauguradas, respectivamente, em 1895 e 1897 (figura 12). Em Araguari, a companhia interrompeu a expansão e não deu continuidade ao seu projeto original, que era levar os trilhos até Goiás (MATOS, 1990). Nos trechos entre as estações urbanas principais, foram construídas algumas estações secundárias, num total de oito, como se pode ver no mapa 23.

Mapa 23: Triângulo Mineiro, 1897: trajeto do Ramal Catalão da Companhia Mogiana. Estações principais e secundárias.

Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço.

Existe um debate acerca das razões que levaram a Companhia Mogiana a estender seus trilhos até o Triângulo Mineiro. Pierre Monbeig afirmou que a Mogiana fora criada com a intenção de “atingir o coração do Brasil” — Cuiabá, no Mato Grosso —, mas acabou “seguindo o percurso clássico em direção ao Triângulo Mineiro” (1998, p. 174). Brandão contestou Monbeig, Matos e Saes argumentando ter existido uma estratégia do capital cafeeiro de explorar as possibilidades de abastecimento, a partir do Triângulo e Goiás, das áreas cafeeiras do oeste paulista:

Pensamos que o próprio dinamismo da acumulação do capital cafeeiro encarregou-se de buscar, fora de suas fronteiras, geográficas, um dos componentes fundamentais da cesta de consumo de seus trabalhadores: os cereais e, em menor grau, a carne bovina (1989, p. 72).

Guimarães menciona o fato de haver garantias do Estado quanto ao investimento ferroviário, o que fazia dele uma inversão praticamente sem riscos. Além disso, a perspectiva de uso futuro do território do Brasil Central teria sido uma outra razão para a extensão do *Ramo Catalão*. Essa posição do autor, presente num trabalho de 1990, foi reafirmada num artigo recente:

O segundo fator que justificaria o referido ramal foi a expectativa quanto ao mercado futuro do Centro Oeste. Àquela época, 18 de outubro de 1890, quando a companhia Mogiana de Estradas de Ferro realizava contratos com o Governo Provisório para o prolongamento de suas linhas, do Rio Grande a Catalão em Goiás, já se encontravam em discussão os propósitos de mudança da Capital Federal para o Centro Oeste (2004, p. 11).

É pouco provável que capital ferroviário e cafeeiro agissem como um bloco único de interesses, como aponta Brandão. Embora os fazendeiros fossem os principais acionistas das empresas ferroviárias, e algumas parentelas tivessem controle significativo sobre certas companhias, como os Silva Prado na *Paulista*, as diretorias agiam movidas pela lógica da remuneração do capital, e não da solidariedade de classe. Em determinadas conjunturas, cafeicultores e companhias podiam até mesmo manifestar interesses conflitantes: por exemplo, a desvalorização cambial da década de 1890 favoreceu os cafeicultores, ao baratear as exportações, mas não as empresas ferroviárias, que dependiam de componentes importados (SAES, 2002).

Tampouco é crível que as companhias tivessem a visão estratégica de longo prazo de que fala Guimarães e, em certa medida, Monbeig. O engenheiro Adolfo Pinto, que trabalhou na *Paulista* dos anos 1870 a 1890, testemunhou que os interesses locais — dos fazendeiros buscando saída para sua produção, e das companhias interessadas em construir linhas lucrativas — foram os que direcionaram os troncos e ramais:

Não abundando as capitais nem a província tendo recursos para empreender um grande sistema de viação aperfeiçoada, certo é que o desenvolvimento ferroviário só podia operar-se à feição e na medida das conveniências e aspirações das localidades imediatamente interessadas e na proporção de seus meios de ação (*apud* MATOS, 1990, p. 77).

Noutras palavras, além da lucratividade e dos aspectos técnicos, as pressões particulares de fazendeiros pelo acesso às linhas foram fatores importantes na determinação do traçado das estradas. Por exemplo, Adolfo Pinto foi constrangido pelos Mello e Oliveira a mudar um ramal da *Paulista* em São Carlos, porque a fazenda da família em Cuscuzeiro não seria contemplada pelos trilhos no plano original (MATOS, 1990). Como visto linhas atrás, conflitos dessa natureza ocorreram na escolha do projeto inicial da Mogiana, no território triangulino.

Nesse sentido, é provável que a Mogiana buscasse lucros, quando decidiu pelo Ramal Catalão, e que o traçado tenha sido determinado, em parte, por

pressões e reivindicações locais. A mobilização de fazendeiros uberabenses para incorporar uma companhia e construir a estrada no lugar da Mogiana mostra que havia concorrência pela concessão. O memorialista Antônio Pereira da Silva (2003) reportou a campanha do Coronel José Teófilo Carneiro, de Uberabinha, para que os trilhos da estrada alcançassem a cidade. Esses fatos não invalidam a outra parte da conclusão de Brandão (1989): de fato, a ferrovia possibilitou, aos produtores do Triângulo Mineiro e Goiás, um maior acesso ao mercado de víveres do oeste paulista, em vertiginoso crescimento.

Na última década do século XIX, a estrada de ferro, a cruzar a parte oriental da região do Triângulo Mineiro, foi responsável por importantes transformações naquele território. Uberaba passou a compartilhar centralidade com outro núcleo, Araguari, o que foi percebido pelos contemporâneos: “(...) quando a linha férrea Mogiana tocou a ponta dos seus trilhos em Araguari (...) esse fato importou no desvio de Uberaba, para aquela cidade, das mercadorias, destinadas a Goiás e outros pontos em derredor” (PONTES, 1978, p. 94-95).

A partir de então, Araguari foi “capturada” pela região. Ligada economicamente a Bagagem e Araxá até a década de 1880, por razões históricas e pela centralidade exercida por aquelas duas cidades, aproximou-se de Uberaba e da província de São Paulo, graças aos trilhos da Mogiana. O Rio das Velhas, dessa maneira, deixava de ser o limite nordeste do Triângulo Mineiro.

Nos últimos anos da década de 1890, a região beneficiou-se, economicamente, tanto dos efeitos da extensão da ferrovia em seu território, quanto da conjuntura mundial e nacional de crescimento após o *funding loan*. Graças às suas casas comerciais e às antigas ligações com o interior, Uberaba concentrava funções centrais em volume suficiente para manter-se como núcleo influente, embora não mais em situação de primazia. Testemunhando sobre o período em que escrevia para o jornal *Lavoura e Comércio*, de Uberaba, Hildebrando Pontes observou:

(...) as grandes transações continuaram para o resto do Triângulo Mineiro, sul de Mato Grosso e mesmo Goiás, pelos mascates ambulantes ou boiadeiros. (...) Em 1908, a nossa exportação pelas seis estações férreas do município elevou-se à cifra de 7.060.446 quilogramas, enquanto que a importação foi de 8.492.300 quilogramas. A cidade e o município contavam 229 casas comerciais (...), as quais renderam durante o ano doze mil contos de réis (1978, p. 96-97).

Figura 13: vagão para transporte de gado da Companhia Mogiana.
Fonte: foto cedida por Nilson Rodrigues⁵⁶.

A ferrovia estimulou a inserção mais especializada da região na divisão territorial do trabalho. Contudo, o Triângulo continuou a desempenhar o papel que lhe cabia, desde o início do século XIX: o de área de abastecimento das regiões mais dinâmicas da economia do país. Com o embarque pela Mogiana, o transporte de gado até a capital de São Paulo por vagões especializados (figura 13), se fazia em apenas três dias, enquanto as antigas comitivas levavam quase um mês (SAMPAIO, 2001). A facilidade de acesso, junto com a ampliação do mercado pela colonização do oeste e norte de São Paulo, determinou certa sofisticação técnica entre alguns fazendeiros de Uberaba, por exemplo, na reprodução e criação do gado de corte. A busca por maior produtividade foi, sem dúvida, o fator que fez com que alguns pecuaristas iniciassem, em 1889, a criação do gado zebu, importado da Índia, o que será analisado noutro capítulo.

O algodão produzido na região passou a ser, em parte, industrializado na fábrica do Cassu, fundada em Uberaba em 1882 (LIBBY, 1988). Havia também produção e exportação de derivados de cana, milho, arroz e, como já visto, a cafeicultura avançou sobre uma área do vale do Rio Grande. Será necessário,

⁵⁶ www.cnef.com.br, acesso em 12/04/2005.

adiante, voltar ao tema da especialização econômica e mercantilização dos excedentes, partindo da perspectiva oferecida por outras fontes.

Se, até o final da década de 1880, o Triângulo mantinha ligações comerciais igualmente importantes tanto com o centro de Minas — e, por intermédio dela, com a Corte —, quanto com São Paulo — sendo esse duplo vínculo uma das vantagens usufruídas por Uberaba —, com a instalação da ferrovia, parece ter assumido definitivamente a condição de periferia ligada a São Paulo. No início do século XX, a campanha pela separação do estado do Triângulo foi retomada por Hildebrando Pontes, pois, segundo ele, “o Triângulo passava alheio a tudo que dizia respeito a Minas, dependendo inteiramente de São Paulo” (1978, p. 145). Para ilustrar sua argumentação, comparava o tempo de deslocamento entre Uberaba a cada uma das capitais: “Para se ir, v.g., diretamente de Uberaba a Belo Horizonte, ter-se-ia que fazer o trajeto Uberaba – Ribeirão Preto – São Paulo – Barra do Piraí – Belo Horizonte, ou sejam quatro dias” (p. 145), enquanto São Paulo se encontrava a três dias de viagem. Noutras palavras, a era ferroviária transformara o Triângulo num território vizinho à cidade de São Paulo, e o afastara de Minas.

Como visto, a rede dendrítica polarizada por Uberaba, desde a década de 1860, vinha sendo enfraquecida pelo próprio crescimento econômico e desenvolvimento viário da região a montante. A instalação da ferrovia, na década de 1890, superpôs àquela realidade uma nova configuração de rede, chamada por Corrêa de *rede axial*:

Caracteriza-se pela disposição linear dos nós, associada, via de regra, à existência de uma única via de tráfego linearmente disposta. A hierarquia dos centros nodais obedece a uma regularidade espacial, fruto e condições de interações que se realizam em duas direções. As interações perpendiculares ao eixo do tráfego são muito pouco significativas (1997, p. 311).

A região passou a contar com uma rede urbana multicêntrica, com os núcleos situados ao longo da linha — Uberaba, Araguari e, em menor medida, Conquista e Uberabinha —, exercendo polarizações sobre as áreas ao seu redor. Segundo Correa, esse multicentrismo decorre da própria natureza das redes axiais:

O número de centros neste tipo de rede (...) tende a ser maior do que nas redes descritas anteriormente [dendrítica e christalleriana], isto se devendo ao crescente custo de transferência à medida que a distância a um dado centro aumenta (p. 312).

Os trilhos da Mogiana, no Triângulo Mineiro, vieram acompanhados pela extensão dos fios telegráficos implantados pelo coronel Cunha Mattos: dias depois

da inauguração da estação ferroviária em Uberaba, em 1889, foi inaugurada a estação telegráfica (SAMPAIO, 2001). Somando-se à malha viária criada anteriormente — a navegação fluvial pelo Rio Grande e afluentes, as ligações por estradas com Goiás e a região central de Minas e, a partir de 1870, do Prata e Frutal com Barretos —, o Triângulo Mineiro havia desenvolvido uma rede urbana de múltiplos circuitos, quando o século XIX chegou ao fim.

5 Posse da terra

5.1 A questão fundiária no Brasil durante o século XIX

Um dos elementos centrais do ordenamento capitalista é a primazia das relações sociais mediadas pela troca de valores. Como visto no segundo capítulo deste trabalho, a igualdade jurídica entre produtores e não produtores diretos é condição essencial para a existência das relações capitalistas de produção. As diferenças sociais se estabelecem por meio da propriedade privada dos meios de produção, diante da qual, o não proprietário, livre possuidor de sua força de trabalho, é compelido a vendê-la ao capital: “o intercâmbio de mercadorias não inclui em si e para si outras relações de dependência que não as originadas de sua própria natureza” (MARX, 1983, p. 139).

Nas sociedades tradicionais, como no Antigo Regime europeu e no Brasil durante a Colônia e o Império, a lógica que permeava as relações sociais e econômicas era diferente, fundamentada nas diferenças estamentais e nos privilégios pessoais. O poder pessoal das elites nobilitadas ou senhoriais sobre seus dependentes era, em essência, a base sobre a qual se erguiam as sociedades de ordens. Tal poder desdobrava-se em dois componentes: o poder pessoal direto, como na servidão européia e na escravidão colonial, e o domínio senhorial, que advinha do monopólio sobre a posse fundiária.

Ambos — o poder pessoal, na forma da escravidão, e o controle da terra, com a instituição sesmarial — estiveram presentes na Colônia. O primeiro foi, sem dúvida, o alicerce da ordem colonial, mas os grandes domínios fundiários possibilitaram aos senhores outras formas de dependência pessoal, como a dos pequenos posseiros e agregados, fazendo da terra um elemento central na reiteração do *status quo*. Fragoso (1998), ao estudar a elite do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XIX, concluiu que os comerciantes de grosso trato cariocas, num determinado estágio de suas vidas, enriquecidos pelo tráfico de escravos ou pelo comércio de abastecimento, tornavam-se proprietários de terras do interior fluminense e estabeleciam-se como fazendeiros, mesmo sendo esta atividade muito menos lucrativa que a mercancia.

Tal traço — a terra como sinal de distinção e poder pessoal — não foi exclusivo das elites senhoriais brasileiras, mas comum às sociedades do Antigo

Regime. Braudel mostrou que adquirir herdades era o caminho para a nobilitação também entre a burguesia européia:

Na vida rural, a intrusão do capitalismo, ou melhor, do dinheiro urbano (dos nobres e dos burgueses) começou muito cedo. Não há uma cidade na Europa cujo dinheiro não transborde pelas terras vizinhas. (...) essas compras correspondem, muitas vezes, à vaidade social. “*Chi ha danari compra feudi ed è barone*”, diz o provérbio napolitano: quem tem dinheiro compra feudos e fica barão. A terra não é imediatamente a nobreza, mas é o caminho para a nobreza, uma promoção social (1996a, p. 217).

A extensão das sesmarias no período colonial — em Minas, uma légua por três em quadro, ou 13.068 hectares — fazia delas verdadeiros territórios dominiais, mas o valor unitário da terra era baixo. Por exemplo, no inventário de Anna de Jesus⁵⁷, moradora do julgado do Desemboque em 1821, sua fazenda, que correspondia a “duas sesmarias de três léguas cada uma medida e demarcada com campos de criar e terras de cultura” — 5.400 alqueires —, foi avaliada em 2 contos e 400 mil réis, ou 444 réis o alqueire, soma que equivalia, no mesmo documento, a uma serra pequena de palmo e meio. Tais avaliações dos bens de raiz, nos inventários, expressavam mais o valor de uso do que o de troca. O mercado de imóveis rurais, embora existisse, tinha uma importância relativamente pequena, em particular, nas áreas de fronteira: herança, posse informal e doação sesmarial eram as principais formas de acesso à terra na Colônia.

Em tal situação, os domínios sesmarias não correspondiam a *propriedades*, no sentido moderno da palavra. Podiam ser — e eram — negociados entre particulares, mas sua importância residia não só no seu uso agrícola potencial, mas no fato de serem instrumentos eficazes no estabelecimento de vínculos de dependência entre a população pobre e os senhores de terras. Conforme Emília Viotti da Costa:

Em virtude de não ser toda a terra utilizada para fins comerciais, o proprietário podia manter um certo número de arrendatários e meeiros, que moravam nas áreas menos férteis de sua propriedade, dedicando-se à economia de subsistência, caçando, pescando e, eventualmente, trabalhando na plantation. O costume de permitir que arrendatários e meeiros morassem nas fazendas criou uma rede de relações pessoais nas quais o proprietário funcionava como mediador entre os arrendatários, os meeiros e a Coroa, com a propriedade da terra sendo a base de seu poder (1987, p.144).

A estrutura fundiária das diversas partes do território brasileiro, formadas durante a colonização pioneira, resultou de várias combinações entre grandes

⁵⁷ APU, inventário post mortem de Anna de Jesus Santosa, 30/06/1821. Caixa 84.

domínios e pequenas posses. Em determinadas regiões, os colonizadores eram liderados por grandes terratenentes, sustentados por séqüitos de familiares, escravos e dependentes. Páginas atrás, viu-se que fora este o caso no Sertão da Farinha Podre, do Mato Grosso e do Sudoeste de Goiás. Noutras situações, houve, primeiramente, uma onda de pequenos posseiros, seguida, tempos depois, pelos grandes senhores, que espoliavam a terra dos sitiantes pioneiros. Monbeig (1998), por exemplo, mostrou como os sitiantes do oeste paulista, de origem mineira, foram expropriados por grileiros, que, com isso, se tornaram grandes proprietários durante a marcha do café. Linhares e Silva afirmaram que essas diferentes combinações entre grandes e pequenas posses, mutáveis no tempo e no espaço, foram comuns a toda a América Latina:

É importante ressaltar que a estrutura fundiária concentradora não se formou, na América Latina, de uma só vez. Ocorreram diversas vagas de ocupação, com áreas mais antigas sendo ocupadas e monopolizadas em primeiro lugar, como ainda movimento de sístole e diástole no processo de concentração (1999, p. 54).

Nas primeiras décadas do século XIX, o avanço das lavouras em regime de *plantation*, a expansão das áreas de abastecimento interno e o crescimento demográfico fizeram aumentar a demanda por terras em todo o Brasil. Assim se deu no litoral canavieiro nordestino, em Minas Gerais — com a migração dos roceiros e criadores vindos da zona mineradora — e nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, após 1830, com a cafeicultura no vale do Paraíba. Com a Independência, em 1822, a posse livre passou a ser a única maneira de obter novos fundos de terras no Brasil, tanto por grandes quanto por pequenos proprietários.

Simultaneamente, cresciam as pressões britânicas sobre o tráfico negreiro, obrigando a Regência a aceitar o acordo de 1826, pelo qual prometia à Inglaterra suprimir o *infame comércio* em três anos (FAUSTO, 2002). A Lei de 1831, extinguindo o tráfico, não se cumpriu, mas plantacionistas e governo imperial acreditavam que o fluxo transatlântico de escravos estava com seus dias contados.

Diante da situação de crescente demanda por trabalho e das ameaças pairando sobre o tráfico, as elites do Império tentaram buscar saídas para evitar uma crise de escassez de mão-de-obra. Significativos, nesse aspecto, foram os debates travados na Câmara em 1842, em torno do projeto Rodrigues Torres, inspirado nas teorias de Wakefield para a colonização da Austrália (NUGENT, SADDI, 2002). Sobre o projeto, a Consulta do Conselho de Estado, em 8 de agosto de 1842, declarava que:

Um dos benefícios da providência que a seção tem a honra de propor a Vossa Majestade Imperial é tornar mais custosa a aquisição de terras. Como a profusão em datas de terras tem, mais do que outras causas, contribuído para a dificuldade que hoje se sente de obter trabalhadores livres, é seu parecer que dora em diante sejam as terras vendidas sem exceção alguma. Aumentando-se, assim, o valor das terras e dificultando-se, conseqüentemente, a sua aquisição, é de se esperar que o imigrado pobre alugue o seu trabalho efetivamente por algum tempo, antes de obter meios pra se fazer proprietário (GUIMARÃES, 1977, p. 112).

Usando a lógica wakefieldiana, o projeto propunha restringir o acesso dos trabalhadores livres e despossuídos à terra, obrigando-os a ofertar sua força de trabalho aos fazendeiros. Para tanto, a *compra* seria o único meio pelo qual alguém poderia se tornar proprietário de terras. Dessa forma, o Conselho de Estado acreditava poder conter a crise, que certamente, se instalaria com o fim do trato negreiro. O projeto também previa que os fundos auferidos pelo Estado pela venda de terras seriam usados para subsidiar a imigração estrangeira, criando um sistema auto-sustentado de oferta de mão-de-obra. Além disso, concebia um imposto territorial, devendo as terras serem medidas, demarcadas e registradas para esse fim (COSTA, 1987).

O projeto foi aprovado e transformado em Lei em 1850, com o nome de Lei de Terras, duas semanas após a criação da Lei Euzébio de Queiroz, que extinguiu definitivamente a importação de escravos africanos. Regulamentada quatro anos depois, continha importantes modificações em relação ao projeto original. A idéia do imposto territorial foi rejeitada tanto por liberais quanto por conservadores (COSTA, 1987). A proposta de proceder um levantamento nacional de terras com fim de registro foi aprovada, mas revelou-se de difícil execução, pois a maioria dos fazendeiros e sitiantes não mostrou interesse em fazê-lo. Em 1860, o governo mudou de estratégia e criou um fundo nacional para a mensuração das terras públicas (devolutas), ao mesmo tempo em que criava um orçamento para subsidiar companhias de colonização e imigração nas províncias (NUGENT, SADDI, 2002).

A Lei de Terras fracassou em instituir a forma moderna de propriedade fundiária, embora tenha sido bem sucedida em estimular a imigração. Segundo a avaliação de Nugent e Saddi (2002), o insucesso no desenvolvimento da moderna propriedade fundiária no Brasil, após 1850, demonstra que a teoria clássica da evolução dos direitos de propriedade deve ser adaptada aos contextos históricos específicos.

A forma moderna de propriedade fundiária pressupõe sua transformação em *equivalente de mercadoria*, isto é, num bem sobre o qual o possuidor exerça plenos direitos de propriedade e alienação⁵⁸. Segundo Marx:

A própria concepção jurídica [de propriedade fundiária] quer dizer apenas que o proprietário fundiário pode proceder com o solo assim como com as mercadorias o respectivo dono; e essa concepção — a concepção jurídica da livre propriedade do solo — só ingressa no mundo moderno (...) com o desenvolvimento da produção capitalista (1983, vol. 3, p. 124).

A teoria clássica evolucionária dos direitos de propriedade postula que “direitos crescentemente definidos sobre a terra desenvolvem-se à medida que aumenta o valor da terra pela sua escassez” (NUGENT, SADDI, 2002, p.2). Esse postulado considera que o preço relativo da terra é um indicador do desenvolvimento dos direitos de propriedade. O aumento da demanda pelos produtos agrícolas faz expandir o uso da terra, aumentando seu valor de escassez, o que incentiva a criação de direitos de propriedade, para que a renda fundiária possa ser retida pelos proprietários. Nesse contexto, os direitos de propriedade favorecem os possuidores de terra em três sentidos:

Primeiro, por proteger as futuras reivindicações dos usuários sobre a terra, os possuidores de terra podem ser induzidos a maiores investimentos na terra do que fariam se sua posse futura não estivesse assegurada. Segundo, os direitos de arrendar ou vender facilitam o desenvolvimento de um mercado de terras, de tal maneira que pressões competitivas acabam por contribuir para seu uso mais eficiente. Terceiro, os títulos de propriedades podem ser usados em hipotecas, dessa forma desenvolvendo o mercado de crédito, facilitando o acesso ao crédito pelos possuidores de terra e, assim, permitindo o uso mais adequado de insumos complementares e capitais (NUGENT, SADDI, 2002, p. 4, tradução nossa).

Ester Boserup (1987) acredita que o crescimento demográfico, e a conseqüente mudança entre sistemas de cultivo, seja determinante no desenvolvimento da forma moderna de propriedade fundiária. Segundo a autora, sempre que o crescimento da população constranger as famílias camponesas a encurtar o tempo de pousio e a utilizar a mesma parcela de terra, o senso de propriedade irá se desenvolver:

⁵⁸ A terra não pode ser identificada à mercadoria, uma vez que não é produzida por trabalho humano (LINHARES, SILVA, 1999). No entanto, diferente do que pensam Linhares e Silva, neste trabalho, o termo *valor* será usado em relação à terra, não como sinônimo de valor-trabalho, mas significando valor de troca — quando a terra se acha transformada em equivalente de mercadoria —, ou valor de uso — ao referir-se ao seu valor para quem a cultiva.

O desaparecimento gradual do direito de abrir novas clareiras, e de realizar livremente o pastoreio nas terras em pousio e nos prados comunais, a substituição desses direitos pelo direito permanente de cada família sobre um pedaço particular de terra, são apenas um elo na cadeia de eventos que pouco a pouco vão alterando a estrutura agrária de tal maneira que a propriedade da terra se torna uma característica dominante (p. 100).

Em regiões onde o sistema senhorial tenha se firmado, a autora vê dois caminhos possíveis nessa evolução: se os senhores de terra estiverem politicamente enfraquecidos, podem perder parcelas de terra para o campesinato e verem-se reduzidos a proprietários de áreas para uso doméstico; de outra forma, se forem poderosos, podem expulsar os camponeses, transformando-os em assalariados ou arrendatários, e tornarem-se grandes proprietários de terras.

O caso brasileiro, especialmente no período entre a Lei de Terras e o final do século XIX, não permite a aplicação acrítica desses modelos por duas razões. Em primeiro lugar, a escravidão dificultou o desenvolvimento de uma agricultura parcelar e um campesinato nos moldes europeus ou asiáticos: se ao escravo era vetada a posse de si mesmo, o quê dizer da terra? Em segundo lugar, os grandes proprietários mobilizaram-se, em várias ocasiões, no sentido de *obstar*, e não facilitar, a plena configuração do direito de propriedade. Dessa maneira, o desenvolvimento “natural” da forma moderna de propriedade, previsto pela teoria econômica neoclássica e pelo modelo demográfico de Boserup, foi perturbado por uma opção política das elites em favor da forma dominial de posse da terra.

Nesse sentido, uma das conclusões da análise de Nugent e Saddi é a de que a Lei de Terras fracassou em instituir a forma plena de propriedade fundiária no Brasil simplesmente porque não era esse o seu objetivo. Desde os debates de 1842, em torno do projeto Rodrigues Torres, até a regulamentação da lei, em 1854, o cerne das discussões fora a questão do trabalho, e não da terra:

Nossa análise dos debates que se seguiram à proposta de 1843 na Câmara de Deputados torna claras as seguintes conclusões: (1) não há evidências de que os deputados tenham tido interesse em criar direitos de propriedade da terra em si, (2) havia consenso entre eles que, antes da Abolição completar-se, outra fonte de trabalho teria que ser introduzida no meio rural, (3) a proposta de 1843 foi inspirada na experiência de colonização da Austrália Oriental, que fez uso da proposta Wakefield (2002, p. 10, tradução nossa).

Costa (1987), ao comparar a Lei de Terras com o *Homestead Act*, aprovado pelo Congresso norte-americano doze anos depois, chegou a conclusões semelhantes: enquanto o objetivo dos legisladores brasileiros era dificultar o acesso

à terra, de forma a contornar o problema da mão-de-obra, nos Estados Unidos, as elites industriais e financeiras imaginavam que a expansão dos pequenos proprietários no Oeste ampliaria as possibilidades de mercado e investimento.

A Lei de Terras criou uma forma peculiar de propriedade fundiária, pois as terras podiam ser compradas e vendidas, mas não ensejavam o pagamento de impostos territoriais e não eram passíveis de execução por hipotecas (LINHARES, SILVA, 1999). A isenção de tributos e a intangibilidade da terra eram traços senhoriais que sobreviviam, a despeito da crescente inserção das exportações brasileiras nos circuitos do capitalismo mundial e do crescimento do mercado interno. Tais fatores, não obstante, geravam pressões em favor da modernização na forma jurídica de propriedade.

Ao tornar ilegal a posse livre, a Lei de Terras perpetuou a estrutura fundiária fundamentada na concentração. A ausência de tributação proporcional à área dos imóveis rurais incitou o acúmulo de terras como reserva de valor, e desestimulou o seu fracionamento. Por outro lado, a intangibilidade da terra dificultou a expansão do crédito e, na mesma medida, o crescimento econômico.

Após a Proclamação da República, tentativas liberais de modernização do direito de propriedade revelaram-se frustradas. Ruy Barbosa, ministro das finanças do primeiro governo do novo regime, propôs retomar a criação de um registro nacional de terras, acenando com a possibilidade de um imposto territorial e de um Banco Hipotecário Nacional, de forma a instituir a propriedade hipotecável da terra. O modelo sugerido pelo ministro inspirava-se na experiência norte-americana, chamada de *via farmer*, em oposição à *via prussiana* (LINHARES, SILVA, 1999). A perspectiva da perda de privilégios por parte dos fazendeiros, e de sua inserção num mercado sujeito a riscos, levou-os a se mobilizarem contra Ruy Barbosa e pressionarem por sua exoneração.

O regime republicano delegara aos estados a responsabilidade pela política fundiária e pela distribuição de terras. Em 1895, a assembléia legislativa paulista aprovou um projeto de lei proposto por Antônio Prado, permitindo que proprietários registrassem terras adquiridas entre 1850 e aquela data, bastando, para tanto, que apresentassem registros paroquiais das posses. A nova legislação tornou letra morta a Lei de Terras de 1850, ao legalizar a posse informal de terras públicas sem a necessidade de compra. A medida favorecia, sobretudo, os cafeicultores das regiões de ocupação mais recente, no extremo oeste do estado. A onda de registros de propriedades que se seguiu tornou possíveis os contratos de hipoteca e aqueceu o

mercado imobiliário rural no estado, criando chances de acesso à terra para milhares de ex-colonos imigrantes, a partir do início do século XX. (NUGENT, SADDI, 2002).

Minas Gerais instituiu lei semelhante à do estado vizinho em 1900, “permitindo que qualquer propriedade criada por domínio provado depois de 1878 pudesse ser registrada em qualquer data até 1904” (NUGENT, SADDI, 2002, p. 21). Todavia, ali, o impacto sobre a modernização jurídica da propriedade fundiária foi bem menor: diferente do caso paulista, poucas propriedades foram registradas, e não houve expansão do crédito agrícola avalizado por hipotecas.

Por que não houve desenvolvimento *de fato* de formas modernas de propriedade fundiária em Minas, apesar do avanço na legislação? Segundo Nugent e Saddi, o descompasso entre Minas e São Paulo se explica pela importância política distinta que a terra passou a ter, desde as últimas décadas do século XIX, para as elites nos dois estados. Em São Paulo, os cafeicultores diversificaram suas atividades, consolidando o controle sobre o capital industrial, ferroviário e financeiro, especialmente, entre 1870 e 1900. O poder discricionário local, que caracterizava a política dos coronéis, tornou-se menos central para essa elite, que, de senhorial, transformara-se em burguesa. Assim, a flexibilização dos privilégios senhoriais, mantidos até o final do século XIX, já não mais ameaçava seu domínio. O mesmo não ocorria em Minas, onde o poder dos coronéis, em larga medida, escorava-se no controle pessoal e nos laços de dependência entre a população do interior e os chefes políticos. A modernização da propriedade fundiária, ao transferir para o Estado a jurisdição sobre a terra, era vista como ameaça pelos potentados mineiros:

Em Minas e no Rio, os coronéis eram, em sua maioria, apenas proprietários de terra, e despendiam virtualmente todo o seu tempo em suas fazendas. Caso a propriedade da terra fosse regularizada, seu poder político, que dependia fortemente de seu poder discricionário, poderia ser reduzido. Em São Paulo, a riqueza dos coronéis tornou-se crescentemente diversificada, à medida que diversificavam suas atividades e contatos (NUGENT, SADDI, 2002, p. 31, tradução nossa).

É nesse contexto que se deve entender a dinâmica da estrutura fundiária do Triângulo Mineiro na segunda metade do século XIX. No próximo tópico, será apresentado um estudo do sistema de posse e uso da terra desta região, a partir de inventários *post mortem* produzidos em Uberaba, município que compreendia, aproximadamente, metade do território do Triângulo até 1885.

5.2 A estrutura fundiária do Triângulo Mineiro na segunda metade do século XIX

Como se viu no capítulo anterior, o Triângulo Mineiro passou por três mudanças estruturais simultâneas, nos últimos anos da década de 80 do século XIX. Duas delas ocorreram em âmbito nacional: a Abolição e o advento da República. A outra, a chegada da estrada de ferro Mogiana, resultou do dinamismo econômico gerado pela cafeicultura na província vizinha de São Paulo.

Para se entender como esses fatos agiram sobre a economia rural e a estrutura fundiária da região, é necessário, antes, obter o quadro geral da posse e uso do solo anteriores a 1880. Para tanto, foram, inicialmente, analisados 276 inventários *post mortem*, elaborados entre 1860 e 1879.

Usou-se o *preço*, e não a área, para diferenciar as propriedades segundo a extensão. Este procedimento se justifica por ser o preço um equivalente do valor de troca da terra, que se constituía conforme seu valor de uso. As formas de uso do solo variavam a depender da época, densidade demográfica e técnicas disponíveis, assim como a área necessária para alimentar os cultivadores. Assim, uma área hoje tida como grande propriedade, talvez, em meados do século XIX, fosse suficiente apenas para uma família de agricultores. Nesse sentido, o preço dado pelos avaliadores coevos era uma estimativa direta do valor de uso da terra.

Foram chamadas de *pequenas propriedades* aquelas cujo preço estivesse entre as 50% mais baratas. As 10% mais caras foram denominadas *grandes propriedades*, e o grupo entre as primeiras 50% e as últimas 10%, *médias propriedades*⁵⁹. Em seguida, de acordo com as informações presentes nos documentos, as áreas foram localizadas no mapa 24 por meio de símbolos gráficos, conforme a classificação proposta.

Os processos não traziam, na maioria das vezes, a delimitação precisa das propriedades. Contudo a *paragem* onde se encontravam as terras era sempre identificada. A extraordinária conservação das denominações das paragens e dos acidentes geográficos do século XIX aos dias atuais permitiu a localização de quase todas as fazendas nas cartas topográficas do IBGE (1972). Na maior parte dos casos, toponímias homônimas puderam ser esclarecidas por outras informações presentes nos documentos. Por exemplo, o inventário de Modesto Caetano Pereira

⁵⁹ Os inventários dos proprietários de terra foram separados dos demais, totalizando 201 processos. As propriedades foram distribuídas na ordem crescente do preço. O limite usado para separar as pequenas das médias propriedades foi de 515\$680, e para separar as médias das grandes, 4:286\$400.

informa que ele possuía “quarenta e oito alqueires e três quartas de campos de criar na Fazenda do Lajeado” ⁶⁰. Havia duas paragens com o nome de Lajeado, uma na vizinhança de Uberaba e outra na freguesia de Dores do Campo Formoso⁶¹. Porém Modesto tinha outras parcelas de terra no Capão Alto e na Fazenda da Saudade, nas proximidades do Lajeado de Uberaba, o que tornou possível a identificação.

Era comum os inventariados possuírem várias parcelas de terra, quase sempre, vizinhas umas das outras. Modesto Caetano Pereira, de acordo com o documento já citado, era dono de seis parcelas, nas fazendas do Uberaba Falso, Saudade, Lajeado, Boa Vista, Capão Alto e Pereiras. Seu sítio, no entanto, localizava-se nos Pereiras, o que mostra que era ali que ele vivia com a esposa Maria Luíza e seus sete filhos, e concentrava seu trabalho e dos seus sete escravos.

⁶⁰ APU, inventário post mortem de Modesto Caetano Pereira, 29/10/1868, caixa 101.

⁶¹ Hoje Campo Florido.

Mapa 24: município de Uberaba (MG), 1860-1879: localização das propriedades rurais inventariadas.
 Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço, de acordo com informações dos inventários *post mortem* do Arquivo Público de Uberaba.

No mapa, para se ter uma idéia real da ocupação das terras, optou-se por localizar somente as parcelas onde houvesse sítios. O *sítio* era o complexo formado por moradia e equipamentos para armazenamento, beneficiamento de produtos agrícolas, criação de suínos e aves e manejo do gado bovino. Eram, frequentemente, descritos pela enumeração das benfeitorias existentes, como no inventário de Heitor Machado da Silveira, do qual consta “um sítio nesta Fazenda da

Ressaca contendo uma casa de vivenda, paiol, moinho, monjolo, currais cercados de aroeira e mangal anexo, um quintal com plantações e rego d'água”⁶².

Percebe-se que algumas áreas eram preferencialmente ocupadas, formando aglomerados ou *clusters* de sítios. Nota-se, também, que as grandes propriedades tendiam a aglomerar-se mais ao sul do território, nas proximidades de Uberaba e Frutal, enquanto que, ao norte, próximo ao arraial de Uberabinha, era maior o número de pequenas e médias propriedades. Os fatores determinantes na localização dos sítios eram, possivelmente, a proximidade dos solos mais férteis e o acesso à água. Sobrepondo-se o mapa 24 à carta de solos de Siqueira e Rosa (1998), obtivemos o mapa 25.

Mapa 25: município de Uberaba (MG), 1860-1879: localização dos sítios inventariados, sobre carta de solos. Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço, com base em mapa de Siqueira e Rosa (1998).

Havia um forte tropismo pelas áreas de latossolo roxo, cobertas primitivamente por matas. Segundo Feltran Filho (1997), esses solos

⁶² APU, inventário post mortem de Heitor Machado da Silveira, 24/10/1860, caixa 96.

desenvolveram-se sobre afloramentos de rochas basálticas da Formação Serra Geral. Percebem-se três zonas de aglomeração de sítios sobre terras roxas: entre o Ribeirão Buriti e o Rio Uberaba, nas proximidades de Conceição das Alagoas; sobre as vertentes leste e oeste do Rio São Francisco, próximo ao Frutal; e, na margem esquerda do Rio das Velhas, entre a foz do Rio Claro e a do Uberabinha. Essas áreas de maior densidade de ocupação têm, de maneira geral, a mesma localização das sesmarias concedidas no início do século XIX, como foi visto no segundo capítulo.

Observam-se, também, alguns *clusters* em zonas de latossolo vermelho escuro, que contavam com cobertura original de cerrado, como nas proximidades do arraial do Veríssimo e na vertente direita do Rio Uberaba. Feltran Filho já havia assinalado a antiguidade da ocupação das zonas de latossolo vermelho-escuro entre os rios Uberabinha e das Velhas: “por possuir paisagens mais dinâmicas e solos mais férteis, essa porção do território foi ocupada primeiro, constituindo-se hoje [1997], em área de pequenos e médios proprietários” (1997, p. 140).

Nota-se, por outro lado, a quase ausência de sítios entre o Rio Uberaba e as nascentes do Rio Uberabinha. Essa área era chamada nos documentos de Chapadão da Água Emendada ou, na maioria das vezes, apenas de Chapadão. Trata-se de uma chapada de relevo plano, que, segundo Feltran Filho (1997), estende-se por 3.600 km². É parte do divisor de águas das bacias do Rio Paranaíba e Grande, com altitudes em torno de 900 metros e solos vermelho-amarelo álicos e de glei húmico, desenvolvidos sobre arenitos da Formação Marília, cobertos, primitivamente, por campos sujos.

Descrito pelos viajantes joaninos nas primeiras décadas do século XIX, o Chapadão da Água Emendada impressionou-os pela regularidade topográfica e ausência de qualquer sinal de povoamento. Eschwege, em 1816, após sair da Rocinha⁶³, percorreu “nove léguas sem encontrar viva alma, e isto por longo tempo, em meio à escuridão da noite. O caminho, bom e plano, ajudou-nos bastante, ao longo de um percurso por prados viçosos” (1996, p. 124). Luiz D’Alincourt, em 1818, depois de cruzar o Rio Tejuco, registrou:

(...) entra-se em uma vasta planície, que se estende a perder de vista, sem encontrar-se água: quase a tocar o horizonte, para a direita, oferece-se um interessante quadro, que representa a figura do mar sereno, e algumas árvores ao longe, dispostas em longos intervalos (1975, p. 76).

⁶³ Hoje Tapuira, distrito de Uberlândia.

Já Saint Hilaire, em 1819, “entre Uberava [Uberabinha] e o Tijuco, num trecho de 5 léguas, atravessamos a planície mais regular que eu já tinha visto desde que chegara ao Brasil. A terra era um pouco arenosa e em quase toda a sua extensão recoberta por um capim mirrado” (1975b, p. 149).

A despeito da ausência de sítios no Chapadão e dos viajantes oitocentistas descrevê-lo quase como um deserto, não se deve qualificá-lo como *despovoado*. Boserup (1986) aponta este como um dos principais erros cometidos pelos colonizadores europeus nas regiões coloniais, nos séculos XIX e XX⁶⁴. É necessário ter em mente os diferentes usos da terra levados a efeito pela população coeva, para compreender como esses espaços distintos eram valorizados. De fato, o Chapadão, provavelmente, era usado para o pastejo extensivo, no início da estação chuvosa, quando começavam a brotar os capins nativos.

Antônio Rodrigues Mendes⁶⁵ possuía um sítio próximo ao Ribeirão São Pedro, afluente do Rio Claro. Contudo, suas terras de cultura localizavam-se nos Pintos, duas léguas a oeste. Antônio tinha mais 1.640 alqueires de campos de criar no Chapadão da Água Emendada, distante de seu sítio, aproximadamente, três léguas a noroeste (mapa 26). Antes de morrer, comprara de dona Maria Luísa do Nascimento mais uma parte de campos no Chapadão. Possivelmente, esses campos eram usados como pastagem de verão para suas 126 cabeças de gado. O fato de ter adquirido mais terras naquela área e a denominação *campos de criar*, dada pelo documento, demonstram esse tipo de uso.

⁶⁴ Os diferentes usos da terra eram ignorados pelos colonizadores, que consideraram como terras ocupadas apenas as parcelas efetivamente cultivadas naquele momento. A ignorância sobre os sistemas de pousio florestal e arbustivo, e a necessidade de campos para o pastejo extensivo, levou-os a expropriar porções não cultivadas para assentamento de colonos europeus, reduzindo os nativos à pobreza (BOSERUP, 1986).

⁶⁵ APU, inventários post mortem de Antônio Rodrigues Mendes, 20/04/1861, caixa 96.

Mapa 26: Uberaba (MG), 1861: propriedades de Antônio Rodrigues Mendes.
 Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço.

As terras de cultura, de maneira geral, valiam bem mais do que os campos. Ao longo do tempo, à medida que a densidade demográfica aumentava, aquelas também se valorizaram ainda mais do que estes. As terras de cultura eram, freqüentemente, associadas a matas ou capões — tufos de mata no meio do cerrado —, mas a valorização dos solos de um e outro era diferente. Por exemplo, Joaquim Alves Pereira⁶⁶ possuía, em 1870, 112 alqueires de capões em sua Fazenda São Francisco, no valor de 8\$000 o alqueire. No mesmo inventário, os 190 alqueires de cultura na mata do Rio das Velhas valiam 15\$000 o alqueire.

⁶⁶ APU, inventário post mortem de Felicíssima Cândida Pereira, 07/11/1870, caixa 102.

Gráfico 1: Município de Uberaba, 1860 - 1879: preço do alqueire de terras de cultura, em mil réis.

Fonte: inventários post mortem do Arquivo Público de Uberaba.

A despeito das diferenças no valor dos solos de cultura em áreas de matas, capões e capoeiras, foi possível comparar o preço da terra nas áreas dos *clusters*. Todos os inventários do período foram usados no cálculo, a não ser aqueles em que as terras foram referidas vagamente como *partes* ou *sortes*. Na área do Frutal, poucas propriedades estavam demarcadas, de forma que a amostragem foi prejudicada e, por isso, não foi usada na comparação. O gráfico 1 mostra o preço cotejado do alqueire da terra de cultura em cinco áreas de aglomeração de sítios.

Percebe-se que, na área da Rocinha, encontrava-se o alqueire mais caro, e na de Uberabinha, bem próxima, o mais barato. Esse fato pode estar relacionado com as diferenças na fertilidade natural dos solos, pois a paragem da Rocinha localizava-se próxima ao Rio das Velhas. Essa porção do território era, primitivamente, coberta por matas e correspondia a uma área de latossolos roxos e vermelho-escuros. Não obstante, na Rocinha, predominavam pequenos e médios proprietários, assim como em Uberabinha, mais ao norte, com terras bem mais baratas.

Em comparação com outras regiões de Minas da mesma época, Bergard (2004) traz a informação de que o alqueire de terras de cultura de mata em Santa Bárbara, vila situada nas proximidades de Ouro Preto, valia 25 mil réis em 1858, sendo, portanto, um pouco mais cara que na Rocinha. Essa diferença se explica, possivelmente, pelas maiores densidades demográficas da região central da província.

O exame do mapa 24 revela que os grandes proprietários, assim como os médios e pequenos faziam-se presentes em todos os lugares. O quadro da paisagem rural desse período parece ser o de grandes fazendas — às vezes, imensas, como a do coronel Manoel Joaquim da Silva Prata⁶⁷, no valor de 32 contos de réis, estendendo-se da barra do Córrego Buriti, no município de Uberaba, até o outro lado do Rio Grande, na província de São Paulo —, cercadas por constelações de pequenas e médias propriedades.

Gráfico 2: Uberaba, 1860-1869: gráfico para cálculo do índice de Gini para posse fundiária, em função do valor das posses.
 Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço, a partir de informações dos inventários post mortem do Arquivo Público de Uberaba.

Tabela 2: Uberaba, 1860-1869: cálculo do Índice de Gini para posse fundiária, em função do valor das posses.

Área do quadrado	Área do triângulo	Número de inventários	Área de Lorentz	Índice de Gini
8.649,000	4324,5	93	2.851,410	0,659

Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço, a partir de informações dos inventários post mortem do Arquivo Público de Uberaba.

Para que o quadro da distribuição de terras se torne mais claro, os preços das propriedades foram usados para o cálculo do índice de Gini, com base nas

⁶⁷ APU, inventários post mortem de Laura Ferreira dos Santos, 13/02/1877, caixa 109.

propriedades inventariadas entre 1860 e 1870. Como os sítios eram avaliados em separado, não foram considerados no cálculo, de forma que o índice foi elaborado considerando-se apenas o valor das terras (gráfico 2 e tabela 2). Surpreendentemente, o número obtido — 0,659 — é próximo dos índices atuais dos municípios de Uberaba e Uberlândia que, em 2000, variavam entre 0,632 a 0,691 (FERNANDES et al, 2005).

Bergard (2004) calculou os índices de Gini para a distribuição da terra em outras regiões da província, na década de 1850, mostrados na tabela 3. Verifica-se serem números um pouco maiores do que os da região em estudo. Porém, Paraibuna⁶⁸ e Mariana, municípios situados em zonas de fronteira — respectivamente, no Vale do Rio Doce e na Zona da Mata —, tinham índices mais baixos do que a média das regiões, e mais próximos de Uberaba. Esses dados parecem indicar que regiões de povoamento mais recente tendiam a apresentar, de início, menor concentração de terras, que aumentava à medida que a ocupação econômica e demográfica avançava.

Na tabela 3, os índices de Gini de Campanha e São João Del Rei são mais altos do que o das demais regiões. Estas cidades polarizavam o Sul de Minas, a região mais rica da província, produtora e exportadora de alimentos para a Corte. Esses fatos sugerem que a concentração fundiária era diretamente proporcional à acumulação de riqueza em cada porção do território.

Tabela 3: Minas Gerais, década de 1850: índice de Gini para distribuição de terras em algumas regiões da província.

Região	Gini
Mariana	0,71
Campanha	0,77
São João Del Rei	0,75
Paraibuna	0,71
<i>Todas as regiões</i>	0,73

Fonte: Bergard (2004), p. 128.

Bergard também reporta outros números, relativos aos índices de Gini de outras partes do mundo na mesma época, para efeito de comparação. No sul algodoeiro dos Estados Unidos — região que, como o Brasil, também tinha uma estrutura social senhorial e escravista —, às vésperas da Guerra Civil, o índice de

⁶⁸ Hoje Juiz de Fora.

Gini para a estrutura fundiária era de 0,73. Na ilha de Cuba, em 1867, nos principais distritos açucareiros, o coeficiente era de 0,78. Em Porto Rico, em 1820, antes do *boom* açucareiro, era de 0,61, aumentando para 0,74 com a invasão das lavouras de cana de açúcar e dos engenhos, em 1850. A conclusão de Bergard é que a concentração de terras, em regiões de agropecuária comercial do século XIX, sinalizava crescimento econômico e acumulação de riqueza:

Terra tão concentrada em todas as regiões [de Minas] é indício da importância dos mercados (da província e outros) e de uma agropecuária predominantemente comercial. Os proprietários procuravam assumir o controle de imensas porções de terra, devido a uma série de razões relacionadas aos outros tipos de safra cultivadas e animais criados. Acima de tudo, a terra era procurada por seu valor real ou potencial como recurso produtivo (2004, p. 129).

O impacto das grandes mudanças estruturais na economia e na sociedade brasileiras, ocorridas na década de 1880, sobre a estrutura fundiária da região, pode ser avaliado pela evolução diacrônica do índice de Gini para a distribuição fundiária entre as décadas de 1860, 1870 e 1880, conforme mostrado no gráfico 3 e tabela 4⁶⁹. Como se pode ver, o índice manteve-se, praticamente, inalterado entre as décadas de 1860 e 1870, mas aumentou de 0,666 para 0,788 na década seguinte.

Tabela 4: Município de Uberaba, 1860-1890: evolução do índice de Gini para posse fundiária.

Intervalo	Gini
1860-1870	0,659362
1871-1880	0,666885
1881-1890	0,788789

Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço, a partir de informações dos inventários post mortem do Arquivo Público de Uberaba.

⁶⁹ O Gini da década de 1890, de 0,719, não foi considerado na análise, embora seja coerente com a evolução anterior do índice. A razão é que, naquela década, as amostras referiam-se a um território menor, por causa da emancipação do Frutal e Uberabinha nos últimos anos da década anterior, o que falsearia a comparação com os índices dos outros períodos. Além disso, a terra sofreu um aumento real e significativo de preço ao longo da década, o que dificultou a comparação entre anos diferentes, mesmo se os preços fossem deflacionados pela libra esterlina.

Gráfico 3: Município de Uberaba (MG), 1860-1890: evolução do Índice de Gini para posse fundiária.
 Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço, a partir de informações dos inventários post mortem do Arquivo Público de Uberaba.

Caso a conclusão de Bergard esteja correta, esse aumento da concentração fundiária sugere maior capacidade de acumulação na região, resultado da sua inserção diferenciada como área de produção de alimentos para o oeste paulista. A chegada da ferrovia também fez aumentar a fração do excedente retida na própria região, ao multiplicar a fluidez das operações mercantis, e assim pode ter contribuído para ampliar a concentração de terras.

Nesse mesmo período, o preço da terra subiu na região, conforme se vê no gráfico 4⁷⁰. Nota-se que valor do alqueire da terra de cultura, que se manteve estável até 1880, aumentou rapidamente ao longo dos vinte anos seguintes. O preço do alqueire dos campos também aumentou, embora não na mesma proporção. Sabe-se, contudo, que houve inflação no país a partir dos primeiros anos da República, por causa da política de desvalorização cambial e emissão de moeda, o que pode ter falseado essa valorização. O gráfico 5 mostra, por isso, os preços do alqueire de terras convertidos em libras esterlinas. A evolução dos preços, nas duas moedas, também é mostrada na tabela 5.

⁷⁰ O cálculo foi feito agrupando-se os inventários em períodos de cinco anos e calculando-se, para cada quinquênio, a média aritmética do preço do alqueire de terras de cultura e de campos de criar.

Gráfico 4: Município de Uberaba, 1860-1900: evolução do preço da terra de cultura e campos de criar, por alqueire, em mil-réis.

Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço, a partir de inventários post mortem do Arquivo Público de Uberaba.

Percebe-se que, mesmo em cifras deflacionadas, houve aumento do preço do alqueire de terras de cultura na região, notável já no quinquênio 1880-1885, portanto, antes da Abolição da escravidão ou da chegada dos trilhos da Mogiana.

Gráfico 5: Município de Uberaba, 1860-1900: evolução do preço da terra de cultura e campos de criar, por alqueire, em pence de libra esterlina.

Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço, a partir de inventários post mortem do Arquivo Público de Uberaba, e conforme tabela de conversão (anexo 1).

Em suma, na década de 1880, acentuou-se a concentração fundiária e, simultaneamente, a terra tornou-se mais cara, com aumento de 42% em libras esterlinas no preço do alqueire de culturas, entre o quinquênio 1881-1885 e o

quadriênio 1886-1888. Para entender melhor as razões desses fatos, é necessário analisar a curva de preços do bem que mais causava apreensão entre os fazendeiros: o escravo.

Tabela 5: Município de Uberaba, 1860-1900: evolução do preço da terra de cultura e campos de criar, por alqueire, em mil réis e em *pence* de libra esterlina.

Preço da terra (em mil-réis)								
	1860-1865	1866-1870	1871-1875	1876-1880	1881-1885	1886-1888	1889-1895	1896-1900
culturas	16,144	10,754	14,732	14,210	24,545	30,500	57,189	128,278
campos	4,193	4,389	4,099	3,438	13,308	7,933	17,637	52,876

Preço da terra (em <i>pence</i> de libra esterlina)								
	1860-1865	1866-1870	1871-1875	1876-1880	1881-1885	1886-1888	1889-1895	1896-1900
culturas	421,1	224,1	378,3	332,2	505,1	716,6	753,6	1.015,2
campos	109,4	91,5	105,3	80,4	273,9	186,4	232,4	418,5

Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço, a partir de inventários post mortem do Arquivo Público de Uberaba, e conforme tabela de conversão (anexo 1).

O crescimento da campanha abolicionista, na década de 1880, gerou grande expectativa entre os senhores de escravos. A ansiedade aumentou, em 1884, com a ascensão do gabinete liberal de Souza Dantas. No mesmo ano, a província do Ceará libertou seus cativos. Em 1887, o cafeicultor Antônio Prado, ministro da agricultura, renunciou e, em seguida, anunciou sua adesão ao abolicionismo. No interior paulista e fluminense, rebeliões escravas, fugas em massa, assassinato de senhores se sucediam em níveis nunca vistos. Os *caifases*, com uma espantosa capacidade de mobilização, organizavam redes nacionais de cobertura para os fugitivos, levando-os de barco ou trem aos quilombos do litoral paulista (BASILE, 1990). Em 1888, apenas os fazendeiros do Vale do Paraíba do Sul, cujas fortunas eram constituídas basicamente por escravos, ainda acreditavam que a escravidão poderia sobreviver (SCHULZ, 1996). Tal situação de incerteza quanto ao futuro dos seus patrimônios mancipios repercutiu entre os senhores na busca de formas mais seguras de reserva de valor.

Para conhecer que formas eram essas, foram separados os inventários das maiores fortunas de Uberaba entre 1860 e 1900, com o objetivo de analisar as modalidades de acumulação adotadas pela elite ao longo dos últimos quarenta anos daquele século. O limite de dez contos de réis, em 1860, foi arbitrariamente estabelecido para definir o montante acima do qual os inventários seriam considerados como pertencendo a membros da elite. Esse valor foi corrigido, ano a ano, com base no câmbio em libras esterlinas. Consideraram-se todos os inventários

acima desse limite, de maneira que foram englobados na amostra não só proprietários de terras, mas também comerciantes e usurários urbanos sem fortunas rurais⁷¹. O resultado pode ser visto no gráfico 6 e na tabela 6.

Gráfico 6: Uberaba, 1860-1900: evolução das formas de riqueza para as maiores fortunas, em percentual do valor total, calculado para cada inventário.
 Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço, com base nos inventários post mortem do Arquivo Público de Uberaba.

Tabela 6: Uberaba, 1860-1900: evolução das formas de riqueza para as maiores fortunas, em percentual do valor total, calculado para cada inventário.

	Jóias	Espécie	Ações	Móveis e utensílios	Rebanhos	Escravos	Imóveis Urbanos	Imóveis Rurais	Dívidas Ativas	Mercadorias
1860-1869	0,51%	1,63%	0,00%	2,54%	10,82%	48,86%	1,41%	27,29%	6,94%	0,00%
1870-1879	0,13%	2,06%	0,17%	2,96%	13,07%	37,11%	4,87%	22,18%	15,33%	2,13%
1880-1888	0,11%	6,32%	3,78%	2,13%	15,71%	13,51%	6,40%	32,89%	18,93%	0,22%
1889-1900	0,19%	9,94%	5,18%	1,59%	9,59%	0,00%	19,18%	34,01%	20,22%	0,12%

Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço, com base nos inventários post mortem do Arquivo Público de Uberaba.

Na década de 1860, o patrimônio mancipio representava, praticamente, metade da riqueza da elite uberabense, e as terras respondiam por pouco mais de um quarto. Nas décadas de 1870 e 1880, duas tendências aparecem com nitidez: a redução da importância dos escravos e a crescente participação dos investimentos

⁷¹ Os bens dos inventariados foram distribuídos conforme as categorias, e calculados os percentuais que cada uma dela representava em relação ao total do patrimônio, individualmente. As médias desses percentuais foram calculadas agrupando-se os inventários por décadas, com exceção do período 1880-1900. Por causa da abolição, nessa década, os inventários foram divididos entre os anos de 1880 a 1888, e 1889 a 1900.

imobiliários, tanto rurais quanto urbanos, como forma de acumulação. Essas tendências podem ser vistas mais claramente no gráfico 7.

Gráfico 7: Uberaba, 1860-1900: participação relativa dos imóveis rurais, imóveis urbanos e escravos na formação da riqueza da elite uberabense.
 Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço, a partir dos inventários post mortem do Arquivo Público de Uberaba.

Nos anos 1890, verifica-se que, após a Abolição, enquanto o percentual do patrimônio fundiário manteve-se estável — em torno de um terço da riqueza total da elite —, cresceram as formas urbanas de riqueza, em especial, imóveis urbanos e dinheiro em espécie. Contudo, nota-se que ações capitalistas, ausentes das amostras na década de 1860, representavam pouco mais de 5% da riqueza total da elite uberabense entre 1889 e 1900. A urbanização da riqueza significou a transformação de fortunas escravistas em rentistas, aplicadas em imóveis rurais e urbanos, e não em fortunas capitalistas *stricto sensu*. Segundo Fragozo, tal perfil de riqueza, apesar de cada vez mais urbano, não tem características capitalistas:

Daumard, investigando quatro grandes cidades francesas (Paris, Lyon, Lille e Toulouse) no século XIX, observa certas mudanças na composição das fortunas que indicariam transformações estruturais em decorrência do avanço do capitalismo. Entre os indícios encontrados, temos o aumento da participação dos bens móveis sobre os imóveis. Fenômeno esse que seria acompanhado pela própria modificação dos bens móveis, que deixariam de ser formados, majoritariamente, por dívidas ativas e comerciais e individuais, empreendimentos em comandita etc., para se constituir em ações da Bolsa de Valores. Essas mudanças refletiriam, nas elites econômicas, a passagem de uma fortuna rentista para uma moderno-capitalista (1998, p. 334).

Ao analisar a curva de preço do escravo comparada à da terra (gráfico 8 e tabela 7), verifica-se a desvalorização do primeiro simultaneamente à valorização da última. Entre 1860 e 1880, o preço de um escravo do sexo masculino, entre 15 e 35 anos, era, aproximadamente, o mesmo de 100 alqueires de terras de cultura. No final da década de 1870, as duas curvas começaram a afastar-se, tanto pela valorização da terra, quanto pela desvalorização dos cativos. Essa tendência manteve-se até a Abolição.

Gráfico 8: Uberaba, 1860-1888: comparação entre o preço do escravo de 15 a 35 anos, do sexo masculino e 100 alqueires de terra de cultura, em mil réis.

Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço, a partir dos inventários *post mortem* do Arquivo Público de Uberaba.

Tabela 7: Uberaba, 1860-1888: comparação do preço do escravo de 15 a 35 anos, do sexo masculino, e 100 alqueires de terra de cultura, em mil réis.

Período	1860-1865	1866-1870	1871-1875	1876-1880	1881-1885	1886-1888
Preço do escravo entre 15 e 35 anos	1:412\$524	1:164\$339	1:109\$381	1:431\$349	1:303\$056	685\$7801

Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço, a partir dos inventários *post mortem* do Arquivo Público de Uberaba.

No entanto a tendência de desvalorização do escravo não significou que os fazendeiros de Uberaba estivessem se desfazendo de seus plantéis. A tabela 8 mostra que o número médio de cativos por categoria de proprietário manteve-se, praticamente, igual entre a década de 1870 e o período de 1880 a 1888. A manutenção do tamanho médio dos plantéis é sinal de que não só os proprietários não estavam vendendo ou libertando seus escravos, como havia certo nível de

reposição. Com a Lei Rio Branco de 1871, a tendência deveria ter sido de diminuição do número de cativos por morte ou manumissão, caso não houvesse novas compras. Não foi o que ocorreu, todavia.

Tabela 8: Uberaba, 1870-1888: número médio de escravos, por categoria de proprietário.

	Média de escravos por categoria de proprietário de terras:	
	1870-1879	1880-1888
Pequenos	1,8	1,1
Médios	4,9	4,8
Grandes	12,2	15,0

Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço, a partir dos inventários post mortem do Arquivo Público de Uberaba

Não obstante, embora mantivessem e até repusessem suas escravarias, os senhores optaram, dos anos 1880 em diante, por acumular riqueza noutras formas. Por intermédio da análise da origem da terra inventariada, foi possível verificar que as inversões em imóveis aumentaram nos últimos trinta anos do século. Os inventários *post mortem* trazem discriminadas as parcelas de terra herdadas e compradas ao longo da vida do inventariado. O gráfico 9 foi elaborado, agrupando-se, em montantes separados, o valor de todas as terras compradas e herdadas. Em seguida, foram calculados os percentuais de cada montante em relação ao total da terra inventariada em cada período.

Gráfico 9: Uberaba, 1870 - 1900: percentual de terras herdadas e compradas nos inventários post mortem.

Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço, a partir dos inventários post mortem do Arquivo Público de Uberaba.

Houve ampliação dos negócios com terras entre as décadas de 1870 e 1890, pois o percentual de valores relativos às parcelas compradas aumentou em relação às herdadas. No entanto, até o final do século, a herança, e não a compra, continuou sendo o principal caminho para obtenção de terras em Uberaba: pelo menos 70% de todo o patrimônio fundiário, em qualquer época, era adquirido por esse meio.

O gráfico 10 foi obtido discriminando-se os montantes de terra comprados pelas categorias de proprietários — pequenos, médios e grandes — e calculando-se o percentual dessa quantia em relação ao valor total negociado. Nota-se que os grandes proprietários adquiriram mais da metade de toda terra comprada, em percentuais cada vez maiores nos três períodos.

Embora esses valores refiram-se à terra adquirida ao longo de toda a vida do inventariado, nota-se que, em qualquer época, os grandes proprietários, apesar de constituírem apenas 10% do número total de proprietários, adquiriram mais da metade de todo o valor negociado durante a vida média dos donos de terras. Noutras palavras, os grandes proprietários ficaram sempre com o maior quinhão da extensão fundiária total negociada no município. Além disso, a cada década, houve aumento desse valor, relativamente às demais classes de proprietários. Os totais negociados por categoria estão discriminados na tabela 9.

Gráfico 10: Município de Uberaba, 1870-1900: percentual do valor total de terras compradas, por categoria de proprietários rurais, classificados segundo o tamanho de suas propriedades.
 Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço, com base nos inventários post mortem do Arquivo Público de Uberaba.

Tabela 9: município de Uberaba, 1870-1900: total do valor de terras compradas, por categoria de proprietários rurais, em mil réis.

	Terras negociadas (em mil réis)		
	1870-1879	1880-1888	1889-1900
Pequenos	1:476\$090	6:340\$362	9:446\$586
Médios	12:791\$316	43:624\$443	34:159\$715
Grandes	18:305\$363	68:397\$676	80:506\$000

Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço a partir dos inventários post mortem do Arquivo Público de Uberaba.

A esta altura, impõem-se algumas conclusões. Na década de 1880, à medida que se avizinhava a Abolição, a elite uberabense optou por não mais investir no aumento de seus plantéis de escravos, embora tenha mantido e repostos os que já possuía. Houve um aquecimento do mercado de terras, em função da busca por ativos mais seguros. Simultaneamente, com o crescimento econômico, resultado de uma complementaridade cada vez maior em relação à economia cafeeira paulista, as elites locais aumentaram sua capacidade de acumulação, o que contribuiu para a maior aquisição de terras no período.

Estes dois fatores — a busca de alternativas seguras de reserva de valor e o crescimento econômico — repercutiram no aumento da concentração fundiária e do preço da terra. Com isso, tanto o valor mais elevado da terra quanto a aquisição de mais parcelas transformaram os imóveis na principal forma de acumulação por parte das elites: o latifúndio, e não mais a escravaria, tornava-se a principal manifestação da riqueza em Uberaba.

O quadro que se esboça é o de uma elite fundiária ainda fortemente definida por traços senhoriais, como apego à escravidão e à terra como domínio. A modernização, que se fez por fatores exógenos que escapavam ao controle local, gerou um paradoxo, aos seus olhos: de um lado, criava maiores possibilidades de acumulação e, de outro, ameaçava valores como o poder pessoal, a escravidão e a intangibilidade da propriedade da terra.

A resposta dos grandes fazendeiros a essa contradição foi o de buscar, no acúmulo de terras, a segurança para a manutenção do *status quo*, ao mesmo tempo em que exploravam novas possibilidades de investimento e lucro, geradas pelo capitalismo adventício. Ao retardar o desenvolvimento de formas modernas de propriedade da terra, e ao transformar o latifúndio na principal reserva de valor e instrumento de poder, as elites locais conseguiram preservar antigos privilégios, enquanto a modernização, a despeito disso, ocorria.

A transição para o modo de produção capitalista só seria possível com o fim da escravidão. Enquanto esta instituição sobrevivesse, dificilmente, surgiriam condições propícias para a valorização econômica e ideológica do trabalho livre. No entanto a manutenção, até as vésperas da Abolição, do mesmo número de cativos, tanto entre grandes quanto pequenos e médios proprietários, é sinal de que havia, entre eles, forte apego à escravidão e resistências à mudança que se anunciava.

No próximo capítulo, esse aspecto da modernização no Triângulo Mineiro — os últimos anos da escravidão e a transição para o trabalho livre — será analisado com base dos dados contidos no Recenseamento do Império e em inventários *post mortem* de Uberaba.

6 Escravidão e trabalho livre

6.1 O escravismo mineiro

No Triângulo Mineiro, às vésperas da Abolição, o apego dos grandes proprietários à escravidão era admirável: em 1888, o alferes João José Alves⁷², proprietário da Fazenda Lajeado de São Francisco, possuía dezesseis escravos; João Evangelista de Carvalho, Barão do Campo Formoso⁷³, dono das fazendas Pedra Branca e Barra, ainda mantinha vinte e três cativos em seu plantel. Como foi visto no capítulo anterior e mostrado na tabela 8, da década de 1870 à de 1880, o número médio de escravos por posse mancipia, calculado com base em inventários *post mortem*, aumentou de 12 para 15 cativos entre os grandes proprietários de terra; entre médios proprietários, manteve-se em torno de cinco, e só houve redução nos plantéis dos pequenos proprietários — de quase dois para um escravo. Graça Filho verificou o mesmo fato em São João Del Rei: “esse comportamento, em especial dos 17 inventariados da década de 1880, mostra um apego a escravidão ou imprevidência, que não acometeu alguns dos cafeicultores do Rio de Janeiro” (2002, p. 130).

Roberto Borges Martins acredita que esse era um traço comum a toda a província mineira: “Minas Gerais manteve uma forte demanda por mão-de-obra cativa ao longo do século XIX e um enorme apego à instituição servil até o momento da Abolição” (1996, p. 99). O autor mostra que os deputados mineiros agiram obstinadamente contra as restrições ao tráfico negreiro, opondo-se ao Tratado Abolicionista de 1826 e à Lei de 7 de novembro de 1831, criados, como visto anteriormente, em função das pressões britânicas. Segundo Martins:

Em janeiro de 1829, antes do Tratado entrar em vigor, o Conselho Geral da Província pleiteou seu adiamento por três anos, alegando que a “súbita abolição da importação de escravos” produziria necessariamente “o pasmo dos serviços, principalmente minerais”, e seria “fatal a Minas Gerais”. Foram também mineiros os políticos que lideraram a luta pela restauração da legalidade do tráfico internacional (1996, p 105).

Durante o Congresso Agrícola de 1878 — evento organizado no Rio de Janeiro pelo governo imperial, reunindo produtores das províncias cafeicultoras —, os fazendeiros mineiros expressaram forte inquietação frente à possibilidade do fim

⁷² APU, inventário post mortem de João José Alves, 20/04/1888, caixa 118.

⁷³ APU, inventário post mortem de João Evangelista de Carvalho, 16/04/1888, caixa 118.

da escravidão. A razão alegada por eles, para justificar sua resistência à libertação dos cativos, era que, diferente dos paulistas, não podiam contar com um fluxo de imigrantes com a mesma intensidade que na província vizinha:

Como não tinham tomado medidas concretas para a utilização do trabalho livre, os fazendeiros mineiros foram tomados por grande temor frente à Abolição. Imaginavam que os libertos fossem abandonar as fazendas onde haviam conhecido a escravidão (SIMÃO, 2004, p. 11).

As razões dessa pertinácia escravista devem ser buscadas na admirável expansão da economia e população mineiras durante todo o século XIX: Minas Gerais era a província de maior população livre e escrava no início do Império, e assim permaneceu até, pelo menos, o Censo de 1872. Essa constatação, óbvia e facilmente acessível a qualquer estudioso, por alguma razão, permaneceu ignorada pela historiografia na maior parte do século XX. Ainda nos anos 1980, prevalecia, sobre o período provincial mineiro, a interpretação dada por autores clássicos como Caio Prado Júnior (1986) e Celso Furtado (1987): com o fim do ciclo do ouro setecentista, Minas teria entrado numa fase de decadência econômica e demográfica irreversível, com emigração, perda de escravos para províncias vizinhas e estabilização de uma agricultura de subsistência com baixo nível de mercantilização.

Naquela década, iniciou-se uma ampla revisão na historiografia sobre a economia e escravidão mineiras nos Oitocentos. Em 1983, Roberto Borges Martins e Amílcar Martins Filho, ao aplicar métodos estatísticos aos dados do Recenseamento do Império, demonstraram que Minas fora o destino de grande parte do tráfico negreiro transatlântico até a sua extinção, em 1850. Os autores viam uma próspera economia voltada para o abastecimento intraprovincial, capaz de manter um intenso tráfico de escravos trazidos da África e de outras regiões do Brasil. A razão para uma demanda tão grande por cativos numa economia de subsistência, segundo os autores, seria o *efeito Wakefield*: noutras palavras, a presença de uma fronteira aberta na província impediria o recrutamento de mão de obra livre (MARTINS, MARTINS, 1983).

O artigo dos Martins foi comentado por Robert Slenes (1983) naquele mesmo ano. Esse autor assinalou a contribuição deles para a redescoberta da importância do tráfico de escravos para Minas no século XIX, mas questionou como uma economia com orientação endógena poderia gerar excedentes para importar escravos em tamanha quantidade. Sugere, num artigo posterior (SLENES, 1988),

que a economia mineira era altamente mercantilizada e voltada para o abastecimento do complexo agroexportador do litoral, ali produzindo os excedentes necessários para fazer frente à importação de escravos.

Douglas Libby (1988) criticou a explicação dos Martins para o apego à escravidão em Minas. Na sua interpretação, a análise com base no *efeito Wakefield* é mecanicista e a-histórica: é na economia moldada pelo período minerador dos Setecentos que se encontra a elucidação do tipo de escravidão que se desenvolveu depois, no século XIX:

Ora, a própria existência do escravismo em Minas se deve à economia mineradora que se desenvolveu no século XVIII e cujo declínio legou à província seu grande plantel de escravos e a hegemonia de um regime escravista. Posto de maneira simples, o apego mineiro à escravidão não depende exclusivamente da continuada existência de uma abundância de terras apropriáveis, e sim de todo um complexo histórico que é a evolução de um determinado regime escravista regional (1988, p. 81-82).

Libby detectou o traço que, segundo ele, seria característico da escravidão mineira: a pulverização da posse mancipia, o que chamou de “posse democrática” de escravos. Grandes proprietários de escravarias, embora existissem, eram menos comuns do que os proprietários de pequenos plantéis com um a cinco escravos;

(...) constatamos que o maior grupo de proprietários, em termos de tamanho da posse, são os donos de entre 3 e 5 cativos. Eles representam nada menos do que 28% dos senhores de escravos da província. Em seis das nove regiões da província, no entanto, os possuidores de apenas um cativo são majoritários entre os proprietários de escravos. De acordo com a nossa amostra, pouco mais de dois terços dos proprietários possuíam cinco escravos ou menos. Tal resultado (...) ilumina o lado “democrático” do escravismo oitocentista (1988, p. 98).

Dessa forma, a escravidão era um valor disseminado na sociedade mineira, resultado da adaptação da estrutura social gerada pela mineração aurífera do século XVIII à nova realidade de uma economia de abastecimento. A mentalidade escravista teria, assim, raízes profundas, legitimada por grandes e pequenos proprietários de terra, camponeses, agregados e ex-cativos: para todos, possuir escravos era algo desejável e possível. Esta, segundo o autor, seria a explicação para o profundo apego à escravidão em Minas:

O escravismo deitou raízes profundas na sociedade mineira (e paulista), pois um regime baseado na exploração de um determinado tipo de propriedade que conta com uma numerosa camada de pequenos proprietários tem sua base de sustentação política e social bastante alargada, a despeito da existência de um maior número de não proprietários. A amplitude da base de

sustentação do escravismo em Minas Gerais, evidentemente, tem importantes explicações sobre a lentidão do processo abolicionista (LIBBY, 1988, p. 104).

Num trabalho mais recente, com base em novas fontes — sobretudo inventários *post mortem* —, Laird Bergard (2004) reafirma a conclusão dos autores revisionistas em relação à dimensão e à complexidade da economia mineira no período provincial, e à importância que, para ela, tinha a escravidão. Discorda, no entanto, de um ponto central da hipótese de Martins, Slenes e Libby: o tráfico de escravos vindos de fora da província não mais teria, desde a Independência, papel central na reprodução da força de trabalho escrava. Baseado em modelos de análise demográfica dos escravos arrolados nos inventários, concluiu que o crescimento natural da população mancipia era positivo e poderia suprir amplamente a demanda de trabalho da economia de abastecimento com mínima necessidade de recorrer à importação extra-provincial. Bergard não nega que tenha havido tráfico, mas reduz sua importância diante do crescimento vegetativo:

Uma das descobertas mais importantes deste livro é que, depois do auge da mineração no século XVIII, a população de escravos começou a se reproduzir naturalmente. O declínio desta população entre a década de 1780 e 1808 foi provocado pelo fim do comércio de escravos africanos para Minas. Contudo, durante esse período, a população escrava começou gradualmente a assumir um perfil demográfico que favorecia a reprodução. O fator mais importante foi o número gradualmente crescente de mulheres em idade de parir, quase todas nascidas no Brasil (2004, p. 311).

Martins (2002) respondeu aos seus críticos, aprimorando seu instrumental de análise estatística e acrescentando às suas fontes os recenseamentos provinciais de 1855 e 1861-1862, cujos originais foram recentemente disponibilizados pelo Arquivo Público Mineiro. Reafirmou, ainda, a importância central do tráfico transatlântico e interprovincial na reprodução da força de trabalho escrava em Minas:

As estimativas indicam que a província importou, aproximadamente, 320 mil escravos na primeira metade do século XIX, cabendo-lhe uma fatia de cerca de 19% do total do tráfico atlântico para o Brasil entre 1800 e 1852. Elas colocam Minas entre os principais importadores provinciais nesse período, superando a Bahia, Pernambuco, São Paulo, a Corte e o Rio Grande do Sul, e sendo superado apenas pela província do Rio de Janeiro, que nessa época implantava e expandia rapidamente seu setor cafeeiro (p. 103).

Na década atual, pesquisadores do CEDEPLAR da UFMG, em especial Clotilde Paiva e Marcelo de Magalhães Godoy (2002), vêm desenvolvendo novas pesquisas sobre a economia e escravidão mineiras dos Oitocentos. Esses autores

tendem a ver, na polêmica travada nos últimos vinte anos, posições parciais e incompletas, porém complementares e essencialmente corretas sobre o problema da reprodução da escravidão em Minas:

Sustentar a proposição de que o tráfico de africanos era o mecanismo essencial de reposição ou ampliação da força de trabalho escrava (Martins, 1982 e 1994) ou propugnar que a reprodução natural respondia pela maior parte da recomposição ou crescimento de plantéis (Luna & Cano, 1983; Bergard, 1999) são duas formas estritamente corretas, embora incompletas, de compreender a mesma realidade. Ao desenvolvimento desigual das regiões de Minas Gerais correspondeu diferenciado vigor da instituição da escravidão e grande número de configurações internas ao sistema escravista provincial (PAIVA, GODOY, 2002, p. 55).

A escravidão, profundamente arraigada na sociedade mineira, porém diversa em cada uma de suas regiões, adquiriu, no Triângulo Mineiro, uma configuração que deve ser compreendida, para que se possa, a partir daí, vislumbrar o caminho percorrido até o trabalho livre. Nos próximos tópicos, a escravidão triangulina será estudada nas suas últimas três décadas por meio dos inventários *post mortem* e dos dados do Recenseamento de 1872. Para que sejam ressaltadas semelhanças e diferenças com as demais regiões da província de Minas Gerais, serão feitas comparações com os resultados do trabalho de Bergard (2004) que, utilizando-se de fontes semelhantes, analisou a demografia escrava das comarcas de Ouro Preto, Rio das Mortes, Paraibuna e Diamantina.

6.2 Os últimos anos da escravidão no Triângulo Mineiro.

No capítulo anterior, viu-se que, até a década de 1880, a posse de escravos era a principal forma de acumulação de riqueza entre as grandes fortunas do Triângulo Mineiro. No entanto, nas outras faixas de riqueza, o escravo também consistia na principal forma de patrimônio. A análise dos inventários *post mortem* sugere que a população livre, de um modo geral, dos mais pobres aos mais ricos, tinha na aquisição de escravos sua principal meta de vida.

A tabela 10 foi elaborada com base em todos os inventários *post mortem* de Uberaba, produzidos na década de 1860. Os inventários foram divididos em 5 grupos, de acordo com o patrimônio total inventariado. Percebe-se a presença de posse mancipia em todos os grupos, até mesmo entre os mais pobres (grupo E), para os quais os escravos representavam, em média, um quarto da riqueza total

inventariada. O percentual do patrimônio formado pelos escravos aumenta até o grupo C, de nível intermediário, em que alcança quase 60% do total, e decresce, em seguida, nos grupos de maior fortuna, para os quais a terra, no caso dos fazendeiros, passa a ter peso significativo. Contudo, entre os grandes comerciantes de Uberaba, muitos deles com fortunas maiores que a dos proprietários fundiários, as posses mancipiais e imobiliárias rurais não eram expressivas.

Tabela 10: Uberaba, 1860-1869: distribuição média da posse de escravo por tipo de proprietário segundo o nível de fortuna, e porcentagem do patrimônio formado por escravos

	No. de inventários	Escravos	Patrimônio médio (em mil réis)	% patrimônio por escravos
Grupo A	21	10,5	19:703\$075	44,50%
Grupo B	24	3,8	6:277\$208	46,90%
Grupo C	24	2,2	3:288\$204	59,57%
Grupo D	24	1,3	1:811\$179	32,09%
Grupo E	24	0,5	654\$370	25,12%
Percentual do patrimônio bruto formado por escravos:				45,50%

.Fonte: inventários post mortem do Arquivo Público de Uberaba.

Confirma-se, aqui, que a propriedade “democrática” de cativos, conforme havia proposto Libby para o conjunto da província, era uma característica da escravidão no Triângulo Mineiro. Por exemplo, até 1860, Antônio Feliciano da Silva⁷⁴ morava numa casa coberta de capim em Uberaba, na Rua do Manuel Luís, junto com sua mulher Rita e mais quatro filhos pequenos. Não possuía terras, e, no interior de sua vivenda, seus bens mais valiosos eram um catre velho e uma panela de ferro. Não obstante, Antônio possuía a escrava Ludovina - cuja posse era compartilhada pelos irmãos dele - , e o filho dela, o pequeno Joaquim, de três anos.

Embora a escravidão estivesse disseminada em toda a sociedade, alguns cuidados devem ser tomados na análise dos dados. Os grandes comerciantes urbanos constituíam fortunas com características muito diferentes das rurais. Por exemplo, João Batista de Moura⁷⁵, negociante estabelecido à Rua do Comércio, em Uberaba, era dono de um cabedal de 44 contos de réis, o que o colocava entre os homens mais ricos da cidade. Contudo tinha apenas três escravos, Edwirges, Sebastiana e Domingos, e não possuía terras, sítios ou fazendas. João Luís Fragoso (1998), ao analisar inventários *post mortem* da elite carioca efetuados até 1860, chegou à mesma conclusão, obviamente, numa escala muito maior: as maiores fortunas do Rio de Janeiro, que pertenciam aos comerciantes de grosso trato,

⁷⁴ APU, inventário *post mortem* de Antônio Feliciano da Silva, 16/08/1860, caixa 96.

⁷⁵ APU, inventário *post mortem* de João Batista de Moura, 1875, caixa 106.

contavam com poucos escravos. As fortunas agrárias, que vinham num patamar abaixo, estavam imobilizadas basicamente em escravos e terras.

Dessa forma, a presença de grande percentual de escravos na população total não é um bom indicador geral de acumulação, pois escapam a ele as fortunas urbanas, sobretudo, mercantis. Feita essa consideração, pode-se postular que, se a posse de escravos era a principal forma individual de riqueza rústica, a participação dos escravos no total da população fornece um bom indicador da capacidade de acumulação da economia agrária. A tabela 11, elaborada com base nos dados do Censo de 1872, mostra a população total e escrava do Triângulo Mineiro comparada às regiões de Rio das Mortes, Paraibuna e Ouro Preto⁷⁶.

Tabela 11: Minas Gerais, 1872: população total e escrava segundo a região.

Região	População total	População escrava	Percentual dos escravos na população
Triângulo Mineiro	69.320	10.459	15,09%
Ouro Preto	317.667	54.920	17,29%
Rio das Mortes	238.711	52.582	22,03%
Paraibuna	426.511	114.649	26,88%

Fonte: elaborada com base nos dados do *Recenseamento do Império do Brasil* (1872) e Bergard (2004).

Em 1872, a região de Paraibuna era a que possuía o maior percentual de escravos: 26,88% da população. Naquele período, a Zona da Mata Mineira, correspondente à antiga comarca de Paraibuna, já havia consolidado a cafeicultura voltada para exportação como principal atividade produtiva (SARAIVA, 2002). Como no vizinho Vale do Paraíba fluminense, era uma atividade com alto retorno nas inversões e muito dependente do braço escravo. A região do Rio das Mortes aparece, em seguida, com 22% da população formada por cativos. Correspondendo a parte do atual Sul de Minas, era zona de agricultura e pecuária de abastecimento destinada ao Vale do Paraíba e à capital do Império, além de contar com centros mercantis como São João Del Rei. Ouro Preto corresponde à região da capital da província, vindo, na seqüência, com 17% da população constituída por escravos.

O Triângulo Mineiro aparece abaixo da média dessas regiões, com proporção de 15% de escravos na população. Sabendo-se que se tratava de uma região de agropecuária, esse número demonstra uma baixa capacidade de acumulação no meio rural triangulino, sobretudo, se comparada a Paraibuna e Rio das Mortes. Na

⁷⁶ Os dados sobre essas regiões foram obtidos em Bergard (2004), que as denominou com base na divisão das comarcas de 1831.

comparação com Paraibuna, deve-se considerar que esta região era área de expansão da cafeicultura em sistema plantacionista, que demandava, necessariamente, maior força de trabalho escravo, se comparada com a agropecuária típica da província. Rio das Mortes, no entanto, dispunha do sistema produtivo característico de Minas, organizado em fazendas diversificadas e semelhante às que existiam no Triângulo Mineiro. O mapa 27 resume as proporções de escravos em todas as regiões da província, de acordo com os dados do Recenseamento do Império e com base na regionalização de Godoy (1996).

Mapa 27: Minas Gerais, 1872: proporção de escravos na população total.

Fonte: elaborado com base nos dados do *Recenseamento do Império do Brasil* (1876) sobre regionalização proposta por Godoy (1996).

A análise da população escrava, dividida por freguesia, no Triângulo Mineiro mostra um quadro ainda mais complexo (tabela 12). Nota-se que alguns distritos exibiam proporções de escravos maiores do que a média da região, embora nenhuma delas tivesse números próximos à de Rio das Mortes ou Paraibuna. O mapa 27 mostra, sobre o território, as proporções de cativos de cada freguesia. É possível perceber que as áreas situadas mais a oeste — em especial, as paróquias de Rio Verde, São Francisco de Sales e São José do Tijuco, todas na zona de

fronteira⁷⁷ — apresentavam as mais altas participações de escravos na população. Uberaba, Frutal e Prata eram intermediárias, enquanto as maiores proporções de livres encontravam-se nas freguesias a leste, como Uberabinha, Abadia, Brejo Alegre e Sacramento. Noutras palavras, os níveis de escravização eram inversamente proporcionais às densidades demográficas.

Tabela 12: Triângulo Mineiro, 1872: população total, população escrava e proporção de escravos na população, por freguesia.

	População total	População escrava	Proporção de escravos na população
Uberaba	10.698	1.882	17,59%
Frutal	5.321	847	15,92%
Uberabinha	4.028	546	13,56%
Prata	3.482	596	17,12%
São José do Tejuco	2.996	565	18,86%
S. Francisco de Sales	2.647	515	19,46%
Rio Verde	1.684	315	18,71%
Monte Alegre	9.945	1.649	16,58%
Abadia	3.968	488	12,30%
Santa Maria	2.519	536	21,28%
Sacramento	11.153	1.460	13,09%
Desemboque	2.588	328	12,67%
Santana	3255	176	5,41%
Brejo Alegre	5.036	556	11,04%

Fonte: elaborada com base no *Recenseamento do Império do Brasil* (1872).

⁷⁷ A percentagem de 21% para Santa Maria destoa demasiadamente do conjunto e pode significar que a população livre tenha sido subestimada pelo recenseador.

Mapa 28: Triângulo Mineiro, 1872: proporção de escravos na população, por freguesia.
Fonte: elaborado com base no Recenseamento do Império do Brasil (1872).

Isso sugere a presença do *efeito Wakefield*: os fazendeiros e sitiante dessas áreas pouco povoadas, diante da escassez quase absoluta de trabalho livre, tinham como única alternativa a aquisição de escravos. Mas é provável que, além disso, haja também influência da urbanização e da concentração de atividades mercantis nas regiões de maior proporção de população livre. Assim, pelo menos quatro fatores pareciam agir sobre o nível de escravização: capacidade de acumulação da economia rural, urbanização, concentração de atividades mercantis e oferta de força de trabalho livre.

A maior ou menor capacidade de gerar excedentes na economia regional pode ser avaliada estimando-se a intensidade do tráfico de escravos. A maior presença do comércio negreiro pressupõe que o crescimento natural não era suficiente para suprir a demanda por trabalho escravo e, por isso, era necessário importá-lo. Sinaliza, também, que a economia era capaz de produzir e exportar os excedentes necessários para fazer frente à importação de escravos.

A estimativa do tráfico pode ser feita pelo *coeficiente de masculinidade*, isto é, pela proporção de homens relativa a mulheres na população mancipia: quanto mais

intensa a atividade do tráfico, mais masculina tende a ser a população escrava. A preferência pelo trabalho braçal masculino, especialmente, nas regiões rurais, é facilmente compreensível. Como o crescimento vegetativo natural tende a igualar a proporção de gênero a cada geração, somente por meio do tráfico o predomínio masculino podia-se manter:

(...) os rudes trabalhos da plantagem adequavam-se melhor ao vigor masculino. Em consequência, predominavam os homens na importação de africanos e na composição dos plantéis (...). O desnível significativo entre os sexos tendia a desaparecer, está claro, na primeira geração de escravos crioulos, mas se alterava constantemente em favor do sexo masculino, à medida que se introduziam novos contingentes africanos (GORENDER, 1988, p. 335).

Usando o coeficiente de masculinidade da população escrava da capitania/província de Minas Gerais, Bergard demonstrou que o tráfico africano fora muito intenso no século XVIII, durante a mineração:

Em 1718, havia uma razão de 1.066 homens para cada 100 mulheres entre os escravos de Vila Rica; em Mariana, essa razão era de 1.343, e em São João Del Rei, de 2690. isto naturalmente acontecia exatamente no período em que a mineração mais prosperava (2004, p. 173-174).

No entanto, ao longo do século XIX, caíram tanto a africanidade quanto a masculinidade, à medida que diminuía a importância do tráfico e o crescimento natural se tornava o principal fator de reprodução da força de trabalho escrava em Minas:

Os dados parciais disponíveis sobre a população escrava revelam que, em 1855, a razão de homens para 100 mulheres caíra para 135, e em 1872, duas décadas depois do encerramento do comércio escravagista brasileiro, permanecia em 116. essa tendência de redução da proporção de homens para mulheres em todos os períodos do censo durante o século XIX é uma evidência convincente de que o comércio de escravos não foi o principal fator que contribuiu para o aumento da população escrava (BERGARD, 2004, p. 178).

Comparando-se os dados do autor para São José Del Rei⁷⁸, São João Del Rei, Mariana e Ouro Preto com os aqui obtidos para o Triângulo Mineiro, usando-se o mesmo tipo de fonte, ou seja, inventários *post mortem*, pode-se ter uma idéia da intensidade do tráfico para esta região. Para que os resultados possam ser

⁷⁸ Hoje Tiradentes.

comparados, os processos foram agrupados em quinquênios, respeitando-se os intervalos estabelecidos pelo autor.

A tabela 13 e o gráfico 11 mostram oscilações paralelas das curvas das três regiões, o que legitima esse tipo de fonte e as inferências que podem ser feitas em relação às flutuações do tráfico. Ao longo das décadas de 1860 e 1870, Uberaba manteve coeficientes de masculinidade inferiores aos da porção oriental da província. Nesse período, portanto, teria havido ali uma importação de escravos inferior às das outras duas localidades, o que é coerente com a imagem que vem sendo esboçada de uma economia regional com menor nível de desenvolvimento e capacidade de acumulação, se comparada com aquelas áreas.

Tabela 13: Minas Gerais, 1860-1888: coeficiente de masculinidade da população escrava de Uberaba, comparado aos de outras regiões da província.

	1860-1864	1865-1869	1870-1874	1875-1879	1880-1884	1885-1888
Uberaba	132,9114	131,5789	98,27586	123,0159	128,3582	144,1176
S. João e S. José Del Rei	148,7562	148,503	122,6501	120,9571	115,4275	144,3609
Mariana e Ouro Preto	135,4694	146,2871	110,9649	127,3196	134,3511	116,129

Fonte: elaborado a partir de inventários post mortem do Arquivo Público de Uberaba e dos dados obtidos em Bergard (2004).

Gráfico 11: Minas Gerais, 1860-1888: coeficiente de masculinidade da população escrava de Uberaba, comparada aos de outras regiões da província.

Fonte: elaborado a partir de inventários post mortem do Arquivo Público de Uberaba e dos dados obtidos em Bergard (2004).

No entanto, nos anos imediatamente anteriores à Abolição, após a Lei Rio Branco, Uberaba teve um incremento da masculinidade na população mancipia, igualando-se às outras duas localidades e ultrapassando-as. É provável que esse fato se deva a um súbito aumento no tráfico, no crepúsculo da escravidão, resultado

do crescimento econômico que acompanhou a inserção da região na divisão territorial do trabalho, determinada pela expansão da cafeicultura paulista.

Tabela 14: Minas Gerais, 1860-1888: comparação entre a proporção de escravos do sexo masculino em idade produtiva (15 a 40 anos) no total da população mancipia, de Uberaba e outras duas localidades mineiras.

Localidade	1860- 1864	1865- 1869	1870- 1874	1875- 1879	1880- 1884	1885- 1888
Uberaba	44,02%	45,91%	47,54%	47,69%	67,32%	70,48%
S. João e S. José Del Rei	44,50%	42,40%	39,40%	42,20%	54,00%	64,10%
Mariana e Ouro Preto	42,70%	42,90%	45,10%	49,90%	55,10%	67,70%

Fonte: elaborado a partir de inventários *post mortem* do Arquivo Público de Uberaba e dos dados obtidos em Bergard (2004).

Gráfico 12: Minas Gerais, 1860-1888: comparação entre a proporção de escravos do sexo masculino em idade produtiva (15 a 40 anos) no total da população mancipia, de Uberaba e outras duas localidades mineiras.

Fonte: elaborado a partir de inventários *post mortem* do Arquivo Público de Uberaba e dos dados obtidos em Bergard (2004).

Se essa impressão for verdadeira, a proporção de cativos em idade adulta produtiva em Uberaba deve ter aumentado mais intensamente que nas outras localidades, uma vez que, com a proximidade da Abolição, eles seriam preferidos pelos compradores de escravos. A tabela 14 e o gráfico 12 mostram que assim se deu: Uberaba teve um aumento maior do grupo dos escravos do sexo masculino entre 15 e 40 anos, se comparado ao das outras duas cidades. O incremento geral na população masculina adulta, visto no gráfico após 1871, deveu-se, evidentemente, aos efeitos da Lei Rio Branco ou Lei do Ventre Livre.

O crescimento vegetativo da população escrava pode ser avaliado por taxas de fecundidade e pirâmides etárias. Taxas de fecundidade próximas do padrão da

população livre e pirâmides do tipo pré-malthusiano, com base alargada, reforçariam a hipótese de que a reprodução da escravidão em Minas se baseava, essencialmente, no crescimento natural da população de cativos. Em seu trabalho, Bergard (2004) concluiu que, durante o século XIX, os dois parâmetros apontavam para uma inequívoca fecundidade natural positiva dos escravos mineiros:

(...) houve uma evolução natural para estruturas de tipo piramidal que caracterizam uma população formada pela reprodução natural. (...) havia mais homens adultos, mas um número impressionantemente maior de crianças em relação às mulheres em idade de parir. Este é um excelente indicador dos índices de fertilidade bastante elevados, mais claramente expressos no exame do coeficiente de crianças para mulheres adultas (p. 213).

Em Uberaba, mais ainda que nas regiões estudadas pelo autor, havia sinais de um crescimento natural positivo — e bastante expressivo — da população escrava. O gráfico 13 mostra a pirâmide etária da população escrava de Uberaba de 1860 a 1869, construída com base nos dados da tabela 15. No gráfico 14 e na tabela 16, estão os resultados da pesquisa de Bergard para São João e São José Del Rei, no mesmo período, para comparação.

Gráfico 13: pirâmide etária da população escrava Uberaba na década de 1860.
Fonte: elaborado com base em inventários *post mortem* do Arquivo Público de Uberaba.

Tabela 15: população escrava, distribuída por faixa etária, em Uberaba, entre 1860 e 1869.

	0 a 10 anos	11 a 20	21 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60	61 a 70	71 a 80	81 a 90	mais de 90
Escravos totais por faixa etária	71	60	61	45	25	12	4	3	0	0
Escravos %	25,27%	21,35%	21,71%	16,01%	8,90%	4,27%	1,42%	1,07%	0,00%	0,00%
Escravas totais por faixa etária	57	45	42	36	17	13	5	1	0	0
Escravas %	26,39%	20,83%	19,44%	16,67%	7,87%	6,02%	2,31%	0,46%	0,00%	0,00%

Fonte: elaborado com base em inventários *post mortem* do Arquivo Público de Uberaba.

Gráfico 14: pirâmide etária da população escrava de São José e São João Del Rei na década de 1860.

Fonte: Bergard (2004).

Tabela 16: população escrava, distribuída por faixa etária, em São José e São João Del Rei, entre 1860 e 1869.

	0 a 10 anos	11 a 20	21 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60	61 a 70	71 a 80	81 a 90	mais de 90
Escravos totais por faixa etária	18,15%	17,04%	14,92%	14,56%	14,92%	11,24 %	6,22%	2,40 %	0,51%	0,05%
Escravos %	394	370	324	316	324	244	135	52	11	1
Escravas totais por faixa etária	24,63%	22,39%	15,79%	12,07%	10,32%	7,93%	4,63%	1,89 %	0,28%	0,07%
Escravas %	351	319	225	172	147	113	66	27	4	1

Fonte: Bergard (2004).

Nos anos 1860, a população escrava de Uberaba exibia distribuições por faixa etária características do padrão pré-malthusiano, exceto por um pequeno aumento da proporção masculina nas faixas acima de 20 anos, por efeito do tráfico. São João e São José Del Rei, no entanto, mostravam percentuais nessas faixas de idade bem maiores do que os da cidade triangulina, o que demonstra ter havido, nesses centros, maior importação de cativos durante a década.

A taxa de fecundidade das mulheres cativas⁷⁹ de Uberaba, na década de 1860, também se revelou superior à de outras regiões da província. A tabela 17 mostra que nenhuma das localidades pesquisadas por Bergard exibia números de filhos por mulher próximos aos da cidade do Triângulo Mineiro.

⁷⁹ A taxa de fecundidade é calculada dividindo-se o total de crianças de 0 a 9 anos pelas mulheres entre 15 e 40 anos (BERGARD, 2004).

Tabela 17: Minas Gerais, 1860-1869: taxa de fecundidade das mulheres escravas de Uberaba, comparada à de outras localidades da província.

Localidade	Taxa de fecundidade (crianças por 1.000 mulheres)
Uberaba	1.231
São João e São José Del Rei	1.125
Ouro Preto e Mariana	1.194
Diamantina	1.149

Fonte: elaborada com base nos inventários post mortem do Arquivo Público de Uberaba e nos dados de Bergard (2004).

É necessário, antes de qualquer reflexão mais conclusiva, considerar a influência das manumissões sobre a população escrava da região. Gomes (2004) estudou 540 cartas de alforria concedidas no município de Uberaba entre 1830 e 1888, e deparou-se com um notável equilíbrio entre os sexos em todos os períodos. Para as décadas de 1860 e 1870, a autora encontrou 47,4% de alforrias femininas e 53,6% de masculinas. Essas proporções eram incomuns no século XIX, pois outros estudos, citados pela autora, mostram que, noutras regiões, as manumissões beneficiavam sobretudo mulheres. No entanto todos eles foram realizados sobre populações escravas de localidades mais urbanizadas do Rio de Janeiro e São Paulo. A autora interroga se a peculiaridade de Uberaba era devida ao caráter rural da economia e à baixa africanidade de sua população escrava. Interessa aqui, contudo, destacar que as alforrias não mudaram a proporção dos sexos entre os cativos, o que legitima as amostras contidas nos inventários para considerações sobre a demografia escrava.

O gráfico 15 mostra as flutuações de preço do escravo em idade produtiva em Uberaba, comparado ao das regiões estudadas por Bergard, correspondentes à mineradora central e Zona da Mata mineiras. Nota-se que os preços, na cidade triangulina, não destoaram, de forma geral, daqueles praticados nas localidades mais ricas e próximas do litoral. Caso dependesse muito de escravos importados, seria de esperar um preço local maior, em função dos custos de deslocamento. Preços quase iguais aos das demais áreas, pareando até mesmo nas oscilações, demonstram, mais uma vez, que o crescimento natural, e não a importação, era a principal forma de reprodução da força de trabalho escravo em Uberaba.

Gráfico 15: Minas Gerais, 1860-1888: evolução do preço do escravo entre 15 a 40 anos em Uberaba, comparado à região mineradora central e Zona da Mata.

Fonte: elaborado com base nos inventários post mortem do Arquivo Público de Uberaba e nos dados de Bergard (2004).

Impõem-se três conclusões relativas aos últimos anos da escravidão no Triângulo Mineiro, em especial, no município de Uberaba: em primeiro lugar, a proporção de escravos na população regional era menor que em outras partes da província, o que demonstra uma capacidade de acumulação mais baixa. Contudo, nas áreas de fronteira do Pontal do Triângulo Mineiro, a proporção era relativamente maior que na porção leste do território, o que pode ser manifestação da escassez de força de trabalho livre e do caráter rústico da economia local. Em segundo lugar, o baixo nível de acumulação refletiu-se numa capacidade reduzida de importação de escravos, largamente compensada pelo crescimento natural positivo da população cativa local. Em terceiro lugar, nos últimos anos da escravidão, em particular, na década de 1880, houve aumento do tráfico para Uberaba, o que pode ter sido consequência do maior crescimento econômico levado a efeito pelo *boom* cafeeiro na província de São Paulo. Esse aumento ocorreu após a Lei Rio Branco, que impossibilitou aos proprietários locais o recurso ao crescimento natural para reposição de cativos.

Assim, explica-se o escravismo recalcitrante dos uberabenses, detectado páginas atrás, com proprietários mantendo grandes plantéis até alguns dias antes da Abolição. O fim da escravidão, provavelmente, gerou grande ansiedade entre os fazendeiros locais. Trabalhos posteriores, no âmbito da história política e social, poderão revelar se isso de fato ocorreu.

Nos anos posteriores a 1888, a questão que se colocava para os triangulinos, como de resto para toda a província/estado de Minas Gerais, era a da substituição do braço escravo. O tema da transição para o trabalho livre em Minas ainda é

campo pouco explorado pela historiografia e demografia histórica, mas algumas inferências podem ser feitas com base em estudos de outros autores e nas fontes usadas neste trabalho.

6.3 A transição para o trabalho livre.

O Triângulo Mineiro, quando da Abolição e da Proclamação da República, passava por um período de crescimento econômico e demográfico, que resultou, como já visto, da expansão da cafeicultura paulista para áreas adjacentes ao seu território, na província/estado de São Paulo, e sua reinserção numa nova divisão territorial do trabalho. A chegada da ferrovia fez acelerar essa prosperidade, ao permitir maior acesso aos mercados extra-regionais. Simultaneamente, o aspecto da substituição do braço escravo, num momento em que aumentava a demanda por trabalho na região, era evidente.

Na província de São Paulo, a transição para o trabalho livre contou com a imigração, que criou uma ampla oferta de trabalhadores para as fazendas de café, onde se estabeleceram em regime de colonato. A imigração estrangeira e interna, de um lado, e o controle sobre a propriedade fundiária, de outro, garantiram uma oferta de trabalho livre adequada, essencial tanto para a cafeicultura em expansão quanto para a indústria que começava a se desenvolver nas cidades.

Minas, no entanto, não conseguiu atrair um contingente significativo de imigrantes estrangeiros ou migrantes internos. Apesar de o governo mineiro também ter criado políticas imigrantistas, visando, principalmente, à região da Mata, elas fracassaram, de acordo com Consentino, porque “o regime de propriedade de terras e o sistema de trabalho em Minas Gerais (enraizado nas tradições da escravidão e apoiado num baixo nível técnico) dificultavam a atração e permanência dos imigrantes na província” (2006, p. 5). A questão que se suscita é de como a economia rural mineira, que não pôde contar com a alternativa da imigração, lidou com o final da escravidão.

A transição para o trabalho livre em Minas Gerais é um campo ainda pouco explorado pela historiografia econômica e social. Entre os trabalhos mais relevantes, destacam-se o de Douglas Libby (1988), Ana Lúcia Lanna (1988) — que abordou especificamente o caso da Zona da Mata — e, recentemente, as contribuições dos pesquisadores do CEDEPLAR, como Brito (2002) e Consentino (2006). A obra de

Libby, no entanto, continua sendo a principal referência sobre o assunto. Esse autor analisou os censos de 1832-33 e 1872, em busca de tendências que sinalizassem mudanças na natureza do trabalho e nas relações de produção em Minas Gerais. Constatou a impossibilidade, e até a inadequação, de se setorizar as atividades profissionais do século XIX da mesma forma que se faz para as economias modernas. Havia então um baixo nível de divisão social do trabalho: nos recenseamentos, uma única pessoa era, muitas vezes, classificada, simultaneamente, em várias categorias de trabalho.

No entanto, uma categoria de trabalhadores teve grande crescimento entre um e outro período: aquela que aparece nas listas como *jornaleiros*. Sobre ela, Libby acredita tratar-se de trabalhadores que ofereciam serviços aos proprietários de terra em troca de pagamento diário ou *jornal*:

De caráter algo enigmático, que será objeto de especulação adiante, é quase impossível imaginar que essa categoria não fornecesse às atividades agropecuárias os braços ocasionais de que necessitavam durante os piques de seus ciclos anuais (1988, p. 80-81).

No Triângulo Mineiro, os jornaleiros eram chamados de *camaradas*. Saint Hilaire mencionou-os, por diversas vezes, durante sua passagem pela Farinha Podre, como em Uberaba, quando se queixou de um deles, que o abandonara: “Atribuí sua partida à natural inconstância dos camaradas (...). O bom senso não é uma característica dos homens de sua classe” (1975b, p. 152). Taunay, ao rememorar sua passagem pela região, durante a Guerra do Paraguai, também os mencionou: “chamava-se Floriano dos Santos o camarada que, por mais de três anos, me serviu com inexcedível dedicação” (1924, p.34). Nos inventários *post mortem*, há freqüentes menções a dívidas passivas relativas a jornais de camaradas. Por exemplo, no inventário do Major João Teodoro Gonçalves de Oliveira, de 1897, consta um recibo assinado por José Viridimi com o seguinte teor: “Recebi de Dona Cocota Gonçalves de Oliveira a quantia de 80\$000 devida a jornal de camarada até o dia vinte e cinco de setembro de 1897”⁸⁰.

Quanto às categorias profissionais listadas nos censos sob a rubrica “artesãos e operários de profissão declarada” — fiandeiras, tecedeiras, costureiras, ferreiros e outros —, o autor acredita tratar-se de artesãos, e não de trabalhadores assalariados. O termo *operário* significava então *trabalhador manual*, não tendo ainda o significado que só veio adquirir no final do século XIX.

⁸⁰ APU, inventário *post mortem* de João Teodoro Gonçalves de Oliveira, 03/11/1897. Caixa 123.

Libby constatou que, no censo de 1872, as regiões mais populosas da província contavam com maior proporção de jornaleiros, que escasseavam nas regiões menos povoadas e urbanizadas. Esse fato levou-o a formular a hipótese de que a formação do proletariado rural em Minas deveu-se ao crescimento demográfico e à impossibilidade de expansão do campesinato pela posse informal de terras. O impedimento não seria a escassez de terras em si, mas a impossibilidade de os posseiros cultivarem novas parcelas naquele estágio do desenvolvimento técnico:

Pensamos que a pressão demográfica faz parte de um complexo de fatores cujo inter-relacionamento dinâmico põe em marcha um processo proletarizante em surdina. Um desses fatores diz respeito à disponibilidade de terras efetivamente aproveitáveis. Que no século XIX havia terra abandonada, devoluta, abandonada ou, por outra forma, não cultivada em grande quantidade e espalhada pela província inteira é inegável. A questão é saber se essas áreas, que teoricamente podiam ser aproveitadas, poderiam também ser aproveitadas para uma agricultura de subsistência (1988, p. 93).

Com o auxílio das fontes usadas neste trabalho, a hipótese de Libby pôde ser averiguada de duas maneiras. Utilizando-se dos dados do Recenseamento do Império (1876) para a região do Triângulo Mineiro, foi possível fazer uma análise sincrônica, comparando-se a distribuição das categorias de atividade em cada freguesia da região. Para tanto, foram usados os mesmos critérios do autor, analisados há pouco, na definição de atividades assalariadas e não-assalariadas. Por meio de outra fonte, os inventários *post mortem*, foi feita uma análise diacrônica, calculando-se a frequência com que determinadas categorias de trabalhadores aparecem nos processos ao longo do tempo.

De acordo com o Censo de 1872, os jornaleiros livres somavam 5.925 pessoas no Triângulo Mineiro, o que correspondia a 10% da população. Nas regiões de maior população da província, eles eram proporcionalmente mais numerosos, como na Metalúrgica – Mantiqueira (32,4%) e no Sul (35,1%), segundo os cálculos de Libby (1988). A comparação entre esses dados e os do Triângulo reforça a hipótese do autor de que o trabalho assalariado tendia a ser mais comum nas áreas mais povoadas.

Na tabela 18, são mostrados os percentuais de jornaleiros livres em relação à população livre total de cada uma das paróquias do Triângulo Mineiro. No mapa 29, essas proporções estão representadas sobre o território. Percebe-se que não havia uma correlação nítida entre densidades demográficas e proporção de assalariados: Uberaba, o mais importante centro urbano, tinha um número relativamente pequeno

de trabalhadores assalariados. Deve-se sopesar, aqui, a confiabilidade da fonte, pois o recenseador podia considerar, em alguns lugares, jornaleiros como “assalariados” e, noutros, contabilizá-los sob a rubrica “trabalhadores sem profissão”.

Tabela 18: Triângulo Mineiro, 1872: proporção de jornaleiros assalariados em relação à população livre.

Localidade	População total	População livre	Jornaleiros		% jornaleiros livres
			livres	escravos	
Uberaba	10.698	8.816	600	0	6,81%
Frutal	5.321	4.474	477	0	10,66%
Uberabinha	4.028	3.482	506	87	14,53%
Prata	3.482	2.886	343	0	11,88%
São José do Tejuco	2.996	2.431	180	1	7,40%
S. Francisco de Sales	2.647	2.132	216	0	10,13%
Rio Verde	1.684	1.369	161	0	11,76%
Monte Alegre	9.945	8.296	854	0	10,29%
Abadia	3.968	3.480	168	0	4,83%
Santa Maria	2.519	1.983	317	0	15,99%
Sacramento	11.153	9.693	1.080	0	11,14%
Desemboque	2.588	2.260	144	175	6,37%
Santana	3255	3.079	519	18	16,86%
Brejo Alegre	5.036	4.480	360	61	8,04%

Fonte: elaborada com base no *Recenseamento do Império do Brasil* (1872).

No entanto, nota-se que os termos de Uberabinha, Santa Maria e Santana possuíam as maiores populações relativas de jornaleiros. No mapa 28, essas paróquias aparecem como as de menor população escrava relativa, com exceção de Santa Maria, distrito para o qual, anteriormente, inferimos a possibilidade de existirem erros no recenseamento. No capítulo anterior, foi observado que, nas décadas de 1860 e 1870, Uberabinha era área de predomínio de pequenas e médias propriedades fundiárias.

Uma hipótese é a de que, em áreas com grande concentração de pequenos e médios proprietários de posses mancipias relativamente pequenas, como Uberabinha, houvesse maior demanda sazonal por trabalho livre, para complementar a força de trabalho familiar e escrava. Tal demanda seria menor em áreas de predomínio de grandes propriedades, pois, ali, os fazendeiros contariam com escravarias maiores e com o trabalho de sitiantes agregados, em sistema de parceria.

Mapa 29: Triângulo Mineiro, 1872: distribuição, por freguesia, dos assalariados em relação à população livre. Fonte: elaborado com base nos dados do *Recenseamento do Império do Brasil* (1872).

Para corroborar essa hipótese, vale citar um trecho de uma correspondência de Santana dos Ferros, arraial próximo a Itabira, no qual um juiz municipal afirma que os fazendeiros locais tinham poucos escravos e, por isso, necessitavam do trabalho dos jornaleiros:

O distrito é todo agrícola, e como pouco ou nada tem de industrial, só tratam de rotear as terras, sendo não elevado o número de fazendeiros que possuem escravos, os mais trabalham com braços livres e com pouco, ou nenhum, progresso, por que pagam a diária de 320 rs. a cada jornaleiro e vendem seus gêneros por modestos preços (...)⁸¹.

Em síntese, além da escassez de terras, densidades demográficas elevadas e baixo nível de desenvolvimento técnico, a ampliação do mercado de trabalho livre parece ter contado com outros fatores determinantes: neste exemplo, o tamanho médio das propriedades e o nível de acumulação dos proprietários, em cada região, podem ter influído no processo.

⁸¹ Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, Códice 570, *apud* Consentino (2006).

Como se pode ver na tabela 18, alguns escravos trabalhavam como jornaleiros: tratava-se dos *negros de ganho*, isto é, cativos cujos jornais eram recebidos pelos seus senhores, dos quais, às vezes, obtinham uma parte. Os escravos jornaleiros, de acordo com a análise do censo feita por Libby para o território mineiro, eram mais numerosos na região da Zona da Mata:

(...) ao aproximar-se o último quartel do século, quase um quarto dos escravos economicamente ativos da Zona da Mata são registrados como assalariados, constituindo, assim, o grupo de escravos jornaleiros maior de Minas Gerais (...). Mais uma vez, o exemplo da Zona da Mata é ilustrativo, pois sua dinâmica economia cafeeira certamente foi responsável pela concentração relativamente maior de cativos alugados nela registrada (1988, p. 95).

Os jornaleiros não eram os únicos trabalhadores livres no campo. Ana Lanna (1988), em seu trabalho sobre a transição para o trabalho livre na Mata, concluiu que o sistema de parceria tornou-se o principal substituto da escravidão naquela região. Contudo a cafeicultura fazia da região matense um caso atípico em Minas, que não pode ser generalizado para o restante da província. Nas palavras de Consentino, “não há como pensar a transição para o trabalho livre em Minas Gerais sem pensá-lo de forma regionalizada. A grande diferença entre as regiões torna-se evidente quando analisada a população” (2004, p. 16). Nesse sentido, é necessário revelar que outras formas de trabalho livre, além dos jornais, desenvolveram-se no Triângulo Mineiro.

Para classificar a força de trabalho constante nas listas nominativas de 1831-40, Libby dividiu a população livre em dois grupos: proprietários e não-proprietários de cativos. Para isso, supôs que, a *grosso modo*, esta seria uma divisão social básica entre os não escravos. Em seguida, separou do grupo dos não-proprietários os camponeses que viviam da agricultura de subsistência, restando o grupo dos que não eram produtores independentes. Estes constituiriam a camada mais baixa da população livre e poderiam ser comparados, nas palavras do autor, a um lumpen-proletariado:

Não obstante a natureza parcial da proletarização que afeta essa camada, é claro que ela ocupa uma posição quase que totalmente marginal às estruturas do regime escravista (...). é tentador comparar esses assalariados — afinal, uma condição algo anômala numa sociedade escravista — ao lumpen-proletariado das sociedades capitalistas (1988, p. 82).

Por meio dos inventários *post mortem* e, com base no método proposto por Libby, foi possível fazer algumas inferências sobre o desenvolvimento do trabalho

livre no Triângulo Mineiro. Foram separados e analisados os processos referentes a não-proprietários de escravos e de terras, e observada sua frequência ao longo do tempo. Pode-se argüir que amostras obtidas por essa fonte não são representativas de todo o universo do trabalho livre, uma vez que, por definição, o trabalhador assalariado era aquele que nada possuía além de sua força de trabalho e, portanto, nada teria a inventariar. Todavia, por uma ou outra razão, inventários de pessoas pobres eram relativamente comuns; por isso, uma análise na escala do tempo pode ter alguma utilidade.

Neste trabalho, a metodologia de Libby foi usada para destacar o grupo de inventariados que, supostamente, poderiam ser identificados como trabalhadores livres. Tivemos de lidar com o fato de que a atividade profissional do inventariado não era declarada nos processos. Foi possível, entretanto, inferir a maioria delas pelos bens inventariados. Por exemplo, Feliciano José das Chagas⁸² não tinha escravos ou terras. Morava em sua casa na Rua Tristão de Castro, em Uberaba, com sua esposa e três filhos. Além desse imóvel, Feliciano possuía um rol de 53 instrumentos como formões, limas, trenas, martelos, níveis, cantis, serrotes, plainas, juntouras, trados e outros. Tinha também madeiras lavradas — 2.850 palmos de aroeira e mais 2.320 de madeira branca — na fazenda do doutor Gabriel Junqueira, que lhe devia 22 mil réis, referentes a um serviço de 11 esteios pequenos. Deduz-se, evidentemente, que Feliciano era carpinteiro.

Destacaram-se, agrupando-se por décadas, os não-proprietários de escravos. Em seguida, estes foram divididos entre proprietários e não-proprietários de terras. Este último grupo corresponderia aos supostos proletários, de acordo com Libby. No entanto, neste caso, não se pôde fazer tal generalização, em se tratando das fontes aqui utilizadas, pois, dentre os não-proprietários de terras e escravos, encontravam-se profissionais liberais, comerciantes, artesãos e casos especiais — como detentores de grandes somas em dinheiro —, que, certamente, não eram trabalhadores assalariados. Somente os que foram excluídos de todas essas categorias é que puderam encaixar-se na definição de trabalhadores livres.

Com base nesses critérios, foram criados a tabela 19 e o gráfico 16, que mostram a proporção, em relação ao número total de processos, de inventários de não-proprietários de escravos, agrupados por décadas e divididos segundo as categorias acima definidas. Interessa, aqui, o grupo denominado de *outros*, isto é,

⁸² APU, inventários post mortem de Feliciano José das Chagas, 1894. Caixa 122.

que não possuía propriedades rurais, escravos, ou algum bem ou característica que pudesse definir sua atividade profissional. Geralmente, em seus processos, constavam pequenas somas em dinheiro, alguns utensílios de casa, ferramentas de roça ou modestas casas de morada.

Tabela 19: Uberaba, 1860-1900 evolução da proporção de não proprietários de escravos nos inventários *post mortem*

Período	Proprietários de terra	Não proprietários de terra				
		Comerciantes	Artesãos	Prof. liberais	Casos especiais	Outros
1860-1869	12,7%	0,8%	2,5%	0,0%	0,8%	6,8%
1870-1879	32,2%	0,9%	3,5%	0,0%	0,0%	4,3%
1880-1888	64,7%	3,9%	2,0%	2,0%	2,0%	17,6%
1889-1900	100,0%	7,3%	1,2%	3,7%	2,4%	18,3%

Fonte: elaborada com base em inventários *post mortem* do Arquivo Público de Uberaba.

Gráfico 16: Uberaba, 1860-1900 evolução da proporção de não proprietários de escravos e terras nos inventários *post mortem*.

Fonte: elaborada com base em inventários *post mortem* do Arquivo Público de Uberaba.

Percebe-se que a categoria dos *outros* cresceu quase três vezes, em especial, entre as décadas de 1870 e 1880. Portanto, esse grupo pode corresponder a, pelo menos, parte dos trabalhadores que, com a crise da escravidão, formaram o mercado de trabalho livre no Triângulo Mineiro. Outra descoberta significativa é a da redução da presença de artesãos, o que, certamente, se deveu ao maior acesso,

pelo mercado, a produtos manufaturados importados, com a inserção regional cada vez mais diferenciada na divisão territorial do trabalho.

Resta, assim, ver mais de perto as pessoas que compunham o grupo dos *outros*. Muitos eram homens solteiros, viúvas ou mulheres que moravam sozinhas, como Francisca Maria Alves Ferreira⁸³, que não tinha filhos e abandonara o marido no arraial dos Dourados⁸⁴, na Bagagem. Francisca morava numa casa muito danificada na Rua do Comércio, em Uberaba, e devia ser fiandeira, pois dispunha de um descaroçador e uma roda de fiar. Algumas eram mães solteiras, como Ana Monteiro de Oliveira, que, “viúva há 50 anos, teve duas filhas após a viuvez, por fragilidade humana”⁸⁵, deixando para elas apenas uma casa avaliada em 560 réis. Alguns eram forros, como Jacinto José da Silva⁸⁶, casado com Maria Crioula, escrava de Dona Feliciano, ou Joaquina Rosa de Jesus, “natural da África e de lá vinda ainda criança para o Brasil”⁸⁷. Outros deviam viver de carretos, como José Joaquim da Rosa⁸⁸, que tinha como únicos bens cinco bois carreiros e um carro ferrado. Já Modesto Emídio dos Santos⁸⁹ era roceiro, pois deixou para suas duas filhas, as pequenas Rita e Maria, apenas uma égua baia velha, uma espingarda, uma caçarola de ferro, um machado e uma enxada.

Esses trabalhadores podem ter desempenhado, ao longo de suas vidas, a função de camaradas, recebendo jornais, ou parceiros, cultivando na *terça* com fazendeiros. Podem ter prestado pequenos serviços como carreiros; ter complementado a renda com pequenos ofícios, como a fiação; ou podem ter sido agregados, cultivando terras de terceiros sem ônus. Podem ter desempenhado vários desses papéis, ao mesmo tempo, provavelmente. Ainda não se vislumbrava, então, nítida divisão social do trabalho, pois, mesmo para os trabalhadores mais pobres, o assalariamento era apenas uma das alternativas à sua disposição. Por isso, o termo *proletariado* parece inadequado para designar, pelo menos neste caso, a força de trabalho livre que se desenvolvia.

Nesse sentido, Libby mostrou como o assalariamento era tido como um expediente esporádico até pelos trabalhadores que se empregavam nas minas inglesas, como Gongo Soco e Morro Velho, na região mineradora da província:

⁸³ APU, inventário *post mortem* de Francisca Maria Alves Ferreira, 12/01/1866. Caixa 99.

⁸⁴ Hoje Douradoquara.

⁸⁵ APU, inventário *post mortem* de Ana Monteiro de Oliveira, 12/04/1864, caixa 98.

⁸⁶ APU, inventário *post mortem* de Jacinto José da Silva, 1872, caixa 104.

⁸⁷ APU, inventário *post mortem* de Joaquina Rosa de Jesus, 11/07/1888, caixa 118.

⁸⁸ APU, inventário *post mortem* de José Joaquim da Rosa, 24/07/1869, caixa 101.

⁸⁹ APU, inventário *post mortem* de Modesto Emídio dos Santos, 21/02/1868, caixa 100.

O que está se refletindo na irregularidade do comparecimento e na “indolência” desses trabalhadores é sua relativa independência em relação ao empregador. Se há uma necessidade de se assalarar, ela não é constante, e qualquer motivo — seja oriundo da necessidade de se cuidar das pequenas plantações, seja oriundo do simples desejo de festejar e quebrar a monotonia da vida pacata — serve para faltar ao trabalho (1988, p. 299).

A oferta de trabalho livre estava, intrinsecamente, ligada ao crescimento demográfico. Nas décadas de 1870 e 1880, Minas foi uma das províncias de maior aumento populacional, estando entre as províncias/estados que mais receberam migrantes naquele período: “os estados que tiveram os maiores saldos migratórios positivos foram Minas Gerais e São Paulo e o município da Corte, no conjunto um saldo de 235.000 migrantes” (BRITO, 2002). As províncias nordestinas, ao contrário, perderam população. As devastadoras secas da década de 1870 agiram como forte fator de repulsão migracional: o Ceará, por exemplo, reduziu em um terço sua população no período. Embora São Paulo tenha sido o principal beneficiário desse fluxo, Minas, certamente, recebeu alguns desses migrantes.

No Triângulo Mineiro, a população saltou de 48.137 habitantes, em 1872, para 88.343 habitantes em 1890, ou seja, teve um crescimento de 83%⁹⁰. Esse percentual corresponde a quase o dobro do crescimento brasileiro — 44,34% —, e foi bem maior que o da província/estado de Minas Gerais, de 56,10%. Para entender melhor esse crescimento no espaço, a tabela 20 e o mapa 30 mostram-no em cada distrito da região no período. Constata-se que todos eles tiveram crescimento superior à média do estado, com exceção de Abadia do Bom Sucesso⁹¹. No entanto, os municípios de Uberaba, Monte Alegre e Uberabinha destacam-se dos demais, por terem mais do que dobrado sua população no período.

Esse crescimento, provavelmente, deveu-se a, pelo menos, três fatores que agiram de modo simultâneo, com maior ou menor intensidade, a depender da porção do território. No Pontal — Rio Verde, Tejuco e São Francisco de Sales —, o crescimento resultou do avanço na ocupação pioneira, pois se tratava de área de fronteira, como já foi dito. O crescimento de Uberaba, Monte Alegre e Uberabinha deveu-se ao aumento das densidades demográficas no meio rural, além de, sem dúvida, estar relacionado à urbanização.

⁹⁰ Os números apresentados neste parágrafo foram calculados com base no *Recenseamento do Império do Brasil* (1876) e no *Recenseamento do Brasil de 31 de dezembro de 1890* (1898).

⁹¹ Hoje Tupaciguara.

Tabela 20: Triângulo Mineiro: população dos distritos em 1872 e 1890, e crescimento demográfico relativo.

Distrito:	1872	1890	Crescimento demográfico (1872-1889)
Uberaba	8.710	19.174	120,14%
Uberabinha	3.480	7.541	116,70%
Frutal	4.487	6.978	55,52%
Sacramento	9.893	15.101	52,64%
S. José do Tejuco	2.131	5.061	137,49%
Prata	2.886	5.603	94,14%
Campo Belo	1.319	2.004	51,93%
S. Francisco Sales	2.132	3.938	84,71%
Monte Alegre	3.296	7.170	117,54%
Abadia do Bom Sucesso	3.380	4.819	42,57%
Santa Maria	1.943	3.652	87,96%
Brejo Alegre	4.480	7.302	62,99%

Fonte: Recenseamento do Império do Brasil (1876) e Recenseamento do Brasil de 31 de dezembro de 1890 (1898).

Se, no Triângulo Mineiro, os jornaleiros não correspondiam a um proletariado *stricto sensu*, houve ali, no entanto, duas situações em que se pode identificar o início da formação uma classe operária, nas últimas décadas do século XIX: a fundação da fábrica de tecidos Cassu, em Uberaba, e a abertura da estrada de ferro Mogiana.

A fábrica de tecidos Cassu foi erguida à beira do córrego de mesmo nome, próxima à Estrada Geral, que ia para Monte Alegre (CHAVES, 1883), pelo Major Zacarias Borges de Araújo, seus irmãos e mais alguns sócios, em 1882 (SOUZA, 2002). Naquela época, ocorria significativa expansão da indústria têxtil mineira, iniciada em 1872. No ano de 1885, Minas era a província de maior produção têxtil industrial, com 13 fábricas instaladas, enquanto, no Rio de Janeiro funcionavam 11 e em São Paulo, 9 (LIBBY, 1988).

Desde o início do século XIX, a produção têxtil artesanal doméstica era beneficiada pelo relativo isolamento montanhoso da província, que atuava como forma de protecionismo natural. Libby (1988) vê quatro fatores que concorreram para o desenvolvimento fabril da produção têxtil mineira, nas últimas três décadas do século: o fim da Guerra Civil norte-americana, que fez baixar o preço do algodão bruto e, assim, estimulou a industrialização doméstica; a política imperial de proteção alfandegária à indústria; a concorrência entre indústrias inglesas, francesas e norte-americanas no fornecimento de bens de capital; e a maior oferta de trabalho livre em Minas, com o crescimento demográfico e maior restrição do acesso à terra.

Essas fábricas produziam, essencialmente, para o mercado interno, utilizando-se de matérias primas locais. Por isso, instalaram-se em regiões tradicionalmente algodoeiras: a fábrica do Cedro, em Sete Lagoas, e Brumado, em Pitangui, ambas em 1872; a Industrial Machadense, em Machado, e Cachoeira, em Curvelo, em 1876; Beribéri, em Diamantina, em 1877; União Itabirana, em Itabira, em 1879; Bom Jesus da Água Fria, em Araçuaí, em 1881; Marzagão, em Curral Del Rei⁹², e Cassu, em Uberaba, em 1882 (LIBBY, 1988).

Em todas essas localidades, as fábricas utilizaram trabalho livre e assalariado, constituído pelos mesmos elementos que caracterizavam a paisagem humana dos primórdios da indústria têxtil britânica: crianças, mulheres e idosos. As crianças, em sua maioria, eram órfãs — *expostas*, como se dizia então —, e era grande o número de mulheres viúvas ou solitárias que trabalhavam como operárias:

(...) a conjuntura coincidiu com o surgimento de fábricas têxteis, sendo que estas foram capazes de aproveitar amplamente as camadas mais plenamente proletarizadas dentro do processo como um todo: mulheres desamparadas, como viúvas e mães solteiras; órfãos e crianças abandonadas, além de velhos sem família de ambos os sexos (LIBBY, 1988, p. 226).

⁹² Hoje Belo Horizonte.

Quando a fábrica do Cassu foi fundada, o presidente da província de Minas Gerais saudou a iniciativa como sendo uma oportunidade de sobrevivência para esse grupo mais vulnerável e fragilizado da sociedade local: “ali os pobres, adultos e meninos desvalidos encontrarão ocupação e abrigo seguro contra a indigência” (CHAVES, 1883, p. 43). Em 1886, um diretor da fábrica uberabense informou à presidência da província que:

Trabalham atualmente na fábrica 61 pessoas, compreendidas nesse número o diretor, o maquinista George Gedney e o guarda livros Ernesto Rocha. Dos restantes são livres 55 pessoas, que assim se subdividem: 15 mulheres maiores de 14 anos, 10 meninas de 8 a 14 anos, 20 meninos de 7 a 12 anos, 10 homens maiores de 14 anos e 3 escravos. Estão compreendidos no número destes operários 10 órfãs e 18 órfãos (*apud* LIBBY, 1988, p. 234).

Esse cenário humano, digno de um romance de Charles Dickens, garantia bons lucros aos donos da fábrica. Por meio do inventário *post mortem* de um dos acionistas, foi possível ter acesso aos primeiros balanços do empreendimento. O imigrante português Fortunato José Ribeiro Guimarães⁹³ associou-se aos irmãos Zacarias, João e Antônio Borges de Araújo na incorporação do capital da empresa, em outubro de 1881. Fortunato investiu 16 contos de réis, correspondentes a 8% do capital inicial de 200 contos. No balanço de dezembro de 1883, sua parte no lucro total, em relação ao montante investido, era de 11:670\$679, ou seja, um lucro de mais de 72% em pouco mais de um ano.

Segundo o presidente da província, Antônio Gonçalves Chaves, a fábrica utilizava-se de “excelente maquinismo movido a água” (1883, p. 43) e abastecia-se com o algodão produzido em Uberaba e Monte Alegre. Produzia, em média, 200.000 metros de pano por ano (LIBBY, 1988). No timbre de um recibo da fábrica, encontrado no inventário de Fortunato Ferreira Bueno, em 1900, lê-se que oferecia “variado sortimento de casimiras uberabenses, fios de linha de cores vermelha, azul, branca, amarela e preta” (figura 14).

⁹³ APU, inventário *post mortem* de Fortunato José Ribeiro Guimarães, 05/02/1886, caixa 116.

Figura 14: Uberaba, 1900: timbre da fábrica de tecidos Cassu.

Fonte: Arquivo Público de Uberaba, inventário post mortem de Fortunato Ferreira Bueno, 1900, caixa 124.

Sobre o impacto da chegada da ferrovia Mogiana na organização do trabalho no Triângulo Mineiro, pode-se apenas fazer conjecturas, uma vez que não existem estudos sobre o assunto. Lucia Lamounier (2000) analisou o impacto direto que as ferrovias tiveram sobre o desenvolvimento das relações de trabalho capitalistas em São Paulo e, muitas de suas conclusões podem, por dedução, ser estendidas à região em estudo.

Na província de São Paulo, os cafeicultores viam nas ferrovias a solução para o problema da escassez de braços, pois liberariam trabalhadores em fluxos mais rápidos para as regiões cafeeiras. Contudo as estradas de ferro também afetaram *diretamente* as relações de trabalho, ao introduzirem o assalariamento. Sobre esse aspecto, afirma Lamounier:

Primeiramente, as ferrovias facilitaram as pressões da crescente demanda por trabalho. Elas permitiram a realocação de milhares de trabalhadores, previamente engajados nos antigos sistemas de transporte, para outras atividades no interior do setor exportador da agricultura. Em segundo lugar, por promover o desenvolvimento do capitalismo, as ferrovias ajudaram direta e indiretamente a formação das relações de trabalho. A idéia geral é a de que o desenvolvimento das relações capitalistas era incompatível com a sobrevivência da escravidão. Por promover a imigração e o emprego do trabalho assalariado, a construção e operação das ferrovias estimularam a constituição do mercado de trabalho livre (tradução nossa) (2000, p. 3).

Na abertura das linhas, as companhias ferroviárias paulistas não contratavam diretamente a força de trabalho: aplainamento, soerguimento de rampas, assentamento de dormentes e trilhos eram tarefas conduzidas por empresas contratadas, que recrutavam trabalhadores para as funções menos qualificadas no próprio local onde a estrada era construída. Os imigrantes, por sua vez, eram

usados em funções que exigiam maior habilidade. Em 1860, segundo as informações colhidas por Lamounier (2000), os trabalhadores nativos recebiam de 2\$000 a 2\$500 por dia. Para efeito de comparação, vale lembrar que, na mesma época, segundo o juiz de Itabira citado anteriormente, um jornaleiro recebia em Minas a diária de 0\$320. A autora referiu-se a várias queixas, feitas pelos plantadores, sobre a escassez de mão-de-obra nas fazendas, provocada pelo trabalho nas ferrovias. Por outro lado, os dirigentes das empreiteiras, normalmente diretores e engenheiros britânicos, reclamavam, freqüentemente, da sazonalidade da oferta de trabalho, pois os operários locais abandonavam as tarefas na ferrovia durante o período de colheitas.

Durante a construção, as linhas eram divididas em seções, cada uma sob responsabilidade de um chefe de seção, que tinha sob seu comando um grupo de engenheiros residentes. Cada um encarregava-se de trechos menores, de seis a nove quilômetros de extensão. Os engenheiros, por sua vez, tinham a seu serviço os técnicos, que chefiavam as turmas de trabalhadores (LAMOUNIER, 2000). Depois das obras de aplainamento do leito da estrada, o trabalho de assentamento dos trilhos ocupava, em média, 200 homens por quilômetro.

Para estimar o impacto da chegada da ferrovia sobre o mercado de trabalho livre no Triângulo Mineiro, vale lembrar que a companhia Mogiana inaugurou a estação Uberaba, em 1889, sobre o Quilômetro 613 da estrada. Sete anos depois, era inaugurada a estação Araguari sobre o Quilômetro 789, adicionando 176 quilômetros à linha (CURY, 2005), o que corresponde a 25 km de trilhos estendidos por ano, entre as duas cidades. Considerando o número obtido por Lamounier para as ferrovias paulistas, isso demonstra que, na construção do ramal, foram empregados, aproximadamente, 5.000 homens por ano. A população de todo o Triângulo Mineiro, em 1890, era de 88.343 habitantes, de acordo com o censo realizado naquele ano⁹⁴. O primeiro censo da República não discriminou a população por faixa etária, de forma que, com base no censo do Império de 1872, pode-se estimar a população masculina, entre 14 e 40 anos, em, aproximadamente, 25% do total, ou seja, 22.000 homens em idade de trabalho. Conclui-se que, cerca de 23% da população masculina em idade produtiva da região pode ter se empregado nos trabalhos da ferrovia, caso não tenham vindo operários de fora. Esse número, embora altamente especulativo, pode dar idéia do impacto das obras

⁹⁴ Diretoria Geral de Estatística (1898).

da ferrovia sobre o mercado de trabalho local. Após a construção, um número significativo de trabalhadores era mantido pelas companhias para manutenção e funcionamento das linhas, gerando um efeito permanente sobre a organização das relações de trabalho (LAMOUNIER, 2000).

Em conclusão, apesar do escravismo renitente que existia entre os senhores da região — consequência da grande dependência do trabalho cativo, em especial, durante o aquecimento econômico experimentado nas décadas de 1870 e 1880 —, o Triângulo Mineiro conseguiu suprir sua demanda por trabalho livre graças ao forte crescimento demográfico ocorrido nesse período.

Uma parte, provavelmente, pequena do trabalho no meio rural passou a ser mediada por relações capitalistas. Dentre elas, destacava-se o assalariamento de jornaleiros que, na região, recebiam o nome de camaradas. No entanto, a maior parcela de trabalho livre devia ser explorada por meio de relações pré-capitalistas, como a parceria, embora isso não possa ainda ser quantificado. Para os trabalhadores rurais, o assalariamento era apenas mais uma alternativa de sobrevivência, dentre outras.

Alguns empreendimentos capitalistas, como a fábrica de tecidos Cassu e a chegada da ferrovia Mogiana, impulsionaram o surgimento de um proletariado incipiente, em particular, na cidade de Uberaba. Na fábrica, esse operariado constituía-se principalmente de mulheres, crianças e idosos, enquanto que os trabalhadores da ferrovia eram, possivelmente, homens que se assalariavam sazonalmente, no período de entressafra das lavouras.

O desenvolvimento, ainda rudimentar, de relações de trabalho capitalistas se fazia simultaneamente a outras mudanças que apontavam para a modernidade. A chegada da estrada de ferro e do telégrafo, com o conseqüente aumento na fluidez dos transportes e informações; a maior inserção da região na divisão territorial do trabalho, na condição de área de abastecimento da economia cafeeira paulista; e a maior acumulação de riquezas, graças à maior fração do excedente retida pelos agentes locais, influenciaram a organização das unidades produtivas e as técnicas de produção regionais. No capítulo seguinte, serão analisadas as transformações nas esferas da técnica e da produção no Triângulo Mineiro, nas últimas quatro décadas do século XIX.

7 Fazenda mineira

No final do século XVIII, o esgotamento do ouro de aluvião e as tensões demográficas sobre o uso da terra, na região central de Minas, desencadearam uma migração centrífuga rumo aos sertões da capitania. Esses migrantes, chamados de *geralistas*, deslocaram-se com suas parentelas e escravos e se estabeleceram como *roceiros* e criadores nesses territórios de fronteira, num movimento de longa duração, que transbordou para as capitanias/províncias vizinhas de Goiás, Mato Grosso, São Paulo e Rio de Janeiro, e só se encerrou nos primeiros anos do século XX (LOURENÇO, 2003).

Nas novas áreas, os migrantes instalaram fazendas, nas quais as técnicas de cultivo, pecuária, beneficiamento e transporte, trazidas da região mineradora, haviam sido desenvolvidas ao longo do século XVIII. O testemunho de Antonil (1997), escrito em 1711, portanto, nos primórdios do povoamento das Minas, fala da presença de milho e feijão em sucessivas *roças*, que começavam nas proximidades do Rio das Mortes, depois da transposição da Serra da Mantiqueira, e se estendiam até os arredores de Vila Rica. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, “em meados do século, o negócio dos metais e das gemas preciosas não ocuparia senão o terço, ou bem menos, da população, segundo os cálculos mais generosos” (1985, p. 289). Embora Minas ainda dependesse do abastecimento externo, vindo da Bahia pelos currais do São Francisco ou trazido pelos tropeiros paulistas, desenvolveu-se, simultaneamente às atividades mineradoras, um setor de produção de alimentos na capitania.

A diversificação de atividades foi característica mais marcante das unidades produtivas rurais mineiras desde seus primórdios. As barreiras montanhosas encareciam os gêneros trazidos de fora e estimulavam sua substituição pela produção doméstica. Por isso, os fazendeiros de Minas preocupavam-se, de um lado, em garantir o autoconsumo para depender minimamente das importações e, de outro, em produzir gêneros os mais diversos para oferecer ao mercado interno das áreas urbanas e mineradoras. Kenneth Maxwell, examinando os inventários das propriedades confiscadas aos inconfidentes, em 1789, concluiu que:

(...) passou a haver um tipo especial de propriedade territorial, diferente tanto dos grandes latifúndios monocultores do litoral quanto das fazendas de gado daquelas áreas do interior, onde elas tinham se estabelecido em um período de expansão anterior. A fazenda de Minas, muitas vezes, combinada o engenho de açúcar com a mina, ou esta última com a pecuária. Muitos latifúndios de

Minas tinham lavra aurífera, grande lavoura e engenhos de açúcar e de farinha (1978, p. 111).

O esgotamento do ouro de superfície, perceptível após 1760, levou à reorientação da economia da capitania, tornando-a, de um lado, essencialmente agropastoril e, de outro, substituindo as exportações de ouro e diamantes para o estrangeiro pelas exportações de alimentos para as demais capitanias. Nas palavras de Maxwell:

A economia regional, com suas propriedades horizontalmente integradas, era particularmente capaz de absorver o choque das transformações que vieram após a exaustão do ouro aluvial. Tanto tinha capacidade para corresponder ao estímulo recebido da economia interna quanto do amplo comércio exterior que fluía pela estrada do Rio de Janeiro e que minguou na proporção direta do declínio da produção aurífera (1978, p. 112).

A estratégia dos fazendeiros de Minas, diante do novo quadro que se esboçava no final do século XVIII, continuou sendo a busca da auto-suficiência e diversificação. A primeira visava reduzir ao mínimo os custos de produção, e a segunda, garantir flexibilidade diante de possíveis mudanças nas conjunturas de mercado e segurança nos períodos de retração.

Esse perfil diversificado caracterizava a *fazenda mineira*, que Clotilde Paiva e Marcelo Magalhães Godoy entendem ser uma categoria específica do espaço econômico de Minas do século XIX. Nesse sentido, segundo os autores:

A típica grande *fazenda mineira* caracterizava-se por pauta produtiva diversificada, inclinava-se para a mais ampla auto-suficiência, para a menor dependência possível de fatores externos e para a maior flexibilidade na alocação de seus fatores produtivos (2003, p. 33).

A concepção presente nessas unidades era incorporar todas as etapas possíveis na produção e beneficiamento dos gêneros, e até da reprodução da força de trabalho por meio do crescimento natural dos plantéis de escravos. Assim, combinavam-se diversos tipos de cultivo, em especial, aqueles que formavam a base da dieta mineira: milho, feijão, cana de açúcar e arroz. O algodão arbustivo também era quase onipresente. Nos *quintais*, espaços que compunham os complexos produtivos denominados *sítios*, cultivavam-se as *árvores de espinho* — isto é, laranjeiras, mexeriqueiras e limoeiros —, jabuticabeiras e mangabeiras. Os cafeeiros também eram freqüentes, não como cultivo extensivo, e, sim, para uso doméstico.

O complexo da fazenda mineira também incluía a *indústria*, palavra usada aqui no sentido lato. Atividades como manufatura artesanal de tecidos, moinhos, engenhos de cana e serra, olarias, tendas de ferreiro e, em alguns casos, até pequenas fundições compunham a planta produtiva das fazendas. A energia necessária para mover a maquinaria rústica era parte hidráulica, parte dependente das forças animal e humana.

Figura 15: Uberabinha, início do século XX: Fazenda São Francisco.
Fonte: Arquivo Público de Uberlândia.

No Triângulo Mineiro, Joaquim Alves Pereira⁹⁵ era proprietário de uma dessas unidades, em 1870: a Fazenda São Francisco, na freguesia de Uberabinha. Por venturoso acaso, o sítio dessa fazenda preservou-se até os dias atuais (figura 15), com poucas modificações em relação à planta original do século XIX. Essa fazenda foi criada na sesmaria recebida pelo pai de Joaquim, o alferes João Pereira da Rocha, um dos primeiros colonizadores da porção de território situada entre os rios Uberabinha e das Velhas (TEIXEIRA, 1970). As instalações da fazenda foram estudadas pelo historiador da arquitetura Carlos Lemos, que observou:

Talvez, a sua sede seja o último exemplar íntegro remanescente do movimento devassador dos chamados sertões dos rios Grande e Paranaíba, no início do século XIX, pelos mineiros voltados para a

⁹⁵ APU, inventário *post mortem* de Felicíssima Cândida Pereira, 07/11/1870, caixa 102.

pecuária extensiva. (...) Quando visitamos a casa dessa Fazenda de São Francisco, em setembro de 1987, ela estava mal conservada, mas apresentava todos os agenciamentos normais a essas velhas propriedades auto-suficientes em seus tempos de isolamento (1999, p. 104).

No inventário de seus proprietários, foi descrita como “um sítio nesta Fazenda de São Francisco com engenho de cana movido por bois, seus cobres mais pertences, casas de vivenda com moinho, monjolo, paiol, currais cercados de aroeira, coberta de carros, chiqueiro, rego d’água e mais benfeitorias⁹⁶”. O quadro 2 traz os bens listados no processo, agrupados segundo a natureza das atividades.

Quadro 2: Uberabinha, 1870: inventário dos bens da Fazenda São Francisco.

Ferraria	Agricultura
Tenda de ferreiro com seus pertences	3 alavancas
2 arrobas e 22 libras de ferro em barra	9 machados
Fôrma de fundir pratos de estanho	7 foices
Carpintaria	12 enxadas
Ferramenta de carpinteiro	4 cavadeiras
Transporte	15 libras de arroz
26 bois carreiros	Pecuária
1 carro ferrado e arriado	Ferramenta de ferrar
1 carretão	4 ferros de marcar
27 cavalos e éguas	19 vacas
4 burros e bestas	6 marruás
Beneficiamento	34 novilhas e bezerros
Engenho de cana movido por bois	Tecelagem e fiação
Engenho de serra	1 descaroçador de algodão
Monjolo	6 rodas de fiar
Moinho	1 tear com seus pertences
Rego d’água	

Fonte: elaborado a partir dos dados contidos no inventário de Felicíssima Cândida Pereira, 07/11/1870. Arquivo Público de Uberaba, caixa 102.

Verifica-se, nesse arrolamento, a variada gama de trabalhos desenvolvida na fazenda. A presença do monjolo, do moinho e do forno de torrar farinha confirma a presença de fubá de milho e farinha de mandioca entre seus produtos. O engenho de cana e os tachos de cobre demonstram que se produzia rapadura e, talvez, açúcar, mas não aguardente, pois não havia alambiques no inventário. A serralheria e a carpintaria dos móveis e da maquinaria rústica eram toda realizadas na fazenda, como atesta a presença do engenho de serra e da *ferramenta*⁹⁷ de carpinteiro. Ali se produziam queijos, pois foram arroladas dezenove vacas, além de o estudo da

⁹⁶ APU, inventário *post mortem* de Felicíssima Cândida Pereira, 07/11/1870, caixa 102.

⁹⁷ Denominava-se *ferramenta* o conjunto de instrumentos usados num determinado ofício. Por exemplo, a ferramenta de carpinteiro era constituída por formões, trados, limas, serras, serrotes, compassos, verrumas, juntouras, esquadros, cantis e outros.

planta da fazenda, elaborado por Lemos (1999), ter evidenciado uma antiga casa de queijos, no primeiro pavimento da casa. O algodão era colhido, descaroçado, cardado, fiado e tecido lá mesmo, como se deduz pela presença da maquinaria do complexo de fiação e tecelagem. As ferramentas de roça eram forjadas na tenda de ferreiro, a partir de ferro bruto em barra. Nela, até mesmo se faziam pratos de estanho.

Joaquim teve onze filhos, dos quais oito ainda viviam com ele na fazenda, em 1870. Mas todo o trabalho devia ser desempenhado pelos seus vinte e dois escravos. O exame do plantel mostra que, provavelmente, ocorria ali o que, no capítulo anterior, foi demonstrado para toda a região: o crescimento natural, e não a aquisição por intermédio do tráfico, era a principal forma de reprodução da força de trabalho escrava. Dos cativos, dez eram crianças de até 14 anos, sete eram homens de até 50 anos, três eram mulheres na mesma faixa de idade, e dois — Manoel e Ana, africanos, casados um com o outro — eram idosos.

São Francisco é um exemplo bem documentado de uma típica fazenda mineira, mas esses aspectos não eram exclusivos de grandes unidades. A ausência de especialização era uma característica geral, independente da escala: pequenas, médias e grandes unidades tendiam a apresentar os perfis produtivos semelhantes, embora determinadas atividades de beneficiamento e transformação estivessem ligadas à dimensão das propriedades e posses mancipias.

O sítio de Francisco Martins Rodrigues, por exemplo, localizava-se a, aproximadamente, três léguas ao sul da Fazenda São Francisco, à beira do Ribeirão da Rocinha. Em 1870, Francisco era o que se considerou, no capítulo 5, um pequeno proprietário para os padrões da época: possuía 41 alqueires de terra, entre campos e culturas. Tinha apenas dois escravos, Joaquim e Ana; em seu sítio, havia “casas de morada, moinho, monjolo, paiol, rego d’água e fontes⁹⁸”. A presença de ferramentas de roça, maquinário rústico, quinze cabeças de gado, quatro rodas de fiar e um tear entre seus pertences mostra que, do ponto de vista técnico, a agricultura, pecuária, beneficiamento de alimentos, fiação e tecelagem ali praticadas em nada se diferenciavam do que existia na grande fazenda vizinha. No entanto, com um número tão pequeno de escravos, Francisco não tinha como possuir um engenho de cana, assim, para adquirir rapadura ou açúcar, teria que pagar por eles.

⁹⁸ APU, inventário *post mortem* de Francisco Martins Rodrigues, 10/11/1870, caixa 101.

O perfil diversificado das fazendas era reproduzido no nível das economias regionais. A fazenda mineira era um microcosmo: as características vistas na escala local — variedade, flexibilidade, tendência a reduzir custos pela incorporação de etapas de transformação, reprodução natural da força de trabalho — também eram observadas na escala regional. Segundo Paiva e Godoy:

A magnitude e complexidade da economia de Minas Gerais, ao permitir a convivência de sólidas conexões internas com ampla inserção em mercados externos, propulsionou surgimento de organização econômica original. Seja perscrutando as unidades menores, as fazendas mineiras, seja examinando as grandes entidades, as regiões, constata-se o mesmo padrão. Introvertido e extrovertido ao mesmo tempo. Plural, independente e elástico (2002, p. 55).

A economia mineira organizava-se, portanto, num padrão espacial *centrífugo* e *em mosaico*. Martins, Lima e Silva (2002) demonstraram, com base nos dados da tentativa de recenseamento do governo provincial de 1862-1863, que mesmo as regiões que se especializavam em produtos para exportação mantinham, no plano doméstico, o perfil diversificado. A especialização exportadora da fazenda mineira, como no caso da cafeicultura na Zona da Mata, era alcançada por meio da hipertrofia de uma determinada atividade, mas sem prejuízo das demais.

O esforço em reduzir custos pela introjeção das etapas de transformação e da reprodução da força de trabalho não denota que as fazendas fossem completamente auto-suficientes, nem que estivessem desinseridas da economia de mercado. Como já foi dito mais de uma vez, a província tornou-se, no século XIX, grande área de produção de alimentos para o abastecimento de outras partes do país. Os excedentes de cada fazenda e região eram movimentados por tropas e carros de bois, que percorriam todas as partes da província numa intrincada rede de comércio. Os fluxos mercantis ocorriam nas escalas dos lugares, das regiões e das províncias:

O comércio de Minas Gerais estava segmentado em três tipos básicos de fluxos: inter-provinciais, inter-regionais e intra-regionais. Contudo, parte dos fluxos inter e intra-regionais possuía autonomia relativa, decorrência da existência de grande mercado interno, com expressivo nível de renda e, em larga medida, desvinculado, ao menos diretamente, dos setores exportadores (PAIVA, GODOY, 2002, p. 35).

Havia, em primeiro plano, um grande fluxo intra-regional de mercadorias. Algumas atividades econômicas só podiam ser desenvolvidas com base em de certa escala de trabalho e produção, como, por exemplo, os engenhos de cana, o que obrigava aqueles que não os possuísssem a adquirir, no mercado açúcar, rapadura e

aguardente. A análise da produção açucareira e aguardenteira é um ponto de partida bastante adequado para o entendimento dos mercados locais.

7.1 Engenhos e produção canavieira no Triângulo Mineiro no século XIX

Godoy (2002) desenvolveu amplo estudo sobre a economia canavieira de Minas Gerais no século XIX, tendo por base os *Mapas de Engenhos Aguardenteiros e Casa de Negócio*, um recenseamento dos engenhos feito pelo governo provincial em 1836. Constatou, de forma surpreendente, que a província, entre 1836 e 1852, superava em muito o número de engenhos de todas as demais províncias do Brasil (tabela 21). Em termos de produção bruta, em Minas, “a quantidade de açúcar era equivalente à de São Paulo, bem superior a de Alagoas e Sergipe e pequena frente à de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro” (2002, p.34).

Tabela 21: Número de engenhos de cana dos principais espaços canavieiros do Brasil, 1836-1852.

Espaço canavieiro	Ano	Número de Engenhos
Minas Gerais	1836	4,150
Pernambuco	1844	925
Alagoas	1849	316
Sergipe	1838	445
Bahia	1833	603
Rio de Janeiro	1852	788
São Paulo	1836	901

Fonte: Godoy (2002, p. 9).

O autor verificou a onipresença da produção sucro-aguardenteira em todo o território provincial, embora com certa concentração nas regiões Mineradora Central Oeste, com mais de um quarto das fábricas, e Intermediária de Pitangui Tamanduá e Mineradora Central Leste, com outra quarta parte. Além disso, observou o grande número de pequenos engenhos — chamados, nas províncias nordestinas, de *engenhocas* (SHWARTZ, 1999) — com número reduzido de escravos, o que lhe permitiu concluir que faziam parte dos complexos produtivos das *fazendas mineiras*. Embora as grandes escravarias não fossem comuns nos engenhos mineiros, a necessidade de trabalho coletivo e cooperativo fazia freqüentes os pequenos plantéis: “a produção de derivados da cana era atividade fortemente associada com

a escravidão, voltada preferencialmente para o mercado interno e estava inserida em expressiva parcela das fazendas mineiras” (GODOY, 2002, p. 18).

Diversamente das demais regiões canaveiras, o consumo da produção era quase integralmente local ou regional. No entanto, como em todas as demais atividades do complexo da fazenda mineira, a importância da produção açucareira e aguardenteira variava de uma para outra unidade: em algumas, voltava-se para o autoconsumo; noutras, tendia à semi-especialização com produção para o mercado (GODOY, 2002).

Mapa 30: Minas Gerais, 1831-1832: regiões exportadoras e importadoras de derivados da cana.
Fonte: elaborado com base em Godoy (2002).

As diferenças na posição do setor frente às demais atividades também ocorriam na escala do território da província. Com base em uma descrição detalhada dos engenhos do Calambau⁹⁹, de 1831, Godoy (2002) estimou a produtividade média anual por escravo em 95 kg de açúcar, ou 294 kg de rapadura, ou 259 litros de aguardente. Supondo que a produtividade de todos os engenhos de Minas fosse semelhante aos do Calambau, considerando-se que usavam técnica semelhante, o autor estimou a produção média sucro-aguardenteira em todas as regiões da

⁹⁹ Hoje Presidente Bernardes.

província para o ano de 1831. Pela produção per capita, o autor estimou quais regiões poderiam exportar excedentes para o mercado extra-regional: aquelas que tivessem produção per capita abaixo da média provincial seriam, provavelmente, regiões importadoras; as que tivessem produção acima da média, regiões exportadoras. Com base nos dados apresentados por Godoy, foi elaborado o mapa 31.

Conforme se vê, o Triângulo Mineiro estava entre as regiões importadoras de produtos do setor sucro-aguardenteiro. Godoy (2002) acredita que a região dependia de importações de Goiás e da região de Pitangui Tamanduá. O autor também observou que, nessa região, um quinto dos engenhos não tinha escravos, enquanto ,na Zona da Mata, por exemplo, todos os engenhos dependiam do trabalho dos cativos. Além disso, não havia unidade alguma com mais de 35 escravos, enquanto ,no Sudeste da província, por exemplo, 45% delas contavam com plantéis superiores a esse número. Assim, em 1832, segundo a análise de Paiva, o Triângulo Mineiro era uma região de pequenos engenhos de cana.

Para melhor entender a estrutura da produção de derivados da cana no Triângulo Mineiro durante o terceiro quartel do século XIX, utilizamo-nos, nesta seção, de inventários *post mortem* produzidos em Uberaba entre 1860 e 1879. Os processos nos quais foram arrolados engenhos nesse período somam 37, ou 13,4% de um total de 276 documentos. Considerando-se apenas os inventariados com propriedades fundiárias, perfazem 21,9% do total, ou seja, pouco mais de um quinto das fazendas e sítios da região dispunha de engenhos. Ao se distribuir as unidades sucro-aguardenteiras por posse de escravos (tabela 22), e comparando-as com os dados de Godoy (2002), nota-se que os números são quase os mesmos. Noutras palavras, a estrutura do setor de derivados da cana de açúcar no Triângulo Mineiro pouco ou nada mudou entre 1831 e 1879: continuaram predominando as pequenas unidades com até dez escravos. Como em 1831, nas décadas de 1860 e 1870, os engenhos sem escravos respondiam por um quinto do total das unidades. Também se manteve o número médio de escravos por engenho: de acordo com o estudo de Godoy, eram 7,5; neste trabalho, foram encontrados 7,9 cativos por unidade.

Tabela 22: Triângulo Mineiro e Uberaba, 1832/33-1860/79: distribuição dos engenhos por posse de escravos, por unidade

Período	Percentual de engenhos por posse de escravos.				
	nenhum	1 a 3	4 a 10	11 a 35	mais de 36
1831/1832	20,00%	20,00%	26,70%	33,30%	0,00%
1869/1879	21,62%	18,92%	32,43%	27,03%	0,00%

Fonte: inventários *post mortem* do Arquivo Público de Uberaba e Godoy (2002, p. 12).

Os engenhos com alambiques totalizaram, na amostra aqui estudada, 21,6% do total. Não há como saber se eram exclusivamente aguardenteiros, pois podiam também produzir rapadura e açúcar. Em alguns casos isso se confirmou pela discriminação de formas de rapadura e tachas, junto com os alambiques, ou de estoques de produtos, como no inventário de Francelina Cândida de Jesus¹⁰⁰, em que foram listadas 30 arrobas de açúcar e 40 barris de aguardente. Nos engenhos sem alambique, podia-se ter certeza deque não produziam aguardente. Essa característica das fontes dificulta a comparação com os dados de Godoy (2002), relativos à proporção entre unidades aguardenteiras e açucareiras¹⁰¹.

A localização de 34 das unidades estudadas pode ser vista no mapa 32. Como se pode constatar, ao compará-lo com o mapa 24, a distribuição dos engenhos é a mesma dos sítios e fazendas da época. Não havia, portanto, aglomeração da atividade em determinadas porções do território, o que indica não ter havido especialização. Essas unidades, dispersas nas áreas de aglomeração de fazendas e sítios, tinham como mercado, possivelmente, os arredores dos lugares onde se situavam. Saint Hilaire, em 1819, ao passar pela Fazenda dos Casados, próximo à aldeia de Santana, observou: “havia ali um rancho espaçoso e um engenho de açúcar, sendo fabricada na fazenda toda a cachaça vendida nas redondezas, principalmente nas aldeias” (1975b, p. 139).

Outro dado que aponta para uma não-especialização do setor é que, nas fazendas com engenhos, naquelas com mais de 10 escravos, era mais freqüente encontrar outras atividades, como carpintaria, fiação, tecelagem e pecuária¹⁰² do que nas demais unidades (tabela 23). Isso demonstra que, sobretudo nas propriedades médias e grandes, o engenho era parte do complexo produtivo da fazenda mineira, não tendo havido especialização nessa atividade específica.

Tabela 23: Uberaba, 1860-1879: presença de carpintaria, fiação, tecelagem e pecuária nas fazendas com engenhos de cana. Comparação entre todas as unidades e unidades com mais de 10 escravos

Unidades com engenhos	Carpintaria	Fiação	Tecelagem:	Pecuária > 20 cabeças:
Todas	37,84%	48,65%	52,78%	10,81%
Com mais de 10 escravos:	41,67%	66,67%	58,33%	91,67%

Fonte: elaborado com base nos inventários *post mortem* do Arquivo Público de Uberaba.

¹⁰⁰ APU, inventário *post mortem* de Francelina Cândida de Jesus, 04/12/1869, caixa 101.

¹⁰¹ De acordo com Godoy (2002), no Triângulo, em 1831, 40% dos engenhos eram rapadureiros e açucareiros, 40% aguardenteiros e 20% mistos.

¹⁰² Na elaboração da tabela, não foram contados os bois de carro, usados nos engenhos.

Mapa 31: Uberaba, 1860-1879: localização dos engenhos de cana no município.
 Fonte: elaborado com base em de inventários *post mortem* do Arquivo Público de Uberaba.

Quanto à técnica usada nos engenhos triangulinos, alguns inventários descrevem-nas de forma um pouco mais pormenorizada, como o de Jacinto Ferreira da Fonseca, em que se lê que, em sua Fazenda da Tenda, possuía “um engenho de moer cana, movido por bois, contendo sete formas de fazer açúcar, três gamelas, uma forma de fazer rapaduras e três escumadeiras”¹⁰³. Estavam também listadas duas tachas de cobre de tamanhos diferentes. Em muitos casos, os engenhos são descritos como “de cilindro”¹⁰⁴. Essas informações sugerem se tratar de pequenas unidades, com capacidade de produção limitada, pois grandes engenhos, como os estudados por Schwartz (1999), na Bahia do século XVII, usavam várias caldeiras — quatro a cinco em média — e dezenas de tachas, escumadeiras e formas.

Além disso, é provável tratar-se de engenhos com cilindros horizontais. Segundo Schwartz (1999), os engenhos verticais, além de serem muito grandes e

¹⁰³ APU, inventário *post mortem* de Jacinto Ferreira da Fonseca, 21/10/1878, caixa 110.

¹⁰⁴ APU, inventário *post mortem* de Francelina Cândida de Jesus, 04/12/1869, caixa 101.

de difícil confecção, caíram em desuso ao longo do século XVII no Brasil. A forma que se disseminou em toda a colônia foi a “de palito”, com tambores horizontais leves. Por isso, podiam ser movimentados por pequenas juntas de bois. Calculou-se, por meio da amostra aqui estudada, a média de 13,5 bois carreiros por engenho, no município de Uberaba. Esses bois, por certo, não eram usados apenas na moagem, mas também no transporte de cana e outros produtos das fazendas. Contudo seu número relativamente pequeno é sugestivo do reduzido porte da produção açucareira e aguardenteira: nos grandes engenhos baianos, usava-se até 100 bois (SCHWARTZ, 1999). Saint Hilaire descreveu um engenho em Itanguá que em nada lembra os pesados maquinismos baianos do século XVII: “fomos ver o engenho de açúcar, e ainda desta vez admirei a elegância e a leveza da engrenagem da moenda. Os cilindros eram de madeira, como os de todos os engenhos da província de Minas” (2000, p. 199).

Com esse estudo de caso, consegue-se entender como se desenvolviam os mercados locais na região do Triângulo Mineiro. A produção de derivados da cana era feita por algumas unidades, que realizavam o excedente da produção nos mercados locais, por meio dos quais os não-produtores tinham acesso a eles. O que foi estudado aqui em relação à produção sucro-aguardenteira, ocorria, de forma semelhante, com a moagem de grãos e a fiação e tecelagem: as diferenças na escala de produção entre pequenas, médias e grandes fazendas determinavam uma divisão local do trabalho em nível rudimentar, que levavam a por estabelecer fluxos mercantis.

7.2 Fiação e tecelagem

O exemplo de como se organizava a produção de açúcar, rapadura e aguardente revela a existência de um nível elementar de trocas, que, na verdade, correspondia à maior parte da vida mercantil naquela época e região. Com os fios e panos, ocorria o mesmo que com os engenhos: embora houvesse uma desconcentração espacial das unidades produtivas, e uma diversidade social pequena entre os produtores, as diferenças de escala beneficiavam as unidades maiores.

A força de trabalho no setor têxtil era fundamentalmente feminina, desempenhada como complemento das atividades domésticas. Nas palavras de Libby, “a indústria têxtil doméstica era de longe a mais importante das atividades de

transformação do setor industrial que se desenvolveram em Minas no século passado” (1988, p. 201). A dispersão da produção nas diferentes regiões e grupos sociais, e o baixo custo do maquinário de madeira puseram os fios e panos entre os principais produtos exportados pela província. No Triângulo Mineiro, entre 1831 e 1840, segundo o autor:

Embora não tenhamos dados completos sobre as ocupações para o Triângulo Mineiro, é possível afirmar que nessa região a indústria têxtil doméstica também absorvia grande parte da mão de obra feminina, pois (...) mais de três quartos das mulheres chefes de domicílio eram fiandeiras ou tecedeiras (1988, p. 203).

As fazendas mineiras, como já foi visto, também incorporavam essa atividade. Quando Libby utiliza o termo *indústria*, fá-lo no sentido lato: longe de ser urbana, a atividade têxtil disseminava-se pelo interior das casas, sítios e fazendas em todo o território mineiro oitocentista. Contudo as unidades maiores, sobretudo se tivessem muitos escravos, tendiam a concentrá-la mais do que as menores. Descaroçamento, carda e fiação eram tarefas mais simples, desempenhadas por meio de máquinas de fácil manejo. A tecelagem, por outro lado, exigia maior destreza e tempo de trabalho.

Dessa forma, nas etapas de descaroçamento, carda e fiação, a produtividade era diretamente proporcional ao número de trabalhadoras engajadas nas fases sucessivas do processo, isto é, na escala da produção. Já na tecelagem, dependia-se das habilidades de poucas e experimentadas tecelãs. A tabela 24 mostra que a presença de rodas de fiar (figura 16), nas fazendas e sítios, era diretamente proporcional ao tamanho das propriedades rurais e ao número de escravos. No entanto, a presença de teares (figura 17) era ainda mais fortemente dependente da escala da propriedade e do número de cativos, o que pode ser melhor observado no gráfico 17. Percebe-se que, à medida que aumentava a extensão da propriedade e o plantel de escravos, aumentava o número médio de rodas, mas não o de teares, que era, quase, sempre igual a um por fazenda.

Tabela 24: Uberaba, 1860-1869: porcentagem de propriedades rurais com atividades de fiação e tecelagem, e número médio de escravos, rodas de fiar e teares, por tamanho de propriedade.

Fiação e tecelagem em 1860			
	Pequenos	Médios	Grandes
Fiação:	46,15%	57,14%	83,33%
Tecelagem:	20,51%	40,00%	66,67%
No.de escravos:	2,2	4,8	13,0
No. médio rodas:	2,4	3,6	5,0
no. médio teares	1,1	1,0	1,0

Fonte: Arquivo Público de Uberaba, inventários *post mortem*.

Figura 16: Tupaciguara (MG): rodas de fiar.
Foto: Luís Augusto Bustamante Lourenço.

Figura 17: Tupaciguara (MG): tear horizontal.
Foto: Luís Augusto Bustamante Lourenço.

Gráfico 17: Uberaba, 1860-1869: porcentagem de propriedades rurais com atividades de fiação e tecelagem, por tamanho de propriedade.

Fonte: Arquivo Público de Uberaba, inventários *post mortem*.

Assim, a escala da produção dependia da disponibilidade de força de trabalho na fiação, tanto de escravas quanto de mulheres livres do núcleo familiar, e da presença de artesãs com conhecimento técnico da tecelagem. A maquinaria de madeira era facilmente obtida e tinha baixo preço: certamente, não era o que determinava a maior produção têxtil nas grandes fazendas. Por exemplo, no sítio de Francisco Gomes Martins¹⁰⁵, em 1865, havia três rodas de fiar e um tear. Francisco não tinha escravos, portanto, sua esposa Ana e suas filhas adolescentes, Eufrásia, Luíza e Ana, eram quem os usava. Já Joaquina Maria de Jesus¹⁰⁶ era bastante idosa quando seu marido Manuel faleceu, em 1861. Todos os seus doze filhos haviam se casado, menos Ana Jacinta, que, solteira aos 58 anos, ainda vivia com a mãe. Em sua casa, encontravam-se seis rodas de fiar e um tear, que, por certo, eram usadas por suas escravas Maria, Emiliana, Bárbara, Mariana, Antônia, Joana, Emerenciana e Constância, esta a mais jovem delas, com 11 anos.

Assim, uma divisão social do trabalho ainda incipiente, estabelecida essencialmente entre grandes e pequenas fazendas, ou entre unidades de mesmo porte, mas com algumas diferenças entre seus perfis produtivos, era o que movimentava os mercados dos arraiais e, portanto, os fluxos intra-regionais no Triângulo Mineiro, até 1879. Talvez, essa multiplicidade de pequenos fluxos e trocas mobilizasse mais produtos e recursos que qualquer outro nível de comércio do qual

¹⁰⁵ APU, inventário *post mortem* de Francisco Gomes Martins, 18/02/1865, caixa 99.

¹⁰⁶ APU, inventário *post mortem* de Manuel Francisco Vargas, 16/02/1861, caixa 97.

a região participasse. No entanto era o comércio de médias e longas distâncias, o que permitia o acesso a gêneros não produzidos pela economia regional, o desenvolvimento dos núcleos urbanos de maior porte e a existência uma elite mercantil. Dentre os artigos exportados pelo Triângulo Mineiro, o gado era, sem dúvida, o principal meio pelo qual a região punha-se em contato com a economia provincial e nacional.

7.3 Comércio de gado

A instalação da Corte portuguesa no Brasil, em 1808; a Independência, em 1822; e, sobretudo, a expansão da cafeicultura pelo interior fluminense, desde 1830, transformaram a capital do Império e a província do Rio de Janeiro num grande mercado para a produção de alimentos trazidos de Minas Gerais. O consumo gerado pela cidade do Rio de Janeiro — 80 mil habitantes nos primeiros anos do século, 274 mil em 1872 — mobilizava mercadorias não só da província mineira, mas também de Goiás, São Paulo e do sul do Brasil, configurando uma rede de abastecimento cujo raio alcançava centenas de quilômetros (FRAGOSO, 1998). Tal organização tentacular de abastecimento, de acordo com Fernand Braudel, era característica de todas as grandes cidades do Antigo Regime, como Paris ou Londres. O crescimento de qualquer metrópole polarizava as economias regionais em zonas concêntricas: “como no esquema de Thunen, as regiões mais afastadas estão relacionadas com o comércio do gado” (1996a, p. 26).

Em Minas Gerais, as regiões Sul e Mata, mais próximas da capital do Império, exportavam uma diversificada gama de produtos. As regiões mais distantes, a oeste e norte da província, participavam essencialmente com a venda do gado. Todo o fluxo mercantil vindo da província afunilava na Estrada Real, o que fazia dos subúrbios do Rio de Janeiro uma área de intensa movimentação. Segundo o testemunho de Saint Hilaire:

As estradas vizinhas da capital do Brasil são hoje em dia tão movimentadas como as que conduzem às grandes cidades da Europa. Durante umas duas léguas não deixamos de encontrar homens a pé e a cavalo, e negros que conduziam descarregados os cargueiros que pela manhã haviam levado à cidade com provisões; rebanhos de bois, e varas de porcos, tocados por mineiros, avançavam lentamente, fazendo voar turbilhões de pó (...). (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 36)

O Triângulo Mineiro tornou-se parte dessa rede de abastecimento da cidade do Rio de Janeiro. Graças à forma com que se deu sua ocupação econômica, fundamentada na fazenda mineira, e à distância geográfica em relação ao Município Neutro e Vale do Paraíba do Sul, o gado bovino tornou-se o principal artigo exportado pela região. Nas palavras de João Luís Fragoso:

As regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba consistem em áreas agropecuárias, também ligadas ao suprimento do mercado do Sudeste. Aliás, acredita-se que tais áreas, juntamente com o Sul e o Oeste, grosso modo, teriam uma estrutura econômica em comum. Em outras palavras, nelas teríamos uma economia mercantil voltada ao abastecimento interno e assentada no trabalho escravo (...). No caso do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, tal integração ao comércio do Sudeste se daria, particularmente, via criação de gado (1998, p. 130).

Desde o início da ocupação luso-brasileira do Sertão da Farinha Podre, estabeleceu-se uma rede de comércio de bovinos entre esse território e as cidades do oeste de Minas, como Pium-í, Formiga e Oliveira. Conforme o que já foi aqui exposto, estas cidades ligavam-se a São João Del Rei, núcleo que, estando a jusante deste e de uma série de outros fluxos do comércio do gado, vindos do Sul, Alto Paranaíba e Goiás, retinha, em função dessa intermediação, grande parte do excedente produzido nessas regiões. Saint Hilaire, em sua passagem por Uberaba, em 1819, observou:

A criação de ovelhas, de porcos e principalmente de bois constitui sua principal ocupação, sendo que vários deles já possuem de 500 a 1.000 cabeças de gado. Os negociantes de Formiga, que não é demasiadamente distante do arraial, costumam vir até ali para comprar bois e em seguida enviá-los à capital do Brasil (1975b, p. 151).

O sistema de internada e revenda de gado passava também por Araxá. O naturalista francês, de passagem por aquela vila, descreveu-o:

[Os mercadores araxaenses] percorriam as fazendas levando cobertores, chumbo para caçar e outros artigos, que trocavam por bois. O gado assim adquirido era posto a engordar nas excelentes pastagens de sua terra e depois vendido aos mercadores da comarca de São João Del Rei, os quais (...) a todos os anos comprar bois no distrito de Araxá (1975a, p. 102).

Em meados do século, embora a exportação de algodão também tivesse importância, a pecuária bovina e suína consolidou-se como a principal forma de realização do excedente gerado na região. Segundo Bergard, “uma estimativa de 1855 indicava que 5.000 cabeças de gado, 7.000 porcos e 4.000 couros eram enviados anualmente de Araxá, Uberaba e Patrocínio para o Rio de Janeiro” (2004,

p. 116). Nesse mesmo período, a capacidade de produção na região aumentou, à medida que as porções do território situadas a norte — Monte Alegre, Santa Maria e Uberabinha —, a noroeste — Prata, Rio Verde e São José do Tejuco — e oeste — Frutal e São Francisco Sales — de Uberaba eram ocupadas por fazendeiros e rebanhos. No relatório econômico do governo provincial de 1858, o município do Prata figurava entre as grandes áreas de criação de gado da província, enviando, anualmente, em torno de 10.000 cabeças ao Rio de Janeiro (BERGARD, 2004).

Entre as décadas de 1850 e 1860, ocorreram mudanças importantes no sistema de comércio de bovinos na região. O desenvolvimento da pecuária no Sul de Minas, em especial, na bacia do Alto Rio Grande, fez surgir novas rotas para o comércio de gado. Invernistas do Sul e de Uberaba associaram-se a comerciantes de gado cariocas para estabelecer o monopólio sobre a compra de gado no oeste mineiro, contornando os intermediários de Formiga, Oliveira e São João Del Rei. Graça Filho (2002), com base num inquérito promovido pelo governo provincial em 1857, descreveu o esquema montado por Francisco José de Mello e Souza, comerciante de gado e proprietário de rede com mais de 30 açougues na cidade do Rio de Janeiro. Esse marchante, associado a recriadores de Passos, Jacuí e Uberaba, instituiu privilégio exclusivo na compra de rebanhos dos invernistas do Triângulo e Sul, ao oferecer preços melhores do que os intermediários sanjoanenses e formiguenses. Incapazes de concorrer com os preços pagos pelo negociante carioca, que também controlava a rede de pastagens para pouso até a Corte, os comerciantes sanjoanenses dirigiram várias queixas ao governo da província.

Na década de 1870, a expansão da economia cafeeira, na província de São Paulo, fez melhorar as condições de mercado e os preços para os criadores triangulinos. Um acontecimento viário que contribuiu para o maior acesso ao mercado paulista foi a construção da Ponte do Jaguará sobre o Rio Grande, em 1860, como foi visto no capítulo 4. O gráfico 18 mostra a curva de preços médios do garrote de dois anos, em ponto de recria, em Uberaba, nas últimas quatro décadas do século XIX, calculados com base em inventários *post mortem*. O gráfico 19 traz os mesmos preços convertidos em *pence*. Observa-se a subida de preços, em mil-réis, durante a década de 1870, determinando um novo patamar de valores que se manteve, apesar das flutuações conjunturais, até a década de 1890, quando se verifica novo e forte aumento.

Gráfico 18: Uberaba, 1860-1900: preço do garrote de dois anos, em mil-réis.
Fonte: elaborado com base em inventários post mortem do Arquivo Público de Uberaba.

Gráfico 19: Uberaba, 1860-1900: preço do garrote de dois anos, em *pence*.
Fonte: elaborado com base em inventários post mortem do Arquivo Público de Uberaba e tabela de conversão cambial (anexo 1).

Para se avaliar o impacto das mudanças ocorridas na rede do comércio de gado ligada à região, elaborou-se o mapa 33, por meio dos dados do Recenseamento do Império (1876) e da reconstituição do traçado das estradas, com base na carta de William Scully (1866). Os símbolos que representam os núcleos urbanos têm tamanho proporcional ao número de comerciantes estabelecidos, de acordo com os dados do censo. Estes dados incluíam todos — pequenos, médios e grandes mercadores — em uma única soma para cada localidade. Portanto, o mapa não mostra especificamente aglomerações de comerciantes de gado; todavia a concentração de atividades de mercancia sinalizava maior ou menor capacidade de acumulação de capital mercantil em cada núcleo. Como o comércio de gado era um

dos principais negócios da província, é provável ter existido correlação entre este e os demais ramos do setor mercantil.

O mapa mostra que São João Del Rei, após 1860, passou a compartilhar centralidade com núcleos do Sul de Minas, em particular, Baependi. Além disso, nota-se a perda de centralidade de Araxá, talvez, o núcleo que mais tenha sofrido com o desenvolvimento das novas rotas de comércio de bovinos no oeste e no sul da província. A concentração de comerciantes na Bagagem explica-se pelo formidável surto diamantífero daquela localidade, iniciado em 1850.

Mapa 32: Minas Gerais, 1872: rotas do comércio de gado entre o Triângulo Mineiro e o Rio de Janeiro, e núcleos mercantis intermediários. Os círculos que representam os centros urbanos são proporcionais ao número de comerciantes.

Fonte: elaborado com base nos dados do *Recenseamento do Império do Brasil* (1876) e no mapa de William Scully (1866).

A título de conclusão parcial, a análise dos dados até aqui apresentados comprovam que o gado bovino foi o principal artigo exportado pelo Triângulo Mineiro, ao longo do século XIX. Após 1860, a região passou a reter mais os excedentes gerados no nível regional, ampliando sua capacidade de acumulação, em virtude do desenvolvimento de novas rotas de comércio pelo sul da província, do surgimento de novos mercados, como as zonas cafeicultoras de São Paulo, e de

algum desenvolvimento viário, como a ponte sobre o Rio Grande. Essas mudanças ocorreram ainda no período pré-ferroviário: será preciso, adiante, avaliar o impacto da ferrovia sobre a economia regional. Antes, todavia, faz-se necessária uma análise sobre as técnicas da agricultura utilizadas no Triângulo Mineiro até as últimas décadas do século XIX.

7.4 Agricultura de enxada

Ester Boserup escreveu sua obra mais relevante — *Evolução Agrária e Pressão Demográfica* (1987) — como uma crítica ao malthusianismo. Após anos de experiência e coleta de observações entre populações camponesas em diversas partes do mundo, propôs um modelo teórico para explicar a evolução entre sistemas agrícolas em diferentes estágios tecnológicos. Invertendo a lógica malthusiana, a autora afirmou que são as densidades demográficas que determinam as formas de uso da terra, e não o oposto. Assim, não é a passagem da enxada para o arado, por exemplo, que faz aumentar o crescimento demográfico pelo aumento da produtividade agrícola, mas é o crescimento demográfico que faz com que populações rurais adotem técnicas mais intensivas, isto é, troquem a enxada pelo arado.

Em áreas esparsamente povoadas, não importando a região do mundo, o clima ou os solos, o sistema de cultivo adotado tende a se fazer em pousio longo ou florestal:

Sob esse sistema, clareiras são abertas, anualmente, nas florestas e semeadas ou plantadas por um ano ou dois. Em seguida, são abandonadas durante um período longo o suficiente para que a floresta as invada outra vez. O que significa que o pousio deve durar de vinte a trinta anos pelo menos (BOSERUP, 1987, p. 13).

Nesse sistema, são escolhidas áreas de mata virgem onde é feita a derrubada por meio do uso do machado e do fogo. Em seguida, é feito o plantio em meio às cinzas e restos da vegetação. Esse manejo não requer capina, de forma que a enxada de ferro é dispensável, e o arado é impossível de ser usado. A vara de plantar — conhecida no Brasil colonial como *chuço* — é, nesse caso, o instrumento adequado para o plantio.

Sérgio Buarque de Holanda (1995) referiu-se às tentativas frustradas de introduzir o arado na capitania de São Paulo, no século XVIII. Os imigrantes portugueses que para lá se dirigiram — muitos deles minhotos acostumados a usar

pesadas charruas de ferro em suas regiões de origem — logo abandonaram essa técnica em favor derrubada das matas com machado e fogo e plantio com chuço. Holanda lembrou também o experimento do morgado de Mateus com arados, em São Paulo, em 1766, logo abandonado. Na busca de uma explicação, o autor indagou: “será lícito dizer-se, como o disse um geógrafo dos nossos dias, que o recurso a técnicas européias constitui, em muitos casos, uma violência infligida à natureza tropical?” (1995, p. 205).

Na verdade, segundo Boserup, não é essa a questão. O uso do pousio longo em terras tropicais não está ligado ao clima ou aos solos, mas à densidade demográfica. O abandono do arado pelos colonizadores, nos primeiros tempos da ocupação territorial, explica-se pela maior produtividade homem-hora do pousio florestal. O sistema é menos trabalhoso, o preparo do solo é feito em grande parte pelo fogo, não requer adubação ou capinas, prescinde de animais de tiro, e a produtividade por unidade cultivada é alta: “povos que praticam sistemas intensivos de cultivo, mas recorrem, subsidiariamente, ao cultivo com pousio longo referem-se a este último como um ‘sistema fácil’, que dá boas colheitas com pouca inversão de trabalho” (1987, p. 30-31).

Na capitania de São Paulo, de acordo com Maria Luíza Marcílio, a passagem entre o alqueive florestal e o arbustivo ocorreu no século XVIII, com o aumento populacional:

A passagem do sistema do pousio longo e florestal para o outro, menos longo e arbustivo, ocorreu em partes do território paulista por volta da segunda metade do século XVIII, quando a população regional aumentou muito e houve, paralelamente, a intervenção do capitalismo colonial na economia de subsistência reinante, com a introdução da agricultura de plantation (2000, p. 166).

O pousio arbustivo também utiliza o fogo no preparo do solo, mas a terra volta a ser usada num período de tempo mais curto, em torno de seis a dez anos: não há tempo para a reconstituição de uma floresta secundária, apenas de uma vegetação do tipo herbáceo-arbustiva. O preparo do solo, nesse caso, não pode ser feito apenas com o chuço, e exige a enxada de ferro para retirar arbustos e ervas: “assim, a enxada não é introduzida apenas como um aperfeiçoamento técnico da vara de plantar. Ela é introduzida, tipicamente, quando uma operação adicional se torna necessária, isto é, quando o pousio longo é substituído por pousio curto” (1987, p. 24).

Fernand Braudel (1995) entendia de maneira semelhante a geografia mundial dos sistemas de cultivo. Identificou um cinturão contínuo das culturas conhecedoras da enxada, que abraça todo o planeta, aproximadamente, entre as latitudes tropicais. A produtividade do sistema, segundo o historiador, era mais alta que a agricultura de arado dos camponeses europeus durante o Antigo Regime. Sua explicação é a mesma de Boserup:

Conclui-se que o trabalho dos camponeses de enxada é mais produtivo (dado o tempo e o esforço gastos) do que o dos lavradores da Europa ou dos orizicultores da Ásia, mas não permite sociedades densas. Não é o solo ou o clima o que privilegia este trabalho primitivo, mas a imensidão de terreno em pousio disponível (precisamente por causa da debilidade de povoamento) e formas de sociedade que constituem uma rede de hábitos difícil de romper (...) (1995, p. 154-155).

Braudel traçou também o raciocínio inverso: a presença de determinadas técnicas faz prever o sistema de pousio usado. Observou a espantosa regularidade de instrumentos, costumes e dieta entre diferentes povos que usam a enxada em todo o mundo:

A humanidade dos homens de enxada corresponde — e esse é o pormenor mais impressionante no que a eles respeita — a um conjunto bastante homogêneo de bens, de plantas, de animais, alfaías, hábitos. Homogêneo a ponto de podermos desde já, dizer, quase sem risco de errar, que a casa do camponês de enxada, onde quer que se situe, é retangular de um só piso; que sabe fabricar uma olaria grosseira; que utiliza um tear manual elementar; que prepara e consome bebidas fermentadas (mas não álcool forte); que cria pequenos animais domésticos, cabras, carneiros, porcos, cães, galinhas, por vezes abelhas (mas nenhum gado de porte) (BRAUDEL, 1995, p. 155).

É provável que a transição do pousio florestal para o arbustivo tenha ocorrido em Minas Gerais, aproximadamente, na mesma época que em São Paulo, uma vez que a população daquela capitania era muito maior. Quando de sua passagem por Minas, em 1819, Saint Hilaire descreveu o pousio arbustivo em Catas Altas:

Quando já se fizeram duas colheitas em um solo outrora coberto de matas virgens, deixa-se o terreno repousar um pouco; brotam aí árvores muito mais delgadas que as primeiras. (...) deixam-se estas crescer durante cinco, seis ou sete anos, segundo as regiões; cortam-se, novamente, queimam-se em seguida, e faz-se a plantação nas cinzas. (...) quando, nessa parte do Brasil, um terreno já foi cultivado umas poucas vezes, vê-se nascer uma samambaia imensa (...) [e] uma gramínea viscosa, pardacenta, chamada capim-gordura (...). (2000, p. 90-91).

O pousio curto ou herbáceo, segundo Boserup, ocorre quando “a terra é deixada em repouso por um ou dois anos somente. Num período tão curto, nada além de capim ou mato rasteiro invadirá os campos” (1987, p. 14). Nesse sistema, ao qual os agricultores se vêm obrigados pela redução da área de cultivo e crescimento da população, o arado se impõe:

O melhor método de limpeza do solo no sistema de pousio longo — queima da vegetação natural — é ineficiente quando essa vegetação se constitui principalmente de gramíneas. Assim é porque é tremendamente difícil a remoção das raízes de certos tipos de capins com o uso da enxada. Assim, o arado torna-se indispensável e, concomitantemente, o desaparecimento gradual de raízes de árvores e arbustos facilita o seu uso. Além disso, com a expansão dos prados no lugar das florestas, passa-se a dispor de forragem natural para os animais de tiro (BOSERUP, 1997, p. 25).

Em São Paulo, a cafeicultura da segunda metade do século XIX ainda utilizava a enxada. A formação do cafezal, conforme José de Souza Martins (2004), era uma etapa da qual os escravos — e depois os colonos imigrantes — pouco participavam. A derrubada da mata era realizada por roceiros, utilizando seus instrumentos de trabalho, contratados pelos empreiteiros ou pelo próprio fazendeiro. O colono, responsável depois pela capina e pela colheita, cultivava alimentos com enxada nos leirões. Segundo Holanda (1995), a reintrodução do arado em São Paulo somente ocorreu com os imigrantes sulistas norte-americanos assentados em Americana e Santa Bárbara, depois de 1865.

Recorrendo aos inventários *post mortem*, foi possível identificar quais técnicas de cultivo e alqueive eram usadas pelos sitiantes e fazendeiros que viviam no Triângulo Mineiro, e como evoluíram ao longo das últimas quatro décadas do século XIX. Caso se considerem corretas as proposições de Boserup e Braudel, pode-se afirmar que o sistema de pousio utilizado era o arbustivo, pois, invariavelmente, todos os processos de proprietários de terra e sitiantes citavam o seu instrumental básico: enxadas, foices e machados. Entre 1860 e 1900, dos 488 documentos examinados, em apenas dois deles foram citados os arados: no do tenente Camilo Antônio de Menezes¹⁰⁷, em 1877, e do tenente coronel José Teixeira Alves de Oliveira¹⁰⁸, ambos grandes proprietários de terra. Aparecem, portanto, mais como curiosidade tecnológica ou experimento de fazendeiros ricos, do que como ferramenta em processo de difusão no sistema produtivo.

¹⁰⁷ APU, inventário *post mortem* de Camilo Antônio de Menezes, 28/11/1877, caixa 108.

¹⁰⁸ APU, inventário *post mortem* de José Teixeira Alves de Oliveira, 30/01/1885, caixa 115.

Quadro 3: Uberaba, 1860-1900: ocorrências de cultivos e estoques de mantimentos em inventários *post mortem*.

período	Sitiantes		pequenos proprietários	
	Cultivo	Estoque	Cultivo	Estoque
1860-1869	roça de milho	café na casca marmelada	canavial roça de milho arroz	algodão milho café milho
1870-1879	café cana	milho arroz com casca café com casca açúcar redondo açúcar branco	milho feijão canavial arroz	milho feijão arroz
1880-1888		açúcar aguardente rapadura milho	canavial milho arroz	algodão fumo
1889-1900	canavial	algodão	feijão milho	milho feijão arroz com casca açúcar
Médios proprietários			Grandes proprietários	
período	Cultivo	Estoque	Cultivo	Estoque
1860-1869	canavial roça de milho arroz feijão algodão	milho café	roça de milho canavial	açúcar aguardente
1870-1879	arrozal roça de milho canavial	milho feijão arroz	roça de milho algodão	milho feijão arroz rapadura algodão
1880-1888	milho arroz canavial	algodão fumo	canavial roça de milho cafezal	milho café açúcar aguardente
1889-1900	roça de milho canavial café	milho açúcar café		milho

O quadro 3 mostra todas as ocorrências de cultivos e estoques de produtos agrícolas constantes nos inventários. Dados dessa natureza não são adequados para quantificar a produção agrícola, pois os inventariantes citavam irregularmente as roças e os estoques de mantimentos. No entanto a presença ou ausência dos gêneros, assim como as ferramentas agrícolas e a maquinaria rústica de beneficiamento são indicadores das técnicas usadas pelos agricultores.

Há dois fatos notáveis nas ocorrências mostradas no quadro. Em primeiro lugar, observa-se que tanto sitiantes em terras de terceiros, quanto pequenos, médios e grandes proprietários cultivavam e estocavam os mesmos gêneros.

Reforça-se, portanto, a idéia de que pequenas, médias e grandes unidades das fazendas mineiras tinham perfis produtivos muito semelhantes. Quanto às espécies de cultivos, mantiveram-se as mesmas descritas por Saint Hilaire (2000) em 1819, ou seja, nenhum produto novo introduziu-se na região até o final do século XIX. Ressalva deve ser feita ao café que, conforme se verá no próximo tópico, avançou sobre a região de Conquista e sul do município de Uberaba na virada do século. No entanto o café de quintal, para uso doméstico, fazia-se presente desde a década de 1860.

Noutras palavras, até o início do século XX, no Triângulo Mineiro, mantiveram-se tanto os gêneros cultivados quanto o sistema de enxada e pousio arbustivo. A modernização noutras esferas da economia, ocorrida no final do século XIX, pouco alterou as técnicas usadas na agricultura, que se mantiveram, praticamente, as mesmas da *fazenda mineira* do início do século XIX. Resta analisar o impacto das três grandes transformações estruturais que se deram após 1880 — a inserção da região na divisão territorial do trabalho comandada por São Paulo, a Abolição e a chegada dos trilhos da estrada de ferro —, sobre os demais setores das unidades rurais do Triângulo Mineiro, apresentados nos tópicos anteriores deste capítulo.

7.5 A modernização e a fazenda mineira.

A influência da chegada dos trilhos da Mogiana sobre a economia da região certamente foi positiva, não só por drenar a produção destinada ao mercado fora da província/estado e facilitar o acesso a artigos importados, mas também por trazer para esse eixo — especialmente para a cidade de Araguari, situada na ponta de linha — o escoamento dos excedentes produzidos na província de Goiás. No intuito de entender as influências do transporte ferroviário na economia regional, vale fazer algumas considerações sobre os volumes embarcados nas estações do Triângulo Mineiro, entre 1889 e 1900. Para compor os gráficos abaixo, utilizamo-nos dos *Relatórios da Diretoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro* (apud BRANDÃO, 1989, p. 79), relativos ao Triângulo Mineiro.

Gráfico 20: Volume de sal embarcado pela Companhia Mogiana para o Triângulo Mineiro, em toneladas, entre 1889 e 1900.

Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço, a partir dos dados dos Relatórios da Diretoria da Companhia para a Assembléia Geral da CMEF (Brandão, 1989).

O gráfico 20 mostra a evolução na quantidade de sal embarcado, no período, para o Triângulo Mineiro. Este produto, usado na alimentação do gado, é um bom indicador da expansão da pecuária nas regiões servidas pela ferrovia. Percebe-se um aumento no volume dos embarques de sal no período, exceto por uma queda em 1894, seguida de uma retomada do crescimento nos anos seguintes. A queda da tonelagem embarcada, naquele ano, possivelmente, reflete a crise do *encilhamento*, idéia que é reforçada pelo gráfico 21, que mostra aumento, no mesmo ano, do embarque de animais nos vagões da companhia. O aumento na venda de semoventes — gado bovino e suíno — pode ter significado busca de liquidez por parte dos criadores e invernistas, num contexto de crise e diante da impossibilidade de aumento nas compras de sal para manter os rebanhos. Graça Filho encontrou a mesma lógica durante as conjunturas de crise vividas pelos fazendeiros sanjoanenses, naquela época:

Na agricultura mercantil de subsistência a venda dos produtos era imperiosa, mesmo nas conjunturas de baixa dos preços. Tendencialmente, nesses momentos desfavoráveis, ao invés de contrair a área cultivada, a fazenda de alimentos se esforçaria para amenizar as perdas através do aumento da quantidade comercializada, tal como na economia camponesa (2002, p. 209).

Gráfico 21: Volume de animais embarcados pela Companhia Mogiana no Triângulo Mineiro, em toneladas, entre 1889 e 1900.

Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço, a partir dos dados dos Relatórios da Diretoria da Companhia para a Assembléia Geral da CMEF (Brandão, 1989).

Nota-se que, nos dois anos seguintes, houve aumento no embarque de sal, enquanto diminuía o de animais, o que pode ter sido um sinal de esforço na recomposição dos rebanhos, superada a crise.

Gráfico 22: Volume de café embarcado pela Companhia Mogiana no Triângulo Mineiro, em toneladas, entre 1889 e 1900.

Autor: Luís Augusto Bustamante Lourenço, a partir dos dados dos Relatórios da Diretoria da Companhia para a Assembléia Geral da CMEF (Brandão, 1989).

Desconsiderando-se tais flutuações conjunturais, houve uma tendência geral de aumento dos embarques de um e outro produto, sinal inequívoco de expansão econômica. Entretanto o dado mais surpreendente é a evolução nos embarques de café no Triângulo Mineiro. O gráfico 22 mostra que, em 1889, quando a ferrovia

começou a operar, os embarques de café eram insignificantes: apenas 31 toneladas entraram nos vagões da Mogiana naquele ano. No ano seguinte, as cargas quadruplicaram em volume e, no período posterior, a cada ano, pelo menos, dobraram em relação ao ano anterior.

O avanço da cafeicultura em terras triangulinas ocorria, nessa época, sobre os latossolos roxos do município de Sacramento — sobretudo na paróquia de Conquista — e no sul do termo de Uberaba. Ainda não foram efetuados estudos sistemáticos, mas dados preliminares, levantados por pesquisadores do Arquivo Público de Uberaba (MANZAN, 1995), sugerem que, nos últimos anos do século XIX, a marcha do café cruzou o Rio Grande e avançou sobre sua margem direita, junto com a extensão da Mogiana. Em decorrência, constituíram-se fortunas cafeeiras na região, como a do sacramentense Vicente de Paulo Vieira, Barão de Rifaina (VIEIRA, 1930). Em 1896, 200 trabalhadores italianos foram trazidos da Hospedaria do Imigrante de Juiz de Fora até Uberaba, empregando-se em quatro grandes fazendas do município (REZENDE, 1991). O povoado — depois de 1911, cidade — de Conquista recebeu milhares de imigrantes, especialmente italianos: o censo de 1920 mostrou que 17% da população da cidade, naquela data, era formada por estrangeiros (GUIMARÃES, 2004). Fato significativo foi a proliferação de estações intermediárias da Mogiana nos trechos sobre o município de Conquista e no sul do município de Uberaba até 1922, como pode ser visto no mapa mostrado na figura 18.

de cabeças de gado. É possível que eles, antes de 1890, criassem vacas e bois exclusivamente para a subsistência, isto é, para garantir suprimento de leite, carne e transporte para consumo nos sítios. Com a facilidade dos embarques pelos vagões, podem ter começado a criar gado com vistas ao mercado. O tamanho médio dos rebanhos por proprietário também aumentou: de 44,6 cabeças por criador, na década de 1860, subiu para 71,7 na de 1890.

Tabela 25: Uberaba, 1860-1890: tamanho médio do rebanho bovino, por dimensão de propriedade da terra.

Extensão das propriedades	Rebanhos (no de cabeças):	
	1860	1890
Pequenos	17	44
Médios	61	92
Grandes	124	133

Fonte: elaborado com base nos inventários post mortem do Arquivo Público de Uberaba.

Na década de 1890, com a introdução do gado zebu, ocorreu uma importante inovação técnica na pecuária triangulina. Há várias versões locais para a chegada dos primeiros exemplares, mas relatos de descendentes dos antigos criadores parecem concordar em que a família Borges de Araújo, de grandes fazendeiros uberabenses, foi quem, em 1889, comprou de criadores fluminenses os primeiros reprodutores. A última leva de zebus trazida por eles naquele ano continha “dois touros e uma novilha puros e um garrote $\frac{3}{4}$ de sangue” (REZENDE, 1999, p. 30).

Para se livrar dos intermediários fluminenses, criadores da região resolveram se deslocar até a Índia para negociar diretamente a aquisição de exemplares (LOPES, REZENDE, 2001). O primeiro a fazê-lo foi o pecuarista araguarino Teófilo de Godoy, em 1893, trazendo 13 cabeças de Bombaim. Desembarcou o gado no porto de Santos e, em seguida, o conduziu até Araguari, pela ferrovia Mogiana. Em 1903, Godoy organizou outra viagem àquele país. Um anúncio do *Jornal dos Agricultores*, de 1906, convidava criadores a participar de um consórcio, liderado por Godoy, para a realização de uma excursão à Índia com o objetivo de adquirir zebus (LOPES, REZENDE, 2001). Na mesma data, os Borges de Araújo organizaram a firma Borges & Irmãos, especializada em negócios com zebuínos. A empresa enviou à Índia o comissário Ângelo Costa, que retornou com 49 animais das raças guzerá, gir, *killare* e nelore. Ocorreram várias viagens de fazendeiros uberabenses ao país nas duas primeiras décadas do século XX, organizadas em consórcios (figura 19). Os criadores da Borges & Irmãos passaram a fazer publicidade dos zebus

uberabenses, com exposições de fotografias aos compradores (figura 20) e exposições de gado em Uberaba e no Rio de Janeiro, na primeira década do século XX. Entre 1904 e 1921, foram importadas da Índia 5.500 cabeças de gado zebu por pecuaristas triangulinos, em 45 levas (REZENDE, 1999).

Figura 19: importadores uberabenses de zebu em Ahmedabad, Índia, em 1914.
Fonte: Rezende (1999).

Figura 20: zebus da raça guzerá aguardam embarque em Bombaim com destino a Uberaba.
Fonte: Rezende (1999).

Os zebus começaram a surgir em inventários *post mortem* em 1894. Entre essa data e 1899, três processos listaram animais da raça. Francisco Rufino de Abreu¹¹⁰, dono da Fazenda Sobras do Veríssimo, possuía “um zebuínho de meio sangue” em 1894, que usava para cobrir 44 vacas de outras raças. João Francisco de Miranda¹¹¹, pequeno fazendeiro em Conceição das Alagoas em 1897, era proprietário de um marruá zebu, além de quatro vacas curraleiras, bezerros, garrotes e bois de carro. O capitão Ovídio Irineu de Miranda¹¹², dono da Fazenda Santa Gertrudes, possuía cinco touros zebu — Palácio, Labatut, Montenegro, Pinheiro e Castelo —, usados para cobrir 152 vacas. O preço dos zebuínos era muito superior aos dos animais de outras raças. Por exemplo, Palácio foi avaliado em 400\$000, enquanto que, no mesmo plantel, um touro china valia 120\$000.

Assinala-se, na presença de rebanhos mistos, a ausência de preocupação em manter linhagens. Ao que parece, o objetivo dos criadores era agregar valor ao seu produto, adicionando características desejáveis do zebu às raças locais. Conforme o anúncio publicado pelo criador Teófilo de Godoy, em 1906, “dentre as raças mais recomendáveis de gado indiano, destacam-se a guzerá, *hanai*, nelore e *sind*, consideradas as mais notáveis, quer quanto a tamanho e força, quer quanto a qualidade de leite” (REZENDE, 2001, p.122).

¹¹⁰ APU, inventário *post mortem* de Francisco Rufino de Abreu, 28/11/1894, caixa 122.

¹¹¹ APU, inventário *post mortem* de Rita Leite de Miranda, 05/04/1897, caixa 123.

¹¹² APU, inventário *post mortem* de Ovídio Irineu de Miranda, 1899, caixa 123.

A introdução do gado zebu foi parte de um esforço de busca por racionalidade científica na prática da pecuária no Triângulo. Três anos depois de os Borges terem trazido os primeiros exemplares dos animais, fundava-se, em 1892, o Instituto Zootécnico de Uberaba, instituição de ensino superior destinada a formar engenheiros agrônomos especializados em zootecnia. Em editorial, a *Gazeta de Uberaba* saudou a criação da escola:

O Instituto Zootécnico viria a ser um foco abundante de luz que regenerará a indústria pastoril nesta região. Nesse instituto serão criados animais de raça, que irão melhorar a criação já existente; aí serão estudadas as enfermidades do gado, o meio de curá-las. Aí se aplicarão os processos necessários para a utilização mais econômica e rendosa dos produtos da indústria pastoril (apud COUTINHO, 2004, p. 41).

No mesmo contexto, surgiram dois periódicos especializados em agricultura e pecuária na cidade, na década de 1890. Em 1897, Hildebrando Pontes, agrônomo formado na primeira turma do Instituto Zootécnico, fundou a *Revista Agrícola*, especializada em agrimensura e zootecnia (PONTES, 1978). Dois anos depois, produtores rurais lançavam o primeiro número do *Lavoura e Comércio* (PRATA, 2003).

No Brasil, na conjuntura das crises de superprodução do café, entre 1890 e 1898, houve certo empenho da parte do Estado e setores da elite em buscar saídas racionais para a grande dependência do país em relação à cafeicultura. Com a República e a hegemonia política dos plantadores de São Paulo, disseminaram-se as sociedades agrícolas: dentre elas, destacou-se a Sociedade Nacional de Agricultura, fundada em 1897. Esta entidade, criada por produtores de todos os estados brasileiros e com pequena participação dos cafeicultores paulistas, propunha, de um lado, debater politicamente o tema da diversificação agrícola e, de outro, promover iniciativas buscando a racionalização da atividade:

(...) a SNA [Sociedade Nacional de Agricultura] chama a atenção para um dado crucial do século XX: a inovação da agricultura dependeria agora da indústria e da ciência. A técnica permitiria uma diversificação a partir da própria monocultura, erodindo-a. Essa perspectiva foi incansavelmente divulgada em congressos e exposições agrícolas organizados pela entidade. O mesmo ocorreu por meio de matérias jornalísticas em seu periódico, *A Lavoura*, criado em 1898 (PRIORE, VENÂNCIO, 2006, p. 172).

Na mesma época, fundaram-se as primeiras escolas superiores de agricultura no Brasil, como a Estação Agrônômica de Campinas, em 1889, a Escola Prática de Agricultura de Piracicaba, em 1901, e a Escola Superior de Agricultura de Lavras,

Minas Gerais, em 1908. Multiplicaram-se os periódicos sobre a agricultura, como o *Jornal do Agricultor*, editado em Nova York entre 1880 e 1890, e o já citado *A Lavoura*, da SNA (PRIORE, VENÂNCIO, 2006).

Nota-se o vanguardismo da elite agrária uberabense frente a essas iniciativas. O Instituto Zootécnico da cidade foi anterior a qualquer das escolas citadas, e os criadores e técnicos locais dispunham de dois periódicos especializados em pecuária e agricultura. Sobre as razões dessa precocidade, algumas especulações podem ser feitas. Para serem comprovadas, no entanto, dependerão de estudos mais aprofundados. A hipótese mais plausível é a de que, com a modernização tecnológica dos transportes e informação e a expansão da vizinha cafeicultura paulista, os fazendeiros de Uberaba tenham percebido a conjuntura dos anos 1890 como uma contradição entre o mercado, que crescia, e a concorrência que se acirrava. A busca de maior produtividade na atividade central da região, por meio da introdução do gado zebu e dos investimentos em ensino técnico e pesquisa — noutras palavras, da especialização econômica — pode ter sido a maneira encontrada pelas elites para conservar posição, tanto a sua própria, quanto a da cidade, ameaçada pela perda de centralidade. Em resumo, a resposta uberabense à modernização foi a busca de um nicho específico na divisão territorial do trabalho.

O impacto da modernização sobre as demais atividades econômicas da fazenda mineira pôde ser aferido por meio dos inventários *post mortem*. A tabela 26 mostra a evolução, entre processos dos anos 1860 e dos anos 1890, da ocorrência de três ofícios comuns nas fazendas mineiras: a carpintaria, a tecelagem e a ferraria. Percebe-se, nos três casos, a quase desaparecimento dessas atividades no âmbito das pequenas, médias e grandes propriedades. É provável, portanto, que fiação, tecelagem, carpintaria e ferraria estivessem se tornando funções específicas dos artesãos e manufatureiros nos centros urbanos.

No caso da fiação e tecelagem, a instalação da fábrica do Cassu e o acesso, por meio da ferrovia, à produção têxtil industrial de São Paulo devem ter produzido um choque significativo sobre a produção doméstica. Nas grandes fazendas, como o trabalho nessas atividades era desempenhado na maior parte pelas escravas, ele quase desapareceu após a Abolição. Observa-se, na tabela, a ausência de qualquer menção a teares, após 1890, nos inventários dos grandes proprietários rurais. Ocorria ali situação semelhante à que Holanda descreveu para a província de São Paulo, na primeira metade do século XIX:

A concorrência dos tecidos importados, a instalação, bem mais tarde, das primeiras fábricas com máquinas movidas a vapor — como a de Manuel Lopes de Oliveira fundada em 1851 em Sorocaba e a de São Luís de Itu —, por fim o próprio desaparecimento do braço escravo, iriam completar essa obra anti-tradicionalista no interior da província. A tal ponto que, nos lugares onde se encontram hoje, esses teares são, em sua generalidade, trazidos de fora, e não é certamente por acaso que se localizam quase sem exceção na área da Estrada de Ferro Mogiana, povoada em parte por famílias originárias do sul de Minas Gerais (1995, p. 244).

Tabela 26: Uberaba, 1860-1900: evolução do percentual de pequenas, médias e grandes propriedades rurais com ofícios.

Carpintaria			
	Extensão da propriedade	Década de 1860	Década de 1890
	Pequenos	23,08%	0,00%
	médios	40,00%	7,14%
	grandes	50,00%	0,00%
Tecelagem			
	Extensão da propriedade	Década de 1860	Década de 1890
	Pequenos	20,51%	10,00%
	médios	40,00%	10,71%
	grandes	66,67%	0,00%
Ferraria			
	Extensão da propriedade	Década de 1860	Década de 1890
	Pequenos	15,38%	2,50%
	médios	2,86%	0,00%
	grandes	33,33%	0,00%

Fonte: inventários *post mortem* do Arquivo Público de Uberaba.

Graça Filho, em seu estudo sobre São João Del Rei, reportou uma avaliação da Câmara de Vereadores local sobre a situação da atividade têxtil, feita em 1855, que evidencia o mesmo processo de crise na fabricação caseira de panos:

Nem uma fábrica possui o município; existem, porém, teares ordinários em quase todas as fazendas e em algumas casas das povoações, nos quais se tece algodão grosso, poucos riscados, e ainda menos casimiras de algodão mistas de linha estrangeira de cores. Estes artigos decrescem. O primeiro pela concorrência da fábrica de São Aleixo e os últimos pela introdução de fazendas estrangeira que os imitam (apud GRAÇA FILHO, 2002, p. 46).

Essa constatação, todavia, não pode ser generalizada à totalidade das atividades da fazenda mineira. Em alguns casos, as atividades da indústria (*lato sensu*) tradicional não só sobreviveram como *cresceram* com a inserção diferenciada da região na divisão territorial do trabalho. Este foi o caso do setor açucareiro e aguardenteiro. A tabela 27 mostra o percentual de pequenas, médias e grandes fazendas com engenhos arrolados em inventários, entre as décadas de

1860 e 1890. Nota-se que foi, praticamente, mantido o percentual de médias e grandes fazendas com engenhos, enquanto aumentou a proporção de pequenas propriedades com unidades sucro-aguardenteiras.

Tabela 27: Uberaba, 1860-1900: evolução do percentual de pequenas, médias e grandes propriedades rurais com ofícios.

Engenhos:		
	1860	1890
Extensão da propriedade		
Pequenos	2,56%	12,50%
Médios	2,86%	3,57%
Grandes	50,00%	44,44%

Fonte: inventários *post mortem* do Arquivo Público de Uberaba.

Examinando-se a descrição dos engenhos da década de 1890, nota-se que não tiveram qualquer inovação técnica ao longo daqueles quarenta anos. Por exemplo, no inventário de Joaquim Alírio Barbosa, de 1895, consta “um engenho de cana movido por bois, varanda coberta de telha, seis formas para açúcar, um caixão velho pequeno e quatro caixas velhas, construído pelo inventariado” ¹¹³.

A razão para essa não desapareição — e até provável crescimento — da produção, em pequena escala, de derivados da cana é, em linhas gerais, a mesma que foi inferida, linhas atrás, para o crescimento dos pequenos rebanhos: o maior acesso ao mercado extra-regional. Nesse sentido, é provável que a produção de rapadura, açúcar e aguardente, na década de 1890, diferente do que fora até a década de 1860, se destinasse, em parte, à venda para fora da região. Segundo Godoy, essa permanência não se restringiu ao Triângulo Mineiro, tendo sido característica de todo o território de Minas Gerais:

Enquanto em São Paulo, Rio de Janeiro e grandes espaços canavieiros do Nordeste a produção industrial superava a artesanal e manufatureira já nas primeiras décadas do século XX, em Minas Gerais, os engenhos de cana respondiam pela maior parte da produção de derivados de cana até o início da década de 1950 (2002, p. 48).

Em conclusão, a fazenda mineira — categoria que se refere à forma específica das unidades agropastoris de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX — implantou-se no Triângulo Mineiro, reproduzindo características semelhantes às das demais regiões da capitania/província: diversificação, incorporação das etapas de

¹¹³ APU, inventário *post mortem* de Joaquim Alírio Barbosa, 11/05/1895, p. 122.

beneficiamento da produção e reprodução da força de trabalho, inserção nos mercados local, regional e extra-regional.

A modernização, imposta por transformações exógenas que escapavam ao controle local, obrigou as fazendas a se adaptar a novas configurações. A maior fluidez nas comunicações e transportes, o fim do trabalho escravo, e o acesso ao mercado consumidor extra-regional criaram novas possibilidades econômicas, ao mesmo tempo em que, ao expô-las à concorrência com produtos industrializados ou forâneos, e ao tornar instável a oferta de força de trabalho, com o fim da escravidão, levou vários setores à crise ou extinção. A resposta dos agentes econômicos locais foi especializar-se em determinados ramos, notadamente, a pecuária zebuína de corte e, em menor medida, a cafeicultura em porções localizadas do território. A fiação e tecelagem domésticas, a carpintaria e ferraria rurais tendiam ao desaparecimento com a nova conjuntura.

A produção de alimentos prosseguiu sem mostrar tendência à especialização, exceto em algumas áreas cafeicultoras. No caso da produção de derivados da cana, foi possível constatar a sobrevivência de técnicas tradicionais de transformação. Os produtos típicos da fazenda mineira — milho, arroz e feijão — continuaram prevalecendo entre os cultivos triangulinos. Finalmente, nenhuma inovação foi detectada nas técnicas de manejo agrícola: o sistema de enxada e alqueive arbustivo foi mantido. A atividade agrícola, dessa maneira, parecia infensa à modernização que ocorria na pecuária.

8 Espaço Urbano

8.1 *Urbanização em economias agrário-mercantis no século XIX: o caso de Uberaba*

Até o início da década de 1870, a cidade de Uberaba, as vilas e arraiais do Triângulo Mineiro ainda exibiam paisagens urbanas típicas das aglomerações sertanejas do Brasil colonial: um adro retangular no centro da localidade, dominado por uma igreja ou capela, ladeado por edificações de taipa ou adobe, com arruamento perpendicular nos lados. À frente do templo, o cemitério e, dos lados, espaço livre para as procissões (LOURENÇO, 2003). O ordenamento do urbano tinha por referência a religião e o poder pessoal.

Os arraiais e vilas sertanejas não eram locais de grande população sedentária. Em todas elas, a maioria dos moradores se ausentava durante a semana, só comparecendo aos sábados e domingos para missas, casamentos, batizados, funerais e, nos feriados, para festas religiosas. Essa característica não escapou aos viajantes estrangeiros do início do século XIX: Pohl, por exemplo, observou que os fazendeiros de Patrocínio “no máximo nos dias festivos, visitam a sede da paróquia. (...) Sendo domingo, eu não poderia evitar as importunações dos habitantes e dos forasteiros que em tais dias vêm à cidade” (p. 97). Saint Hilaire testemunhou, em sua passagem pelo oeste de Minas, um grupo de roceiros deslocando-se para o arraial de Pium-í:

Encontrei várias carroças atreladas a três ou quatro pares de bois, que levavam as famílias ao arraial para a festa de Páscoa. No sertão, onde as fazendas ficam geralmente muito afastadas da paróquia, somente os homens vão ao povoado regularmente durante o ano, mas por ocasião das duas grandes festas, Natal e Páscoa, a família inteira empreende essa viagem. Mulheres e crianças são metidas dentro dos carros de bois, e eles passam alguns dias na casa que possuem no arraial para em seguida retornarem à fazenda (1975 b, p. 98).

O naturalista descreveu o mesmo costume entre os araxaenses: “durante a semana a maioria das casas fica fechada. Seus donos só ali aparecem aos domingos, para assistirem missa, passando o resto do tempo em suas fazendas” (1975a, p. 130). Ao passar por Patrocínio, “como sempre, as casas do arraial pertencem a fazendeiros que só aparecem ali aos domingos” (p. 137). Em Uberaba,

ao visitar um potentado local, como era domingo, “sua casa encheu-se de abastados fazendeiros das redondezas” (1975b, p. 151-152).

Caracterizar essa população flutuante, que vivia, ao mesmo tempo, no campo e no povoado, exige cautela dos pesquisadores: os critérios atuais, por si controversos, de definição de população urbana e rural, revelam-se completamente inadequados para realidades anteriores à modernização capitalista. Braudel afirma que essa sobreposição entre população urbana e rural era uma característica comum às demais sociedades do Antigo Regime:

Nesse tempo, as pessoas da cidade são só meio cidadinas. Na época das colheitas, artesãos, homens de bem trocam os seus ofícios e suas casas pelo trabalho do campo. É o que acontece na Flandres industrial e superpovoada do século XVI. É também o que acontece na Inglaterra, às vésperas da Revolução Industrial; e em Florença onde, no século XVI, a arte tão importante da lã é sobretudo uma atividade de inverno (1995, p. 447).

Segundo o historiador, as cidades da América colonial, em geral, e brasileiras, em particular, eram ainda mais integradas ao ambiente rural em sua volta. Lembravam mais as cidades da Antiguidade ocidental, “aberta ao campo e equiparada a este” (p. 474), do que os burgos medievais amuralhados, nos quais havia nítida distinção entre o universo urbano, com instituições e estrutura próprias, o mundo rural do entorno: “transpor suas muralhas é como transpor uma das fronteiras ainda rigorosas do mundo atual” (p. 474). Ao comparar os núcleos coloniais ibéricos com os que existiam na Europa, o autor constatou:

Habitualmente, a cidade americana é minúscula, sem as benesses vindas de longe. Governa-se a si própria: ninguém se preocupa com a sua sorte. Os proprietários fundiários são os seus donos: ali têm as suas casas que ostentam, ao longo da fachada que dá para a rua, argolas fixadas à parede para atar os cavalos. São homens de bem, os *homens bons* das câmaras municipais do Brasil, ou os *hacenderos* das almoçatarias espanholas (os *cabildos*). Outras tantas pequenas Espartas, pequenas Tebas do tempo de Epaminondas. Bem podemos afirmar que na América a história das cidades ocidentais recomeçou do zero. Naturalmente, não há distinção entre as cidades e o resto do território nem indústrias a partilhar (1995, p. 478).

Em economias com produção limitada de excedentes, esperam-se baixos níveis de urbanização. Em Minas Gerais, entre o final do período da extração aurífera e meados do século XIX, a tendência à auto-suficiência das unidades produtivas rurais e a dispersão do povoamento no território — traços característicos da fazenda mineira, como já foi analisado —, impediram as condições favoráveis ao

grande crescimento urbano. No entanto, certas demandas da população só podiam ser atendidas por meio de núcleos que centralizassem funções, diríamos hoje, *urbanas*. A fundação de arraiais nos patrimônios religiosos, em torno das capelas, fazia-se necessária, assim, quando o povoamento de uma porção do território atingisse determinado nível. Nas palavras de Murilo Marx, era o arraial quem garantia a inclusão daquele grupo de pessoas na sociedade maior:

Não era somente o acesso garantido então à desejada assistência religiosa que se obtinha, mas também o reconhecimento da comunidade de fato e de direito perante a Igreja oficial, portanto perante o próprio Estado. Não era apenas o acesso ao batismo mais próximo, ao casamento mais fácil, ao amparo aos enfermos, aos sacramentos na morte, mas também a garantia do registro de nascimento, de matrimônio, de óbito, registro oficial, com todas as implicações jurídicas e sociais. Não era somente o acesso ao rito litúrgico que propiciasse no cotidiano, nos faustos e nos infaustos, o conforto espiritual; era também o usufruto da formalidade civil com todo o direito e segurança que pudessem propiciar (1991, p. 18-19).

No arraial de São Pedro do Uberabinha¹¹⁴, na Farinha Podre, entre 1860 e 1879, todas as pessoas inventariadas que possuíam imóveis “urbanos” eram também proprietários rurais. Por exemplo, Joaquim Alves Pereira¹¹⁵, dono da Fazenda São Francisco e de 22 escravos, e seu irmão Francisco Alves Pereira¹¹⁶, proprietário da Fazenda do Letreiro e de 17 escravos, tinham, cada um, uma casa no arraial¹¹⁷. Também Francisco Gomes Martins, que tinha um pequeno sítio e 140 alqueires de terras no Marimbondó, sem escravos, era dono de “uma casinha ordinária com 700 telhas, uma porta, dois esteios lavrados com 60 palmos de frente¹¹⁸” em Uberabinha. O fato de terem, todos eles, a maior parte de seus meios de sobrevivência em suas fazendas e sítios, torna pouco provável a hipótese de sua permanência no arraial durante a semana. Observa-se também que tanto grandes proprietários, como os irmãos Pereira, quanto pequenos, como Francisco Gomes, eram donos de casas, o que demonstra que os deslocamentos periódicos e a dupla residência não eram exclusivos dos fazendeiros abastados.

Uberaba não era mais um arraial desde 1836, quando se tornou sede de vila. Naquela década, já dispunha de grande número de comerciantes, que aumentaram ao longo do século, à medida que a cidade polarizava o território do Sertão da

¹¹⁴ Hoje Uberlândia.

¹¹⁵ APU, inventário *post mortem* de Felicíssima Cândida Pereira, 07/11/1870, caixa 102.

¹¹⁶ APU, inventário *post mortem* de Francisco Alves Pereira, 19/07/1877, caixa 109.

¹¹⁷ Para a genealogia da família Pereira, ver Teixeira (1970).

¹¹⁸ APU, inventário *post mortem* de Francisco Gomes Martins, 18/02/1865, caixa 99.

Farinha Podre, parte de Goiás e Mato Grosso. De acordo com os dados do censo de 1872¹¹⁹, a cidade dispunha de cinco advogados, seis médicos e farmacêuticos, cinco professores, 85 comerciantes e 18 funcionários públicos. Em 1880, havia, ali, uma Santa Casa de Misericórdia, um teatro, uma escola pública, um colégio particular, uma fábrica de chapéus, além de dois jornais com tipografias próprias (SAMPAIO, 2001). No entanto, apesar de ser inequivocamente um centro urbano, Uberaba ainda exibía a dubiedade urbano-rural característica das cidades do Antigo Regime.

O gráfico 23 mostra a evolução das proporções entre proprietários e não-proprietários de bens de raiz rurais com propriedade urbana, em Uberaba, entre 1870 e 1900, calculadas por década. Nota-se que, na década de 1860, os proprietários de imóveis no campo e na cidade eram mais de 60% do total. Esse número reduziu-se, um pouco, nas décadas de 1880 e 1890, respectivamente, para 48 e 43% do total de inventariados proprietários de imóveis urbanos. Embora a maioria da população proprietária de imóveis exclusivamente urbanos passasse a predominar, continuou significativa a proporção de fazendeiros com casas na cidade.

Gráfico 23: Uberaba, 1870-1900: percentual de proprietários de imóveis urbanos com propriedade rural.

Fonte: elaborado com base em inventários *post mortem* do Arquivo Público de Uberaba.

¹¹⁹ Recenseamento Geral do Império do Brasil (1876).

Um exame mais cuidadoso das fontes revela outros aspectos. Uma constatação importante é a de que nem todos os que possuíam imóveis rurais podiam ser considerados fazendeiros. Fragoso demonstrou, por meio de inventários *post mortem*, a tendência de fortunas mercantis transformarem-se em fundiárias, no Rio de Janeiro: “na verdade, a presença do capital mercantil no campo, ou melhor, dos comerciantes de grosso trato em frente de fazendas escravistas, já é percebida entre os negociantes arrolados pelo conde de Rezende em finais do século XVIII” (1998, p. 360). Em Uberaba, até a década de 1880, a aquisição de terras — talvez com o objetivo de nobilitação, como constatou Fragoso para o Rio de Janeiro — era freqüente entre todos os membros da elite, mesmo entre aqueles com atividades especificamente urbanas, como médicos e comerciantes. Por exemplo, José Ferreira de Castro Filho¹²⁰ era comerciante estabelecido em Uberaba em 1868. Quando morreu, mercadorias e dívidas ativas compunham a maior parte de sua fortuna, somando 19:200\$000. Possuía, todavia, 10:360\$000 aplicados em escravos, 8:658\$000 em terras e sítios, e 90\$000 em imóveis urbanos. Embora a parte mercantil de sua fortuna predominasse, nela havia significativo componente rural.

Os perfis de fortuna da elite cidadina uberabense mudaram um pouco, na década de 1890. Inventários *post mortem* de comerciantes e profissionais liberais arrolando bens, exclusivamente urbanos, tornaram-se mais comuns. Por exemplo, Antônio Camilo de Castro, em 1897, era proprietário de uma grande casa de negócio, na esquina da Rua Capitão Domingos com o Largo da Misericórdia¹²¹, onde vendia louças, armarinhos, ferragens, sal e bebidas. Em seu patrimônio, que somava 53 contos de réis, não havia bens rurais, e apenas doze contos correspondiam a imóveis urbanos: a maior parte estava mobilizada em mercadorias e dívidas ativas, ou disponível na forma de dinheiro líquido. Em 1889, o médico Nicolau Bruno¹²², imigrante de Salerno, Itália, tinha quase todo o seu patrimônio imobilizado em imóveis urbanos: possuía três casas na cidade, cujo valor correspondia a mais de 90% de seu monte mor de quatro contos de réis.

¹²⁰ APU, inventário *post mortem* de José Ferreira de Castro Filho, 20/10/1868, caixa 100.

¹²¹ Hoje local da faculdade de medicina da UFTM.

¹²² APU, inventário *post mortem* de Nicolau Bruno, 30/10/1889, caixa 118.

Tabela 28: Uberaba, 1870-1900: evolução do percentual de riqueza na forma de imóveis urbanos e percentual dos inventariados que possuem imóveis urbanos e rurais, divididos por faixa de riqueza.

	1870-1879	1880-1888	1889-1900
50% mais pobres:			
% da riqueza em imóveis urbanos	51,20%	74,20%	85,38%
% dos que possuem imóveis rurais	40,00%	28,57%	26,67%
30% intermediários:			
% da riqueza em imóveis urbanos	21,35%	27,49%	47,98%
% dos que possuem imóveis rurais	70,00%	50,00%	40,00%
20% mais ricos:			
% da riqueza em imóveis urbanos	11,06%	9,35%	30,69%
% dos que possuem imóveis rurais	87,50%	85,71%	85,71%

Fonte: elaborada com base em inventários post mortem do Arquivo Público de Uberaba.

Para quantificar essas impressões gerais, a tabela 28 mostra o percentual dos patrimônios dos moradores urbanos de Uberaba, os quais existiam na forma de imóveis na cidade, entre 1870 e 1900, classificando-se os inventariados por faixa de riqueza. Observa-se um grande aumento na opção por imobilizar riqueza nessa forma, nas três faixas de fortuna. Esse fato pode significar que, nas décadas de 1880 e 1890, tanto aumentou a proporção de moradores exclusivamente urbanos, quanto se desenvolveu maior permanência da população com atividades rurais no ambiente citadino: imóveis mais valorizados denotam maior apreço pela moradia urbana. Mesmo os grandes fazendeiros, que continuaram sendo o segmento mais importante da elite local, dispuseram-se a investir em imóveis confortáveis e luxuosos, no intuito de permanecerem, por mais tempo, na cidade e longe de suas fazendas.

Entre as pequenas fortunas, nota-se a mesma tendência de crescente participação dos imóveis urbanos em seus patrimônios. Além disso, a tabela mostra também que, entre os mais pobres, reduziu-se o número dos que possuem terra no meio rural. Assim, se em 1870, 40% dos moradores menos afortunados de Uberaba possuíam sítios e parcelas de terra, esse número reduziu-se para apenas 26% na década de 1890.

Conclui-se, portanto, que houve um processo de *urbanização* em Uberaba, entre as décadas de 1870 e 1890, tanto no sentido de maior proeminência do urbano na sociedade em geral, e na elite, em particular, quanto de maior proporção de pessoas vivendo na cidade. Houve também uma urbanização da acumulação, com menor participação dos ativos rurais nas fortunas. No entanto, os proprietários de terras permaneceram como parte importante da população em geral e a maioria

entre os membros da elite, demonstrando forte ligação ainda existente entre o meio urbano e o ambiente rural adjacente.

8.2 A evolução urbana no Triângulo Mineiro do final do século XIX.

Nas últimas duas décadas do século XIX, ocorreu, no Brasil, o que Murilo Marx (1991) chamou de laicização do espaço urbano: a racionalidade econômica e política substituiu a religiosa e pessoal, num processo comum a todo o território nacional. Por exemplo, a São Paulo de taipa desapareceu entre 1870 e 1890. Sobre seus escombros, ergueu-se a São Paulo do café, de construções em estilo eclético, viadutos, aterros e trilhos de bondes: “a rápida modernização da cidade se confundia com o ritmo vertiginoso da urbanização, empurrando a cidade para além do Tamanduateí, à qual ela havia permanecido restrita por três séculos” (PEREIRA, 2004, p. 13).

Em Minas, a colonial Ouro Preto perdeu sua condição de capital em 1897, em favor da republicana Belo Horizonte, erguida sobre a pequena Curral Del Rei, dos tempos do ouro (COSTA, SCHWARCZ, 2002). E, na capital da República, as reformas, ensaiadas desde o Império, ganharam corpo com as intervenções do prefeito Barata Ribeiro, na década de 1890, e com a apoteótica Reforma Passos de 1902-1906 (ABREU, 1987).

A perda da centralidade do sagrado foi parte desse processo, pois a monumentalidade dos edifícios do Poder Público, ladeando praças laicas, ocupou o lugar dos antigos adros em torno dos templos católicos. Surgia um urbanismo fundamentado nas idéias higienistas, nas racionalidades da circulação e da terra urbana transformada em valor (MARX, 1991). O melhor exemplo vem de Belo Horizonte, expressão acabada do republicanismo racionalizante e laico das novas concepções urbanísticas, pois “era a primeira vez que se planejava a construção de uma cidade em moldes modernos e civilizados” (COSTA, SCHWARCZ, 2002, p. 39). O centro da cidade, diferente do que ocorria nos núcleos da velha Minas do ouro e dos currais, não era o adro da igreja, mas a Praça da Liberdade, ao centro da qual se encontrava, não um templo, mas o Palácio do Governo. A monumentalidade caracterizava os prédios públicos erguidos em torno dela, todos em estilo *art nouveau*, inspirados nos palacetes de Viena, do final daquele século (COSTA, SCHWARTZ, 2002). Quanto ao plano urbanístico, o engenheiro Aarão Reis inspirou-

se na argentina La Plata para traçar ruas em plano ortogonal, atravessadas em diagonal pelas grandes avenidas (MARX, 1991).

Os núcleos urbanos do Triângulo Mineiro não escaparam dessas mudanças, notadamente, depois da chegada dos trilhos da Mogiana. Uberaba, Uberabinha e Araguari tiveram suas plantas urbanas ampliadas e modificadas com a ferrovia, entre 1888 e o final do século XIX. Estas cidades, nascidas nas vertentes de córregos e rios, estenderam seus traçados até as estações ferroviárias e trilhos, que normalmente atravessavam o alto das chapadas. Esses prolongamentos se fizeram por avenidas largas e ajardinadas, em linha reta, interrompidas por praças ladeadas por edifícios públicos. Essa configuração foi comum também aos núcleos paulistas cruzados por ferrovias, conforme relata Paula da Cruz Landim:

Pode-se afirmar que, historicamente, essas cidades tiveram configurações bastante semelhantes, guardando algumas especificidades, geralmente ligadas à morfologia do sítio natural e especialmente ligadas às relações que a população estabelece com o uso cotidiano do espaço urbano (2004, p. 65).

A autora demonstrou, ao estudar as cidades do interior de São Paulo, que em todas elas o plano básico consistia de um centro original, em geral o local de fundação da cidade, formado por uma praça com a igreja matriz no centro, de onde partia uma avenida principal, em linha reta, conduzindo à estação ferroviária:

A paisagem era então estruturada pela estação ferroviária, pela praça principal, geralmente aquela fronteira à Igreja Matriz, rodeada pelos palacetes de plantadores de café, ligada à estação pela rua principal de comércio, e onde a linha férrea representava um obstáculo à expansão da mancha urbana (LANDIM, 2004, p. 65).

As avenidas traçadas entre o centro velho e a ferrovia eram cruzadas perpendicularmente por novas ruas, seguindo planos em quadrícula. Nas novas áreas urbanas incorporadas, os loteamentos seguiam o mesmo plano ortogonal, paralelo às ruas e avenidas. Segundo Ghirardello:

O largo, junto à capela das cidades do século XIX, será substituído pela área descampada fronteira à estação, a "Praça da Estação" ou "Largo da Estação". Esta cidade ainda, diferentemente daquela, terá ocupação de seus lotes de forma linear, paralelamente aos trilhos e daí para as vias subseqüentes, sempre paralelamente, em direção aos limites da cidade (apud LANDIM, 2004, p. 67).

Assim ocorreu, por exemplo, em Franca, cuja evolução urbana foi estudada por Fransérgio Follis (2004). Essa cidade paulista foi alcançada pelo tronco principal da Estrada de Ferro Mogiana em 1887, numa área pouco habitada, chamada Colina Oeste. Em 1892, o governo municipal planejou a expansão da cidade, por

intermédio de um plano urbanístico, que originou o Bairro Cidade Nova, ligando a área urbana primitiva ao local da estrada. A Rua da Estação tornou-se a principal via de ligação entre o centro velho, onde se localizava a igreja matriz, e a estação ferroviária. Segundo Follis, ao longo dessa rua se concentrou, a partir de então, o comércio varejista e atacadista da cidade.

Mapa 33: Uberabinha, c. 1900: planta urbana com evolução do traçado anterior e posterior à implantação da ferrovia Mogiana.

Fonte: elaborado com base em planta de 1927 (SOARES, 1988), carta topográfica do IBGE (1972) e informações de Teixeira (1970).

Em Uberabinha, a evolução do plano urbanístico, com a chegada da Mogiana, foi semelhante à de Franca e outras cidades paulistas. Os trilhos da ferrovia, após cruzarem o Córrego São Pedro, que limitava a área urbana ao sul, dirigiam-se à crista da chapada, que serve de divisor de águas entre os rios Uberabinha e das Velhas, contornando a leste as nascentes dos córregos Cajubá, Tabocas e Lobo. Os trilhos passavam a, aproximadamente, 1.000 metros do núcleo primitivo da cidade, situado a oeste. Em 1895, o Poder Executivo local traçou o plano de expansão urbana em direção à linha férrea, sob supervisão do engenheiro John Mellor, da Mogiana (TEIXEIRA, 1970). O mapa 34 mostra o traçado em xadrez, desenhado a partir do centro antigo, no qual se destacam cinco avenidas paralelas, ligando-o à

estação ferroviária. Uma delas, a Avenida Afonso Pena (figura 21), tornou-se, desde então, o principal eixo de concentração do comércio na cidade.

Figura 21: Uberabinha, década de 1920: Avenida Afonso Pena e Praça da República.
Fonte: Arquivo Público de Uberlândia.

Em Araguari, a estrada de ferro foi instalada sobre a chapada que divide as bacias dos rios Araguari e Jordão. Contornando as nascentes dos córregos Fundão e Brejo Alegre, passava, como em Uberabinha a, aproximadamente, 1.000 metros da área urbana primitiva, situada na margem oposta desse último córrego. Após a inauguração da estação, em 1897, o plano urbano entre o centro e a linha férrea foi traçado pelo engenheiro Achilles Vidulich, responsável pela execução do trecho Uberabinha-Araguari do Ramal Catalão da Mogiana. Como em Uberabinha e nas demais cidades cruzadas pelas ferrovias paulistas, foi adotado o traçado ortogonal; a Avenida do Comércio¹²³, ligando o centro à estação, tornou-se a principal via de concentração de casas comerciais (MAMERI, 1988). A presença de engenheiros das ferrovias — em sua maioria estrangeiros — como responsáveis pelo planejamento da expansão urbana, como ocorreu em Uberabinha e Araguari, foi outra característica compartilhada com as cidades do oeste paulista (LANDIM, 2004).

Em Uberaba, a evolução urbana pôde ser estudada mais detalhadamente, graças aos testemunhos dos memorialistas e aos inventários *post mortem*. O

¹²³ Hoje Avenida Dr. Afrânio.

traçado da vila em 1855 é visto no mapa 35. O primitivo arraial de Uberaba havia sido fundado, em 1817, a meia encosta da vertente esquerda do Córrego das Lages, sobre uma colina situada entre dois pequenos cursos d'água afluentes do primeiro, os córregos Chácara do Marinho e Capão da Igreja. A ocupação da margem direita do Lages parece ter se iniciado precocemente, pois Saint Hilaire, ao passar pelo arraial em 1819, descreveu-o como “composto por umas trinta casas espalhadas nas duas margens do riacho e todas, sem exceção, haviam sido recém construídas” (1975b, p. 150). Nessa vertente do Lages, encontra-se o Córrego do Comércio. Conforme se vê no mapa 35, esses cursos d'água dividiam o futuro sítio urbano em cinco colinas.

Até a década de 1860, a principal via da cidade era a Rua Direita¹²⁴, que cruzava a povoação no sentido noroeste-sudeste, ligando, por meio da Rua do Boi¹²⁵, as estradas Geral de Goiás e do Piquiri à estrada de São Paulo (TOTI, 1987). Ali e no Largo da Matriz¹²⁶, cruzado pela rua em sua parte mais baixa, se concentrava grande parte das casas de comércio, conforme se pode ver na tabela 29, elaborada com base nos endereços que aparecem em recibos e promissórias anexos aos inventários *post mortem*. O nome das casas comerciais, suas especificações e endereços, conforme apareceram nos documentos, foram listadas no anexo 3.

¹²⁴ Hoje ruas Manoel Borges e Vigário Dantas.

¹²⁵ Hoje Rua Irmão Afonso.

¹²⁶ Hoje Praça Rui Barbosa.

Antes mesmo da chegada da ferrovia, nota-se que a Rua do Comércio¹²⁷ já era um endereço atraente para os negociantes, nos anos 1870 e 1880. Provavelmente, isso se devia à proximidade com as saídas para as estradas que levavam a Araxá e ao Desemboque, a nordeste, e que punham a cidade em comunicação com a região central da província. A figura 22 mostra a Rua do

2609

Comércio em 1885, numa fotografia feita do Alto dos Estados Unidos. É possível verificar a presença de grande número de casas comerciais, identificáveis pela presença de várias portas, e o grande número de edificações.

Figura 22: Uberaba, 1885: Rua do Comércio.
Fonte: Arquivo Público de Uberaba.

Os trilhos da Mogiana foram instalados em 1889, contornando a cabeceira do Córrego das Lages e passando sobre sua vertente direita, a quase 1.000 metros do centro da cidade. A Rua do Comércio foi prolongada até encontrar-se com a linha. A estação ferroviária foi construída sobre o final da rua, como se observa no mapa 37, elaborado com base nas informações de Hildebrando Pontes (1978), sobre o arruamento de 1900.

Mapa 36: Uberaba, 1900: planta da cidade.
 Fonte: elaborado com base em informações de Pontes (1978).

Nos anos seguintes, segundo o memorialista Hildebrando Pontes, “a estrada de ferro trouxe para Uberaba um grande aumento da sua população. Por isso, as concessões de terrenos avultaram” (1978, p. 268). A expansão do traçado urbano ocorreu especialmente sobre os Altos dos Estados Unidos e Fabrício, conforme se vê na planta. No entanto o Alto da Abadia também passou por significativa expansão. A tabela 29 mostra o crescimento da importância da Rua do Comércio como local para as casas de negócio, embora as tradicionais Rua Direita — dividida em Rua Vigário Dantas (figura 23) e Rua Municipal, com a mudança de denominação de 1880 — e Largo da Matriz — chamada de Praça Afonso Pena, após 1900 — tenham conservado a concentração de endereços comerciais. A figura 23 mostra a Rua do Comércio em 1904, onde é possível notar, mais uma vez, o grande número de casas comerciais e o significativo movimento de pessoas.

Figura 23: Uberaba, 1904: Rua Vigário Silva, esquina com Largo da Matriz.
Fonte: Arquivo Público de Uberaba.

Figura 24: Uberaba, 1904: Rua do Comércio.
Fonte: Arquivo Público de Uberaba.

Usando-se os inventários *post mortem*, foi possível ter idéia da valorização da terra urbana em diferentes áreas da cidade, ao longo desse período. Na elaboração da tabela 30, foram tomados os preços dos imóveis nos quais foi citado o endereço, e agrupados conforme o bairro. Vê-se que, entre a década de 1880 e a de 1890, aumentaram as ocorrências de imóveis no Alto dos Estados Unidos, enquanto que o Alto das Mercês foi a área com o menor número de edificações citadas em todos os períodos, confirmando o que se observou pela evolução das plantas urbanas, mostradas nas páginas anteriores. Assim, o Alto dos Estados Unidos — onde se encontrava a Rua do Comércio — parece ter sido o bairro que mais se beneficiou com a instalação da ferrovia. Por outro lado, Mercês foi a área de menor avanço da ocupação urbana, nas últimas quatro décadas do século XIX.

A tabela 30 também mostra o valor médio dos imóveis nas diferentes áreas do espaço urbano de Uberaba. Em primeiro lugar, é notável a valorização geral que ocorreu na década de 1890 em todos os bairros. Mesmo os preços convertidos em libras esterlinas, na última coluna, indicam um aumento extraordinário em relação à década de 1880. Esse fato não se deve só à valorização da terra urbana, mas, principalmente, ao maior esmero com que as casas passaram a ser construídas. Nos processos, as descrições dos imóveis tornaram-se mais cuidadosas e ricas em

detalhes, após 1890, o que demonstra a maior importância que eles adquiriram. A impressão de que os prédios estavam sendo mais bem construídos pode ser obtida comparando-se as imagens das figuras 22 e 23, que retratam a Rua do Comércio em momentos diferentes, separados por dezenove anos. Isso confirma a hipótese, aventada no capítulo 5, de que os imóveis urbanos tornaram-se uma das principais alternativas de reserva de valor e constituição de fortunas rentistas, após a Abolição.

Tabela 30: Uberaba, 1860-1900: preço médio dos imóveis e ocorrência em inventários post mortem, agrupados segundo o bairro.

Período/bairro	Preço médio (em mil réis)	% ocorrências	Valor em pence:
1860-1869			
Alto da Matriz	-	0,00%	-
Alto das Mercês/Cuiabá	900,000	7,69%	37,863
Alto do Fabrício	103,000	15,38%	4,333
Alto dos Estados Unidos	250,000	15,38%	10,517
Alto da Abadia	750,000	15,38%	31,552
Valor médio do imóvel:	500,750		21,066
1870-1879			
Alto da Matriz	1.185,217	53,49%	48,317
Alto das Mercês/Cuiabá	450,000	6,98%	18,345
Alto do Fabrício	-	0,00%	-
Alto dos Estados Unidos	936,743	27,91%	38,188
Alto da Abadia	300,000	2,33%	12,230
Valor médio do imóvel:	717,990		29,270
1880-1888			
Alto da Matriz	2.271,833	32,43%	104,165
Alto das Mercês/Cuiabá	-	0,00%	-
Alto do Fabrício	500,000	5,41%	22,925
Alto dos Estados Unidos	1.475,000	16,22%	67,630
Alto da Abadia	1.264,313	43,24%	57,969
Valor médio do imóvel:	1.377,786		63,172
1889-1900			
Alto da Matriz	2.584,615	30,95%	256,920
Alto das Mercês/Cuiabá	-	0,00%	-
Alto do Fabrício	8.500,000	4,76%	844,930
Alto dos Estados Unidos	6.947,860	26,19%	690,642
Alto da Abadia	7.438,462	30,95%	739,410
Valor médio do imóvel:	6.367,734		632,976

Fonte: inventários *post mortem* do Arquivo Público de Uberaba.

A tabela mostra também a grande valorização ocorrida no Fabrício, Estados Unidos e, sobretudo, Alto da Abadia, circunstância esta avaliada pelo gráfico 24. A análise dos perfis de fortuna dos que tinham residência nesse bairro mostra que, principalmente, as ruas do Carmo, Capitão Domingos e o Largo da Misericórdia tinham sido escolhidas pelas elites como área de moradia. Por exemplo, o capitão

Antônio Tomás de Miranda¹²⁸, proprietário da *Casa da Barateza*, estabelecimento de negócios localizado na Rua do Comércio, esquina com Rua da Imperatriz¹²⁹, possuía, em 1896, além imóvel da loja, outros dois terrenos e mais a sua casa de residência, situada na Rua do Carmo, no Alto da Abadia. O valor da casa — 26 contos de réis — correspondia a um quinto de toda a sua fortuna. Muitos membros da elite continuaram vivendo no Largo da Matriz, como o capitão Manuel Joaquim da Silva Prata¹³⁰, mas, diferentemente do que ocorria até a década de 1870, esta não era mais a única área por eles escolhida para erigir suas vivendas.

Gráfico 24: Uberaba, 1860-1900: preço médio, em mil-réis, dos imóveis em três bairros.
Fonte: inventários *post mortem* do Arquivo Público de Uberaba.

O Alto dos Estados Unidos possivelmente tornou-se local de fixação de imigrantes, em especial a área situada entre as ruas XV de Novembro e Marquês do Paraná, incorporada ao plano urbano nos anos 1890 e próxima à ferrovia. Ali vivia, por exemplo, o alemão João Kaller em 1900, numa “morada de casas coberta de telhas, construída e em parte ladrilhada de tijolos, com cinco compartimentos ainda em falta de paredes, situada à Rua Martins Francisco, número nove¹³¹”. Seus vizinhos de cada um dos lados eram os italianos Joaquim Xavier Peppe e Pascoal Totti. Follis percebeu fato semelhante em Franca: como em Uberaba, a área próxima

¹²⁸ APU, inventário *post mortem* de Maria Lucas do Nascimento, 1896, caixa 123.

¹²⁹ Hoje Rua Alaor Prata

¹³⁰ APU, inventário *post mortem* de Laura Ferreira dos Santos, 13/02/1877, caixa 109.

¹³¹ APU, inventário *post mortem* de João Kaller, 09/05/1900, caixa 124.

à estação ferroviária — o Bairro da Estação — tornou-se espaço de fixação de imigrantes.

As grandes mudanças no urbanismo de Uberaba só ocorreram nos primeiros anos do século XX, quando o governo municipal passou a controlar o alinhamento das construções, criar regulamentações para o uso do solo urbano, impor restrições ao padrão das edificações e a investir no espaço público. Em 1908, a Lei Municipal no. 227 determinou a altura mínima de 4,5 metros para os prédios da área urbana, proibiu a construção de meia-águas, exigiu um afastamento de 5 metros das construções em relação ao alinhamento da rua, e plantas deveriam ser registradas e aprovadas para novas construções ou reformas. Segundo Hildebrando Pontes, nesse período, a cidade “se povoou de um grande número de construções modernas, que vieram, assim, modificar em boa parte o feio aspecto que, até então, tinham, cheirando a coisa velha” (1978, p. 263). Criou-se também um imposto para proprietários de terrenos com tapumes de aroeira, taipa ou muros de pedras, com o objetivo de acabar com o aspecto rústico que a paisagem urbana uberabense ainda conservava (PONTES, 1978). O ajardinamento da cidade começou em 1894, no Largo da Matriz. Mas somente após 1908 os jardins públicos e projetos de arborização estenderam-se a outras partes da cidade.

O principal resultado dessa política foi uma transformação radical na paisagem arquitetônica, que é vista na figura 25. Desapareceram as casas e sobrados mostrados aqui nas fotos anteriores a 1908, construídos no estilo chamado por Carlos Lemos de *mineiro*: “casa elevada do chão numa das extremidades, porão alto, estrutura autônoma de madeira e vãos estruturais preenchidos com adobes (...). Nos embasamentos, muros de pedra. Nas paredes internas, taipa de mão” (1999, p. 112). Em seu lugar, surgiram as edificações de fachada eclética que se vê na fotografia, construídas pelos fazendeiros enriquecidos com o apogeu do zebu, a partir do início do século (PONTES, 1978).

Figura 25: Uberaba, 1926: Praça Rui Barbosa (antigo Largo da Matriz).
Fonte: Arquivo Público de Uberaba.

A crescente secularização foi o elemento distintivo da modernização capitalista do espaço urbano. A perda da sacralidade do espaço, o desaparecimento das referências pessoais, substituídas por leis e regulamentações genéricas, a crescente distinção entre público e privado, as intervenções diretas do poder público na forma de obras, desapropriações e correções do espaço urbano foram seus aspectos mais relevantes. Nas palavras de Murilo Marx:

(...) essa revisão conceitual típica dos oitocentos em todo o mundo foi muito perturbadora entre nós, pela alteração do trato tradicional da questão e pelo espaço de tempo relativamente curto em que ocorreu. Foi perturbadora porque subverteu efetivamente o tipo de paisagem urbana que se tinha e se desdobrava (1991, p. 123).

Uma das manifestações mais facilmente perceptíveis da dessacralização e estatização do espaço urbano está nas mudanças ocorridas na toponímia. As ruas, largos e becos, no período colonial e imperial, tinham denominações hagiológicas ou dadas pela tradição: noutras palavras, a proximidade com o sagrado, lógica das relações pessoais, o conhecimento coletivo do *lugar* eram os fatores que faziam a toponímia urbana. Amaral Lapa, referindo-se a Campinas de meados do século XIX, constatou:

No mais, quando têm um nome, este indica um prédio, funções do espaço representado pela rua, aspectos, evocações paradisíacas ou infernais, movimento ou ausência, integração com o campo, um toque de paisagem com que se representa o caminho, vegetação e até insetos ou o estado de espírito que inspira, como nesses casos: Rua do Teatro, Rua do Comércio, Rua da Boa Vista, Rua do Chafariz, Rua Direita (...) (1995, p. 41).

Assim, em Uberaba, antes da Proclamação da República, as denominações Rua da Palha, Rua do Comércio, Rua da Alegria, Rua da Pinga, Largo da Matriz, Rua do Cemitério, Rua da Ana Constança, Rua do Chico Lima demonstram qual era a lógica toponomástica que existia então. Entre 1889 e 1900, mudaram-se todas as denominações, substituídas por figuras da República ou vultos da história oficial, como Praça Afonso Pena, Rua Quintino Bocaiúva ou Rua Governador Valadares. Há dois significados nessa mudança: perda da preeminência do poder da Igreja frente ao Estado, e expropriação da capacidade coletiva de reconhecer e dar nomes aos lugares.

Em síntese, nas últimas três décadas do século XIX, várias grandes mudanças ocorreram no espaço urbano das cidades do Triângulo Mineiro, em particular, na maior delas, Uberaba. Houve uma *urbanização* no período, e essa palavra deve ser entendida de duas maneiras diferentes: como aumento da proporção de moradores da área urbana em relação à rural, e como aumento da proeminência das atividades urbanas sobre a sociedade em geral. Mais pessoas passaram a viver exclusivamente nas cidades, e os fazendeiros aumentaram seu tempo de permanência ali. A chegada da ferrovia modificou, profundamente, o plano urbano dos núcleos por ela cruzados. O centro comercial deslocou-se para as vias situadas entre a estação ferroviária e o centro antigo. Desenvolveram-se novas áreas de ocupação urbana, próximas aos trilhos, normalmente com traçado em quadricula.

A Abolição, o crescimento econômico e a chegada da estrada de ferro desencadearam um processo de valorização do solo urbano e maior investimento em edificações. A participação dos imóveis urbanos na riqueza total aumentou em todas as faixas de fortuna. Finalmente, o espaço urbano passou por uma crescente secularização, com a perda das referências religiosas e uma crescente ênfase do poder do Estado no controle sobre o uso do solo urbano.

9 Considerações finais.

As transformações globais que atingiram seu clímax entre as décadas de 1870 e 1914, chamadas por alguns autores de primeira globalização, redefiniram a divisão internacional do trabalho e, por conseguinte, o papel nela desempenhado pelas nações periféricas. A nova dinâmica do sistema internacional de trocas manteve o Brasil na condição de nação periférica, porém inserido num novo patamar, no qual as velhas estruturas herdadas do período colonial eram inadequadas. A agricultura de exportação deveria ser praticada numa escala nunca antes vista, o que impôs critérios de racionalidade econômica, que inexistiam no período anterior. Tornou-se necessário instalar ferrovias, criar indústrias e desenvolver centros urbanos. Ao mesmo tempo, a escravidão, instituição que era o alicerce da economia e do sistema social brasileiros, era cada vez mais ameaçada por pressões externas e internas. Dessa maneira, o modo de produção capitalista começou a se impor à sociedade brasileira, nas últimas décadas do século XIX.

No entanto, isso se deu de forma heterogênea nas diferentes esferas da vida econômica e social e nas várias regiões do país. A presença do capitalismo não se fez sentir da mesma maneira em todos os lugares. Para se entender a forma como o modo de produção capitalista dissolveu velhas estruturas e criou outras, faz-se necessário compreender o conceito de formação sócio-espacial. Essa categoria abrange a formação econômico-social, mais as configurações espaciais que lhe são correspondentes. A transição para uma formação sócio-espacial, dominada pelo modo de produção capitalista, pressupõe mudanças nas relações de produção, no nível de desenvolvimento das forças produtivas, nas formas de propriedade, nos sistemas políticos e, além disso, também, nas configurações espaciais, nos padrões de paisagem, nas redes urbanas e nos sistemas técnicos.

No Triângulo Mineiro, tais mudanças ocorreram de maneira peculiar, como de resto aconteceu em cada porção do mundo. Uma de suas regiões menos povoadas de Minas Gerais, situado em seu extremo oeste, colonizado por ondas de migrantes vindos da região central da província, o Triângulo permaneceu como área de fronteira ou *sertão* até a década de 1870. Reproduziu-se ali a organização econômica característica das demais regiões de Minas, fundamentada na *fazenda mineira*, cujos elementos centrais eram a agricultura diversificada, tendência à auto-suficiência e escravidão. Tratava-se de uma formação social tradicional, fundamentada na hierarquia e no poder pessoal, comuns às demais sociedades do

Antigo Regime. Embora tenham existido agentes capitalistas em seu meio, como os comerciantes dos arraiais e vilas, e a despeito de tal classe mercantil ter acumulado parte do excedente produzido na região, os grandes senhores de terra e escravos tinham o domínio ideológico e político da sociedade local.

No Triângulo Mineiro, até a década de 1860, desenvolveu-se uma rede urbana dendrítica, tendo Uberaba por cidade primaz. O avanço da conquista de fronteira sobre as províncias de Goiás e Mato Grosso, e o desenvolvimento de uma rede viária confluindo para a vila/cidade dotou-a de posição favorável para reter e acumular parte do excedente produzido nessas áreas de colonização. No entanto o próprio crescimento econômico e a continuidade do processo de ocupação fizeram surgir novas vias e fluxos, que puseram alguns núcleos polarizados por Uberaba em contato com outras partes do país. Frutal e Sacramento passaram a desempenhar algumas funções antes monopolizadas por Uberaba, que perdeu a condição de primazia, mas manteve-se como o centro urbano mais influente da região.

Dos anos 1870 em diante, mudanças no âmbito da economia e sociedade nacionais abalaram as estruturas tradicionais da região. A expansão da cafeicultura na província de São Paulo criou um novo mercado para o Triângulo Mineiro. As diversificadas estruturas das fazendas locais foram postas a serviço do abastecimento da zona cafeicultora, principalmente, por meio da pecuária bovina. A chegada da Estrada de Ferro Mogiana incrementou ainda mais a sua produção de alimentos e sua inserção na divisão regional do trabalho comandada por São Paulo.

Simultaneamente, ocorria a Abolição, enquanto, no ímpeto da prosperidade econômica e diante da escassez de força de trabalho, os fazendeiros apegavam-se ainda mais à instituição escravista. A reprodução da força de trabalho cativa era feita, essencialmente, pelo crescimento natural, mas ao final da escravidão, houve pequeno aumento do tráfico de escravos para reposição de plantéis.

Modificou-se o perfil de riqueza, com a proximidade da Abolição. As fortunas da elite regional passaram a se constituir, cada vez mais, de imóveis urbanos e rurais. Noutras palavras, assumiram um caráter mais rentista. Com isso, a Abolição acompanhou-se do aumento da concentração de terras e, simultaneamente, houve crescimento da população entre 1872 e 1890. Esses dois fatores, possivelmente, compensaram a libertação dos escravos e garantiram a oferta de trabalho livre necessária. As novas relações de trabalho, ali desenvolvidas, fundamentavam-se essencialmente na parceria e no assalariamento temporário.

O impacto da Abolição e da inserção do Triângulo à condição de zona de abastecimento das cidades paulistas modificou o perfil da *fazenda mineira*. Os ofícios artesanais perderam espaço frente à concorrência dos produtos importados, em especial, a fiação e tecelagem. A instalação de uma fábrica têxtil em Uberaba também contribuiu para reduzir a atividade artesanal. Contudo outros setores, como a produção sucro-aguardenteira dos engenhos, expandiram-se, certamente por terem explorado nichos de mercado locais ou paulistas. A pecuária também se expandiu e se especializou, em particular, com o desenvolvimento da criação zebuína, na década de 1890.

Nas últimas décadas do século, a região passou por um período de urbanização, particularmente a cidade de Uberaba. Ocorreu não só crescimento da população residente na cidade, como aumentou a proporção de atividades urbanas em relação às rurais. A chegada da ferrovia Mogiana desencadeou uma expansão da área urbana de Uberaba e de outras duas cidades, Uberabinha e Araguari. Essa expansão mudou a dinâmica de localização na área urbana, com deslocamento do centro para as vias que ligavam o plano urbano antigo aos trilhos. No mesmo período, ocorreu intensa valorização dos imóveis urbanos e aumentaram as edificações. Isso significou, em parte, transferência de fortunas rentistas do campo para a cidade.

O que se percebe, nessa transição, é que houve modernização em várias esferas: viária, com a ferrovia; técnica, com a pecuária zebuína e a criação de uma escola de zootecnia; urbana, com novas áreas incorporadas, melhorias e investimentos em edificações; econômica, com aumento dos fluxos e uma maior inserção na divisão territorial do trabalho. No entanto, mantiveram-se muitos traços arcaizantes, típicos de sociedades fortemente hierarquizadas e diferenciadas, como o apego à propriedade fundiária — elemento de prestígio e meio para a reprodução de vínculos de dependência —; o predomínio de relações de trabalho não capitalistas, fundamentadas no poder pessoal da elite fundiária, como a parceria; a maior proporção, na composição da riqueza, de fortunas rentistas e não capitalistas; e a sobrevivência de técnicas arcaicas na esfera da produção, como a agricultura de enxada e os engenhos de cana.

Em cada uma das regiões do Brasil, a transição para o modo capitalista de produção seguiu caminhos diferentes. Na região em estudo, a elite local foi desafiada pelo sistema e traçou uma estratégia de sobrevivência calcada na manutenção de elementos tradicionais. Ao mesmo tempo, modernizou-se em alguns

aspectos, pois só assim poderia garantir a reprodução do *status quo*. O destino de tal modernização conservadora do Triângulo Mineiro, no século XX, ficará para estudos futuros.

10 Anexos

10.1 Anexo 1: *tabela de conversão de mil réis em pence de libra esterlina.*

Data	Pence/mil réis	Data	Pence/mil réis
1860	25,80	1880	22,90
1861	25,50	1881	21,20
1862	26,30	1882	21,10
1863	27,20	1883	21,50
1864	26,70	1884	20,60
1865	25,00	1885	18,50
1866	24,20	1886	18,60
1867	22,40	1887	22,40
1868	17,00	1888	25,20
1869	18,80	1889	26,40
1870	22,60	1890	22,64
1871	24,30	1891	16,35
1872	24,30	1892	11,94
1873	26,90	1893	11,56
1874	25,70	1894	10,09
1875	27,20	1895	9,90
1876	25,30	1896	9,02
1877	24,50	1897	7,73
1878	22,90	1898	7,21
1879	21,30	1899	7,42
		1900	9,43

Fonte: Mattoso (2001), e www.cunhaecunha.com.br, acesso em 23/04/2006.

10.2 Anexo 2: Preço do garrote de dois anos em Uberaba entre 1860 e 1900

preço do garrote de 2 anos em Uberaba					
ano	preço em <i>pence</i>	preço em mil-réis	ano	preço em <i>pence</i>	preço em mil-réis
1860	400,514	15,524	1880	374,033	16,333
1861	306,000	12,000	1881	275,600	13,000
1862	236,700	9,000	1882	393,867	18,667
1863	217,600	8,000	1883	422,833	19,667
1864	186,900	7,000	1884	375,950	18,250
1865	216,667	8,667	1885	348,417	18,833
1866	242,000	10,000	1886	285,200	15,333
1867	201,600	9,000	1887	336,000	15,000
1868	158,667	9,333	1888	403,200	16,000
1869	188,000	10,000	1889	388,457	14,714
1870	256,133	11,333	1890	367,873	16,250
1871	337,500	13,889	1891	297,879	18,214
1872	291,600	12,000	1892	457,860	38,333
1873	396,775	14,750	1893	400,660	34,667
1874	392,843	15,286	1894	352,975	35,000
1875	500,480	18,400	1895	297,025	30,000
1876	469,660	18,564	1896	225,542	25,000
1877	387,917	15,833	1897	231,975	30,000
1878	398,460	17,400	1898	234,163	32,500
1879	287,550	13,500	1899	278,250	37,500
			1900	306,556	32,500

Fonte: elaborado com base em inventários post mortem do Arquivo público de Uberaba e tabela do anexo 1.

10.3 Casas comerciais em Uberaba (1870-1900), com discriminação de gêneros vendidos e endereços.

	Casas Comerciais	Gêneros vendidos	Endereço
1870-1879	Barcelos & Filhos	Completo sortimento de fazendas, ferragens, drogas, armarinho, molhados, louça, sal, seda, pano e demais gêneros do país.	Largo da Matriz
	Joaquim Antônio Rosa	Estabelecido no Largo acima, com sortimento e fazendas, ferragens, louça, molhados, armarinhos, roupa feita, calçado, sal e gêneros do país.	Largo da Matriz
	Luís Soares Pinheiro	Completo sortimento de fazendas, ferragens, molhados, louça, chapéus, calçados, sal e gêneros do país.	Rua Direita
	Farmácia São Sebastião		Rua Direita
	Ao Barateiro, de Antônio Martins dos Santos	Armazém de fazendas, ferragens, louça e molhados.	Rua Direita.
	Luís Soares Pinheiro	Completo sortimento de fazendas, ferragens, molhados, louças, chapéus, calçados, sal e gêneros do país.	Rua Direita.
	Quirino Rodrigues Miranda	Sortimento de roupa, molhados, louças e gêneros do país.	Rua do Comércio, Canto de Santa Rita.
1880-1888	Rosa & Filhos	Com loja de fazendas, ferragens, armarinhos, louça, molhados etc. Recebem gêneros a consignação.	Largo da Matriz
	Barcelos & Filhos	Completo sortimento de fazendas, ferragens, drogas, armarinho, molhados, louça, sal, seda, pano e demais gêneros do país.	Largo da Matriz
	Casa da Barateza, de Miranda & Filho	Sortimento de fazendas, ferragens, louças, molhados etc.	Largo da Matriz
	Gazeta de Uberaba, de Tobias Rosa & Comp.	jornal	Largo da Matriz
	Farmácia Sta. Rita		Rua da Imperatriz, 7
	O Waggon, de Felipe & Casusa	Jornal, publica-se uma vez por semana	Rua de Sto. Antônio
	Farmácia São Sebastião		Rua Direita
	As Duas Nações, de Rafael Vannuchi & Ribeiro	Armazém de molhados, fazenda, roupa feita, chapéus, calçados, armarinhos, ferragens, louça, droga, sal e café. Preços baratíssimos.	Rua Direita
	José de Oliveira Ferreira	com grande variedade de sortimento de armarinho, ferragens, louça e molhados.	Rua Direita
	Monitor Uberabense	nesta oficina imprime-se com prontidão e nitidez todas as obras concernentes à arte tipográfica.	Rua Direita
	Dr. Cesário Perestrelo de Carvalhosa	advogado	Rua Direita
	Casa do Anjo, de Pedro Floro dos Anjos	Ferragens, louça, molhados, calçados para homens, mulher e crianças, chapéus de sol, armas de fogo e todos os demais artigos.	Rua Direita, 7
	Fidelis & Coelho	Tem sempre grande sortimento de sal, café, ferro e sola. Ferragens, louça, molhados, gêneros do país e muitos outros artigos etc.	Rua do Comércio
	Meirelles & Cia	Recebe-se gêneros a comissão e a consignação e compra-se café, por atacado e a varejo. Completo sortimento de molhados, ferragens, louça, papéis pintados etc. depósito de madeira, cal, açúcar, querosene, sal, aguardentes, fumos, toucinho e gêneros da terra.	Rua do Comércio

	M. Casa Branca & Comp.	Completo sortimento de fazendas, ferragens, louças e molhados. Armarinhos, modas, calçados, chapéus, ferro em barras. Grande depósiyo de sal, café, fumo e mais gêneros do país.	Rua do Comércio, canto da Rua do Imperador.
	Francisco Borges de Araújo	Com sortimento de fazendas, roupas feitas, chapéus, calçados. Armazém de sal e café.	Rua do Imperador, 1
	A Loja da Barateza, de Olímpio Silva e Oliveira	Fazendas, armarinhos, ferragens e roupa feita. Armazém de secos e molhados, sal, café, sola, couros e gêneros do país.	Rua Tiradentes
1889-1900	Correio Católico	jornal	Alto dos Estados Unidos
	A Economia do Povo, sucessores de Barcelos & Filhos	Completo sortimento de fazendas, ferragens, drogas, armarinho, molhados, louça, sal, seda, pano e demais gêneros do país.	Largo da Matriz
	Gazeta de Uberaba, de Tobias Rosa & Comp.	jornal	Largo da Matriz
	Getúlio, Machado & Irmão	completo sortimento de fazendas, calçados, armarinhos e chapéus. Arreios, molhados, sal, açúcar e demais gêneros do país.	Largo da Matriz
	Caldeira, Queiróz & Cia	Recebe variado sortiment de fazendas, ferragens, armarinhos, modas, chapéus de sol, areios, louça, molhados etc.	Largo da Matriz, 11
	Farmácia São Sebastião		Rua Direita
	José de Oliveira Ferreira	com grande variedade de sortimento de armarinho, ferragens, louça e molhados.	Rua Direita
	Farmácia São Sebastião		Rua Direita
	Melânio Soares & Comp.	Fazendas, armarinhos, modas, novidades, chapéus, calçados, arreios, ferragens, louça, molhados e gêneros do país. Recebem gêneros em consignação.	Rua Direita
	Viúva Vilela & Silva	Molhados por atacado e varejo, gêneros do país. Fazendas, armarinhos, roupas feitas, chapéus, calçados, ferragens.	Rua Direita
	Hotel do Comércio		Rua Direita
	Depósito de Jóias Mineiras	Vendas por atacado e varejo. Completo sortimento de jóias de todas asqualidades nacionais. Completo sortimento de relógios de algibeira.	Rua Direita, 35
	A. Cesário	Advogado encarregado de todos os negócios da profissão, nesta e nas comarcas vizinhas	Rua Direita, 90
	Casa Vermelha, de Lannes & Comp.	completo sortimento de fazendas, calçados, armarinhos e chapéus. Arreios, molhados, sal, açúcar e demais gêneros do país.	Rua Direita, canto do Largo da Matriz.
	João Ignácio de Souza	Armarinhos, chapéus, louça, roupa feita etc e gêneros do país. Vendas a dinheiro.	Rua do Carmo, 8.
	Joaquim José Coelho	Armazém de café. Arame farpado, fazendas, armarinhos, ferragens,	Rua do Comércio
	Silvério José Barbosa	com armazém de líquidos e comestíveis	Rua do Comércio
	Meirelles, Faria & Irmão	Fazendas, ferragens, armarinho, roupa feita, chapéus, calçados, arreios. Sal, açúcar, querosene, café, Cal e demais gêneros alimentícios.	Rua do Comércio
	Casa da Barateza, de Miranda & Filho	Fazendas, armarinhos, modas, novidades, chapéus, calçados, arreios, ferragens, louça, molhados e gêneros do país. Recebem gêneros em consignação.	Rua do Comércio
	Antônio Batista de Melo (Santinho)	sortimento de fazendas, ferragens, armarinhos, malas, chapéus de sol e de cabeça, arreios, louça, molhados, armas etc.	Rua do Comércio.
	Fábrica de Vinho Joaquim Ignácio		Rua Major Eustáquio, 18

	Farmácia Fidelidade.	Fundada em 1880. Químicos e farmacêuticos nacionais e estrangeiros.	Rua Sto. Antônio
	Armazém de Secos e Molhados de Martinho Moura		Rua Tristão de Castro

Fonte: inventários post mortem do Arquivo Público de Uberaba (1870-1900).

Referências bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. **A Apropriação do Território no Brasil Colonial**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato. **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. **Construindo mapas conjecturais do Rio de Janeiro do século XVI**. Palestra proferida no X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IplanRio/Zahar, 1987.

_____. **Construindo uma Geografia do Passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII**. In: Geosp, N 7. São Paulo: Edusp, 2000.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos Índios: um projeto de civilização do Brasil do século XVII**. Brasília: Editora da UnB, 1997.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 145-151.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. Belo Horizonte/ Rio de Janeiro: Itatiaia, 1997.

ARANTES, Jerônimo. **Cidade dos Sonhos Meus: memória histórica de Uberlândia**. Uberlândia: Edufu, 2003.

ARQUIVO Público de Uberaba. **Árvore genealógica da cidade de Uberaba**. Catálogo Histórico. Edição comemorativa dos 150 anos da instalação da Câmara Municipal de Uberaba. ANO I, Nº 4 , 1987.

_____. **Catálogo Histórico**. Uberaba. Ano 1, no. 3, 1986.

_____. **Catálogo Histórico**. Uberaba. Ano 1, no. 1, 1986.

_____. **Catálogo Histórico**. Uberaba. Ano 1, no. 6, 1987.

_____. **Catálogo Histórico**. Uberaba. Ano 1, no. 4, 1987.

_____. **Evolução do poder Judiciário em Uberaba.** Disponível em: <www.arquivopublicouberaba.com.br>, acesso em 11/12/2005.

ARQUIVO Público Mineiro, **Revista do Arquivo Público Mineiro.** Belo Horizonte, Ano 37, vol. 2 , 1988.

_____, **Revista do Arquivo Público Mineiro.** Belo Horizonte, Ano 37, vol. 1 , 1988.

ARROWSMITH, John. **Brazil**, 1844. Disponível em: <www.davidrumsey.com>, acesso em 18/06/2004.

AUTOR ANÔNIMO. **Carta Corographica da Capitania de São Paulo**, 1766. Disponível em: <www.goias.es.cnpn.embrapa.br>, acesso em 02/07/200

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e Cidades do Brasil Colonial. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros.** São Paulo, Vol 9, tomo 1, 1957.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila dos Reis. **Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista.** São Paulo: Humanitas, 1999.

BARBOSA. Waldemar de Almeida. **Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1995.

BASILE, Marcelo Otávio N. de C. **O Império Brasileiro: Panorama Político.** In: LINHARES, Maria Yedda (coord.). **História Geral do Brasil.** 9ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

BERGARD, Laird. **Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais 1720-1888.** Bauru: EDUSC, 2004.

BEZZI, Meri Lourdes. **Uma (Re)visão Historiográfica: da Gênese aos Novos Paradigmas.** Santa Maria: Editora UFSM, 2004.

BORGES, Benedito Antônio Tiradentes Borges. **Povoadores do Sertão do Rio da Prata.** Uberaba: Editora Vitória, 1996.

BORIS, Fausto. **História do Brasil**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2002.

BOSERUP, Ester. **Evolução Agrária e pressão demográfica**. São Paulo: Ed. Hucitec/Ed. Polis, 1987.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Triângulo: capital comercial, geopolítica e agroindústria**. Uberlândia: Departamento de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, 1989.

BRAUDEL, Fernand. **As Estruturas do Cotidiano: Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **Escritos Sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II**. Lisboa: Dom Quixote, 1995, 2v.

_____. **O Tempo do Mundo: Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1996b.

_____. **Os Jogos das Trocas: Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1996a.

BRITO, Fausto. As Migrações e a Transição para o Trabalho Assalariado no Brasil. **Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Campinas: ABEP, 2002. Disponível em: < www.abep.nepo.unicamp.br >, acesso em 01/09/2005.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales: 1929-1989**. São Paulo: Unesp, 1997.

CALMON, Miguel. **Mappa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Litográfica Hartmann Reichenbach, 1908. Disponível em: < www.memory.loc.gov >, acesso em 11/06/2006

CAMARGO NETO, Fernão Pompeo. Ecos do Silêncio de Minas: que espécie de escravidão existiu no coração de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. **Caderno da FACECA**. Campinas, v. 12, n. 2, p. 53-65, jul/dez 2003.

- CÃNDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 2001.
- CARDOSO, Ciro Flamarion, BRIGNOLI, Hector Pérez. **Os Métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CASAL, Manuel Aires de. **Corografia brasílica**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1976.
- CHAIM, Marivone Matos. **Aldeamentos Indígenas: Goiás 1749-1811**. São Paulo: Nobel, 1983.
- CHAVES, Antonio Gonçalves. **Falla que o exm. sr. dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigio á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na 2.a sessão da 24.a legislatura em 2 de agosto de 1883**. Ouro Preto: Tipographia do Liberal Mineiro, 1883. Disponível em: < www.crl.edu >, acesso em 22/04/2006.
- CHAYANOV, A. V. **The Theory of Peasant Economy**. Manchester: The University of Wisconsin Press, 1986.
- CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.
- COELHO, João. **Mappa Geral dos Estados Unidos do Brazil**. 1891. Disponível em: <www.davidrumsey.com>, acesso em 18/06/2004.
- CONSENTINO, Daniel do Val. A Transição para o Trabalho Livre em Minas Gerais: um estudo a partir dos inquéritos provinciais da década de 1850 e do Recenseamento de 1872. **Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2006. Disponível em: < www.cedeplar.ufmg.br >, acesso em 12/08/2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Interações Espaciais**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato. **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- COSTA, Ângela Marques da; SCHWARCZ, Lília Moritz. **1890-1914: No Tempo das Certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

COSTA, Antônio Gilberto et al. **Cartografia das Minas Gerais: da Capitania a Província**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COUTINHO, Pedro dos Reis. **Ciência e Economia: o instituto zootécnico e a pecuária zebuína de Uberaba**. Monografia de conclusão de especialização em História do Brasil da Unesp. Franca, 2004.

COUTINHO, Pedro dos Reis. **Ciência e Economia: O Instituto Zootécnico e a Pecuária Zebuína em Uberaba**. (monografia de especialização). Universidade do Estado de São paulo, Franca, 2004.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CUNHA, Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. O Espaço Econômico das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. **Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica, 2003**. Disponível em: www.abphe.br, acesso em em 04/03/2004.

CUNHA, e Cunha. **Cotações Mensais da Libra Esterlina 1870-1930**. Disponível em: < www.cunhaecunha.com.br >, acesso em 23/03/2006.

CURY, Paulo Rogério. **História e Imagens da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro**. < Disponível em: www.cmef.com.br. Acesso em 04/05/2005>

D'ALINCOURT, Luiz. **Memórias sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

DAVIS, Mike. **Holocaustos Coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **A Industrialização de São Paulo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

DIAMOND, Jared. **Armas, Germes e Aço: os destinos das sociedades humanas**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

DIRETORIA GERAL de Estatística, **Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872**. Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger / Tip. Commercial, 1876. Disponível em: <www.cebrap.org.br>, acesso em 12/04/2006.

_____. **Recenseamento do Brasil de 31 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro, Officina da Estatística, 1898. Disponível em: <www.cebrap.org.br>, acesso em 12/04/2006.

DOWRICK, Steve, DELONG, J. Bradford. **Globalization and Convergence**. University of California at Berkeley and NBER, 2001. Disponível em: <www.econ.usyd.edu.au>, acesso em 21/03/2004.

EMBRAPA. **O Brasil visto do Espaço**. Disponível em: <www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br>. Acesso em 10/10/2003.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. **Brasil, Novo Mundo**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

FELTRAN FILHO, Antônio. **A Estruturação das Chapadas do Oeste Mineiro**. (tese de doutorado) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. São Paulo: Guanabara, 1987.

FERREIRA, Jurandir Pires (org.). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

FIGUEIREDO, José Ricardo. **Modos de Ver a Produção no Brasil**. Campinas: Educ, 2004.

FOLLIS, Fransérgio. **Modernização urbana na Belle Epoque paulista**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

FRAGOSO, João et al (org.). **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. **O Império Escravista e a República dos Plantadores.** In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil.* Rio de Janeiro: Campus, 2000.

_____; BICALHO, Maria Fernanda.; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos Trópicos : A dinâmica imperial portuguesa – Séculos XVI-XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____; FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro 1790-1840.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata.** São Paulo: Kairós, 1983.

FRÉMONT, Armand. **A Região, Espaço Vivido.** Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

FURTADO, Júnia Ferreira. (org.). **Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas.** São Paulo: Hucitec, 1999.

GARCIA, José Fernandes. **La Economía Mundial desde La Perspectiva del Ciclo Largo: algunas reflexiones.** Red de Estudios de La Economía Mundial. Disponível em: < www.redem.buap.mx >, acesso em 20/10/2005.

GIRALDIN, Odair. **Cayapó e Panara: luta e sobrevivência de um povo jê no Planalto Central.** Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

GLEICK, James. **Chaos: making a new science.** New York: Penguin Books, 1987.

GODOY, Marcelo de Magalhães. Espaços Canavieiros Regionais e Mercado Interno. Subsídios para o estudo da distribuição espacial da produção e comércio de derivados da cana de açúcar da província de Minas Gerais. **Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2002. Disponível em: www.cedeplar.ufmg.br, acesso em 04/06/2005.

_____; RODARTE, Mário Marcos; PAIVA, Clotilde Andrade. Negociantes e Tropeiros num Território de Contrastes: o setor comercial de Minas Gerais no século XIX. **Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas**. 2003. Disponível em: <www.abphe.org>, acesso em 12/10/2005.

GOMES, Alessandra Caetano. **Os Pretos forros do Sertão da Farinha Podre: Um caso de equilíbrio entre os sexos dos libertos de Uberaba-MG 1840-1888**. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Campinas: Unicamp, 2004. Disponível em: < www.abep.nepo.unicamp.br >, acesso em 25/06/2005.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Ática, 1988.

GRAÇA FILHO. Afonso de Alencastro. **A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais**. São João Del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume: 2002.

GRAHAM, Richard. **Purchasing Power: a tentative approach and an appeal**. In: Boletim do NEHD, no. 36, abril de 2005. Disponível em: <www.brnuede.com>, acesso em 07/02/2005.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

GUIMARÃES, Bernardo. **Histórias e Tradições da Província de Minas Gerais**. 1867. Disponível em: < www.br.geocities.com/paulopes.geo >, acesso em 18/04/2003.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. A Influência Paulista na Formação Econômica e Social do Triângulo Mineiro. **Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2004. Disponível em: <www.cedeplar.ufmg.br>, acesso em 02/06/2005.

_____. **Infra-estrutura e Movimento de Capitais: a inserção do Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho.** Uberlândia: Departamento de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, 1990.

HALL, Sidney. **Brazil.** 1828. Disponível em: < www.davidrumsey.com >, acesso em 12/11/2006.

HIMMELWEIT, Susan. Modo de produção. In: DICIONÁRIO do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

HIRANO, Sedi. **Pré-Capitalismo e Capitalismo.** São Paulo: Hucitec, 1988.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios: 1875-1914.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **História Geral da Civilização Brasileira. A época colonial: administração, economia e sociedade.** São Paulo: Difel, 1985.

HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o Café: café e sociedade em São Paulo.** 1886-1934. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. **Carta topográfica de Campo Florido.** 1970. Folha SE.22-Z-D-V. Escala 1: 100.000.

_____. **Carta topográfica de Miraporanga.** 1970. Folha SE.22-Z-D-III. Escala 1: 100.000 .

_____. **Carta topográfica de Veríssimo.** 1970. Folha SE.22-Z-D-VI. Escala 1: 100.000.

_____. **Carta topográfica de Nova Ponte.** 1972. Folha SE.23-Y-C-I. Escala 1: 100.000 .

_____. **Carta topográfica de Sacramento.** 1972. Folha SE.23-Y-C-V. Escala 1: 100.000.

_____. **Carta topográfica de Uberaba.** 1972. Folha SE.23-Y-C-IV. Escala 1: 100.000.

_____. **Carta topográfica de Uberlândia.** 1972. Folha SE.22-Z-B-VI. Escala 1: 100.000.

LACOSTE, Yves. **A Geografia: Isso Serve, Em Primeiro Lugar Para Fazer A Guerra.** Campinas: Papirus, 1987.

LAMOUNIER, Lucia. **The Labour Question in Nineteenth Century Brazil: railways, export agriculture and labour scarcity.** London School of Economics, 2000. Disponível em: www.lse.ac.uk, acesso em 05/06/2006.

LANDIM, Paula da Cruz. **Desenho de Paisagem Urbana: as cidades do interior paulista.** São Paulo: Editora Unesp, 2004.

LANNA, Ana Lúcia. **A Transformação do Trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920.** Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A cidade: os Cantos e os Antros.** São Paulo: Edusp, 1996.

LE GOFF, Jacques. **Por Amor às Cidades: conversações com Jean Lebrun.** São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

LEMOS, Carlos A. C. **Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido para o café.** São Paulo: Edusp, 1999.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia.** São Paulo: Edusp, 2003.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil.** Rio de Janeiro: Campus 1999.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **A Oeste das Minas: índios, escravos e homens livres numa fronteira oitocentista.** Uberlândia: Edufu, 2003.

LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero. **Minas Colonial: economia e sociedade**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1982.

MAMERI, Abdala. **Pelos Caminhos da História: pessoas, coisas e fatos de Araguari**. Araguari: Artgraf Editora, 1988.

MANÇANO et al. Territorialização Da Luta Pela Terra Em Minas Gerais: o projeto Dataluta e as ocupações pelo MST no triângulo mineiro / Alto Paranaíba. **Anais do III Simpósio Nacional de Geografia Agrária**. Presidente Prudente:, 2005. Disponível em: < www.prudente.unesp.br >, acesso em 25/02/2005.

MANZAN, Marcelo. (Org.). **Fontes Primárias para a Imigração: Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**: Fundação Cultural, 1995.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000.

MARQUES, Cláudia Eliane Parreiras. Repensando a Historiografia Mineira: aspectos demográficos, econômicos e sociais do século XIX. **Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas**. 2003. Disponível em: <www.abphe.org>, acesso em 12/10/2005.

MARTINS FILHO, Amílcar; MARTINS, Roberto B. **Slavery in a Nonexport conomy : nineteenth century Minas Geraí revisited**. In: *The Hispanic American Historical Review*, v. 63, n. 3, 1983.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. Produção Econômica de Minas Gerais em Meados do Século XIX. **Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas**. 2003. Disponível em: <www.abphe.org>, acesso em 12/10/2005.

MARTINS, Roberto B.; MARTINS FILHO, Amílcar. Slavery in a Nonexport Economy: a reply. **Hispanic American Historical Review**. 1984. Disponível em: <www.jstor.org>, acesso em 07/08/2005.

_____. **Minas e o Tráfico de Escravos no Século XIX, Outra Vez.** In: SZMRECSANYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **História Econômica da Independência e do Império.** São Paulo: Hucitec, 2002.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural, 1983. 3 Vols.

MARX, Murilo. **Cidade no Brasil: Terra de Quem?** São Paulo: Edusp/Nobel, 1991.

MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e Ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira.** Campinas: Pontes, 1990.

MATOS, Raimundo José da Cunha. **Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837).** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981, 2 Vol..

MATTOSO, Kátia de Queiroz. **Ser Escravo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2001.

MAXWELL, Kenneth. **A Devassa da Devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808.** São Paulo: Paz e Terra, 1978.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

MENDES, Cândido. **Atlas do Império do Brasil.** Rio de Janeiro: Arte & História, 2000.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de (coord.). **Sensoriamento remoto e sistemas de informações geográficas aplicados na reconstituição do itinerário e da paisagem divisada no século XVIII pelos viajantes do caminho dos Goiás.** Disponível em: <www.goias.es.cnpm.embrapa.br> Acesso em 24/04/2005.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo.** São paulo: Hucitex / Polis, 1998.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.** São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. O Sertão: um “Outro” Geográfico. **Terra Brasilis**. Rio de Janeiro, N. 4-5, 2002-2003.

_____. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Hucitec / Annablume, 2002.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NABUT, Jorge Alberto (coord.). **Desemboque: documentário histórico e cultural**. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba, 1986.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1986.

NUGENT, Jeffrey; SADDI, Vitória. When Do Land Right Become Effective? Evidence from Brazil and Other Coffee Growing Regions. **6th Annual Meeting of the International Society for the New Institutional Economics**. Cambridge, Massachussets, 2002. Disponível em: <www.isnie.org> , acesso em 12/08/2006.

PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo de Magalhães. Território de Contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. **Anais do X Seminário sobre Economia Mineira**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2002. Disponível em: www.cedeplar.ufmg.br, acesso em 04/06/2005.

PAULA, Álvaro Pereira de. **Desbravadores do Carmo do Fructal: história e genealogia de um descendente**. Uberaba: Edição do Autor, 2004.

PENHA, Lauriano José Martins. **Carta da República dos Estados Unidos do Brazil**, 1892. Disponível em: <www.euriskodata.com, acesso em 23/02/2005>, acesso em 23/08/2006.

PEREIRA, Paulo César Xavier. **São Paulo: a construção da cidade 1872-1914**. São Carlos: Rima, 2004.

PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos Paulistas**. São Paulo: Edusp, 1995.

PEZZUTI, Pedro. **Município de Uberabinha: história, administração, finanças, economia**. Uberlândia: Livraria Kosmos, 1922.

- PIRENNE, Henri. **As Cidades na Idade Média**. Sintra: Europa-América, s/d.
- PONTES, Hildebrando. **História de Uberaba e a Civilização do Brasil Central**. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978.
- PONTING, Clive. **World History: A New Perspective**. London: Chatto & Windus, 2000.
- PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1986.
- PRATA, Mário. O Lavoura Fechou. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 03. Dez. 2003.
- PRED, Allan. **Sistemas de Cidades em Economias Adiantadas**. São Paulo, Zahar, 1979.
- PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato. **Uma História da Vida Rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- REIS, Débora Oliveira Martins. Araxá, 1816-1888: posse e escravos, atividades produtivas, riqueza. **Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2006. Disponível em: www.cedeplar.ufmg.br, acesso em 10/12/2006.
- REZENDE, Eliane Mendonça Márquez de. **ABCZ: Histórias e Histórias**. Uberaba, Edição da ABCZ, 1999.
- _____. **Uberaba 1811-1910: uma trajetória sócio-econômica**. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba, 1991.
- RODARTE, Mário Marcos Sampaio. **O Caso das Minas que Não se Esgotaram: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista**. Dissertação (mestrado em economia) – CEDEPLAR, UFMG, Belo Horizonte, 1999.
- RODRIGUES, André Figueiredo. Os sertões Proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo

José de Meneses. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 46, pp. 253-270, 2003.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. **Estradas de Ferro e Diversificação da Atividade Econômica em São Paulo: 1870-1900**. In: SZMRECSANYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **História Econômica da Independência e do Império**. São Paulo: Hucitec, 2002.

SAINT HILAIRE, Auguste de. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1974.

_____. **Viagem à província de São Paulo**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

_____. **Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

_____. **Viagem à Província de Goiás**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975b.

_____. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000.

_____. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

_____. **Viagens às Nascentes do São Francisco**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975a.

SAMPAIO, Borges. **Uberaba: história, fatos e homens**. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba, 2001, Vol.1.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2002.

SARAIVA, Luiz Fernando. Estrutura de Terras e Transição do Trabalho em um Grande Centro cafeeiro: Juiz de Fora 1870-1870. **Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2002. Disponível em < www.cedeplar.ufmg.br >, acesso em 24/05/2005.

SAUER, Carl Ortwin. **Land and Life**. Los Angeles: University of California Press, 1967.

SCHNEIDER, Marília. A Consagração do Ordenamento Jurídico do Império na Construção da República. **Revista Justiça & História**, Porto Alegre, vol. 2, no. 3, 2005.

SCHULZ, John. **A Crise Financeira da Abolição**. São Paulo: Edusp, 1996.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCULLY, William. **A New Map of Brazil**, 1866. Disponível em: <www.davidrumsey.com>, acesso em 07/11/2004.

SILVA, Ana Rosa Cloclet. De Comunidades a Nação: regionalização de poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais (1821-1831). **Almanack Braziliense**, no. 2, nov/2005. Disponível em: <www.almanack.usp.br>, acesso em 10/02/2006.

SILVA, Antônio Pereira da. **As História de Uberlândia**. Uberlândia: Edição do Autor, 2003, vol. 3.

SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1995.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. **A Rede Urbana De Roraima: Primazia e Integração**. Ano VI, Nº 10, julho de 2004

SILVEIRA, Marco Antônio. **O Universo do Indistinto: estado e sociedade nas Minas setecentistas**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SIMÃO, André Luciano. Minas Gerais e o Congresso Agrícola de 1878: demandas, temores e percepções dos produtores rurais mineiros. **Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2004. Disponível em <www.cedeplar.ufmg.br>, acesso em 22/10/2005.

SIQUEIRA, Celso Antônio de; ROSA, Robert. Mapeamento Digital dos Aspectos Físicos da Mesorregião do Triângulo Mineiro, através do Softwares Autocadr 2.0 e Grass 4.0. **Sociedade & Natureza**. Uberlândia 10(19); janeiro/junho 1998.

SLENES, Robert W. Comments on "Slavery in a Nonexport Economy". **Hispanic American Historical Review**. 1983. Disponível em: <www.jstor.org>, acesso em 07/08/2005.

_____. **Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: a economia escrava de Minas no século XIX**. In: Estudos Econômicos. São Paulo: IPE/USP, 18(3), 1988.

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Habitação e Produção do Espaço em Uberlândia**. (dissertação de mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1988.

_____. **Uberlândia: da "Cidade Jardim" ao "Portal do Cerrado" – imagens e representações do Triângulo Mineiro**. Tese de doutoramento. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

SOCIEDADE Promotora de Imigração de São Paulo. **Mapa de São Paulo**. Rio de Janeiro: Lith. Paulo Robin & Ca, 1886. Disponível em: < www.memory.loc.gov >, acesso em 11/06/2006

SODRÉ, Nelson. **Ensaio Sobre a Grande Propriedade Pastoril**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1941.

SOUZA, Luciana. **O Revés da Indústria Têxtil do Triângulo**. *Jornal Revelação On Line*. Disponível em: www.revelacaoonline.uniube.br, acesso em 12/09/2006

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A Expulsão do Paraíso: o paradigma da complexidade e o desenvolvimento sócio-espacial**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato. **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

STANCZYK FILHO, Milton. Instrumentos de Pesquisa: indicadores possíveis na exploração de testamentos e inventários post mortem. **Anais da V Jornada Setecentista**. Curitiba, 2003. Disponível em: < www.humanas.ufpr.br >, acesso em 17/03/2005.

TAUNAY, Visconde de. **Ceos e Terras do Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1924.

_____. **Dias de Guerra e de Sertão**. São Paulo: Monteiro Lobato & ia Editora, 1923.

_____. São Paulo: Iluminuras, 2005.

TEIXEIRA, Edelweiss. **O Triângulo Mineiro nos Oitocentos**. Uberaba: Intergraff Editora, 2001.

TEIXEIRA, Tito. **Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central: história da criação do município de Uberlândia**. Uberlândia: Uberlândia Gráfica, 1970. 2 v.

TOTI, Gabriel. Ruas de Uberaba. **Catálogo Histórico**. Uberaba, Ano 1, no. 5, 1987.

TURNER, Frederick Jackson. **The Frontier in American History**. New York: Henry Holt & Co, 1921. Disponível em: <www.xroads.virginia.edu>, acesso em 15/06/2003.

VIEIRA, Ernesto de Paula. **O Sertão da Farinha Podre**. Sacramento: Typographia Progresso, 1930.

VILLELA, André. Tempos Difíceis: Reações à Crise de 1857 e 1864 no Brasil. **Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica e 4ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1999. Disponível em: www.cedeplar.ufmg.br, acesso em 10/12/2005.

Wallerstein, Immanuel. **The Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**. New York: Academic Press, 1976.

WECKMANN, Luis. **La Herencia Medieval Del Brasil**. México: Fondo de Cultura, 1993.

WEHLING, Arno. WEHLING, Maria José C. M. **Formação do Brasil colonial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WILLIAMSON, Jeffrey G. **Late 19th Century Globalization Backlash**. Harvard University, 1998. Disponível em: < www.harvard.edu>, acesso em 09/11/2004.

Fontes Primárias:

ARQUIVO Público de Uberaba. Inventários *post mortem*. 1860-1900. Caixas 94 a 124.